

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRONTEIREIROS**

**As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**

**A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 – 2000**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em História, sob orientação do Professor Doutor João Klug

Florianópolis, SC – Outubro de 2007

**Henrique Manoel da Silva**

**FRONTEIREIROS**

**As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**

**A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 - 2000**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de  
Doutor

Linha de pesquisa: Migrações, construções sócio-culturais e meio-ambiente

Orientador: **João Klug**

**UFSC – Florianópolis – SC**

**UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
2007**

## AGRADECIMENTOS

A muitas pessoas e a algumas instituições devo agradecimentos; sei, no entanto, que a muitos não contemplarei neste pequeno espaço. Começo mencionando a professora Eunice S. Nodari, que acolheu a proposta desta pesquisa e muito a incentivou, e ao meu orientador, o professor João Klug, pelo apoio que me dispensou e pela confiança depositada no potencial deste trabalho.

Aos informantes de Katueté, Paraguai, em especial ao Sr. Ilvo Spielmann e família e ao pastor Friedhelm Westermann, por me brindarem com a sua amizade e sabedoria e por não hesitarem em conceder seu valioso testemunho; a eles devo a possibilidade de enriquecer a escrita desta história. Aos funcionários e pesquisadores do Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. Aos funcionários do Instituto de Bienestar Rural (atual INDERT – Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra), do Ministerio de Agricultura y Ganadería, e da biblioteca da Universidad Católica de Asunción, que prontamente me permitiram acesso aos documentos existentes. Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial à Nazaré, por sua paciência e presteza no atendimento às minhas constantes demandas e dúvidas. Ao Grupo de Estudos Multidisciplinares do Ambiente da UEM, pela análise e interpretação das imagens de satélite. Aos colegas do Departamento de Fundamentos da Educação e aos funcionários da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, em particular aos da Seção de Capacitação Docente e da Editora da Universidade (EDUEM), pelo apoio concedido.

Aos professores da Banca de qualificação, Luis Felipe Viel Moreira (UEM) e Paulo P. Machado (UFSC), pela leitura atenta e crítica da primeira versão do trabalho. Ao professor Antônio Augusto de Assis, estimado interlocutor, pela valiosa ajuda na revisão dos originais e que sabiamente sugeriu o título “Fronteireiros” a este trabalho.

*Aos meus pais:*

*Manoel Domingos da Silva e Amélia Serafim de Lima e Silva (em memória)*

*À Silvia, Desireé e Thomas Saalfeld Silva, com amor*

*Hay quien habla de los pelos, huesos y dientes de la tierra. Gran animal es. Nos lleva sobre su lomo. A unos más tiempo, a otros menos. Un día se cansa, nos voltea y nos come.*

Augusto Roa Bastos, Yo el Supremo

## **FRONTEIREIROS**

### **As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**

A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 - 2000

#### **Resumo**

No início dos anos 1970, um número sem precedente de colonos brasileiros, oriundos principalmente da região Sul do Brasil, migrou para as terras do oriente paraguaio. Tal migração foi condicionada por uma série de transformações na vida política e institucional do Paraguai, decorrentes da ascensão de Stroessner ao poder.

A consolidação do stronismo enquanto regime baseou-se, entre outros fatores, num maior estreitamento das relações bilaterais com o Brasil, com o fito de dinamizar seu crescimento econômico e aplainar suas contradições internas. O aproveitamento das grandes áreas de terras férteis existentes na região oriental serviu para minimizar as pressões fundiárias e sociais da região central do país e ao mesmo tempo atrair os agricultores brasileiros, tidos pelo regime como agentes da modernização agrícola. Essa aproximação conferiu ao Paraguai uma alternativa econômica ante sua histórica dependência comercial em relação à Argentina e, do lado brasileiro, significou, no plano geopolítico e econômico, a possibilidade de reinserção no mundo hispânico e de consolidação do seu papel hegemônico na região.

O processo de modernização da agricultura e as transformações no padrão fundiário, em curso desde os anos 1950 no Sul do Brasil, foram também importantes fatores que impulsionaram a corrente migratória, conseqüência direta do caráter seletivo do pacote agrícola que, no Paraguai, fora transposto e reproduzido por esses imigrantes.

Palavras-chave: migração, fronteira, seletividade

## **FRONTEIREIROS**

### **The Conditioning and Historical Factors of the Occupation and Colonization of Eastern Paraguay**

The Katueté Region in the Canindeyú Department – 1970 – 2000

#### **Abstract**

At the beginning of the 1970's an unprecedented number of Brazilian settlers, natives mainly of the Southern region of Brazil, migrated to the Eastern Paraguayan lands.

These migrations were conditioned by a series of transformations in the political as well as the institutional life of Paraguay, due to Stroessner's ascent to power.

The consolidation of "Stronism" as far as a regime, based itself, among other things, in a narrower bilateral relationship with Brazil, in order to create a more dynamic economic growth and diminish internal contradictions. The use of large fertile lands in the eastern region of the country, worked to minimize the land and social pressures in the central region and at the same time attract the Brazilian farmers, viewed by the regime as agricultural modernizing agents.

This approximation gave Paraguay an economic alternative to the historical commercial dependency with Argentina and, for Brazilians, it meant a possibility of a geopolitical and economic reintegration into the Hispanic world and a consolidation of its hegemonic role in the region.

The process of agricultural modernization and transformation in terms of landowner's standard, which were being used since the 1950's in Southern Brazil, were also important factors that impelled the migratory current. This was a direct consequence of the selective characteristic of the agricultural package that was transferred and reproduced by these immigrants in Paraguay.

Key words: Migration, Frontier, Selectivity.

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I	
<b>Entre o Atlântico e os Andes / A história de uma cultura autoritária.....</b>	<b>22</b>
1.1 Os primeiros ditadores.....	24
1.2 A guerra.....	28
1.3 O pós-guerra: liberais versus colorados.....	31
1.4 A Guerra do Chaco e a Revolução Febrerista.....	34
1.5 Do governo de coalizão à guerra civil de 1947.....	42
1.6 Larga es la noche.....	45
Capítulo II	
<b>O Paraguai sob o Stronato.....</b>	<b>51</b>
2.1 O papel político do crescimento econômico.....	59
2.2 A máquina do poder.....	67
2.3 O papel do cerimonial num universo provinciano.....	72
2.4 O custo da seguridade interna e o controle das massas.....	75
2.5 Algumas notas sobre o coloradismo.....	83
Capítulo III	
<b>A tormenta que veio do Sul.....</b>	<b>88</b>
3.1 A crise no padrão de financiamento agrícola e sua integração ao mercado financeiro.....	96
3.2 A modernização da desigualdade.....	98
3.3 Diferenciação socioeconômica e os limites da acumulação camponesa.....	103



3.4 Arranjos no sistema de sucessão .....	105
3.5 A integração diferenciada e os efeitos colaterais da modernização .....	110
Capítulo IV	
<b>Ocupação e colonização do oriente paraguaio .....</b>	<b>121</b>
4.1 O padrão fundiário no Paraguai .....	124
4.2 O problema agrário e a colonização da região da fronteira oriental “la marcha para el este” .....	128
4.3 O perfil da ocupação .....	135
4.4 Os diferentes mecanismos de ocupação .....	145
4.5 Matizes da colonização brasileira .....	147
4.6 Policultores e granjeiros farmerizados de Canindeyú .....	155
4.7 Os granjeiros sulistas do tipo <i>farmer</i> e o avanço da soja .....	160
4.8 Vantagens e peculiaridades da colonização teuto-brasiguai .....	165
4.9 O estabelecimento do agronegócio, a competição e as disputas pela terra .....	171
Capítulo V	
<b>Os fronteireros de Katueté .....</b>	<b>182</b>
5.1 O surgimento da colônia .....	185
5.2 O perfil dos imigrantes e as agruras dos primeiros tempos .....	197
5.3 Instituições e serviços: a colônia do pioneirismo ao pós-fronteira .....	207
5.4 As escolas .....	217
5.5 As igrejas .....	223
5.6 Assistência à saúde .....	227
5.7 Recreação .....	231
5.8 Estratégias diferenciadas ante a seletividade do mercado .....	235
5.9 O sentimento com o país .....	240

## Capítulo VI

<b>Conseqüências socioambientais da ocupação e colonização da fronteira oriental Alguns apontamentos</b> .....	242
6.1 Os macroprocessos de diferenciação socioeconômica .....	253
6.2 O ecossistema das fazendas de gado .....	255
6.3 O ecossistema do tipo farmer .....	260
6.4 Os bolsões de minifúndios campesinos .....	266
6.5 As comunidades indígenas .....	274
<b>Considerações finais</b> .....	282
<b>Referências</b> .....	287

## **Ilustrações**

### **Fotos**

1. El joven Brigadier, **31**
2. A ultima fotografia de Solano Lopez, **31**
2. Vista aérea de Katueté, **187**

### **Figuras**

1. Guerra do Chaco, **35**
2. Selos comemorativos Guerra do Chaco - selo boliviano e selo paraguaio, **36**
3. Marechal Estigarribia / sepultamento, **39**
4. Presidente Higinio Morínigo – foto 1946, **41**
5. Concentração colorada, **71**
6. Mapa político do Paraguai, **125**
7. Quadro: padrão das propriedades em dimensões, **145**
8. Mapa do fluxo de migrantes brasileiros para o Paraguai, **157**
9. Out door sobre pulverização aérea em Canindeyú, **252**
10. Seqüências de desmonte ambiental, **252**
11. Mapa do Departamento de Canindeyú – divisão de municípios, **253**
12. Mapa do Departamento de Canindeyú – cobertura vegetal, **254**
13. Imagem de satélite da região de La Paloma – Canindeyú, **271**
14. Imagem da satélite da região de Santa Rita - Alto Paraná, **272**
15. Seqüência de imagens de satélite da região de Katuetè a Salto Del Guairá onde se observa a progressão do desmatamento, **279 - 281**

### **Tabelas**

1. Distribuição de renda no meio rural – Brasil – 1970/1980, **95**
2. Renda e custo de produção de soja por hectare no RS – 1974/1982, **102**
3. Lucro líquido das empresas ligadas ao setor oleaginoso, **102**
4. Distribuição da terra no Paraguai, **129**
5. Divisão das propriedades paraguaias através do status legal do produtor, **134**
6. Distribuição das propriedades agrícolas no Paraguai conforme dimensão, **143**
7. Volume aproximado do contrabando de mercadorias paraguaias para o Brasil, **174**
8. Distribuição das unidades produtoras com cultivos de algodão e soja, **257**

9. Distribuição do gado bovino no Paraguai, **259**

10. Quantidade e superfície das propriedades cultivadas com soja na região oriental, **264**

## Introdução

Se de fato os brasileiros são incansáveis pioneiros de um imenso território continental, *pionniers et bâtisseurs*, como nos faz crer o geógrafo Pébayle, eles também são infatigáveis na recorrente expansão predatória das fronteiras, reproduzindo-se quase que de modo idêntico e consoante com as modalidades estabelecidas pelos trabalhos de Monbeig, o qual enfatizava as dimensões locais, naturais e humanas e seus efeitos sobre o equilíbrio ecológico, econômico e político. Essas modalidades foram construídas na observância da moderna expansão, quando a cafeicultura avançava em direção ao oeste do estado de São Paulo. De certo modo, essa marcha inaugurou uma espécie de *know-how* expansionista calcado numa incontrolável sanha por lucros e oportunidades a qualquer preço.

Mas seria por demais simplista reduzir tal processo a algumas variáveis, pois a constituição de uma fronteira implica necessariamente a sua própria superação, uma espécie de contradição formal, onde as diferenciações socioeconômicas dos atores que irão formar a sociedade pioneira no meio tropical estão dadas na sua própria gênese. Isto é, nas condições em que os colonizadores pioneiros se estabelecem em determinada região e nas relações do novo meio com o mundo exterior.

Essa dinâmica é que operará o surgimento das novas e precárias localidades, numa confusa simbiose urbano-rurícola.

Os meios que impulsionam tais fenômenos são diferentes no tempo e no espaço; são também provas incontestes da dependência periférica em relação aos ciclos econômicos, e o sucesso ou fracasso das suas empresas dependem em última instância dos humores e caprichos do mercado e do seu relacionamento com governos e instituições.

É nesse sentido que o presente estudo busca apanhar o significado da ocupação da fronteira oriental paraguaia em suas continuidades, como fenômeno característico de expansão da fronteira, típica do modelo brasileiro, mas também em sua singularidade, posto tratar-se de uma fronteira transnacional. Nossa tese recai sobre esses elementos gerais que nortearam a moderna expansão da fronteira agrícola brasileira e que foram em grande medida reproduzidos no processo de colonização da região da fronteira oriental pelos migrantes brasileiros. E essa reprodução não se fez sem uma acomodação

às circunstâncias e peculiaridades do universo social, político e econômico paraguaio, mas, ao interagi-lo, condicionou novos elementos àquela sociedade, intensificando com isso sua vinculação ao Brasil. Outro aspecto de nossa tese é que a migração de brasileiros para o Paraguai não se converteu numa ruptura com os elementos da cultura brasileira, da qual esses migrantes são tributários, mas no seu oposto, numa permanente reafirmação dos seus laços identitários com o país e suas comunidades de origem. Essa característica foi potencializada devido ao caráter coletivo que envolveu a ida para o Paraguai da maioria dos colonos e da proximidade da região da fronteira oriental com suas localidades de origem, uma vez que o sudoeste e o norte do Paraná foram, para muitos, local de anterior moradia.

Em linhas gerais, a observação empírica desse fenômeno de migração, colonização e reemigração nos revelou que os fluxos migratórios para novas fronteiras, como no caso do oriente paraguaio, mais do que os problemas de sucessão familiar ou de pressão demográfica, foram motivados pelo caráter acentuadamente seletivo imposto pela moderna agricultura e que nessa nova fronteira acabou recriando, num intervalo ainda mais curto, o mesmo ciclo, intensificado pelo processo de diferenciação socioeconômica que precocemente se instaurou na nova comunidade.

Os atores dessa história, ao longo de sua trajetória em terras paraguaias, vêm assumindo a condição de “brasiguaios”, denominação que não guarda nenhum tipo de condição de cidadania, nem tampouco de pertencimento nacional ou étnico. Mesmo em se tratando dos brasileiros de ascendência germânica, têm forjado uma indiscutível identidade num território totalmente peculiar.

Essa zona brasiguiaia não se constitui numa região de transição, mas no seu oposto, uma espécie de zona de convivência e de conflito, como sugere Eston Hay (1982), entre os universos luso e hispano-americano.

Naturalmente complexa e ambígua, essa colonização se converteu num poderoso instrumento transformador da paisagem e da modernização agrícola do Paraguai, ao mesmo tempo em que reforçou a sujeição ao poderoso vizinho, numa espécie de lógica territorial subimperialista. Tal fenômeno se converteu, nos dias atuais, no pivô da integração do Paraguai no contexto do Mercosul, metamorfoseando o espaço pioneiro num espaço sul-americano.

Esses atores são vários, e variadas as suas condições, acirradas por conflitos de interesses e pela luta por terras, compreendendo grandes e pequenos granjeiros de soja,

criadores de gado e pequenos policultores, cujo peso econômico e influência política não seriam logicamente os mesmos.

Algumas estimativas mais atualizadas, como as de Souchaud (2002), apontam para um contingente de aproximadamente 500.000 brasileiros vivendo na região da fronteira oriental, o que significaria 10% da população do Paraguai. Em sentido oposto, um fluxo nada desprezível de 200.000 paraguaios se estabeleceu nessa região no início dos anos 1960, sob os auspícios do Instituto de Bienestar Rural, criado por Stroessner para orientar sua “Marcha para el este”.

Paralelamente à mudança radical da paisagem, observamos o crescimento de vilarejos tipicamente paraguaios e o surgimento de novas localidades, diferentemente das antigas ocupações. Em sua dicotômica fundação, a cidade será ponto de contato e estranheza de distintos universos: dos colonos brasileiros com os camponeses guaranis e destes com o domínio patrimonialista paraguaio, desde sempre fonte de tensões e poderoso obstáculo à plena integração das comunidades envolvidas.

À primeira vista, a disposição dos assentamentos e das localidades constituídas pelos diversos grupos se mostra caótica; porém, numa percepção mais acurada, revela o caráter diacrônico que a marcha de ocupação impôs ao território, onde as condições pedológicas puderam favorecer maior ou menor heterogeneidade dos imóveis rurais e do conseqüente modelo de exploração econômica levado a efeito.

A escolha do departamento de Canindeyú como área de estudos revelou-se particularmente interessante, por possuir tais elementos num espaço relativamente pequeno. Ali podemos observar uma diversidade de colônias brasileiras e paraguaias satélites em pleno processo de mutação urbana, conseqüência da penetração econômica e do contato transfronteiriço e inter-regional, que se ampliou nos últimos anos com a pavimentação de uma rodovia internacional (Ruta X) que conecta a fronteira oriental desde Salto Del Guairá até a capital Assunção.

Ao longo dessa rodovia é possível perceber com clareza exemplos concretos desse fenômeno. Se no extremo oeste do departamento de Canindeyú encontramos a localidade de Katueté, cuja formação recente é predominantemente constituída por população brasileira oriunda dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, intimamente vinculados à cultura da soja, a poucos quilômetros dali, a noroeste, encontramos o distrito de Puente Kijhá, colônia tipicamente paraguaia, calcada numa economia camponesa em franco declínio. Por fim, a localidade de La Paloma, caracterizada por zona de contato interétnico e de organização econômica

diversificada, agrícola e terciária, em um misto de população brasileira e paraguaia de diversa procedência.

Em seu contexto geral, Canideyú se converte num mosaico de atividades e mecanismos de exploração socioeconômicos, que vão da monocultura da soja à criação de gado, sob as formas intensiva e extensiva, passando pela policultura de subsistência e comercial. Exacerba como vitrine o forte dinamismo brasileiro, que, a exemplo da progressão da monocultura da soja, contribuiu definitivamente para a modernização agrícola e para a irreversível uniformização da sua paisagem.

No entanto, a construção desse mosaico deve ser compreendida a partir das condicionantes históricas que moveram essas populações em direção à região, tanto pelo lado brasileiro quanto pelo paraguaio, independentemente da justificada influência estruturante do meio, que em termos concretos se traduziu pela atração exercida pela fertilidade dos solos basálticos encobertos pela exuberante floresta subtropical.

Porém algumas questões, como aquelas suscitadas por Souchaud (2002), sobre as razões pelas quais uma sociedade eminentemente agrária como a paraguaia despertou tão tardiamente para a conquista desse considerável espaço interior, e os motivos que levaram às investidas brasileiras em tal processo, posto haver tantas terras igualmente disponíveis no Brasil, devem ser aprofundadas.

Há que se ater, entretanto, na evolução das estruturas socioeconômicas da sociedade paraguaia, que ocorreu com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, e para os arranjos políticos que historicamente orbitaram em torno da capital.

A característica mediterrânea dessa sociedade encapsulada num estado patrimonialista, que manteve durante longo período a maioria das terras agricultáveis da região central nas mãos de grupos estrangeiros e latifundiários paraguaios, foi um dos fatores importantes que contribuíram para o aprofundamento da pressão demográfica e para o acirramento das tensões sociais.

Somente a partir da ascensão de Stroessner ao poder, em 1954, depois da caótica alternância de governos colorados, uma mudança paradigmática do estado paraguaio ocorreria, calcada num regime ditatorial do tipo personalista e numa política de modernização dependente, efetivada através de um jogo pendular de reformulação de alianças e de interesses econômicos regionais.

Já a modernização da agricultura brasileira levou a um novo movimento de concentração fundiário, principalmente nas regiões meridionais do país, onde as culturas do trigo e posteriormente da soja possibilitaram uma sólida integração dos produtores



de médio e grande escala ao processo de produção capitalista (Rückert, 2003), (Banck1991), (Papma, 1991). Enquanto isso, muitos pequenos proprietários eram reduzidos à condição proletária, uma vez que já vinham de um processo de fracionamento dos minifúndios nas áreas de colonização européia, em decorrência das elevadas taxas de crescimento vegetativo daquelas populações, da falta de crédito e de uma política pública para o setor.

A conjunção desses fatores desencadeou os fluxos migratórios, intensificados pelas perspectivas de acesso a novas terras a preços módicos nas fronteiras que se abriam, tanto no norte do país quanto no vizinho Paraguai.

Entretanto, as terras da fronteira oriental paraguaia apresentavam um atrativo maior, devido à qualidade dos solos e à sua proximidade, além do fato de que grandes proprietários e investidores brasileiros já atuavam ali desde o início dos anos 1950, facilitando a ação das empresas colonizadoras na região.<sup>1</sup>

Tais questões são fundamentais para se compreender os entrelaçamentos políticos e os jogos estratégicos de lado a lado, do mesmo modo que a ação dos governos visava não apenas à expansão das economias nacionais, mas à contenção das demandas sociais internas, advindas do processo de modernização em curso desde os anos 1950.

O surgimento de uma frente de expansão pioneira, independentemente de questões semânticas ou mesmo conceituais que ela suscite, tendo em vista a vasta literatura produzida pela historiografia, geografia e ciências sociais desde finais do século XIX, constitui fenômeno instigante para o pesquisador atento ao signo da permanente transformação que caracteriza essas comunidades.

Em locais como Canindeyú, onde esse processo caminha para uma fase de acomodação do tipo “pós-fronteira” no sentido atribuído por Bennett (1969), sua observância se converte num campo privilegiado de estudos, em razão da própria contemporaneidade dos fenômenos que lá vêm ocorrendo.

---

<sup>1</sup> Segundo Menezes, essa presença efetiva de brasileiros na agricultura do Paraguai iniciou-se nos primórdios de 1950, quando o então “rei do café” Geremias Lunardelli, colonizador de grandes extensões do estado do Paraná, interessou-se pelas ricas, porém pouco habitadas terras fronteiriças do Paraguai. Foi a partir das conclusões do observador de terras Manuel Nogueira que Lunardelli deu início à sua empreitada de aquisição e introdução de cafezais naquelas paragens. Por volta de 1958, suas propriedades somavam mais de 350.000 hectares das melhores terras. Em 1960, a geada tomou de assalto seus cafezais; de 1.000.000 de pés, pouco mais de 200.000 restaram. Então, como de costume, tal como fizera no norte do Paraná e em São Paulo, dividiu suas propriedades em lotes de 300 alqueires em média e começou a vendê-los. Por volta de 1974, o antigo império de Lunardelli no Paraguai resumia-se a 70 mil hectares e no início dos 1980 apenas 10 mil encontravam-se nas mãos de um dos seus descendentes. Alfredo da Mota Menezes. **A herança de Stroessner: Brasil – Paraguai 1955 – 1980**. Campinas, Papyrus, 1987.

A imbricação entre pecuária e cultura da soja, como observado por Pébayle (1994), e a mutação dos camponeses migrantes do Sul do Brasil em *farmers* no Paraguai, são elementos ilustrativos desse processo de modernização, que se fez intimamente conectado ao desenvolvimento de um mercado internacional de produtos primários.

A emergência desses novos atores contribuiu para o aprofundamento das diferenciações socioeconômicas, enveredadas muitas vezes por ressentimentos e estigmatizações de natureza étnica, que incidem principalmente sobre os mais pobres, compatriotas ou paraguaios, corporificadas em expressões do tipo “quando vem vindo a máquina vai levando o negro pro mato”.<sup>2</sup>

Essa oposição pouco velada é somente parcialmente amortecida quando da existência de terras virgens em abundância, pois transfere ou posterga os conflitos sociais e de classes para as novas frentes de expansão que se abrem na fronteira. Elas traduzem também o caráter sucedâneo da ocupação e formação das frentes pioneiras, como analisado por Foweraker (1981), e, sob certos aspectos, por Margolis (1973); (1977), Charles Wood (1983) e Martins (1996).

No entanto, essa sucessão de etapas de ocupação e exploração dos recursos e das terras não se faz de modo integral. Por vezes, ela se estabelece de modo interdependente, dentro de uma economia regional, sendo os modos de produção conectados. Noutros termos, a produção intensiva de *commodity* nem sempre é incompatível com a produção doméstica de subsistência do tipo familiar; na maioria das vezes ela se apropria do excedente produzido pelo modo pré-capitalista para garantir a sua expansão.

Nos termos de Pébayle (1994, 78), o oriente paraguaio “*ne serait qu’une fidèle reproduction du Brésil meridional si ne subsistait encore une communauté de paraguayens pauvres qui, eux, commencent à se révolter contre l’invasion des ‘riches’ brésiliens auxquels ils reprochent de ne pas s’adapter et de ne viser qu’à un enrichissement rapide*”.

Em matéria publicada pelo *The New York Times* de 15/06/2001, intitulada “Brazilians in Paraguay”, os paraguaios reclamavam que a identidade nacional nas

---

<sup>2</sup> Como observa Pébayle, Brutal constat très brésilien, qui prouve combien cette société est divisée par le racisme – ou au moins l’ < ethnisme > et la différence socio-économique. Seule la disponibilité de terres vierges a jusqu’ici évité les chocs ouverts entre ces deux classes sociales fondamentalement opposées. (Pébayle, 1994, p. 78)

províncias da fronteira têm diminuído devido à predominância dos estrangeiros, que falam sua própria língua, usam sua própria moeda, hasteiam sua própria bandeira e são donos das melhores terras. Outros ainda se queixam de que seus filhos crescem falando português como segunda língua, em vez do guarani, e reclamam que o único canal de televisão disponível localmente é brasileiro e que seus filhos crescem torcendo para a seleção brasileira de futebol em vez de torcer pelo selecionado nacional. Segundo a mesma matéria, transmissões de rádio em guarani têm exortado os camponeses paraguaios sem terra a invadir e atacar as propriedades de brasileiros, incendiando suas casas e lojas. Em contrapartida, os brasiguaios reclamavam da discriminação contra seus filhos nas escolas locais e da intimidação das autoridades da imigração, através de extorsão e prisões ilegais.

Esses relatos, como outros congêneres que obtivemos na região, dão mostras das contradições desse singular fenômeno de formação de uma sociedade de fronteira.

Paradoxalmente, apesar desses problemas, o que hoje se observa nessa fronteira é uma crescente brasileirização dos costumes e dos padrões estéticos, sobretudo entre os jovens, para quem a tensão etno-cultural tem cada vez menor importância, em contraste com a aparente refutação de integração social por parte de alguns colonos mais antigos, sobretudo dos de ascendência germânica, que atribuem parte do seu ostracismo aos obstáculos perpetuados pelas autoridades paraguaias.

De certo modo, essa refutação entre os mais velhos decorria em grande medida da própria herança que marcou a adaptação dos imigrantes alemães nas colônias do Rio Grande do Sul. A recusa disseminada ao casamento misto, ao mesmo tempo em que reproduzia determinados condicionamentos históricos, se convertia em mecanismo estratégico de enfrentamento, ante as novas adversidades. Endogamia, ajuda-mútua e associativismo se tornaram arranjos adaptativos bem-sucedidos nos primeiros tempos, considerando-se o relativo padrão de vida alcançado por esses migrantes, comparados aos dos camponeses paraguaios.

De modo geral, os colonos da região da fronteira oriental permanecem vivendo de modo modesto e muito próximo das humildes condições originais de seus ancestrais do Sul do Brasil. Em parte, devido à sua relutante postura em relação à assimilação econômica e social em terras paraguaias, diferentemente dos brasileiros capitalizados oriundos de São Paulo e do Paraná, que tinham larga experiência com o agronegócio, e que viram na aquisição de grandes extensões de terras na região a oportunidade de

especular e realizar rápidos lucros, sem a incômoda preocupação com qualquer perspectiva de vínculo duradouro.

A contraface do processo geral de migração transfronteiriça tem sido a existência de milhares de famílias de sem-terra, brasileiros e paraguaios, e de índios alijados de seus próprios direitos constitucionais, que em comum compartilham uma trajetória de deslocamentos em sentidos opostos, mas dentro de uma mesma lógica de manutenção da condição camponesa. Esses brasiguaios semterra, antípodas dos colonos sulistas bem-sucedidos, forjaram sua identidade na própria ação coletiva e nas formas de mobilização e reafirmação da nacionalidade brasileira como estratégias de luta pela terra (Sprandel, 1992).

Os brasiguaios, homens sem pátria e sem território, são parte dessa dinâmica, resultante do conflito de perspectivas antagônicas, de interesses e valores divergentes, fruto da desarmonia e do dissenso, em meio à justaposição de significados.

A composição desta tese baseou-se em múltiplas fontes, envolvendo a observação de campo, relatos orais, dados institucionais, documentos oficiais, fotografias aéreas, imagens de satélite, artigos de jornais impressos e eletrônicos e vasta bibliografia de diferentes matrizes teóricas e questões temáticas. O entrecruzamento dessas fontes foi de fundamental importância para se compor um quadro de dimensões espaço-temporais mais amplo, que pudesse fornecer os elementos constituintes da formação e consolidação dessa fronteira. Os relatos orais, por constituir uma fonte privilegiada para se atingir e compreender o universo micro do cotidiano dos colonos assentados na região da zona alta de Canindeyú, e em especial da localidade de Katueté, foram utilizados mais sistematicamente nos capítulos IV e V, onde tratamos da ocupação e colonização propriamente ditas. Devido à atualidade dos fenômenos que ocorrem nas localidades estudadas e à complexidade das relações econômicas, sociais, culturais e políticas presentes, a escolha se fez por um viés teórico-metodológico multidimensional, tal como proposto por John W. Bennett em seus estudos sobre a colonização da fronteira do oeste canadense-americano. Por essa razão, a perspectiva de análise adotada se baseia na relação micro-macro dos fenômenos, abarcando na longa duração os vários elementos constitutivos desse processo histórico, que também é sociológico, político, antropológico e geográfico.

Esse foco se mostra particularmente apropriado considerando que populações agrícolas modernas, como as que se estabelecem nessa região de fronteira, são e em grande maneira estão, engendradas nas constantes mudanças do mercado, que nesse

caso transcendem os limites nacionais. As tensões e mudanças na política e na economia exercem uma pressão adicional nas condições de adaptabilidade dessas populações, que ocupam e se desenvolvem nessas zonas. Nesse sentido, a adaptabilidade não se dá somente pelas condições do meio ambiente, mas pelo conjunto de variáveis condicionadas pelas flutuações de mercado, pela disponibilidade de créditos, pelas políticas públicas para o setor, pela instalação de infra-estrutura, estabilidade cambial, preços mínimos etc. Em termos gerais, as comunidades que se forjaram ou que se constituíram nas regiões de fronteira, independentemente da sua diversidade e complexidade etno-cultural, compartilham em maior ou menor grau essas flutuações e mudanças econômicas, políticas e institucionais. Em sua grande maioria, são extensões desse processo de mudança, e seus desdobramentos decorrem do desenvolvimento e do processo expansivo do capitalismo (Silva, 2000, p. 16).

As decisões tomadas individual ou coletivamente, como consumir ou não consumir determinados recursos, inventividade, inovação, atitudes conservadoras, migração, permanência, são o *locus* desses mecanismos e todos esses comportamentos têm e tiveram lugar numa dada região, em condições específicas e num período delimitado, que no caso envolveu uma região mais ampla, que é a zona alta de Canindeyú, e as transformações históricas que se processaram em ambos os lados dessa fronteira.

Em sociedades agrícolas modernas, como salientado por Bennett, que não estão apenas voltadas para a subsistência, mas para a produção de alguns tipos de *commodities* destinados ao mercado, essa inserção deve normalmente obedecer às tendências e aos padrões mercadológicos mais amplos, o que exige permanente atenção com as suas flutuações e mudanças, e a não-observância desses fatores quando das decisões tomadas ou a adequação parcial a seus ditames produtivos são o que tem condicionado a extrema seletividade desse meio e conseqüente eliminação de muitos agricultores do negócio.

Distribuimos a tese em seis capítulos distintos. No primeiro, analisamos brevemente o sentido mediterrâneo da experiência histórica paraguaia e o caráter autoritário de sua formação social e política, buscando apontar as condições que favoreceram a emergência de Stroessner na vida política do país e do stronato enquanto regime.

No segundo capítulo, abordamos o substrato do regime stronista e suas estratégias, “bem-sucedidas”, diga-se de passagem, de perpetuação no poder. Tais

estratégias, que muitas vezes se fizeram *ad hoc*, foram movidas por cálculos oportunistas da política interna e externa, que no contexto da guerra fria se fez de um modo pendular, sobretudo entre seus vizinhos mais poderosos, e que acabou favorecendo os interesses do Brasil na região. O alinhamento à política e à economia brasileiras provou ser fundamental à perpetuação do regime stonista, garantindo com seu projeto de modernização dependente a manutenção das estruturas prebendárias que sustentavam o caráter personalista do seu governo. E foi justamente a perpetuação desse regime e sua vinculação ao Brasil que condicionou o intenso fluxo migratório e o estabelecimento maciço de colonos brasileiros na região da fronteira oriental.

No terceiro capítulo, abordamos a gênese da modernização da agricultura brasileira e os fatores que disponibilizaram o excedente populacional sulista que moveu os fluxos migratórios para as novas fronteiras abertas a partir dos anos 1960. A experiência com as novas técnicas e tecnologias do pacote modernizador conferiu certa vantagem adaptativa aos agricultores sulistas em relação aos demais colonizadores que se estabeleceram na fronteira oriental. As novas culturas comerciais operaram verdadeira metamorfose no campo (de um lado e do outro da fronteira), condicionando a crescente dependência dos agricultores em relação aos insumos modernos e aos financiamentos bancários, o que acabou imprimindo elevada seletividade entre os mesmos. Tal seletividade não decorreu da inacessibilidade, nem da relutância ao pacote modernizador, mas da integralidade de sua adoção, que em termos econômicos se mostrou inexequível para a maioria dos pequenos agricultores. Daí o aprofundamento das disparidades socioeconômicas presentes já na formação dessa fronteira agrícola.

No quarto capítulo, analisamos a ocupação e a colonização propriamente ditas, apontando os elementos condicionantes desse processo e o modo como os diferentes atores imprimiram sua marca na luta pela terra. De modo geral, a expansão dessa fronteira reproduziu e ampliou as iniquidades sociais e a agudização do problema fundiário predominante no país; por outro lado, proporcionou a mutação de muitos colonos, sobretudo os teuto-brasileiros, em agricultores farmerizados. A imbricação de interesses econômicos e políticos entre empresários brasileiros e a elite paraguaia foi fundamental para a consolidação da modernização conservadora da agricultura no Paraguai, que se fez sob auspícios do regime stonista.

No quinto capítulo, abordamos um pouco da vida dos colonos em terras paraguaias, e alguns dos seus arranjos adaptativos, buscando compreender como a experiência histórico-cultural dos grupos envolvidos em sucessivos processos de

reemigração pôde conferir uma moldagem diferente à nova sociedade. Os múltiplos relatos ouvidos dão mostras das contradições desse assentamento, a partir de suas visões do passado e projeções no presente.

Por fim, no sexto e último capítulo, discutimos algumas implicações socioambientais decorrentes do processo colonizador que condicionou, a partir das diferenciações étnicas e socioeconômicas, o estabelecimento de configurações ecossistêmicas concorrentes. Essas configurações socioambientais são dinâmicas e resultam da constante disputa pelos espaços agricultáveis, acirrando destarte as disparidades fundiárias e restringindo o acesso aos recursos naturais e o uso da terra. Em última análise, essas configurações decorrem das correlações de forças que visam atender as demandas do mercado externo, adequando os recursos locais a determinado modelo produtivo.

O sentido predatório e ecocida desse processo é, nesse capítulo, disposto de modo inequívoco pelas imagens captadas por satélite, nas quais se percebe esse ajustamento de caráter dinâmico traduzido pela mudança radical e permanente da paisagem.

## Capítulo I

### Entre o Atlântico e os Andes / A história de uma cultura autoritária

Quando o Paraguai se declarou independente da Espanha, em 1811<sup>3</sup>, poucos dos seus habitantes tinham realmente alguma experiência em governar. Parte do problema dessa pequena república decorreu da própria estrutura extremamente centralizada e suspeitosa do império hispânico. De tal modo que os membros da elite nativa, *criollos*, espanhóis nascidos na América, eram excluídos das posições importantes no governo colonial. Cargos de confiança eram preenchidos por oficiais enviados da metrópole, tais como vice-reis, governadores, juízes e coletores de impostos, que freqüentemente eram transferidos para outras partes do império, impedindo que criassem laços mais estreitos com as províncias.

Até 1776, o Paraguai fora administrado por um governador indicado pela Coroa, o qual respondia diretamente ao vice-rei do Peru. A partir daí a província ficou subordinada ao novo vice-reinado de La Plata, com sede em Buenos Aires, com o intuito principal de conter a progressiva expansão portuguesa na região, que ocorria desde as entradas bandeirantes setecentistas e oitocentistas.

Curiosamente, essa sede fora durante longo período dominada economicamente por comerciantes lusos, que se estabeleceram naquela praça e que controlavam parte importante do comércio regional.

Essa posição estratégica na foz do rio da Prata permitiria à burguesia mercantil portenha aspirar ao controle e ao monopólio do comércio marítimo do interior com o resto do mundo, concentrando em seus portos as trocas mercantis internacionais da região platina, e podendo com isso incrementar sua riqueza, em detrimento das elites interioranas.

---

<sup>3</sup> Conforme Nickson, “The declaration of Paraguayan independence from Spain effectively took place during the First National Congress of 1811 which was convened on 17 June, following the “Revolución del 14 Mayo” against the Spanish governor Bernardo de Velazco. Although the congress severed all relations with Spain, it failed to define its new relationship with Buenos Aires. The proclamation of the República del Paraguay to replace that of “Province”, and the formal separation of all ties with the Spain of Ferdinand VII occurred during the Second National Congress of 1813. However, the formal declaration of independence was not made until the Congress of 1842. Nickson, R. Andrew. Historical Dictionary of Paraguay. 2<sup>nd</sup> ed., ver., enl., and update. London: The Scarecrow Press. 1993.



O aprofundamento dessa situação levaria a um crescente isolamento do Paraguai e a um acirramento das divergências entre as demais províncias argentinas, postergando a consolidação de um estado nacional.

A inexistência de jazidas de ouro e metais preciosos ou de algum produto primário lucrativo colaborou para o isolamento e pobreza do Paraguai.

Mesmo entre suas elites, pouquíssimos eram versados nas primeiras letras ou tinham alguma formação; a maioria da população mantinha-se totalmente ignorante em relação ao mundo exterior. Entre os nativos indígenas, sobretudo guaranis, muitos padeciam trabalhando como escravos nas cercanias da capital ou viviam sob tutela paternalista nas missões (*misión por reducción*) jesuíticas<sup>4</sup>.

A tentativa por parte da nova República Argentina de Buenos Aires em submeter o governo paraguaio à antiga autoridade se deu em 1810, quando o general Manuel Belgrano invadiu o Paraguai e foi vergonhosamente rechaçado pelas milícias locais. A ascensão de José Gaspar Rodríguez de Francia ao governo paraguaio deveu-se em grande medida à incapacidade da junta governante, que se estabelecera após a independência, em administrar e manter minimamente a ordem interna, e também em conter novas investidas militares por parte dos portenhos.

Ao aceitar a responsabilidade de governo, Francia passou a executar uma política de organização do estado, pondo fim à desordem interna, arranjando as finanças sob bases saudáveis e estruturando as defesas do país. Como reconhecimento por seus feitos, o Congresso em 1814 tornou-o ditador vitalício, concedendo-lhe o título de “El Supremo”, o que acabou se tornando, segundo Lewis (1980), o início de uma longa e dura tirania e também um fatídico início para o desenvolvimento político paraguaio.

## 1.1 Os primeiros ditadores

---

<sup>4</sup> Segundo Melià, “En el mundo colonial hispánico del siglo XVI la reducción significaba un proyecto político y civilizador. Se pretendía juntar a los indios en pueblos, pues se consideraba que no podían ser humanos y mucho menos cristianos, los indios que vivían desparramados, ‘esparcidos y sin forma política en los montes y campos’. Lo cierto es, sin embargo, que por detrás de esa formulación humanística, la reducción estaba destinada a integrar a los indios dentro del sistema colonial, colocar su estructura tribal bajo el control del Estado y concentrar mano de obra al servicio del encomendero o patrón. La reducción, en muchos casos, comenzaba donde terminaba la conquista por las armas; cuando los recursos militares eran escasos o cuando la capacidad de resistencia indígena se hacía sentir, la reducción fue un medio de pacificación”. Bartomeu Melià. Misión por reducción. Suplemento Antropologico, Asunción, v. 26, n. 1, p. 214, junio. 1991.

Asceta, solitário, Francia devotou-se decididamente a governar o Paraguai, tendo como premissa a independência do país. Para tanto, impôs rígidos parâmetros comportamentais à sociedade, numa espécie de estado-caserna, no qual tudo era direcionado à manutenção de um exército forte. Homens entre 17 e 60 anos eram recrutados ao serviço militar, índios ou *criollos*, chegando o exército a contar com 5.500 homens nas tropas regulares e mais de 25.000 reservistas, numa população estimada de 375.000 almas.

Para garantir a alimentação e manutenção das tropas, Francia confiscou as terras dos grandes proprietários e as distribuiu entre os camponeses, porém impondo rigorosamente as condições de produção e venda. Algumas fazendas e ranchos eram controlados e trabalhados diretamente pelo exército e similar política era aplicada à indústria, constituindo-se uma política econômica autárquica.

Um rígido controle das fronteiras e dos negócios pelo governo inibia qualquer comércio estrangeiro, exceto quando Francia permitia, o que era bastante raro. De tal sorte que um regime dessa natureza dependia de forte aparato repressor para consolidá-lo: censurava correspondência, proibia reuniões e publicações de livros ou jornais, espalhava espiões por todas as partes do país. Concentrando seu ódio sobre os ricos, espanhóis e *criollos*, ordenava a prisão de seus líderes e o confisco de suas propriedades e aqueles suspeitos de conspiração eram simplesmente executados ou enviados a campos de concentração no interior das selvas ou nos calabouços da cidade, onde acabavam perecendo (Nickson, 1993).

Também a Igreja foi perseguida, sendo seus bens confiscados e as ordens religiosas expulsas do Paraguai, depois que o papa Leão XII ordenou, em 1824, que os clérigos apoiassem os esforços do rei espanhol Fernando VII em restabelecer seu domínio na América (Doratioto, 2002).

Dos poucos que escaparam da polícia, a maioria fugia para o exílio, e com a liquidação e ruína das classes altas quase nada de sofisticado restara. Com um sistema educacional precário e com um corpo burocrático incipiente e pouco qualificado, a sociedade foi paulatinamente definhando num estado de resignação e ignorância. Entretanto, devido à sua honestidade e ao seu caráter parcimonioso, Francia deixaria como legado uma república independente, sustentada na coesão do seu exército e na saúde de suas finanças. Sob certos aspectos, a eliminação das antigas elites e a estruturação de uma certa concepção de estado socialista autocrático possibilitaram a existência de um país política e culturalmente homogêneo e, até certo ponto, igualitário.

Após sua morte em 1840, depois de um quarto de século no poder, sucedeu-lhe Carlos Antonio López, que em linhas gerais manteve a postura autocrática, apesar do funcionamento do Congresso, cujos membros eram escolhidos a dedo pelo novo ditador.

O sistema de estado implementado por Francia foi mantido e em muitos aspectos ampliado; como no caso do exército, que passou a contar com mais de 7.000 homens em suas tropas regulares, e a expansão das terras governamentais, que passaram a contabilizar quase 98% de todo território. Porém, apesar da retração econômica ocorrida no início do novo governo, o cenário externo se tornou mais favorável ao relaxamento das tensões diplomáticas e comerciais com os vizinhos do Prata<sup>5</sup>, em parte devido às mudanças internas que ocorreram a partir de 1852 nas administrações argentinas. O aumento das receitas comerciais foi impulsionado por uma série de melhorias internas como a do estaleiro naval, da frota fluvial, a instalação de um sistema de telégrafos, a construção de ferrovias, o desenvolvimento de novas manufaturas, além da construção de grandes edifícios públicos, de modo que, ao findar seu governo, com sua morte em 1862, o Paraguai se tornara mais próspero e militarmente mais forte.

Esses exemplos ilustram de certo modo a carência interna de um setor social dinâmico, com experiência administrativa e, sobretudo, capitais para impulsionar a modernização do país, que a nova abertura externa demandava. Destarte, coube ao Estado paraguaio bancar esse dinamismo, que no decorrer do tempo se mostraria limitado e fortemente dependente da exportação de itens primários e de uma única via de escoamento, no caso o estuário do Prata.

A necessidade de impulsionar os contatos com o exterior deparava-se com os obstáculos impostos por Rosas, que em suas pretensões hegemônicas para o cone Sul se negava a reconhecer a soberania do Estado paraguaio. A rivalidade entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, recrudescida pelas disputas envolvendo os territórios da Banda Oriental, se tornara mais acirrada com a intervenção de Rosas a favor dos blancos, contra os colorados, na Guerra Civil Uruguaia (1838 – 1851). Tal fato levou a uma aproximação entre o Império do Brasil e a República paraguaia, cuja independência foi reconhecida pelo governo brasileiro em 1844, objetivando com isso rearticular sua

---

<sup>5</sup> Segundo Ricardo Scavone Yegros, em julho de 1841 o Paraguai assinou com a província de Corrientes, sublevada contra o então governo portenho de Rosas, dois tratados, um de Amizade, Comércio e Navegação e, outro, de Limites. Esses documentos estabeleciam o livre-comércio recíproco e um *modus vivendi* para evitar conflitos enquanto não se chegasse a um acordo sobre fronteiras (Apud. Doratioto, 2002, p. 26).

presença na região, isolando o governo Rosas e buscando evitar uma composição do Paraguai com a Confederação Argentina.

Tradicionalmente, o Brasil era tido como um Estado solitário em meio ao confuso turbilhão republicano dos vizinhos hispânicos, que em suas lutas internas buscavam definir o caráter dos respectivos Estados nacionais. Sob certos aspectos, o Império do Brasil se constituía, nessa visão, um prolongamento no tempo do expansionismo colonial português (Moniz Bandeira, 1998).

Com a morte de Carlos López, seu filho mais velho, Francisco Solano López, ascendeu ao poder e, através de uma manobra familiar, logrou fazer com que seu pai moribundo alterasse o testamento político a seu favor.

Mesmo não exibindo as mesmas credenciais intelectuais de seu desafeto irmão Algel Benigno, cuja inclinação política era abertamente liberal, Solano galgou prematuramente a mais alta hierarquia militar, sob beneplácito paterno. No poder, daria prosseguimento à tradição autoritária que já caracterizava a república mediterrânea, disseminando acólitos e alcagüetes da polícia por todos os cantos do país e reprimindo severamente quaisquer manifestações contrárias ao regime.

Nem mesmo a Igreja havia sido poupada dessas ações. Forçada a nacionalizar-se e a dever obediência ao Estado, converteu seus próprios sacerdotes em delatores a serviço das autoridades policiais.

Diferentemente de seus antecessores, Solano López caracterizou-se por sua obsessiva ostentação e culto personalista. Provinciano e politicamente bisonho, ficara fascinado com a opulência da corte de Napoleão III, que o acolhera durante sua estada em Paris em 1854. Naquele mesmo ano, emancebou com a cortesã irlandesa Elisa Alicia Lynch, quando era então ministro plenipotenciário encarregado da compra de armamentos para o exército paraguaio e do estabelecimento de laços comerciais com firmas européias.

Esses contatos renderam contratos com a famosa firma britânica Blyth & Co., para o fornecimento de sofisticados armamentos e treinamento de militares paraguaios na Europa, além do recrutamento de técnicos e engenheiros europeus para auxiliarem na modernização do país (Doratioto, 2002).

De certo modo, esses fatos testemunham o paulatino estreitamento das relações comerciais do Paraguai e sua dependência em relação às potências européias da época, sobretudo a britânica. E que o tão propalado desenvolvimento autônomo paraguaio não passou de mero equívoco interpretativo e mitificador da figura de Solano López, feita

por determinada corrente historiográfica revisionista, que nos anos 1970 e 1980 buscou, através de determinados recortes históricos enviesados, instrumentalizar suas ações políticas e ideológicas <sup>6</sup>.

No Brasil, essa interpretação precipitada e pouco fundamentada em termos documentais foi motivada pelo estado de exceção imposto pelo regime militar. Viu-se na releitura da fatídica Guerra do Paraguai uma fonte importante para macular a imagem e tradição das instituições militares e de seus mitos fundadores, como o próprio Caxias, herói daquela guerra. Até recentemente, muitos manuais e livros didáticos brasileiros ainda reproduziam essas teses <sup>7</sup>. No Paraguai, a construção desse mito, enaltecendo a figura heróica de Solano López, serviu sob medida aos interesses manipuladores do regime e da figura de Stroessner, que se proclamava herdeiro legítimo e continuador daquela tradição de luta em defesa dos interesses da pátria guarani.

## 1.2 A guerra

As questões das fronteiras nacionais e do livre trânsito dos rios da bacia do Prata sempre constituíram temas pendentes entre as diplomacias do cone Sul. De certo modo, as duas grandes potências regionais não davam muita atenção às demandas paraguaias quando formulavam suas políticas, tendo também em vista a insignificância política dos grupos que se alternavam no Uruguai. Para Solano López, no entanto, a preservação da independência uruguia era tida como fundamental ao futuro do Paraguai enquanto

---

<sup>6</sup> A esse respeito Francisco Doratioto, calcado em ampla documentação histórica sobre o período, afirma ser

“fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo histórico de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir ‘de dentro’, com seus próprios recursos, sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Os projetos de infra-estrutura guarani foram atendidos por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 77% das importações paraguaias, quase todas originadas de Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados”. Segundo o mesmo autor, “é equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada. A realidade era outra e havia uma promíscua relação entre interesses do Estado e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária ‘privada’ do país enquanto esteve no poder”. Francisco Doratioto. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**, São Paulo, Cia. das Letras, 2002, p. 30. Convergente com essa perspectiva, a observação de Paul Lewis: “The favorable interpretation, created by modern nationalistic Paraguayan historians, argues that López was patriot who died fighting to defend the nation from foreign imperialism. This latter view prevails among Paraguayans today. For them, ‘El Mariscal’ is their greatest national hero”.

<sup>7</sup> Entre os escritos dignos de nota e que se tornaram famosos por compartilhar essas teses, podemos citar o livro de Júlio José Chiavenatto. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979, também o livro de Leon Pomer. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. 2. ed. São Paulo. Global, 1981. Até mesmo Eric J. Hobsbawm parece ter flertado com essa interpretação. **A era dos impérios: 1875 – 1914**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 78.

nação que almejava estabelecer-se como terceira força entre Brasil e Argentina. Inepto em sua avaliação, conduziu a nação guarani a uma desastrosa aventura, ao superestimar a real necessidade de consolidar uma estratégia comum com Montevideú, que durante o governo blanco de Bernardo Berro havia rompido com a costumeira política pendular uruguaia em relação ao Brasil e à Argentina, indispondo-se duplamente.

A postura de Solano López baseava-se na crença de que este exercia ascendente influência sobre os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, e de que isso o credenciaria como mediador importante das questões platinas. No entanto, o curso dos acontecimentos fora outro, pois a busca de uma saída política para as disputas entre caudilhos, blancos e colorados no Uruguai, mediadas pelo *Foreign Office*, possibilitou uma maior aproximação entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Para estes, o envolvimento de López nas questões platinas era visto mais como fator desestabilizante do precário equilíbrio regional do que como mediador dos conflitos.

Com o fracasso das negociações no Uruguai e com a intervenção direta do Império do Brasil no território oriental, estavam dadas as condições para a famigerada aventura bélica paraguaia.

Solano López, ao perceber a reprovação argentina à invasão brasileira no Uruguai, decidiu invadir rapidamente o Mato Grosso, em 1864, retendo as embarcações de guerra brasileiras na região e desmantelando suas guarnições defensivas naquele território. Esse feito seria talvez o mais exitoso da incauta campanha, antecedendo seu ataque à província brasileira do Rio Grande do Sul através da Argentina, que negara autorizar o trânsito das tropas paraguaias por seu território. Como consequência, Argentina, Brasil e Uruguai (naquele momento reduzido à condição de Estado fantoche) assinaram o tratado da Tríplice Aliança, no qual se comprometiam a destruir o regime de Solano López.

Desde o início ficara evidente o despreparo do exército de López para o enfrentamento de uma guerra longa, sozinho num conflito por ele próprio desencadeado. As forças paraguaias, que contavam com mais de 30.000 homens, eram consideradas as mais poderosas da América Latina, entretanto seu poder se mostrou ilusório devido à carência de comandantes treinados e à falta de fontes confiáveis de suprimentos e armas, além de contar com um número insuficiente de reservistas em condições adequadas para suprir as linhas de frente.

Tais problemas internos decorriam da própria estrutura paranóica dos regimes tirânicos que se sucederam no Paraguai desde os dias do “El Supremo”, que por razões

políticas negligenciou seu corpo de oficiais. As fileiras do exército sofriam com uma crítica escassez de pessoal qualificado e muitas das unidades de combate eram insuficientes e careciam de qualquer apoio logístico<sup>8</sup>. A falta de uma base industrial que permitisse repor o armamento perdido em batalha seria agravada com a aliança estabelecida entre Argentina e Brasil, o que impediria Solano López de receber armamento do estrangeiro e estrangulava todo o seu esforço de guerra, que a partir de então se resumiria a táticas defensivas e ataques suicidas desesperados.

Excluindo-se as poucas vitórias do *front* norte, a guerra rapidamente se converteu num imenso desastre para López. O cerne das unidades do exército paraguaio alcançou Corrientes em abril de 1865 e por volta de julho do mesmo ano metade de suas tropas invasoras haviam sido mortas ou capturadas com suas melhores armas e peças de artilharia. A guerra se converteria numa desesperada luta pela sobrevivência do Paraguai.

No início de 1867, mais de 60.000 homens sucumbiram devido a ferimentos, doenças como a cólera, ou pela simples captura. Para substituí-los, outros tantos foram chamados ao dever, recrutando-se velhos, escravos e unidades de infantaria formadas inteiramente por crianças, do mesmo modo que muitas mulheres eram obrigadas a prestar suporte aos soldados atrás das linhas de combate sem as mínimas condições. A precariedade material das tropas chegou a tal ponto que a maioria dos soldados iam para as frentes de batalha seminus, liderados por comandantes pés-descalços.

Ao caráter defensivo assumido pelos guaranis, combinaram-se a tenacidade e certa ingenuidade tática e a dificuldade de entendimento entre brasileiros e argentinos, tornando o conflito uma guerra de atrito, cujo fim somente ocorreria com o total colapso das forças paraguaias, impossibilitadas de combater os gigantescos inimigos.

Ante a iminência do inevitável desenlace da guerra, Solano López apegou-se a um profundo sentimento conspirativo, desencadeando um processo de execuções sumárias de possíveis suspeitos, envolvendo oficiais militares, altos burocratas e estrangeiros, incluindo diplomatas. Não foram poupados nem mesmo familiares, como irmãos, primos e até sua própria mãe, salva pelos soldados brasileiros em Cerro-Corá, último bastião do insano ditador (Moniz Bandeira, 1998).

---

<sup>8</sup> O diplomata brasileiro Viana Lima relatava à época “haver carência de chefes militares paraguaios competentes, pois Solano López para manter seu poder, buscava anular aqueles que demonstravam algum talento, reduzindo-os à simples condição de lacaios”. Relatava também que “o armamento paraguaio era, em esmagadora proporção, obsoleto e, quanto a posições defensivas, a mais forte era Humaitá”; “A marinha paraguaia, por sua vez, não era levada a sério, tendo como único vapor armado o Tacuari, em péssimo estado por ser muito velho” (apud. Doratioto, 2002, p. 62).

Em janeiro de 1869, as tropas da Tríplice Aliança entraram em Assunção e por mais quatorze meses as lutas se sucederiam nas florestas no norte do país, quando finalmente Solano López foi morto em batalha.

Como resultado, milhares de paraguaios mortos. Indigente e completamente destruído, o país ainda suportaria uma prolongada ocupação por tropas estrangeiras e o desmembramento de grandes extensões do seu território, que seriam anexadas ao Brasil e à Argentina. Se para o Brasil a vitória na guerra fortaleceu suas instituições militares e consolidou sua hegemonia na região, pelo menos até 1875, ela também significou internamente o início da decadência do regime imperial. Já para os argentinos, a guerra contribuiu decisivamente para a consolidação de um estado nacional centralizado, e também para o redimensionamento de sua economia no plano regional (Doratioto, 2002); (Moniz Bandeira, 1998).



**Foto 1** - El joven brigadier Francisco Solano Lopez en unas maniobras militares en el Campo de Marte, París, 1854, entre Napoleón III y el ministro de guerra general Randon. (Elysa Lynch, mujer de mundo y de guerra - Fernando Baptista, EMECÉ 1987 Bs. As).

Fonte eletrônica: acessada em 04/08/2006 <http://www.meucat.com/detalhe.php?ID=9908&LOJA=album>



**Foto 2** - Última fotografia de Solano López, en la retirada final, pocas semanas antes de su muerte. (Elysa Lynch, mujer de mundo y de guerra - Fernando Baptista, EMECÉ 1987 Bs. As).

Fonte eletrônica: acessada em 04/08/2006 <http://www.meucat.com/detalhe.php?ID=9911&LOJA=album>



### 1.3 O pós-guerra: liberais versus colorados

Não fosse, segundo Lewis(1980), a retomada da antiga rivalidade entre Brasil e Argentina pela supremacia regional, o Paraguai teria deixado totalmente de existir. A ocupação e controle do país pelo exército brasileiro durante os seis anos que se seguiram à guerra levou o seu comando a assumir o papel de árbitro político encarregado da seleção e escolha de presidentes fantoches. Por outro lado, os argentinos também exerceriam sua influência no governo, pois muitos dos políticos paraguaios encontravam-se entre seus escalões burocráticos, uma vez que, tendo sido exilados em Buenos Aires, retornaram à sua pátria como membros da Legião Paraguaia, um destacamento militar formado no exílio e que tinha lutado durante a guerra junto ao exército argentino.

Esses legionários eram em sua maioria descendentes da velha classe alta paraguaia, que haviam deixado o país durante os governos de Francia e dos López. Estavam assim determinados em seu retorno a varrer qualquer vestígio do antigo regime. Um dos seus primeiros atos, em 1870, foi redigir uma constituição democrática, logo após terem iniciado a venda das terras e empresas estatais. Devido aos preços módicos, muitos compradores estrangeiros foram atraídos ao negócio. Tal generosidade rendeu aos governantes legionários bons créditos no exterior e principalmente dois grandes empréstimos concedidos prontamente pelo British Banking Firm of Baring Brothers.<sup>9</sup>

As disputas entre os próprios legionários envolvendo a presidência só poderiam ser amenizadas com a mediação das forças armadas brasileiras estacionadas no país. Entretanto, com o crescente endividamento do tesouro e o elevado custo de manutenção das tropas de ocupação, o governo imperial viu-se obrigado a removê-las, o que veio a ocorrer em 1876. Um ano após a retirada das tropas brasileiras, o titular da presidência, Juan Bautista Gill, seria deposto e assassinado por uma revolta militar liderada pelo general Bernardino Caballero, líder nacionalista que lutara ao lado de Solano López até o fim. Por esse motivo era aclamado como herói por seus correligionários.

Permaneceria na cena política e institucional paraguaia por pelo menos vinte e sete anos, impondo uma aparente ordem no Paraguai, primeiro como presidente da

---

<sup>9</sup> Segundo Teodosio González, unfortunately for Paraguay, the Legionnaires seized most of this money as their personal spoils; little of it ever reached the treasury or went to any good use. The country was simply left with another enormous deb".(Apud, Lewis, 1980, p. 19)

republica, entre 1880 e 1886, e depois como líder das forças armadas. Caballero foi também o fundador da Asociación Nacional Republicana, que se tornaria popularmente conhecida como Partido Colorado e que dominaria a vida política do país de 1880 a 1904.

Seu governo, como os que o antecederam após a guerra, permaneceu mergulhado na mais completa bancarrota financeira, e, para o seu infortúnio nacionalista, teve que dar prosseguimento à política liquidacionista, iniciada pelos legionários, da venda de ativos públicos, como fazendas estatais, ferrovias, fábricas e minas, freqüentemente entregues a preço de barganha a gananciosos especuladores estrangeiros. Nesse processo, grandes áreas rurais passaram para as mãos de latifundiários estrangeiros absenteístas, alijando de suas terras os miseráveis camponeses, órfãos do antigo Estado paternalista.

Essa agremiação política nunca fora unida nem homogênea, e à medida que Caballero ia perdendo sua força no controle da máquina partidária várias facções começaram a aparecer. Alguns colorados que fizeram fortuna através da especulação de terras tornaram-se conservadores; outros, descontentes por não lucrarem o suficiente, aguardavam o momento oportuno para se verem livres daquele governo.

Nesse ritmo, o partido foi paulatinamente se tornando menos radical em suas proposições nacionalistas e mais negligente na admissão de questionáveis elementos entre suas fileiras, o que proporcionaria, dois anos mais tarde, em 1904, o retorno dos liberais ao poder, com a invasão armada comandada pelo capitão Benigno Ferreira, antigo desafeto dos lopistas (Nickson, 1993).

O retorno dos liberais não significou a instauração de um Estado democrático, mas a substituição de um forte regime militar por um fraco governo civil, envolto num permanente clima conspiratório. Ao longo dos dezoito anos de governo liberal, quinze diferentes homens passaram pela presidência, culminando com uma devastadora guerra civil entre as duas principais facções liberais<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Segundo Ceres Moraes, “Apesar de sua longa permanência no comando da política paraguaia, o Partido Liberal não implantou os princípios liberais de governo. A exemplo do Partido Colorado, não conseguiu promover o desenvolvimento econômico do país nem sua estabilidade político-institucional. As lutas internas e disputas de facções, bem como o ‘estado de sítio’ e os golpes de estado promovidos pelos membros do Partido, com apoio de chefes militares, foram constantes, constituindo-se numa das principais características do período. Em 1936, foi afastado do poder pela chamada Revolução Febrerista, mas voltou a ele em 1937, com o General Estigarribia. Com a morte deste em 1940, e a ascensão do General Morínigo e dos Colorados as principais lideranças liberais foram exiladas e o partido colocado na ilegalidade”. in Moraes, Ceres. **Paraguai: A consolidação da ditadura de Stroessner: 1954-1963**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000, p. 20.

Entre 1924 e 1936, houve um relativo retorno à normalidade institucional do país, que se seguiu a três administrações liberais, apesar do aprofundamento da crise econômica e do deplorável estado das finanças públicas, destroçadas por seguidas revoltas e conluios internos. No entanto, a calma aparente era ilusória, pois tanto os colorados se recusavam a participar do jogo eleitoral como crescente número de liberais dissidentes também sonegava sua lealdade ao sistema, que em linhas gerais preservava a iniquidade social. (Lewis, 1980). Em síntese, a política liberal do *laissez-faire* permitiu a um punhado de hacendados, liberais e colorados, exercerem um controle quase que feudal sobre as zonas rurais, deixando a maioria dos camponeses perecerem sem terras para plantar, enquanto o destino econômico do Paraguai era manipulado por escusos interesses estrangeiros. Na realidade, o liberalismo paraguaio, que se apregoava modernizador e antimilitarista, fora em essência conservador e antipopular, produto, segundo Donghi (1975), da influência dos interesses argentinos sobre os brasileiros e do predomínio da elite exportadora sobre os setores agrários.

#### **1.4 A Guerra do Chaco e a Revolução Febrerista**

A disputa pela região do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, que durante décadas vinha sendo fermentada, só se tornou séria ameaça no início dos anos 1930, coincidindo com o agravamento da situação social paraguaia, acentuada pelos efeitos da grande depressão. O Chaco, imensa área de estepes quase devoluta, situada entre os Andes e o rio Paraguai, era reivindicada por ambos os países.

A Bolívia desejava um porto no rio Paraguai e para ter pleno acesso a esse rio necessitava ocupar o Chaco; no entanto, dada a anterior presença paraguaia na região e considerando as perdas territoriais decorrentes da Guerra da Tríplice Aliança, o governo de Assunção não estava disposto a novas concessões dessa natureza.

A diminuta ocupação dessa inóspita região pelo Paraguai limitava-se a alguns poucos assentamentos agrícolas e povoados, iniciados por imigrantes alemães menonistas que lá chegaram nos anos 1920. Os paraguaios exploravam também o corte de quebrachos ricos em tanino, para uso em curtumes, e instalaram algumas ferrovias de bitola estreita a fim de transportar madeiras da região até o rio Paraguai.

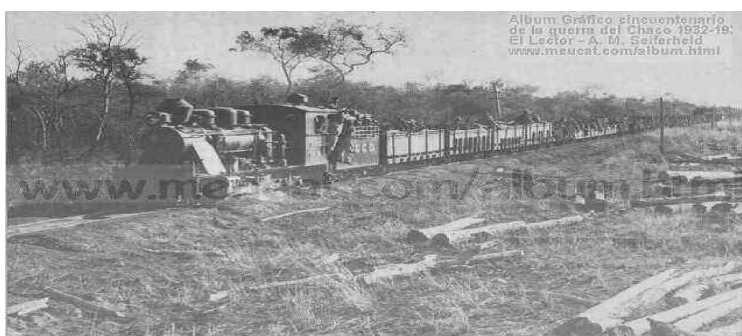
Porém anos de governos débeis e instáveis no Paraguai permitiram aos bolivianos avançar sobre aquele território e estabelecer fortificações ao longo da cabeceira do rio. Valendo-se de assessores militares alemães, a Bolívia pôs em marcha

um programa de rearmamento e modernização de suas forças armadas, coordenado pelo oficial alemão Hans Kundt, que também dirigiu e planejou a ocupação dos territórios do Chaco no início de 1932, data em que ocorreriam os primeiros confrontos.

Apesar da superioridade bélica e tática boliviana, seus exércitos do altiplano se mostraram pouco adaptados às condições inóspitas daquela região, situação agravada pela vulnerabilidade de suas linhas de suprimentos. Já os paraguaios, apesar do generalizado desaparecimento de suas forças armadas, tinham a seu favor um amplo conhecimento do terreno e facilidade no deslocamento de tropas e munições.

O caráter aguerrido de alguns comandantes paraguaios, como Rafael Franco e o coronel Estigarribia, e a unidade de espírito de seus subordinados, a despeito da inépcia governamental, propiciou vitórias em batalhas decisivas, que reverteriam não apenas os rumos da guerra, mas também os destinos da nação.

### Figuras 1 – Guerra do Chaco



El ferrocarril de Casado y transporte de tropas



Decifrando as mensagens bolivianas, 1933. Fonte eletrônica: acessada 16/03/06  
<http://www.meucat.com/main.php?LOJA=album&SCR=1024>

**Figuras 2** - Mapa da região disputada entre os dois países:

Bolívia e Paraguai disputam a região conhecida como "**Gran Chaco**". Em **1931**, a Bolívia emitiu um selo com o mapa da região chamada "**Chaco Boliviano**". Abaixo, um selo regular, de uma série de 14 selos postais regulares e 10 selos aéreos, emitido pela Bolívia em **1935**, que também mostra o "**Gran Chaco**" como "**Chaco Boliviano**".



Em **1932**, o Paraguai respondeu com um slogan no selo: "**Tem sido e será**" (Ha sido, es y sera - Has been, is and will be), com a região chamada "**Chaco Paraguayo**". Logo depois que o primeiro selo "Gran Chaco" paraguaio foi emitido, iniciou-se uma guerra pela disputa do território. Houve muitas mortes em ambos os lados e o território foi oficialmente declarado do Paraguai, pela Conferência dos Estados Americanos, em Buenos Aires (1938-1939).



Fonte eletrônica 13/10/05: <http://www.sergiosakall.com.br/americano/paraguai.html>

Apesar da gloriosa vitória militar sobre a Bolívia, a Guerra do Chaco serviu em certo sentido como um catalisador político que uniu às oposições os trabalhadores e camponeses, insatisfeitos com os sucessivos governos liberais. Os desdobramentos da guerra serviram também como matéria-prima para a revolução nacionalista, visto o

descaso do governo Eusébio Ayala em relação à situação dos veteranos de guerra feridos e inválidos, que viram negados seus direitos a pensões. Tal posicionamento tipicamente liberal, calcado nos míopes princípios do *laissez-faire*, causou uma grande comoção entre todos os nacionalistas, que exigiam reformas sociais. O fato derradeiro para os liberais ocorreria em fevereiro de 1936, quando o presidente Ayala mandou para o exílio o coronel Rafael Franco, sob suspeita de envolvimento numa conspiração golpista.

No entanto, essa decisão somente estimularia outros complôs, que culminariam no golpe desfechado em 17 de fevereiro pelo grande regimento de Cavalaria de Campo Grande, situado nos arredores da capital. Naquela mesma data, Ayala se renderia, levando ao fim trinta e dois anos de governo liberal, e no dia subsequente Franco retornaria do exílio para encabeçar um novo governo, dito revolucionário (Lewis, 1980.) (Nickson, 1993.).

Franco foi um legítimo caudilho militar, com grande apelo popular, que adorava falar às multidões, mas seu governo nascera condenado desde o princípio, pois era composto por um amplo leque de tendências dissidentes, que iam desde comunistas e socialistas a nacionalistas independentes, de algumas facções do velho liberalismo (cívicos) a membros do Partido Colorado, e até ultradireitistas inspirados no fascismo Italiano, cuja única perspectiva comum era o ódio aos liberais.

Apesar dessa considerável divisão interna, o governo revolucionário logrou realizar algumas importantes reformas de caráter social, dando início a uma verdadeira reforma agrária, promulgando um novo código trabalhista, permitindo a sindicalização e o direito à greve, além de estabelecer garantias de seguridade social (Lewis, 1980); (Arce, 1988). Por fim, e não menos caro aos paraguaios, conseguiu a restauração do orgulho nacional, ao recuperar o corpo de Solano López de sua sepultura apócrifa em Cerro-Corá, enterrando-o novamente, com as mais altas honrarias, numa pequena capela barroca no centro de Assunção, denominada “Pantheon dos Heróis”.

Apesar desses feitos, o governo revolucionário foi paulatinamente perdendo sua popularidade, consumido por intrigas internas entre seus gabinetes ministeriais, que corroeram rapidamente as frágeis bases de sustentação política que originaram o novo regime. Pressionado entre fascistas e revolucionários nacionalistas, com a saída dos colorados, Franco se viu restrito a pequena base de apoio dado pela *Liga Nacional*

*Independiente*, o que se mostrou insuficiente para manter seu governo e dar continuidade às reformas estruturais que eram esperadas <sup>11</sup>.

Em agosto de 1937, um novo golpe ocorreu, liderado pelo então coronel Ramón Paredes, o qual havia estado em permanente contato com os líderes liberais no exílio. Porém ao retomar o poder os liberais estavam convencidos de que poderiam voltar no tempo e para camuflar suas reais intenções substituíram Franco por outro herói de guerra, no caso o marechal Estigarribia. Desgraçadamente, para infortúnio dos liberais golpistas, Estigarribia logo se fez consciente de que essa política contra-revolucionária nunca funcionaria. Então, numa reviravolta, neutralizou o núcleo liberal e reuniu em torno de si um brilhante grupo de jovens burocratas (novos liberais) comprometidos com as reformas sociais. Ao fazê-lo, entrou em colisão frontal com os liberais tradicionais que controlavam o Congresso. Diante desse impasse, Estigarribia dissolveu o Congresso e, para não fugir à tradição política paraguaia, se autoproclamou ditador absoluto. Além disso, para anunciar o desejo de mudança de seu governo, ele juntou pedaços da antiga Constituição de 1870 com preceitos do liberalismo democrático do *laissez-faire*, promulgando a Constituição de 1940 (Lewis, 1980).

Essa Constituição, na prática, continha fortes elementos corporativistas, muito influenciada pelo Estado Novo de Vargas no Brasil. O Legislativo era constituído de um parlamento unicameral e um poderoso Conselho de Estado não eleito, cuja função era o assessoramento do Executivo. Promulgada sem nenhum debate público, essa Constituição acabou fortalecendo o Poder Executivo sobre o Legislativo, com o manifestado objetivo de atender à urgente demanda por progresso econômico e social, desencadeada pelos desdobramentos da Guerra do Chaco.

O componente conservador dessa Constituição acabaria por produzir um importante precedente que facilitaria enormemente um subsequente movimento em direção a regimes autoritários, tanto sob o governo Morínigo quanto sob a presidência de Stroessner (Arce, 1986);(Nickson, 1993); (Moraes, 2000).

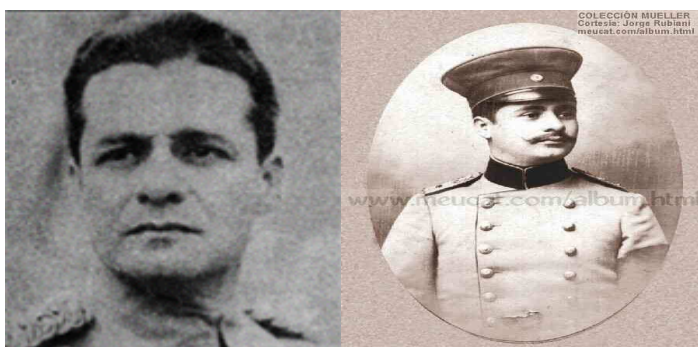
Esse arranjo constitucional aumentou ainda mais o Poder Executivo, em detrimento dos demais poderes, assemelhando-se institucionalmente ao Estado corporativista de Mussolini, no qual o Conselho de Estado representaria os grupos de

---

<sup>11</sup> De acordo com Ceres Moraes, “Pouco depois de iniciado o governo febrerista o coronel Franco, que comandara o golpe, assumira a presidência. Pressionado a definir-se politicamente em um sentido ou outro, cedeu às pressões dos setores conservadores e pelo Decreto-lei n. 152, colocou o Partido Comunista novamente na ilegalidade. A repressão desencadeada resultou na perseguição, prisão e mesmo assassinato de muitos dos que haviam participado ativamente do movimento que levava Franco ao poder”. Op. Cit. Moraes, 2000, p. 28.

interesses como os dos fazendeiros, empresários, banqueiros, militares, além da alta cúpula da Igreja Católica.

Tal como o modelo italiano, o Estado corporativista de Estigarribia possuía excepcionais poderes para suspender as liberdades civis, para a supressão de associações privadas ou para realizar qualquer ato excepcional que fosse considerado de interesse do Estado<sup>12</sup>. No entanto, para frustração dos novos liberais, Estigarribia veio a falecer num acidente aéreo, pouco menos de um mês depois de promulgada a nova Constituição.



Mariscal Estigarribia



**Figura 3** - Enterro do marechal Estigarribia: fonte eletrônica acessada 16/03/2006  
<http://www.meucacat.com/detalhe.php?ID=9698&LOJA=album>

Esse incidente propiciou o retorno dos velhos liberais e do coronel Paredes, que imediatamente designou para a presidência temporária o ministro da Defesa, general Higidio Morínigo, como seu testa-de-ferro. Esse foi, segundo Lewis(1980), o grande erro dos antigos liberais, pois, embora Morínigo parecesse um tipo cordial e sem nenhuma grande ambição, ele logo revelou ser um mestre na política. Manobrando

<sup>12</sup> Por essa Constituição de 1940, nos seus arts. 52; 53; 54, o presidente tinha a prerrogativa de decretar o estado de sítio e de durante sua vigência autorizar a prisão de suspeitos e transferi-los para qualquer parte do país; de dissolver a Câmara de Representantes e durante o recesso parlamentar baixar decretos com força de lei (Apud. Moraes, 2000, p. 29).



Paredes e sua camarilha militar, através de engenhoso enredamento dos comandos, tornou-se independente deles e assim pôde agir contra os liberais, os quais denominava de traidores “legionários”, colocando desse modo seu partido na ilegalidade.

Morínigo, ao se livrar dos liberais e febreristas, estabeleceu-se como um ditador não-partidário, cuja base de sustentação era dada exclusivamente pelas forças armadas, e tendo como principais colaboradores três oficiais pró-fascistas, que se denominavam “Frente de Guerra”. Tal qual seu antecessor, ele restringiu drasticamente as liberdades individuais e a livre expressão, mesmo possuindo certo apelo e suporte popular, pois, vindo do interior, conhecia bem a realidade dos camponeses e falava fluentemente a língua guarani. Deleitava-se em seus discursos, e, apontando para a bandeira tricolor paraguaia, exclamava: “Eu não sou nem vermelho (colorado) nem azul (liberal), mas branco – aqui, justo no meio”. Era embalado pela crescente popularidade, dada a prosperidade conjuntural que acompanhou a Segunda Grande Guerra, quando os aliados compravam em quantidades sem precedentes os produtos agrícolas do Paraguai como algodão, tanino, carnes e madeiras (Lewis, 1980), (Nickson, 1993).

Nessas condições, extremamente favoráveis à ditadura, poucas opções restavam aos que se opunham ao regime, que não fossem o exílio ou a escolha de um dentre os vários campos de concentração espalhados pelo interior do Chaco. Para certificar-se de que a dissidência seria pequena, a imprensa seguiria firmemente censurada e os *pyragués (espiões dos pés-de-pluma)* espalhados por todos os cantos do país.

Esse ambiente político mudaria repentinamente com a derrocada do Eixo no final da Segunda Grande Guerra, quando os ventos se tornaram desfavoráveis aos regimes pró-fascistas como o de Morínigo e seus congêneres latino-americanos.

A Grande Guerra fora para as repúblicas sul-americanas bastante favorável sob o aspecto comercial e econômico, pois as demandas por produtos primários possibilitaram sucessivos ganhos nas balanças comerciais e saldos positivos nas de pagamento. Entretanto, do ponto de vista político, elas se mostraram bastante contraditórias, pois muitos dos países da região encontravam-se sob regimes autoritários ou de exceção. O Paraguai, por exemplo, foi o primeiro no subcontinente a acolher um ramo do Partido Nazista, por volta de 1931, o qual logrou converter parte importante da elite paraguaia a essa causa. Em maioria, as instituições ligadas aos imigrantes alemães, como escolas, igrejas, hospitais, fazendas cooperativas, grupos de jovens e sociedades filantrópicas, tornaram-se ativas financiadoras do Eixo e muitas dessas organizações ostentavam em seu interior suásticas e retratos de Adolf Hitler.

Tanto Morínigo como muitos dos seus oficiais militares nutriam grande simpatia pelo Eixo e alguns até lideravam certas ramificações locais do Partido Nazista. Cadetes da polícia usavam suásticas e insígnias fascistas em seus uniformes, e o chefe de polícia, num gesto que se tornou famoso no anedotário nacional, chegou a batizar seu filho com o nome de Adolfo Hirohito, tamanho o deslumbramento. Nem mesmo a imprensa ficaria de fora; em 1941, o oficioso jornal paraguaio **El País** adotou uma postura editorial abertamente pró-alemã, ao mesmo tempo em que o governo exercia rígido controle sobre os sindicatos de trabalhadores que se declaravam pró-aliados.



**Figura 4** - Higinio Morínigo ao centro, de óculos, com alguns de seus mais importantes colaboradores em 1946. Fonte eletrônica, acessada em 20/09/05: <http://members.tripod.com/narraciones/paraguay/cap14.html>

A crescente influência alemã na região e as inclinações abertamente pró-nazistas dos sucessivos governos argentinos, os quais tinham grande ascendência sobre os militares paraguaios, eram vistas com grande preocupação pelos Estados Unidos, que buscaram reforçar sua presença local através de uma estratégia política que consistia num re-ordenamento das posições de alinhamento regional, levando o Paraguai a um maior estreitamento dos laços econômicos com o Brasil, então tradicional rival argentino, visando com isso retirar o Paraguai da órbita de influência argentina.

Tal política se fez através de uma série sistemática de fundos de ajuda concedidos através de empréstimos ou arrendamentos destinados a obras públicas e também através da assistência técnica para agricultura e saúde. Além disso, com o fito de consolidar os laços entre Brasil e Paraguai, financiaram a construção de uma grande rodovia ligando ambos os países, visando reduzir a dependência paraguaia do comércio portenho. Curiosamente, foi a partir desses eventos que se iniciou a *turning point* da política externa brasileira em relação ao cone Sul, redefinindo e rearticulando seus

interesses na região. Essa reaproximação estratégica com o Paraguai, iniciada no final do primeiro governo Vargas, atingiria seu ápice nos governos militares, com a construção da hidrelétrica de Itaipu e com o incremento dos fluxos migratórios e do comércio na região fronteiriça.

### **1.5 Do governo de coalizão à guerra civil de 1947**

A vitória aliada na Segunda Grande Guerra condicionou a liberalização do regime de Morínigo. Tal fato não elucidava as reais intenções do ditador, que via na abertura política e regresso dos exilados uma ameaça potencial ao seu governo. Assim mesmo, pôs em marcha um processo de relaxamento das normas de exceção e uma paulatina abertura política. Para tanto, precisaria desfazer-se de seus antigos colaboradores fascistas da Frente de Guerra, o que acabou provocando uma malograda revolta dos coronéis dessa ala extremista, liderada pelo coronel Benítez Vera, em dezembro de 1946. Tal reação levou a um desbaratamento desse grupo e à substituição por setores militares mais moderados, engajados no retorno à normalidade constitucional.

Esse retorno se daria mediante um governo de coalizão, montado sobre uma esdrúxula composição que envolvia de um lado algumas lideranças febreristas, liberais e até mesmo comunistas, e, de outro, duas alas do Partido Colorado, uma mais branda, liderada por Federico Chaves, e, outra mais radical, encabeçada por Natalício González. De certo modo, apesar do ambiente de otimismo que cercava a perspectiva de retorno à vida democrática e institucional, muitos partidários da frente revolucionária febrerista viam com suspeitas as intenções governistas. Estavam profundamente divididas acerca da conveniência de fazer parte dessa coalizão, tendo em vista a biografia desse ditador, esperto e hábil manipulador, sempre à espreita para dobrar seus adversários e, principalmente, por terem sentido na própria pele as agruras impostas por aquele regime.

Tal suposição não tardaria a se confirmar, pois Morínigo acenava com a participação dos radicais colorados em seu governo já em 1945, quando havia ofertado a embaixada do Uruguai a González, que prontamente aceitou. González não era simplesmente um socialista radical, mas um insuspeito nacionalista, cuja concepção revolucionária era calcada no engajamento tácito entre trabalhadores e camponeses e no

estabelecimento de um Estado nacional forte e unificado, que deveria expropriar os estrangeiros imperialistas e seus acólitos paraguaios e com isso redistribuir sua riqueza.

Segundo Paul Lewis, essa perspectiva fora construída buscando uma identificação mística entre seu ideário socialista e o legado histórico de Francia e dos López, claramente elucidada nos escritos de *Proceso y formación*.<sup>13</sup>

Esses escritos tornaram-se famosos e, para o ódio dos liberais, eram acolhidos entusiasticamente como suporte teórico por muitos jovens ativistas.

Nesse sentido, não fica difícil compreender a vinculação entre González e Morínigo, mesmo tendo sido este último um simpatizante declarado do Eixo, mas que compartilhava uma visão autoritária comum como sendo a única via possível para o desenvolvimento nacional.

Ambos tinham também em comum o fato de serem populistas do interior e que concebiam as grandes democracias capitalistas simplesmente como um poder imperialista na região. Não tardou e González iniciou seu plano de conduzir os colorados ao poder com o apoio velado de Morínigo.

Sua estratégia não incluía nem eleições nem uma convenção constitucional; consistia, sim, no incitamento à deterioração do quadro político e institucional, que propiciasse uma saída de cunho autoritário para a instauração de um novo regime, e que este fosse controlado evidentemente pelos colorados.

Para tanto, ele montou uma organização paramilitar denominada *Guión Rojo*, que se caracterizava por ser uma fanática e bem-treinada tropa de choque, cujo objetivo era controlar as ruas e dismantelar as atividades dos partidos rivais. Muitas das ações guionistas ocorriam sob certo beneplácito da polícia, cujas intervenções se davam mais contra os agredidos do que propriamente contra os agressores.

Essas ações envolviam desde sabotagens às gráficas de jornais opositores como “El País” e “El Pueblo”, até atentados contra seus redatores e articulistas. Para colaborar com o clima de instabilidade, setores reacionários da Igreja Católica deram início a uma série de protestos e marchas anticomunistas, exigindo o cerceamento das atividades desse partido no Paraguai.

---

<sup>13</sup> He argued that such a socialist commonwealth was quite within Paraguay's traditions and pointed to the authoritarian systems of Francia and the Lópezes as the period in which Paraguay had attained her greatest independence and prosperity ( Lewis, 1980, p. 30).

Diante de um iminente retrocesso político e do complô colorado visando manter o regime de Morínigo, a propalada eleição não se realizaria; destarte, a guerra civil se tornara inevitável.

A frágil e excêntrica união revolucionária liderada pelo coronel Rafael Franco tinha somente em comum o desejo de ver a derrocada do regime de Morínigo. Mas tal proposição não fora suficiente para vencer a coalizão governista, que contava com dois importantes trunfos: o apoio de uma grande milícia camponesa armada, os *py nandí* (pés descalços), juntamente com as milícias guionistas, e a decisiva ajuda do aguerrido regimento de artilharia “General Brúgez”, comandado por um então desconhecido tenente-coronel, Alfredo Stroessner Mattiauda.

Esse regimento ousou rechaçar furiosamente as posições dos insurgentes da base naval de Assunção, posicionados num estratégico bairro operário da cidade, o que acabou debilitando irreversivelmente a iniciativa rebelde<sup>14</sup>.

De certo modo, foi também a relutância de algumas unidades do exército simpáticas à causa rebelde em aderir ao movimento, e a indecisão das tropas vindas do Chaco e de Concepción em invadir a capital que fizeram com que os revolucionários perdessem o *momentum*, permitindo destarte que Morínigo e seus aliados colorados organizassem suas defesas (Lewis, 1980).

O bombardeio da base naval e de suas cercanias se converteria num dos episódios mais sangrentos dessa guerra civil e entraria para os anais da infausta história militar paraguaia, não somente pela violência que se seguiu à rendição rebelde, mas também pela indelével marca que um novo oficialato imporia à vida política do país. O prelúdio de um tenebroso período.

## 1.6 Larga es la noche

Com o desfecho da guerra civil e a defecção de quase 80% do corpo de oficiais, que de algum modo estavam vinculados aos rebeldes, os militares colorados passaram a assumir todas as posições de comando remanescentes nas forças armadas, e os postos

---

<sup>14</sup> Sobre os fatos que antecederam e deram curso à guerra civil de 1947, além dos já citados trabalhos de Lewis(1980) e Nickson(1993), especificamente o Historical dictionary of Paraguay, merece menção pela qualidade dos relatos o já clássico livro de Harry Gaylor Warren **Paraguay: an informal history**. Norman: University of Oklahoma Press, 1949. Também, por serem obras datadas ou mesmo pela parcialidade com que abordam o tema, os livros de Edgar Ynsfran. **La Irrupción moscovita em la marina paraguaya**. Assunción, n.e., 1947, e Efrain Cardozo. **Breve história del Paraguay**. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1965.

das novas forças leais passaram a ser ocupadas exclusivamente por elementos recrutados entre as fileiras coloradas. Além de controlar as armas, o partido também monopolizaria todas as funções e cargos administrativos do governo, numa completa fusão entre aparato partidário e burocracia estatal.

O que se seguiu à desmoralização completa das oposições foi um amplo e cruel processo persecutório visando eliminar quaisquer vestígios dos antigos oponentes, desencadeando o chamado “Terror Colorado”. O ambiente opressivo que envolveu a sociedade e que se abateu sobre supostos oponentes se tornou tão intenso nos meses subseqüentes que milhares de paraguaios correram para a Argentina em busca de asilo político (Lewis, 1980).

Por outro lado, a estruturação do poder colorado não se configurou num bloco monolítico, tampouco homogêneo, mas em subdivisões internas pautadas por setores radicais, como os guionistas e a tendência tida como democrática.

Paradoxalmente, o clima de suspeição e medo havia penetrado também o próprio partido, e, em vez de trazer a unidade entre os vitoriosos, aprofundou ainda mais a fenda que existia entre Natalício González e Frederico Chaves, naquele momento os principais líderes. Com a morte do dirigente partidário doutor Mallorquín, ocorrida durante a guerra, o precário equilíbrio interno sucumbiu, deflagrando-se uma encarniçada luta sucessória entre os grupos antagônicos pelo comando do partido. Tal disputa era decisiva, pois significava não apenas o controle da organização partidária, mas principalmente do próprio governo.

Foi assim que se sucedeu a disputa pela indicação colorada ao pleito presidencial, tendo Chaves aparente vantagem por contar com o suporte majoritário do comitê executivo do partido e da junta de governo. Por outro lado, González tinha a seu favor o resolutivo apoio do seu *Guión Rojo*, cujas táticas violentas horrorizavam a facção democrática. Ele também contava com o importante apoio do presidente Morínigo, que o preferia como seu sucessor.

Envolto num clima tenso, o caminho à presidência se consumaria a favor de González, porém sua permanência seria efêmera, sucedida por novas tentativas golpistas e pelo também breve governo de Molas López, um inveterado conspirador, mestre na traição e no jogo de intrigas, que, tal como González, fizera carreira entre as fileiras da esquerda colorada, mas que, diferentemente de seu antecessor, corporificara de modo magistral o espírito deletério de sua época.

De certo modo, os anos que se seguiram ao final da guerra civil, de agosto de 1947 até 1954, se configuraram como uma seqüência de intrincados complôs e incontáveis ações golpistas, alguns até bem-sucedidos. Esse breve período de completa desorganização do Estado paraguaio foi marcado não pela alternância de distintos grupos, mas por uma precisa delimitação aparentemente hegemônica que ambos, guionistas e democráticos, estabeleceram quando lograram saltar as instituições e os aparelhos de Estado, não em nome de um projeto coordenado de governo, mas pelo mero domínio e exercício do poder.

Foi também um período que sepultou de vez o breve espasmo democrático que a conjuntura do pós-guerra acalentou e que pareceu acender à ilusória esperança de que o povo paraguaio protagonizaria seu próprio destino.

A longa noite que encobriu o país sob domínio colorado foi, em síntese, pautada por um certo equilíbrio pendular entre guionistas e democráticos. No entanto, esse equilíbrio sempre fora muito precário, o que impediu que qualquer das partes lograsse empreender um governo minimamente estável, com uma política administrativa consistente. Mesmo quando os democráticos chegaram ao poder com Federico Chaves, estes estiveram mais ocupados em se sustentar no governo do que no empenho da administração pública ou de alguma elaboração estratégica para formulação de diretrizes de governo, exceção feita às tentativas de plano econômico formuladas por Epifanio Méndez Fleitas, quando este esteve à frente do Banco Central, em 1953.

Tal plano econômico envolvia uma grande intervenção do Estado nos negócios econômicos, com base num acordo bilateral com a Argentina de Perón, denominado Unión Paraguaya-Argentina, o qual proveria suporte técnico e alocação financeira de recursos para esse projeto<sup>15</sup>. Internamente, porém, seu plano sofreria enorme resistência por parte de elementos conservadores do interior do Partido Colorado e também dentro das forças armadas, que viam em Méndez Fleitas um pró-comunista que infringia a

---

<sup>15</sup> Segundo Menezes, “Na desesperada tentativa de mudar o crescente problema econômico, Chaves deu a presidência do Banco Central para Méndez Fleitas, que em agosto de 1953 assinou um pacto com a administração de Juan Perón para criar uma união econômica entre Paraguai e Argentina. Entre outras coisas, aquela proposta de união concordava com uma zona de comércio livre, investimentos industriais recíprocos, a unificação das marinhas mercantes e o uso dos recursos minerais de um ou de outro país por ambas as nações. Levando-se em consideração que a economia argentina era mais forte, aquela união simplesmente queria dizer que boa parte da economia paraguaia estaria sob controle e influência dos argentinos. In Menezes, Alfredo Motta. **A herança de Stroessner**: Brasil – Paraguai 1955 – 1980. Campinas: Papyrus, 1987, 47 – 48. Essas questões foram originalmente abordadas no livro de George Pandle: **Paraguay: a riverside nation**. London: Oxford University Press, 1967. Tal perspectiva de análise permite compreender a reação que alguns setores militares tiveram naquele momento ante tal política, e mesmo anos mais tarde da obsessão de Stroessner em desvincular a economia paraguaia da histórica dependência em relação à Argentina.

soberania nacional ao permitir uma crescente influência peronista no Paraguai (Nickson, 1993).

Em termos políticos, o governo Chaves, apesar de sua reputação democrática, não reconduziu o país a um processo de abertura; ao contrário, re-introduziu o estado de sítio. Tal fato se deu devido à suspeita de que seus maiores adversários, Natalício González e Molas López, ambos exilados na Argentina, ainda conspirassem por sua derrubada, e considerando também que o *Guión Rojo* ainda contava com muitos partidários dentro do Paraguai.

No entanto, essa ameaça logo refluuiu, pois em março de 1954 Felipe Molas López, seu mais pernicioso inimigo, veio a falecer subitamente, vitimado por um fulminante ataque cardíaco, e seu outro rival, Natalício González, havia se retirado para o distante México. Uma vez guionistas e molaslopistas fora de cena, e liberais e febreristas completamente debelados, pouca ameaça restaria à sua administração, a não ser aquela existente no âmbito do próprio governo, o que se refletia na sua aparente firmeza em mudar constantemente de posição seus subordinados, extirpando com isso qualquer potencial foco conjurador.

Foi desse modo que Chaves, aproveitando-se da pressão dos latifundiários contra a política econômica de Méndez Fleitas, o demitiu do seu gabinete, juntamente com alguns de seus colaboradores mais próximos, como Enciso Velloso e Romero Pereira, além do major Mario Ortega, então chefe da polícia, que já havia substituído Méndez Fleitas nesse posto. Stroessner, que também fazia parte do círculo social de Méndez Fleitas, não fora removido por Chaves naquele momento, pois aparentemente ele ainda não representava maior ameaça, posto não dispor de grande influência junto ao partido (Menezes, 1987). Essa decisão se converteria mais tarde no seu maior equívoco.

As estratégias que permitiram a relativa longevidade e sustentação do governo de Federico Chaves propiciaram em certa medida as condições de sua própria derrocada, pois ao criar uma constante rotatividade entre seus quadros acabou mergulhando a própria administração pública num estado de anomia. Mas foi sem dúvida a política de reformulação e re-aparelhamento da polícia nacional, convertida numa unidade de força equivalente ao exército, elaborada pelo então chefe Roberto L. Petit, que reacendeu a suspeita entre os militares.

O plano reformista de L. Petit visava dentre outras coisas prevenir e neutralizar possíveis intervenções de comandos militares, constituindo essa unidade, denominada



“Battalion 40”, um contrapeso ao poder das forças armadas e um efetivo instrumento de dissuasão política.

E foi justamente a percepção por parte de alguns comandos militares do que estava em curso que desencadeou a arquitetura do novo golpe, colocando novamente em cena Stroessner, Méndez Fleitas e Romero Pereira (Cardozo, 1965), (Lewis, 1980).

O golpe foi manobrado inesperadamente em maio de 1954, devido a um confuso episódio envolvendo o comando do importante quartel general de Campo Grande, o qual incluía também a primeira divisão de Cavalaria. Essa quartelada, liderada por Stroessner, desencadeou o cerco à capital, opondo a maioria das guarnições militares ao governo Chaves, que então tinha como sua única defesa o fortemente armado Battalion 40.

O conflito se estendeu por alguns dias, tendo como saldo vinte e quatro mortos, entre os quais o próprio chefe da polícia, L. Petit, e uma centena de feridos. Era o fim dos democráticos no poder e a consumação da vertiginosa ascensão política de Stroessner (Cardozo, 1965), (Lewis, 1980), (Menezes, 1987).

A análise do prevacente período colorado que se iniciou a partir da guerra civil de 1947 é sem dúvida elucidativa do comportamento bizantino que caracterizou a luta fratricida pelo poder no Paraguai de então, e que se tornou típica da formação cultural autoritária dessa nação. De modo geral, e não apenas nesses governos, pouco ou quase nada de efetivo se fez pelo país, ou por sua população. O caudilhismo colorado diferiu dos demais congêneres pela brutalidade do seu arrivismo, mas não por sua inépcia no trato da administração pública.

A sucessão de complôs e tentativas golpistas, tal qual a efemeridade de alguns governos, fez da política a irrelevância sob olhar suspeito da população. Diante daquilo que se tornou rotineiro, os artífices do governo constituído após o golpe reassumiriam as antigas pastas, porém agora o homem forte da situação não era o formulador estratégico do golpe, Méndez Fleitas, mas aquele que detinha a lealdade das forças armadas em torno de si.

Em 14 de junho daquele ano, numa convenção do Partido Colorado, acordou-se a indicação oficial de Stroessner à presidência da República, como costumeiramente, às vésperas das eleições. Vencedor sem nenhuma oposição, em 11 de julho prestou juramento e foi empossado em 15 de agosto do mesmo ano, dia do aniversário da fundação de Assunção.

A carreira vertiginosa de Stroessner como militar e sua ascensão à presidência da República em 1954 foi pautada por uma enorme sede de poder e oportunismo, mas também por um incrível senso de disciplina. Participara ativamente de conspirações contra cinco de seus antecessores (Morínigo, Rolon, Molas López e Chaves), além de uma fracassada ação golpista contra González.

Mas foi sem dúvida seu acurado aprendizado sob sucessivos governos colorados, envolvendo tramóias, complôs, políticas equivocadas e completo desgoverno, que lhe ensinaram que, sem a devida unidade e disciplina impostas ao partido, dificilmente governaria por longo tempo. De certo modo, seu sucesso se daria pelo fato de que muitos caudilhos colorados, absorvidos que estavam em suas querelas pessoais e rixas facciosas, e devido ao viciado costume de instituir e destituir presidentes oriundos de suas próprias fileiras, não terem percebido que seu governo não se configurava como um breve interlúdio.

Tratava-se de um projeto de longo prazo, baseado num intrincado entrelaçamento entre organização partidária e poder militar, sob firme e rigorosa tutela. O destino dos colorados poderia ser resumido na seguinte observação de Paul Lewis: “Having created chaos and division within their ranks and within the nation, they were vulnerable to a leader who could enforce unity and discipline, as Stroessner was to teach them in the coming years” (Lewis, 1980, p. 60).

Unidade e disciplina se converteriam nos elementos principais para a longevidade e sucesso do stronato enquanto regime, porém redimencionando as bases do patrimonialismo paraguaio, fundamento de toda a máquina política através da qual se acomodavam os diversos interesses e se recrutavam novos apoios. É nesse sentido que o projeto modernizador de Stroessner se voltaria para um novo parceiro que de algum modo assegurasse o “necessário crescimento econômico”, vital às pretensões e à manutenção do seu governo. Em última análise, a vitória de Stroessner e a consolidação do seu regime é que permitiram os grandes fluxos migratórios de brasileiros para a região da fronteira oriental, o que certamente não ocorreria sob um governo de Federico Chaves, tampouco sob o poder de um Méndez Fleitas.

## Capítulo II

### O Paraguai sob o stronato

O regime instaurado com a ascensão de Stroessner seria marcado não apenas pelo fim das lutas intestinas no interior do Partido Colorado envolvendo suas facções e subfacções, mas também pelo início de uma relativa estabilidade e previsibilidade do jogo político. Tal fato não ocorreu como mera consequência da ascensão do ditador, mas se deu a partir de um intrincado movimento calculado de ações que permitiram a Stroessner não somente demover potenciais adversários de tentativas golpistas, mas de preventivamente neutralizar qualquer motivação dessa natureza entre seus pares e mesmo entre seus opositores no exílio.

Esse movimento no plano político baseou-se na premente necessidade de equilibrar a tensão entre partido e forças armadas, que desde 1936 inviabilizara a longevidade dos governos predecessores<sup>16</sup>. Destarte, Stroessner empenhou-se obstinadamente na reestruturação do Partido Colorado sob bases organizativas que fossem fortemente hierarquizadas e disciplinadas, abrangendo todas as localidades do país, através de diretórios regionais e representações locais. Esse aparato proporcionara um eficiente mecanismo de legitimação e suporte ao regime, calcado num extraordinário esquema de distribuição de prebendas e disseminação do patronato<sup>17</sup>, envolvendo desde lideranças locais até altas instâncias partidárias, bem como amplos setores do oficialato militar.

A estruturação desse esquema tornou o partido um contrapeso ao poder dos militares, que curiosamente tinham na figura de Stroessner sua liderança máxima. Como homem de caserna e reputada competência, pôs em marcha, logo nos primeiros anos do seu mandato, um audacioso processo de depuração interna e renovação dos quadros militares, valendo-se de sua influente e elevada estima entre o oficialato júnior. Desse

---

<sup>16</sup> Segundo Lewis, "In Paraguay the army has been the means for every change of regime since 1936. In the eighteen years between the February Revolution and Stroessner's rise to power it put nine presidents into the palace and removed seven of them (Estigarribia died in office). Only Stroessner was able to break that pattern". Op cit Lewis, 1980, p. 125.

<sup>17</sup> Essa disseminação teve como premissa o reconhecimento do fato de o patronato possuir um profundo substrato cultural e político na história paraguaia, cujas variáveis se pautaram em torno do clientelismo político autoritário cuja legitimação se deu sempre sob bases populistas. Tal questão é particularmente analisada por Daniel Campos R. D. no contexto dos anos de 1935 a 1954 durante os governos Franco e Estigarribia. Ver *Lucha por la tierra y políticas publicas: un intento de periodización socio-histórica, 1811 – 1954. Revista Paraguaya de Sociología*. Asunción, Año 24, n. 70, setiembre-diciembre, 1987.

modo, Stroessner foi estabelecendo um círculo íntimo de oficiais lotados em posições-chave na hierarquia e no comando militar, que demonstravam irrefutável fidelidade e obediência ao ditador. Tal postura garantiria a essa elite lucrativas compensações, tornando quaisquer ambições dissidentes bem pouco atrativas.

Essa perspicaz atitude por parte de Stroessner decorria da sua percepção de que, em não sendo homem de partido nem tendo grande apelo popular, sua estratégia de manutenção no poder teria que estar necessariamente focada na organização das estruturas de poder, uma vez que a administração pública não poderia prescindir nem dos quadros burocráticos nem dos técnicos vinculados ao partido, posto que tais quadros eram basicamente inexistentes ou limitados no âmbito militar.

Porém a viabilidade dessa estratégica moldagem dependia de um elevado custo econômico, fator esse limitante no combalido Estado paraguaio, cujas finanças vinham se deteriorando desde a última década.

A política econômica concebida por Méndez Fleitas e parcialmente implementada pelo governo Cháves em 1953 colocara a economia paraguaia numa condição de subalternidade e elevada dependência do fluxo comercial argentino<sup>18</sup>, tornando-a muito suscetível ao precário equilíbrio político-econômico daquele país. Tal problema se tornou um tremendo imbróglio diplomático para Stroessner quando Perón, apeado do poder pelos militares argentinos, tentara rearticular suas forças a partir do seu exílio no Paraguai.

Apesar de Stroessner pessoalmente simpatizar e mesmo se identificar com Perón, o asilo político concedido ao líder argentino se configurava também num grande problema político interno. Segundo Menezes (1987), a amizade dos dois ditadores já datava de anos anteriores, quando Perón, em visita oficial a Assunção, devolvera os troféus capturados na Guerra da Tríplice Aliança. No entanto, a permanência de Perón no Paraguai estava condicionada à proteção especial provida por Méndez Fleitas e seus acólitos, ardorosos simpatizantes do peronismo e que naquele momento eram os únicos

---

<sup>18</sup> Essa questão do envolvimento paraguaio com o governo argentino à época de Perón era crucial ao projeto epifanista de poder, o que de certa forma colaborou para a derrocada da administração Federico Cháves. Nos termos de Nickson : “A Peronist faction led by Epifanio Mendez Fleitas subsequently developed inside the Partido Colorado and plans for an economic union between the two countries, the Unión Paraguaya-Argentina were signed in August 1953. However, the United States government viewed these ties as evidence of communist influence within the government of President Federico Chaves, and this contributed to the tacit U.S. support for the military coup against Chaves led by General Alfredo Stroessner in 1954”. Nickson, Andrew. **Historical Dictionary of Pasraguay**. 2<sup>nd</sup> ed., rev., enl., and updated. London, The Scarecrow Press. 1993. Sobre esses episódios, que redundaram no afastamento de Méndez Fleitas e seu grupo da administração Chaves, ver também Moraes, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroesser – 1954-1963**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000, p. 45-44.

adversários em condições de obstaculizar o projeto stronista de poder. Méndez Fleitas contava com importante suporte no interior do partido e entre algumas fileiras das forças armadas, além do incondicional apoio dos aparatos de segurança policiais e do temível Batallion 40.

Destarte, se Stroessner expulsasse Perón do país, ele provocaria a ira dos epifanistas; por outro lado, se não o fizesse, o governo em Buenos Aires poderia ameaçar toda a sua frágil administração (Lewis, 1980).

Na realidade, Stroessner teria que enfrentar ambos os problemas, pois tradicionalmente o território argentino fora, desde a guindagem dos colorados ao poder em 1947, abrigo preferencial dos exilados liberais e febreristas e também dos comunistas, que por vezes investiam contra o território paraguaio sob beneplácito de alguns grupos militares argentinos, os chamados “gorilas”, grupo esse que não se subordinava à autoridade institucional do presidente Frondizi, que desde o golpe desfechado contra Perón nunca exerceu verdadeiro controle sobre a hierarquia militar em seu país. Daí a dubiedade da refutação das autoridades argentinas em relação ao apoio logístico concedido à oposição paraguaia no exilo, sobretudo após a queda de Perón, cuja posição sempre fora mais simpática e ideologicamente próxima dos colorados do que dos liberais e febreristas .

O apoio dos “gorilas” argentinos aos movimentos guerrilheiros paraguaios não era movido por paixões democráticas nem por presumirem que Stroessner mantivesse estreitos laços identitários com Perón ou com os simpatizantes peronistas dentro do seu governo, mas, sim, porque o Paraguai, desde sua ascensão, direcionava-se cada mais para a órbita de influência brasileira. A inflexão desse apoio somente ocorreria quando os militares argentinos da linha dura se deram conta do estreitamento das relações entre os guerrilheiros paraguaios e os comunistas cubanos e que se os movimentos guerrilheiros triunfassem muito provavelmente os comunistas castristas se assenhoreariam do poder, promovendo para seu temor o advento de uma nova Cuba no coração da mesopotâmia platina. De acordo com Moniz Bandeira (1995, p. 130), foi a partir desse temor que esses militares argentinos e o próprio governo “passaram a considerar realisticamente a ditadura de Stroessner como um mal necessário”.

Na prática, o cálculo de Stroessner era livrar-se da excessiva dependência econômica em relação à Argentina e do incômodo envolvimento de Buenos Aires em suas questões internas. Voltar-se para um novo parceiro que propiciasse uma saída alternativa de comércio pelo Atlântico e que financiasse novos investimentos em infra-

estrutura se tornava uma promissora opção política e econômica às ambições do ditador, tendo em vista a acelerada mudança dos paradigmas de desenvolvimento econômico em curso na América Latina naquele contexto da Guerra Fria( Laino, 1979), (Menezes, 1987).(Nickson, 1993).

O alinhamento paraguaio à doutrina de segurança orientada pelos Estados Unidos se converteu numa espécie de antecipação daquilo que acabou se tornando padrão entre vizinhos latino-americanos, ou seja, ditaduras militares e regimes autoritários pondo em marcha processos de crescimento econômico através de forte intervenção estatal e dependente ingresso de capitais estrangeiros. Nesse sentido, a aproximação com o Brasil se tornaria um verdadeiro *démarcher* político e econômico, equacionando em certo sentido as questões problemáticas com a Argentina e ao mesmo tempo propiciando vantagens econômicas muito mais atraentes aos interesses das elites paraguaias sob o stronato.

Apesar da fácil vitória na reeleição de 1958, a posição de Stroessner ainda era muito incômoda, pois equilibrava-se de modo tenso entre as facções guionistas e democráticas no interior do partido. Estas manobravam silenciosamente atrás da cena contra seu governo, ao mesmo tempo em que crescia dramaticamente uma oposição aberta ao regime.

Diante desses problemas e com a crescente ameaça dos grupos exilados através de incursões guerrilheiras feitas a partir do território argentino foram-se desenhando um retrocesso político e um recrudescimento do aparato repressivo coordenado pelo futuro ministro do Interior Edgar Ynsfran e seu fiel escudeiro, o chefe de polícia Duarte Vera.

De certo modo, o recrudescimento do regime vinha se esboçando muito lentamente desde outubro de 1955, quando a junta de governo que lhe dava sustentação proclamou uma anistia geral denominada *Re-encuentro*<sup>19</sup>, visando reincorporar

---

<sup>19</sup> Segundo Nickson, “REENCUENTRO refers to the healing of the political divisions within the Partido Colorado (q.v.) which took place on 27 October 1955. It brought together members of the guionistas and the chavistas, a wing of the democráticos who supported the deposed President Federico Chaves. Although the reencuentro was originally instigated by Epifanio Méndez Fleitas in order to strengthen the party vis-à-vis the military, President Alfredo Stroessner (q.v.) skillfully utilized the event in order to widen his own political base and to isolate Méndez Fleitas and his supporters. The chavistas were still bitter over the involvement of Méndez Fleitas in the overthrow of President Chaves in May 1954, while the guionistas remained ideologically distanced from the epifanistas. But these factions might easily have set aside their differences and supported Méndez Fleitas against Stroessner, had President Juan Perón remained in power in Argentina. The fall of Perón and the consequent loss of international support for the epifanistas played a large part in their calculations. At the time, the re-encuentro was misunderstood by many Colorados as evidence that Stroessner intended to relinquish power to a civilian president on the expiry of his first term of office in 1958”. Nickson, Andrew. **Historical dictionary of Paraguay**. 2<sup>nd</sup> ed., rev., enl., and updated. London, The Scarecrow Press. 1993, p. 498

previamente todas as facções coloradas expelidas pelo golpe de 1954. Entre os anistiados estavam o grupo liderado por Eulógio Estigarribia, que, ao retornar ao país, passara a participar ativamente da administração do partido, o coronel Enrique Gimenez, antigo inimigo de Stroessner desde a época do governo Morinigo, e até membros proeminentes do *Guión Rojo*, como o jovem ambicioso e violento Edgar Ynsfran, que fora o protegido do presidente deposto Natalicio González.

Esse *Re-encuentros* foi igualmente sustentado tanto por epifanistas como por democráticos, porém tal conduta de reconciliação não fora impelida pela generosidade dessas facções, posto que as vicissitudes das recentes rixas partidárias não haviam sido esquecidas tão facilmente. A real motivação desse gesto provavelmente fora calculada na perspectiva de cerrar fileiras ante a possível tentativa de Stroessner em formar um governo exclusivamente militar ou, até mais provavelmente, que cada facção dominante esperava adquirir o suporte dos colorados reincorporados e com isso tornar-se mais forte (Lewis, 1980).

Já a estratégia de Stroessner consistia justamente no oposto: equilibrando a equação de poder, jogava alternadamente as facções umas contra as outras, de modo a enfraquecer paulatinamente suas posições dentro do governo. Diante da iminente possibilidade de um golpe gestado pelos epifanistas, Stroessner rapidamente articulou uma contra-ofensiva, isolando seu maior opositor, Méndez Fleitas, e atraindo para sua órbita alguns guionistas como Ysfran, que, segundo Lewis (1980), combinava o instinto amoral de um conspirador inato com o temperamento virtuoso de um fanático.

Taciturnamente, Stroessner foi reorganizando suas bases de sustentação entre os comandos militares no final dezembro de 1955, o que lhe permitiu assumir plenamente o controle da situação, garantindo com isso incondicional apoio da Junta de Governo. Estava aberto o caminho para a consolidação do regime, e nesse sentido Ynsfran se converteria em peça importante desse processo, convenientemente alçado à condição de grande inquisitor do país.

Com esses movimentos e com a saída de Méndez Fleitas, Stroessner provou ser mais duradouro no poder do que originalmente os colorados haviam suposto. Mas sua posição não era completamente segura, pois os democráticos ainda sonhavam com o retorno ao poder e estavam determinados a ganhar novamente o governo para o partido. Na prática, eles ainda eram a maior facção com representação na Junta de Governo, dentro do Congresso e no próprio gabinete.

Não fugindo à sua peculiar característica, Stroessner passou a encorajar ativamente a revivificação dos guionistas, com o objetivo de manter o balanço de poder, tal como fizera anteriormente com os epifanistas. Com esse retorno, os guionistas ganharam novo alento, dispondo então de uma importante arma, o Ministério do Interior e o comando da polícia, o que permitiu a seus séqüitos permear novamente os escalões inferiores do partido. No entanto, isso envolveria um risco futuro para Stroessner, uma vez que, dispondo de instrumentos tão poderosos, Ynsfran e seus colaboradores poderiam se voltar em algum momento contra o próprio ditador.

O recrudescimento político do regime ocorrido após a vitória eleitoral do segundo mandato foi motivado também pelos dramáticos eventos que se seguiram à Revolução Cubana, quando Castro e seus guerrilheiros depuseram o regime do ditador Batista e enveredaram para posições de esquerda, pró-comunistas, do mesmo modo como ocorrera com a derrubada da ditadura militar na Venezuela pelo movimento liderado por Rómulo Betancourt, o qual prometera lutar para livrar a América Latina de toda forma de governos ditatoriais.

Valendo-se dessa perspectiva de mudanças institucionais em alguns países latino-americanos, alguns grupos febreristas e liberais partiram para ações armadas de maior envergadura sustentados na crença de que um sistemático suporte logístico e moral seria dado tanto pelo governo Betancourt (1959 - 1964) quanto pelos castristas no poder<sup>20</sup>.

Efetivamente, esse apoio se confirmou, mas não de um modo sistemático nem suficientemente eficaz a ponto de ameaçar os alicerces do regime paraguaio. Ao contrário, contribuiu para abortar o processo de abertura pactuado entre os colorados no chamado *Re-encuentro* e desencadear um paranóico movimento repressivo. Era a deixa para a declaração do estado de sítio.

---

<sup>20</sup> Na verdade, esse apoio financeiro e de consultoria militar, provido em grande medida pelos comunistas cubanos, foi-se convergindo para dentro dos movimentos guerrilheiros controlados pelo Partido Comunista Paraguai – PCP, como foi o caso da FULNA (Frente Unido de Libertación Nacional), que, não obstante, era composta principalmente por jovens militantes liberais e febreristas. Esses militantes não contavam com a aprovação nem com o reconhecimento dos líderes desses partidos, que em tese repudiavam tais movimentos e suas táticas. Ver a esse respeito Paul H. Lewis, **The politics of exile. Paraguay's Febrerista Party**. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1968. Para uma visão mais ampla sobre os movimentos guerrilheiros no Paraguai à época de Stroessner ver: Cristina Treherne. **The guerrilla war of the Paraguayan Communist Party**. Portsmouth, England: Prensa Libre, 1982 e Roberto Céspedes y Roberto Paredes. *La resistencia armada al stronismo: panorama general*. **Novapolis, Revista de Estudios Políticos Contemporâneos**, Asunción, n. 8, agosto de 2004. Também da mesma edição ver o texto de Andrew Nickson. *Oposición armada al régimen de Stroessner: una reseña de diez libros sobre el tema*. **Novapolis**, Asunción, n. 8, Agosto de 2004.



Nesse sentido, a aproximação com os guionistas se configurava como um desdobramento óbvio desse processo, dada a vocação radical e reacionária desse grupo, fortalecendo sobremaneira as posições do ditador ante seus oponentes.

Stroessner usaria a seu favor, de modo bastante hábil, a concessão de poder dada aos guionistas, que por si só era bem maior do que eles mesmos almejavam. De certo modo, coube a eles o trabalho sujo do regime, o qual passariam a executar com muito afinco.

O aparelho repressivo desenvolvido por Ynsfran era baseado na exortação do trabalho dos delegados provinciais, que passaram a gozar de importante status e relativa autonomia durante sua gestão à frente do Ministério do Interior. Essa política consistia no aliciamento dos camponeses às atividades de suporte nas campanhas antiguerrilha, instigando os delegados locais a serem uma espécie de pais exemplares dos camponeses em seus distritos. Tal tática proporcionaria uma eficiente teia de informação e controle social, baseada na mais pura tradição paternalista. A estrutura desse aparato foi tão bem-sucedida que eventualmente tornaria seu próprio mentor descartável ao projeto stronista de poder<sup>21</sup>.

De certo modo, o despreparo e a precariedade tática das guerrilhas, somados ao precário apoio logístico, facilitaram a atuação dos aparelhos de contra-insurgência e antiguerrilha. Ademais, a origem urbana dos militantes da FULNA e do 14 de Mayo contribuiu para uma percepção equivocada do mundo camponês paraguaio, o que inviabilizou o estabelecimento de bases de operação confiáveis, que estivessem em conformidade com as aspirações dessas comunidades e que conseqüentemente angariassem seu apoio. Tais problemas facilitaram a contra-ofensiva do aparelho

---

<sup>21</sup> Esse aparato acabou assumindo contornos próprios que não se limitaram apenas ao universo camponês. Eles se disseminaram quase que naturalmente por todo o país, a ponto de tornar-se uma peculiaridade do regime. Segundo observação do jornalista Carlos Wagner, “É praticamente impossível viver no Paraguai sem ser espionado. Existe, trabalhando na administração do país, uma figura que é conhecida como **pyrague**. O termo, em língua guarani (falado por 90% da população), significa dedo-duro, e designa a pessoa colocada para espionar e que recebe salários pagos pelo Estado. Eles estão espalhados por todas as repartições públicas, empresas estatais e redações de jornais. Todos sabem quem são, mas não podem tocá-los porque seria suicídio. Um pyrague, que geralmente é uma pessoa arregimentada pelo governo nas classes pobres do povo, pode, por motivos particulares, denunciar um funcionário ou mesmo um vizinho seu por atividades subversivas. Ninguém irá verificar se o que ele disse é verdadeiro, principalmente se o denunciado não for filiado ao Partido Colorado, que dá sustentação ao governo”. In Wagner, Carlos. **Brasiguaios: Homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 78. No **Historical dictionary of Paraguay**, pyrague (“Silent footed ones”) Word dating from the Franciata which was used throughout the Stronato in common parlance to refer to the ubiquitous secret police of the Stroessner regime. They comprise two clearly defined groups: i) a full-time staff of several hundred plain-clothes officers, ii) a part-time staff of information-gatherers, such as taxi-drivers, hotel staff, students, and newspaper-sellers, who were paid on a results-only basis. For two decades, the regime operated a very effective intelligence service through the *pyrague*, who were its “eyes and ears” throughout the 1960s and 1970s. Op cit. Nickson, 1993, p. 490.

repressor de Stroessner, levando a ação dos movimentos guerrilheiros a um retumbante fracasso.<sup>22</sup>

Com o desmantelamento desses movimentos, Stroessner pôs em marcha um novo ciclo de flexibilização do regime, com o fito de assegurar externamente uma aparência de legitimidade e de verniz democrático de seu governo ante a dissimulada fama autoritária e de permanente violação dos direitos humanos. Essa iniciativa visava assegurar que fluxos de investimentos estrangeiros não sofressem constrangimentos políticos em seus países de origem diante das notícias que circulavam internacionalmente sobre a repressão no Paraguai.

No entanto, esse processo de abertura controlada pelo regime desagradava a corrente guionista do Partido, que via com suspeita a perspectiva de eternização de Stroessner no poder.

Paulatinamente, Stroessner foi executando seu projeto de flexibilização do regime, encorajando setores liberais e até mesmo febreristas a peticionarem sua legalização, o que veio a ocorrer com os febreristas em agosto de 1964. Ficaram de fora dessa negociação tanto epifanistas quanto democráticos.

A premissa desse projeto de descompressão política era a aceitação tácita do compromisso por parte desses partidos de seguirem com Stroessner. Em contrapartida, o mesmo asseguraria não tramar contra estes outro golpe. Como consequência, os pleitos eleitorais adquiriram maior legitimidade e os partidos opositoristas garantiriam algum espaço de atuação institucional dentro do regime.

O problema com os guionistas é que estes, ao lado de Ynsfran, tentavam obstaculizar o processo de abertura, pois viam nele uma ameaça a suas convicções doutrinárias e posições dentro do governo, uma vez que esse projeto fortalecia ainda mais as posições de Stroessner e sua independência em relação às facções no interior do partido.

Prisões arbitrárias e perseguição contra os regressos febreristas e liberais prosseguiram a mando de Ynsfran e seu chefe de polícia, general Ramón Duarte Vera.

---

<sup>22</sup> Lewis também sugere alguns fatores que determinaram o fracasso dos movimentos guerrilheiros no Paraguai, nos seguintes termos: "Several factors made the failure of the insurrectionist thesis in Paraguay inevitable. First, the guerrillas had not, like the Cubans, established any base in the peasantry. The vast majority of Paraguayan peasants were Colorado py nandí, who simply informed the authorities whenever strangers appeared. Second, Stroessner's army, unlike Batista's, was well trained and spirited. Third, the exile community was riddled with Stroessner's spies, so that the government always knew and where an invasion was to take place. And fourth, such invasions placed relatives and friends inside Paraguay in danger, for the police would often retaliate by arresting and interrogating them. Thus this radical strategy quickly lost its appeal for the Liberals and Febreristas". Op. cit Lewis, 1980, p. 181

Isso inviabilizava a efetivação do pacto político firmado com as oposições, comprometendo conseqüentemente a legitimação da mudança do texto constitucional de 1940, que limitava a concessão do mandato presidencial a somente uma reeleição.

Então, para livrar-se do empecilho guionista que comprometia a pacificação interna do país, uma vez que os movimentos de resistência no exílio já haviam sido totalmente debeladas, Stroessner voltou-se ao ataque às bases de Ynsfran. Não propriamente contra o ministro do Interior, mas contra seus fiéis colaboradores, o que culminou, em maio de 1966, com a prisão de vinte oficiais superiores do comando da polícia envolvidos num espetacular escândalo de corrupção internacional, além da demissão do chefe Duarte Vera e de outros importantes protegidos de Ynsfran (Lewis, 1980).

Tal como a de Méndez Fleitas, a queda de Edgar Ynsfran se dava no momento oportuno, num regime onde não havia lugar para eminências pardas nem espaço para potenciais sucessores.

## **2.1 O papel político do crescimento econômico**

Se o controle da máquina e da militância partidária foi essencial para contrabalançar o poder das forças armadas e coibir qualquer rebeldia, o crescimento econômico seria a base de estabilização geral do regime. Devido ao caráter patrimonialista do Estado paraguaio e à sua disseminada estrutura de prebendas, uma economia estagnada como a existente naquele momento não garantiria nenhuma longevidade ao sistema, que de modo crescente necessitava distribuir sempre mais recursos e cooptar cada vez mais aliados.

Em um país subdesenvolvido e periférico como o Paraguai, não havia muitas alternativas disponíveis para seus cidadãos se livrarem da pobreza que não fossem através de algum vínculo afirmativo com o Estado, do mesmo modo que para se alavancar quaisquer negócios na iniciativa privada dependia-se quase que exclusivamente do acesso às fontes de financiamentos e de recursos controlados pelo Estado.

O contexto da guerra fria, como mencionado anteriormente, e a crescente internacionalização econômica do subcontinente americano influenciaram decisivamente a moldagem da política externa paraguaia no início dos anos 1960,

caracterizada por uma forma de jogo ou política pendular <sup>23</sup> de associação e confrontação de interesses. Tal jogo permitiu ao regime stronista auferir inúmeras vantagens econômicas com os acordos internacionais firmados, obtendo conseqüentemente dividendos políticos internos, que serviram para consolidar seu projeto de poder<sup>24</sup>.

A aproximação política e econômica com o Brasil, que naquele momento já esboçava uma das mais altas taxas de crescimento do continente, se mostrou muito profícua para o governo do Paraguai, o que permitiu a Stroessner desvencilhar-se da histórica dependência em relação à Argentina. Essa medida possibilitou maior desembaraço da política externa paraguaia ante seus gigantes vizinhos, ao mesmo tempo em que proporcionou, na forma do jogo pendular, barganhar diversas concessões econômicas principalmente com o Brasil, que vislumbrava através dessa nova parceria assumir posição de maior destaque junto ao comércio e à política do cone Sul.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Nos termos de Nickson, “Pendulum politics”. Term coined to describe the diplomatic balancing act pursued by the Stroessner regime. The policy involved greatly strengthening military and economic ties with Brazil, while, at the same time, maintaining good relations with Argentina. By playing off the two regional superpowers against each other, the Stroessner regime hopes that Paraguay could strengthen its national security and that regional support for the authoritarian regime could be maintained. During the 1960s and the 1970s, Argentina and Brazil began to compete for influence in Paraguay and surplus military equipment was transferred to the Stroessner regime. Although largely successful during much of the Stronato, the emergence of democratic governments in Brazil and Argentina from the mid-1980s led the disintegration of this política pendular. As a result, the Stroessner regime became diplomatically isolated, and was excluded from the growing process of economic integration between Argentina, Brazil and Uruguay after 1986. **Historical dictionary of Paraguay**. 2<sup>nd</sup> ed., rev., enl., and updated. London, The Scarecrow Press. 1993, p. 471-472.

<sup>24</sup> Um caso elucidativo foi o da ajuda americana concedida logo nos primeiros dias do novo governo visando fortalecer a influência americana no país, afastando com isso o risco de sublevações comunistas ou de qualquer natureza que fugisse da sua orientação política. Segundo Ceres Moraes, “com a tomada do poder por Stroessner, a colaboração norte-americana intensificou-se. Por exemplo, em 2 de setembro de 1954, apenas 17 dias após sua posse, o Eximbank aprovou um crédito de 7,2 milhões de dólares para financiar a compra de serviços e equipamentos norte-americanos, para a instalação da rede de água potável em Assunção. Até 1959, somente a CORPOSANA, empresa responsável pela implantação do projeto, recebeu a soma de 9 milhões de dólares do Eximbank e Development Loan Fund” Op. Cit. Moraes, 2000, p. 82. Outro financiamento importante concedido pelos norte-americanos foi para a construção da rodovia Trans-Chaco, integrando a região central do país à fronteira boliviana. Segundo Moniz Bandeira, esse financiamento se deu em razão da crença da companhia americana Pure Oil da existência de importantes jazidas petrolíferas na região, cuja concessão para prospecção ficaria obviamente a cargo da mesma empresa. in Moniz Bandeira. **Estado Nacional e política internacional na América Latina**. Brasília: Edunb/Editora Ensaio, 1993, p. 103.

<sup>25</sup> A análise de Menezes a esse respeito é bastante esclarecedora sobre o contexto da época. Segundo esse autor, “A aproximação Brasil-Paraguai acontecia, assim os fatos mostram, não por motivos ideológicos, mas sim por motivos econômicos e políticos. Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai, se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho paraguaio, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para leste, via Brasil. Se colocarmos tudo isso junto, veremos que a opção de Stroessner em procurar uma nova fonte de oxigênio para leste parece bastante acertada e lógica. Por seu lado, a idéia do Brasil era conseguir um novo mercado para seus produtos, principalmente os industrializados e, para isso, precisava primeiro afastar o Paraguai da Argentina. Na história do Prata o Brasil estava em certa desvantagem porque Argentina, Uruguai e Paraguai, apesar de seus históricos

Para o Brasil, a aproximação política e a articulação econômica com o Paraguai, apesar de custosas, foram importantes e talvez decisivas para suas pretensões em relação a esses mercados que tradicionalmente estiveram na órbita de influência argentina.

Essa aproximação, que se esboçava desde a década de 1950, principalmente durante o governo Juscelino Kubitschek, não ocorreu de forma linear, tampouco de modo tranqüilo.

As questões envolvendo limites fronteiriços e a exploração dos potenciais recursos da região da bacia do Paraná reacendiam o espírito nacionalista paraguaio, manipulado tanto pela oposição quanto pelo governo colorado. Por seu turno, o Brasil, já durante o regime militar, considerava a possibilidade de utilização do potencial hidrelétrico da bacia do Paraná como essencial ao projeto de desenvolvimento econômico e industrial em curso, do mesmo modo que encarava a questão dos limites territoriais com o Paraguai como fato consumado.

Entretanto, com a queda de João Goulart em 1964, o que parecia fortalecer os vínculos identitários entre os dois países, dada a similaridade dos regimes, trouxe novamente à tona o acirramento das tensões em torno da questão dos limites.

Tal fato foi marcado pelos episódios que se sucederam à ocupação de uma pequena faixa territorial nas proximidades de Sete Quedas por um pequeno destacamento da 5ª Companhia de Fronteira de Guaíra/PR, em junho de 1965, causando enorme balbúrdia diplomática.

Se para a chancelaria brasileira à época da administração militar de Castelo Branco a questão dos limites com o Paraguai já estava consumada desde os tratados de 1872<sup>26</sup>, ratificados no final dos anos 1920, para os paraguaios, no entanto, essas fronteiras ainda não se encontravam totalmente delimitadas.

---

desentendimentos, no geral preferiam atuar juntos nos problemas locais a ter uma melhor ou mais aprofundada parceria com um país de língua diferente, e, em sua opinião, um país isolado e arrogante. Assim, para o Brasil, a separação em termos geopolíticos e econômicos entre Paraguai e Argentina foi uma histórica vitória". in Menezes, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**. Brasil-Paraguai:1955-1980. Campinas, Papyrus, 1987, p. 63.

<sup>26</sup> Tratado assinado em Assunção em 9 de janeiro de 1872, negociado pelo representante paraguaio Carlos Loizaga e por João Mauricio de Wanderley (Barão de Cotegipe), representante brasileiro. Nesse tratado o Brasil, além de incorporar todo o território reclamado antes da guerra, ainda obteve todas as terras da fronteira sul-mato-grossense limitadas pelo rio Apa, num total de 62.325 km quadrados, em troca do reconhecimento da independência do Paraguai. Ver Nickson, Andrew R. **Historical dictionary of Paraguay**. 2<sup>nd</sup> ed., rev., enl., and updated. London, The Scarecrow Press. 1993, p. 350

As incursões de militares brasileiros à região contradiziam na prática os argumentos que defendiam a validade e abrangência dos tratados firmados anteriormente, enfraquecendo as posições da diplomacia brasileira. Essa postura imprudente fora movida por um cálculo geopolítico pouco consistente e não muito bem explicado à época, o que acabou contribuindo para o avivamento do ressentimento paraguaio ante o chamado “expansionismo brasileiro” (Menezes, 1987), (Moniz Bandeira, 1998).

Inicialmente, esse episódio serviu como excelente combustível para a oposição paraguaia insuflar o sentimento nacionalista das massas e ao mesmo tempo criticar abertamente o governo dos colorados, por vezes acusado de leniente e subserviente ao Brasil.

Diante da crise, o governo brasileiro passou a acenar com a possibilidade de uma intermediação internacional sobre a questão dos limites, o que fortalecia ainda mais os argumentos e os ataques da oposição política no Paraguai, contrariando supostamente os interesses econômicos e geopolíticos que moviam a aproximação brasileira com aquele país.

Stroessner, por sua vez, passou a utilizar a argumentação nacionalista da oposição a seu favor, condenando publicamente a conduta brasileira, ao mesmo tempo em que costurava nos bastidores novos acordos. Dessa forma, pôde angariar para si a simpatia da população e a concordância da oposição em relação à questão dos limites (Menezes, 1987).

De certo modo, esses episódios que ocorreram no início do regime militar brasileiro serviram como uma espécie de teste dentro de um jogo maior, que foi o processo de aproximação entre Brasil e Paraguai, e puseram à prova as limitações da articulação de interesses (Hay, 1982).

Superada a questão dos limites territoriais<sup>27</sup>, a reaproximação entre os dois países seguiria seu curso praticamente integrando a economia paraguaia à brasileira, condição necessária, mas não suficiente, à formulação do futuro mercado do Sul (Pébayle, 1994), (Kohlhepp, 1999).

Apesar das críticas formuladas no Brasil por parte de alguns setores civis e militares, que questionavam a praticidade das concessões e mimos feitos aos

---

<sup>27</sup> A superação da questão dos limites na região das quedas de Guairá se deu com a inundação provocada pela formação do imenso lago de Itaipu no início dos anos 1980, um modo sem dúvida bastante peculiar encontrado pelos militares brasileiros para solucionar um problema diplomático dessa envergadura.

paraguaios, os acordos acabaram resultando em vultosos aportes financeiros, que viabilizaram tanto a construção da megausina de Itaipu quanto inúmeros outros projetos de infra-estrutura em transportes, eletrificação e serviços, financiados quase que exclusivamente pelo governo brasileiro (Menezes, 1987). Tais acordos impulsionaram ainda mais a tendência à incorporação da fronteira oriental paraguaia através dos projetos de colonização e modernização agrícola, efetivada por empresários e imigrantes brasileiros, a tal ponto que o governo paraguaio suprimiu da sua Constituição o parágrafo que restringia a concessão de propriedade ou estabelecimento de estrangeiros num raio de 150km do perímetro da fronteira<sup>28</sup>.

No mesmo momento em que Stroessner anunciava, em 1967, uma reforma agrária total, ele silenciosamente revogava essa cláusula do Estatuto de 1940 (Galeano, 1983), legitimando sorrrateiramente aquilo que de fato já ocorria.

De tal sorte que, sob olhar presente, a integração dos dois países foi tão incontestável que suplantaria proporcionalmente em volume de negócios qualquer outra parceria comercial dentro da América Latina. Esse envolvimento não se limitaria apenas ao comércio e à indústria; alcançou de forma efetiva uma dimensão física e humana, imprimindo à grande borda oriental um caráter eminentemente binacional (Souchaud, 2002).

No Paraguai, o súbito crescimento econômico do período de 1963 a 1973 deveu-se em grande medida à continuidade dos fluxos de investimentos diretos e também aos empréstimos estrangeiros. Tal quadro se deu concomitante a um absoluto controle sobre as classes trabalhadoras urbanas e sobre os movimentos camponeses, que viram seus rendimentos reduzidos na proporção inversa às taxas de crescimento da economia<sup>29</sup>.

Em contrapartida, as classes mais altas tiveram seus ganhos aumentados substancialmente no mesmo período. Essa parcela, que no início dos anos 1960 não somava mais que 5% da população, detinha aproximadamente 30% do PIB, passando a absorver no início dos anos 1970 algo em torno de 50% do PIB. Enquanto isso, os mais pobres, isto é, 1/5 da população, viram reduzida sua participação na renda nacional de

---

<sup>28</sup> Tal fato foi também observado por Nickson, nos seguintes termos: “ In 1967 the Paraguayan Government repealed an Agrarian Statute which had formerly prohibited the sale to foreigners of land lying within 150 kms. of the national frontier. Soon after this the IBR began to sell large tracts of virgin state lands in the eastern border region to Brazilian land companies”. Ver Nickson, Andrew R. Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay”. *Journal of Latin American Studies*. 1981, 13 (may), p. 121.

<sup>29</sup> BID economic and social progress in Latin America, 1976 Report, p. 336.

4% para menos de 3% (Laino, 1979); (Lewis, 1980); (Miranda, 1982); (Kleinpenning, 1986).

Segundo Lewis (1980), entre 1970 e 1975 houve um incremento salarial médio em torno de 1/3 para o conjunto das classes trabalhadoras urbanas, enquanto o custo de vida na grande Assunção aumentou mais que 73% no mesmo período. Tais dados são reveladores da concentração de renda nos extratos mais elevados da sociedade e, sob certos aspectos, da mudança dos padrões de consumo médio, que, dada a natureza desse processo de modernização, muito provavelmente afetou a composição dos índices gerais de preços e a constituição de novos itens da cesta básica de produtos.

A atração de capital externo foi sem dúvida essencial e condição necessária ao processo de modernização do Paraguai, dado o fato de que tanto os capitais privados internos como os do setor público eram insuficientes para inversões de maior magnitude, principalmente devido à precariedade infra-estrutural do país e à carência quase que generalizada de bens e serviços.

As transformações ocorridas a partir dos anos 1960 se deveram muito à modernização e racionalização da máquina administrativa, decorrentes do plano de estabilização econômica posto em prática nesse período, o que permitiu também garantir ao Estado maior controle sobre as finanças públicas e a eliminação da antiga prática de valorização artificial da moeda e do controle artificial de preços. Tais mudanças resultaram numa substancial desvalorização monetária, que, somada à suspensão do controle de preços, se converteu num atrativo adicional à produção agrícola e industrial. Essas mudanças se converteram numa espécie de estandarte eleitoral permanente para Stroessner, que sem parcimônia as evocava em suas aparições públicas. Segundo ele, as conseqüências práticas de sua política econômica foram os investimentos realizados nas áreas da saúde, dos transportes e da educação (Lewis, 1980).

Até aquela época, as condições sanitárias do país eram das piores do mundo latino-americano; nem mesmo a capital do país possuía um sistema de esgotos e de águas pluviais, e o abastecimento de água fresca era feito por leva-e-traz sobre lombo de burros, utilizando-se latas e moringas, que, somadas à inexistência de redes de esgotos, se convertiam num meio magnífico de propagação de endemias.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Lewis observa de modo bastante pontual as precárias condições sanitárias e de serviços enfrentadas pela população paraguaia antes da modernização stronista. Segundo esse autor, "Until 1958 the houses of capital had had to obtain fresh water from peddlers who brought it into town in jugs or cans that were



A estrutura viária da capital era bastante precária e durante as estações chuvosas as ruas se tornavam quase intrafegáveis, o mesmo ocorrendo com as estradas que ligavam a capital às cidades interioranas, o que inviabilizava tanto o abastecimento interno quanto a circulação de mercadorias e o escoamento da produção agrícola. Tal quadro somente iria se alterar substancialmente no início dos anos 1970, com a construção de novas estradas e a pavimentação das rotas mais importantes, como a que estabelecia a ligação com o Brasil através da rodovia Assunção - Puerto Stroessner (atual Ciudad del Este).

Com a modernização, ocorreu um expressivo crescimento populacional decorrente da sensível melhora das condições sanitárias e de saúde da população, cujo efeito imediato foi uma vertiginosa queda nos índices de mortalidade infantil. Entretanto, essas mudanças qualitativas não vieram acompanhadas de mudanças nos padrões redistributivos da renda nacional, como mencionado anteriormente, mesmo considerando um crescimento populacional em torno de 3,5 % para um incremento econômico de 8% em média durante os anos 1970. Isso se refletiu também no avanço escolar, com a paulatina redução dos índices de analfabetismo e o crescimento da oferta de vagas escolares. No entanto, a disponibilidade de professores para o interior do país e a capacitação docente permaneciam o calcanhar-de-aquiles do programa educacional paraguaio, acalentado tanto pelo BIRD como pelo FMI (Valdovinos & Naranjo, 2004).

Tais dados nos remetem à tendência conservadora do projeto modernizador stonista, no qual as classes altas absorviam o maior quinhão do desenvolvimento econômico, enquanto as classes populares resignavam-se com as sobras do bolo e com o seu conseqüente infortúnio.<sup>31</sup> O rígido controle sobre os sindicatos e a tendência à estandarização dos salários nos setores urbanos, somados à inexistência de uma política de seguridade social e regulamentação das relações trabalhistas no campo, contribuíram fundamentalmente para o expressivo crescimento econômico e para a brutal concentração da renda.

---

carried in carts or tied to the backs of donkeys – a picturesque survival of the pre-industrial world, but also spreader of disease.” - “So little capital has been provided for new home construction (as opposed to commercial buildings, whose market is booming) that it is estimated that there is a shortage of more than a quarter of a million units. Moreover much of the existing housing, especially in the interior, is quite rudimentary. According to a 1972 census the average Paraguayan house had only two rooms, mud floors, no running water or electricity, no inside toilet, and no system of sewage disposal. To be sure, things were much better in the capital, but even there conditions were still poor when compared with many other Latin American cities.” Op. cit Lewis, 1980, p. 163.

<sup>31</sup> OEA Institución Interamericano de Estadística. **América en cifras**, 1977, v. 2, p. 126 – 127.

Na prática, essa política de controle social se converteu num dos mecanismos efetivos para a atração de investimentos estrangeiros, sobretudo nos setores do agronegócio, incipientes na forma de capital doméstico, mas muito pujantes no gigante país vizinho, o Brasil. A estabilidade monetária e os baixos índices inflacionários também favoreceram esses ingressos, além, é claro, das facilitadas linhas de crédito internacionais avalizadas pelo próprio governo paraguaio, tanto para os tradicionais latifundiários e empresários nacionais, leais ao partido, quanto para os investidores e especuladores estrangeiros (Kohlhepp, 1984), (Wilson; Hay & Margolis, 1989), (Zoomers & Kleinpenning, 1990).

Muitos dos incentivos e subsídios à mecanização e modernização agrícola decorriam do firme propósito de ampliar e diversificar a produção do país, com vistas à exportação de *commodities* e à auto-suficiência na produção alimentar<sup>32</sup>. A disponibilidade de terras públicas na região oriental e no Chaco era outro atrativo para os investidores, dados os preços irrisórios praticados e as facilidades para sua aquisição, além do fato de que a branda reforma agrária, precariamente implementada pelo IBR, não comprometeria os interesses dos ricos e poderosos latifundiários e seus acólitos (Laino, 1979).

No final de 1976, algo em torno de 90.000 títulos de terras haviam sido emitidos, envolvendo algo em torno de quatro milhões de hectares (Valdovino & Naranjo 2004). Colonizadoras paraguaias, associadas a um grande contingente de fazendeiros brasileiros e japoneses, ingressaram na região oriental em razão de diversos estímulos econômicos oferecidos pelo governo, como citado anteriormente, dos baixos impostos e da constante elevação dos preços internacionais da soja.

Essas condições impulsionaram a atuação das grandes madeireiras e empresas loteadoras instaladas nas terras do oriente paraguaio, e estas se empenharam num

---

<sup>32</sup> Valdovinos & Naranjo também constatam que essa política resultou numa profunda alteração no perfil e no desempenho agrícola paraguaio nos anos subsequentes. Segundo ele, "Starting in the early 1970 the government accelerated efforts to expand the agricultural frontier. Heavy investment in infrastructure began, and the eastern frontier was opened to development. New lands in this fertile region were brought under cultivation through the establishment of numerous settlements. These settlements were the main reason for agricultural growth in a sector that expanded on average 6.9 percent yearly during the decade. Due to rising world demand and favorable international prices, the frontier lands were mainly used for export crops, primarily cotton and soybeans, which became Paraguay's dominant export. Cotton mushroomed from 1.1 percent of total export in 1960 to 44 percent in 1985; While soybeans, which did not appear on export list at all in 1960, attained a share of over 16 percent in 1981. It should be noted that quebracho extracts and livestock, Paraguay's traditional export declined dramatically during the same period." "While, soybeans export as a percentage of total exports grew further during the 1980s and 1990s". op cit Valdovinos, Carlos G. Fernández & Narqanjo, Alexander Monge. Economic Growth in Paraguay. Inter-American Development Bank, Economic and Social Study Series, may, 2004, p. 9.

trabalho sistemático de propaganda, atraindo um fluxo crescente de pequenos e médios agricultores brasileiros para a região. As proporções desse fluxo migratório se tornaram tão expressivas que, no início da década de 1970, o mais importante jornal paraguaio, o *ABC-Color*, destacava em seu editorial de primeira página, de 29 de setembro de 1973, que uma invasão brasileira estava começando. Eram os *Ybiyará* e os *Ysupó*<sup>33</sup> que estavam chegando.

## 2.2 A máquina do poder

Em termos retrospectivos, a ditadura stronista se baseou emblematicamente numa concepção segundo a qual a cooptação sempre preponderou sobre a opção pela eliminação adversária<sup>34</sup>. Nesse sentido, a ditadura se caracterizou por ser um regime autoritário do tipo personalista, mesmo considerando-se o papel central do partido, que com sua estrutura piramidal orientava a distribuição das prebendas e a divisão dos cargos no interior dos órgãos públicos e nos aparelhos de Estado<sup>35</sup>.

O regime instaurado por Stroessner não poderia destarte se configurar como totalitário, principalmente porque a função do partido, embora envolvesse parte do tecido social, era antes de tudo servir como um contrapeso ao poder dos militares,

---

<sup>33</sup> Segundo Menezes, esses são nomes em guarani. *Ybiyará* tem dois significados: primeiro, os colonos brasileiros são donos da terra onde eles trabalham e, segundo, os paraguaios consideram os brasileiros como donos da fronteira paraguaia com o Brasil. *Ysupó* quer dizer que as selvas paraguaias estão cheias de brasileiros. Op cit. Menezes, 1987, p. 133.

<sup>34</sup> De acordo com Ceres Moraes, “A forma mais utilizada por Stroessner para livrar-se dos possíveis concorrentes políticos e de seus grupos era acusá-los de comunistas ou de organizarem complô contra o regime, prendê-los e quase sempre expulsá-los do país e, em seguida, promover violentos expurgos tanto no partido como nas forças armadas. Outra maneira de aniquilar possível oposição dentro do partido e obter total apoio foi a cooptação de lideranças e a reaproximação das facções e dirigentes expulsos ou afastados do partido. O melhor exemplo dessa forma de agir foi o caso do ex-presidente Federico Chaves, que, deposto pelo próprio Stroessner, foi posteriormente agraciado com uma embaixada na Europa”. Op. cit. Moraes, 2000, p. 56.

<sup>35</sup> A respeito dessa caracterização do regime, vale destacar algumas observações como as de Fabio Goiris, segundo o qual “No Paraguai, diferentemente dos outros países onde se instaurou o autoritarismo burocrático, existiu, além e acima da burocracia oficial, um núcleo decisório soberano, representado pelo ‘único líder’, como propugnavam seus fanáticos correligionários: o general Alfredo Stroessner. Essa parece ser a principal diferença entre o regime paraguaio e o autoritarismo burocrático latino-americano”. Goiris, Fabio Aníbal. **Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000, p. 53. Também a caracterização feita por Juan Badia sobre o regime de Francisco Franco na Espanha, que é bastante ajustável ao caso paraguaio de Stroessner, pois estes se baseiam na exaltação pessoal do chefe e sua identificação com o suposto destino histórico do povo, na plenitude do poder concentrado nas mãos do ditador e na ausência de controle institucional de seu exercício, uma vez que o chefe de Estado somente seria responsável perante Deus e a história. Badia, Juan. **Del régimen autoritário de Franco a la democracia: la transición política**. San José: Costa Rica, 1988. Para um entendimento mais amplo sobre o autoritarismo burocrático enquanto fenômeno histórico e sua conceituação no âmbito da ciência política, ver o já clássico trabalho de Guillermo O’Donnell. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

tentando acomodar em suas fileiras os interesses das oligarquias e dos setores empresariais com as demandas campesinas e dos trabalhadores urbanos.

Em certa medida, as ditaduras paraguaias sempre tiveram um caráter personalista, nunca foram ditaduras de partido ou de princípio. Embora Stroessner governasse em nome do Partido Colorado, isso não implicava que o partido tivesse papel preponderante nas tomadas de decisão. Ele também estava à frente do comando das forças armadas e, diferentemente de muitas outras ditaduras tradicionais, era quem dava as diretrizes do comando e não vice-versa.

De certo modo, é possível afirmar que o recorrente estado de exceção e a ausência de regimes democráticos no Paraguai inviabilizaram o estabelecimento de elites governantes; ao contrário, favoreceram o loteamento do Estado por grupos oligárquicos e facções políticas sem nenhum comprometimento ideológico-partidário. Em vez disso, um tipo vulgar de pragmatismo, envolto pela encarniçada luta por interesses pessoais, é que predominaram ao longo da história paraguaia.

O regime de Stroessner marcaria o fim da caótica alternância entre as facções coloradas, como já mencionamos; a novidade estaria no entrelaçamento dessas facções no âmbito do poder como meio de contrabalançar o próprio poder dessas mesmas facções, jogando-as simultaneamente umas contra outras e evitando, dessa forma, o fortalecimento de sublideranças que pudessem de algum modo obstaculizar a perpetuação do seu governo.

Tal postura condicionou também uma constante mudança na máquina administrativa, com a substituição de ministros, chefias e subchefias freqüentemente, o que impedia a montagem e organização de uma estrutura administrativa e gerencial eficiente, porém tornava o ditador mais independente de seus subordinados e potenciais rivais.

Na medida em que Stroessner movia alternadamente seus ministérios, ele também depurava o círculo mais íntimo do poder, reduzindo conseqüentemente seus subordinados diretos àqueles que realmente fossem engajados e plenamente fiéis ao regime.

Essas limitações tenderam a sedimentar o estafe principal da administração de forma mais coerente com os propósitos do ditador; por outro lado, tal conduta conservadora levaria o governo a uma espécie de regime gerentocrata, incapacitando no tempo o enfrentamento dos novos desafios de modo audaz e criativo. Em síntese, esse perfil conservador do regime stronista e de seu gabinete decorria em grande medida do

tipo de estratificação da sociedade paraguaia e das vicissitudes que sempre a caracterizaram.<sup>36</sup>

Apesar de não ter nenhum carisma particular, ele soube como ninguém construir uma espécie de culto personalista, dirigindo a força coercitiva do regime no sentido de aplainar as contradições internas da sociedade paraguaia, que sem ele se dissolveria na anárquica luta das incoerentes facções pelo poder.

Devido à rudimentaridade das instituições e ao provincianismo do universo rural que caracterizava a sociedade paraguaia, Stroessner pôde controlar de modo centralizador todo o poder em suas mãos, supervisionando de modo fechado e pessoal toda a estrutura burocrática que sustentava seu regime, seja o partido, sejam os militares e a administração pública em geral, e até mesmo o Poder Judiciário.<sup>37</sup>

Nada escapava à sua chancela; toda tarefa e promoção militar, todo encontro, resolução ou eleição partidária, todos os membros da maioria congressual, todo ato legislativo, toda magistratura, todos os postos executivos e decisões de gabinete teriam que receber seu selo de aprovação.

Sua popularidade se moldava ao arcaísmo da sociedade, embora sua real mensuração dificilmente pudesse ser auferida, devido ao próprio caráter da ditadura, na qual a livre expressão da opinião pública era praticamente inexistente ou simplesmente suprimida.

Não se pode, entretanto, afirmar que a simples existência de um regime ditatorial fosse *ipso facto* confissão de impopularidade. Prova disso foi que, durante o longo período de seu governo, Stroessner sempre se ocupava com sua imagem pública e com o modo de fazer dela boa propaganda, popularizando-se como “El Gran Conductor” ou “El Gran Líder” ou mesmo como o pacificador que trouxe a prosperidade e o progresso ao país, com o emblemático slogan “Paz, Trabajo y Bienestar con Stroessner”.

Com isso ele se colocava em permanente campanha eleitoral, fazendo-se presente em todo e qualquer evento que envolvesse inauguração de escolas, abertura ou

---

<sup>36</sup> Nesse sentido, a observação feita por Lewis se torna esclarecedora: All of the ministers are well above the average Paraguayan in education and experience. Draw from the higher strata of the populations, they, like Stroessner, tend to be conservative in outlook. Although they may not have the professional backgrounds to merit being called a technocracy, they constitute an elite corps whose competency is quite adequate for Stroessner's purposes. Through them he controls the rest of the machinery of the regime. (Lewis, 1980, p. 123)

<sup>37</sup> A esse respeito, Ceres Moraes afirma o seguinte: “O poder judiciário era plenamente submetido ao executivo, pois a Constituição de 1940 estabelecia que os membros da Corte Suprema e demais magistrados e juízes seriam designados pelo presidente da República, por tempo determinado. Com isso, os juízes para se manterem nos cargos - salvo algumas exceções - sempre decidiam de acordo com seus próprios interesses e daqueles que tinham o poder”. (Op. cit Moraes, 2000, p. 65)

pavimentação de estradas, construção de clínicas, redes de esgotos ou linhas de transmissão elétrica.

Se não bastasse, ele ainda despendia grande parte do seu tempo assistindo a cerimônias de cortar fita, cravando a primeira pá na terra ou assentando o primeiro tijolo de uma futura obra. Destarte, nenhum bairro de Assunção ou cidade do interior, por insignificante que fosse, ficaria sem receber sua visita ao menos uma vez e todas essas aparições eram envoltas num clima de muita excitação, com danças típicas, foguetórios, churrascos e paradas cívicas, para o deslumbramento e deleite das massas camponesas.

Era nessas ocasiões que enormes agrupamentos colorados se reuniam, para exhibir seus ponchos e suas bandeiras vermelhas, espalhando pelas ruas das cidadelas incontáveis pôsteres com fotos e faixas alusivas ao ditador. Quando os eventos eram realizados à noite, eles desfilavam sob luzes avermelhadas por tochas de fogo embalando polkas<sup>38</sup> laudatórias das realizações de Stroessner.



**Figura 5** - Fonte eletrônica - 22/02/2006 <http://www.artesco.com.ar/paraguay/cap15.html>

Stroessner compensava sua falta de carisma com a eloquência de ter feito pela modernização do país mais do que qualquer outro presidente, desde Carlos Antonio López, o que não era pouco para quem se considerava indispensável ao país. Nesse

---

<sup>38</sup> POLKA é um dos ritmos musicais mais tradicionais da música folclórica do Paraguai. Diz-se que ela surgiu em 1865 no Campamento Cerro León. Segundo Nickson, “training-camp of Cerro Leon” probably the most popular military song and march in Paraguay, which is the theme tune of Radio National. The authors were probably guitarists among the soldiers stationed at Humaitá during the Triple Alliance War. According to one source, its appearance in 1865 marked the birth of the Paraguayan polka”. Nickson, Andrew. **Historical dictionary of Paraguay**. 2<sup>nd</sup> ed., rev., enl., and updated. London, The Scarecrow Press. 1993, p. 90.

sentido, ele buscava ser visto como um modernizador, e ao mesmo tempo fiel à tradição dos grandes líderes do passado.<sup>39</sup>

Mas, apesar da sua rigidez e formalidade, não era infreqüente a quebra das normas protocolares; nessas ocasiões, Stroessner participava direta e ativamente das festividades, dançando ao embalo das tradicionais polkas, sob gritos e aplausos dos espectadores. Essa postura informal servia para torná-lo mais popular e acessível às massas. Outra sua característica peculiar, e que acabou se mostrando crucial à sua sobrevivência política, foi a habilidade em abrir canais diretos de informação. Em regimes autoritários ou ditatoriais, devido à ausência de uma imprensa livre, há sempre uma tendência natural de isolamento do governante em relação à realidade do país. Circundado por bajuladores, que diziam a ele apenas aquilo que ele queria ouvir ou aquilo que imaginavam ser do gosto do ditador, era quase impossível ter uma avaliação precisa dos problemas que envolviam o regime, o que contribuía também para o fracasso das políticas adotadas e sua implementação.

Ciente desses fatos, ele tentava contornar tais problemas permanecendo em constante movimento, visitando no curso do ano todas as regiões do Paraguai, de um extremo a outro.

Em sendo um hábil piloto amador, ele por vezes dispensava sua comitiva e com certa freqüência voava sozinho para alguma localidade distante, para uma visita sem prévio aviso.

Nessas ocasiões ele se inteirava dos problemas daquela região, checando o andamento de determinadas obras, visitando pequenas guarnições militares e se encontrando com chefes locais do partido. Através desses contatos diretos ele se inteirava do funcionamento da máquina administrativa em todas as suas esferas, tendo um conhecimento pessoal sobre seus subordinados, e essa postura se converteria num dos elementos importantes que explicam sua longevidade e manutenção no poder.

---

<sup>39</sup>Nos termos de Lewis: As a speaker he is something less than electrifying. His speeches are heavily larded with references to the great leaders of the past – Carlos Antonio López, Marshal Solono López, and General Caballero – and to the patriotic spirit of the battles of Cerro Corá and Boqueron. While he identifies these symbols with his administration, he has nothing but scorn for the Liberals and the Communists, and for the foreign press too. Finally, he is given to lengthy enumerations of all the public works projects completed since he came to power (Lewis, 1980, p. 106)

### 2.3 O papel do cerimonial num universo provinciano

Todo cargo de grande importância, segundo Lewis (1980), tende a conferir a seu possuidor um certo caráter majestoso. Envolto na grandiosidade dos palácios presidenciais, oportunistas sombrios podem ser confundidos com homens de Estado. Essa regra parece bastante aplicável ao caso paraguaio, e uma das razões para isso é que o cargo, por si só, já simboliza a unidade nacional, bem como sua soberania. Aquele que o ocupa incorpora de certo modo esse sentido performático e ritualístico que toca em profundidade a emoção de muitos concidadãos.

Ao encabeçar ao mesmo tempo o ramo executivo do governo, a liderança do partido e o comando das forças armadas, ele acabou incorporando os ritos seculares mais solenes da nação. Como líder bem-sucedido, soube como ninguém valer-se desses ritos para edificar seu próprio prestígio.

É preciso, entretanto, considerar o papel que a função cerimonial exerce num país pobre e pequeno como o Paraguai, numa sociedade tradicional em que esses ritos e símbolos são levados realmente muito a sério. Além do mais, é bastante plausível que, devido à traumática trajetória histórica dessa pequena república mediterrânea, cercada entre dois vizinhos gigantes, seus cidadãos sejam particularmente sensíveis acerca de sua dignidade nacional. Um dos mais relevantes aspectos dessa função cerimonial é justamente a representação do país diante de outras nações. O presidente permanecerá ativo e respeitado entre seus concidadãos se demonstrar capacidade de se fazer respeitado internacionalmente e de obter concessões de outros dignitários, que favoreçam o interesse nacional.

Internamente, a função cerimonial exercia papel importante no jogo de equilíbrio entre os diferentes grupos sociais, sendo uma peça fundamental daquilo que Norbert Elias (2001) descreveu como “estratégia de reprodução das tensões e de controle da instabilidade”, como meio de o governante manter seu domínio, conferindo a alguns o privilégio de estar mais próximos do círculo palaciano. Em certa medida, o provincianismo paraguaio preservou alguns elementos da herança aristocrática ibérica, no que concerne à hierarquização das ditas elites e seu distanciamento da realidade vivida pelos demais grupos sociais. Esse distanciamento não deve, entretanto, ser confundido com despreendimento, pois os vínculos de lealdade e subserviência que



caracterizam o personalismo<sup>40</sup> no Paraguai sempre exerceram excepcional papel como forma de controle social, comparativamente ao restante da América Latina.

Seu uso disseminado permeava todas as esferas da sociedade, desde a mais remota localidade até os círculos palacianos. Stroessner fazia dessa prática algo usual, de modo a tornar-se mais acessível ao público, dedicando grande parte do seu tempo a encontros com peticionários de toda espécie de entidades assistenciais, representativas de importantes grupos de pressão em prol dos mais humildes, o que estava em perfeita sintonia com o peculiar populismo paraguaio no qual toda demanda era encaminhada e decidida pelo presidente. A agenda presidencial também era preenchida com encontros para aparições diante de empresários, grupos de fazendeiros, associação de veteranos, sociedade médica, sindicatos trabalhistas, clubes de senhoras, escoteiros e em várias festividades patrocinadas pelo Partido Colorado (Lewis, 1980).

Além dessas cerimônias de caráter civil, Stroessner se envolvia diretamente com as atividades militares, pois o regime era antes de tudo uma ditadura militar e o ditador, diferentemente de seus predecessores, era o próprio comandante-em-chefe das forças armadas, papel que ele cumpria conscienciosamente. Dedicava-se não apenas a inspecionar as unidades militares, mas também a acompanhar diversas outras atividades, tais como recrutamento, promoções e cursos especiais de treinamento, além da certificação dos novos equipamentos que eram adquiridos.

Católico fervoroso, num país onde a Igreja romana era a religião oficial, o presidente sempre participava de toda importante cerimônia de celebração religiosa, como a procissão de Corpus Christi e a peregrinação de 8 de dezembro a Caacupé (festa da Imaculada Conceição), onde se prestava homenagem à Virgem padroeira do Paraguai. Nos feriados nacionais, ele também se fazia presente à missa na catedral nacional.

Stroessner representava muito bem o papel do exemplar pai de família, estrito seguidor dos dogmas católicos, e com essa prerrogativa pôde estabelecer uma estreita relação com o clero conservador do país, que comumente assumia posição de neutralidade em relação à política. Em grande medida, isso se dava porque o Estado

---

<sup>40</sup> O sentido aqui expresso se refere ao fenômeno político caracterizado pela concentração da unidade da força eleitoral e do prestígio de um partido na pessoa de um chefe carismático ou aquela conduta que refere tudo a si próprio. Diferente deste conceito filosófico concebida por Emmanuel Mounier (1905-1950) chamada de personalismo comunitário, que insiste no valor absoluto da pessoa e nos seus vínculos de solidariedade com as outras pessoas. O humanismo personalista de Mounier se opõe tanto ao individualismo burguês como ao coletivismo soviético, não deixando, todavia, de simpatizar com o marxismo com o qual travou intenso diálogo “espiritual”. A esse respeito ver Norberto Bobbio et alli. **Dicionário de política**. 4 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 925-926..

paraguaio secularmente arcava com boa parte dos custos de manutenção do clero e da sua estrutura patrimonial, o que atrelava de certo modo a Igreja ao Estado (Moraes, 2000). Tal dependência era tão reveladora que, em contrapartida ao suporte recebido, o presidente tinha o direito de participar da nomeação de padres e até mesmo de bispos.

Esse harmonioso relacionamento perduraria por considerável período, até o momento em que a violência do aparato repressor do regime atentasse diretamente contra as bases sociais da Igreja, sobretudo aquelas ligadas aos movimentos camponeses e pelos direitos humanos. Os eventos ocorridos no início dos anos 1960, com a prisão e tortura de alguns clérigos, marcariam o início da corrosão desse relacionamento entre Igreja e governo<sup>41</sup>. Além desses fatos, a Igreja Católica do Paraguai também seria muito influenciada pela nova orientação teológica do Concílio Vaticano II, ocorrida em novembro de 1965, e pelas resoluções da Conferência de Medellín, de 1968<sup>42</sup>, o que a fez deixar de lado sua histórica dependência e sustentação aos regimes constituídos, passando a se posicionar mais abertamente contra o regime ditatorial de Stroessner<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Conforme Nickson, “relations between Church and State became strained during the 1960s as the Church started to display concern about and became involved in social questions. Already in the late 1950s, a Jesuit priest, Ramón Talavera, had raised the issue of human rights. In 1963 the Church issued its first Pastoral Letter on ‘The Paraguayan Social Problem’ and in the same year its own newspaper, *Comunidad*, began to report on social questions. Four years later, the Church openly criticized the Constitution of 1967 for the failure to provide mechanisms to control the power of the executive”. Op. Cit. Nickson, 1993, p. 130. Observação semelhante encontramos em *Coutrystudies* “Beginning in the late 1960s, the Roman Catholic Church persistently criticized Stroessner's successive extensions of his stay in office and his treatment of political prisoners. The regime responded by closing Roman Catholic publications and newspapers, expelling non-Paraguayan priests, and harassing the church's attempts to organize the rural poor”. Fonte eletrônica <http://countrystudies.us/paraguay/20.htm>, acessado em 10/02/2006

<sup>42</sup> Segundo Rubens C. Fernandes, “A Conferência de Medellín, em 1968, que reuniu os bispos da América Latina, firmou uma ‘opção preferencial pelos pobres’. A Igreja seria mais profundamente identificada com os ‘últimos’ deste mundo, que devem ser os ‘primeiros’ no Reino de Deus. Essa afirmação implicou revisões profundas na imagem da Igreja latino-americana. A identificação com as elites coloniais foi contestada em nome de uma aproximação com os pobres. Ancorados nessa resolução episcopal, teólogos e agentes pastorais deslançaram um grande movimento de reforma. A Igreja deveria ser reconstruída a partir de suas bases locais, enraizadas na experiência popular e numa nova leitura da Palavra de Deus. Insatisfeitos com a estrutura paroquial, esses agentes preconizaram a multiplicação de pequenas comunidades de fé, denominadas ‘Comunidades Eclesiais de Base’ (CEBs). Compensando a carência de padres, as CEBs seriam animadas por ministros leigos, apoiados por agentes do clero. Ao invés da ênfase nos ritos tradicionais, a religiosidade das CEBs deveria concentrar-se no entendimento da Bíblia e seu significado para o drama histórico atual. Implicava, portanto, uma estreita associação entre as linguagens da teologia e da sociologia, sobretudo de orientação marxista. Envolvia, também, uma aproximação entre as pastorais especializadas e os movimentos sociais”. <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/artecult/religiao/tlibert/index.htm>, acessada em 23/02/2006

<sup>43</sup> Segundo Fabio Goiris, “A Igreja Católica paraguaia foi a única instituição, além, é claro, do Partido Colorado no governo, a representar uma real organização em todo o país, posicionando-se abertamente contra a ditadura. Seu notável poder de influência servia, inclusive, para fortalecer outras organizações, razão pela qual sempre foi perseguida pelo regime, de forma que vários sacerdotes conheceram a tortura, a prisão e a expulsão do país. A Igreja Católica, por seu turno, em várias oportunidades excomungou representantes da ditadura, entre estes o ministro do Interior e o chefe da Polícia”. Op. Cit. Goiris, 2000,

## 2.4 O custo da segurança interna e o controle das massas

A afirmação de Paul Lewis de que o Paraguai é antes de tudo um Estado pretoriano decorre da simples constatação de que o país apresentava já à época de Stroessner uma das mais altas taxas proporcionais do mundo de militares e policiais em relação ao conjunto da população. Na América Latina dos anos 1960 e 1970, apenas Cuba e o Chile pós-Allende tinham percentual mais elevado, e que já estavam muito acima da razão existente nas médias potências militares, tais como Grã-bretanha, França, China, Índia, Paquistão e das duas Repúblicas Alemãs. Baseando-se nos dados do Institute for Strategic Studies de 1978 e nos relatórios de Taylor e Hudson para o World Handbook of Political and Social Indicators de 1972, Lewis também apontava que apenas Albânia, Libéria, Líbia e Vietinã ostentavam um aparato militar/policial proporcional para o conjunto da população semelhante ao Paraguai.

Já o custo de manutenção desse aparato era bastante controverso, contrastando de autor para autor, pois se levava em consideração uma gama variável de atribuições que envolviam as atividades desses militares. Henry D Ceuppens (1971), por exemplo, estimava que os gastos militares no Paraguai em 1970 comprometiam 2,25% do PIB e argumentava que parte desses recursos eram empregados em gastos não-militares, como construção de estradas, manutenção das companhias aéreas e da frota fluvial, e que os gastos especificamente militares consumiam apenas 1,6% do PIB. Tais índices eram modestos, segundo Ceuppens, se comparados a países latino-americanos como Peru, Argentina e Brasil, cujos gastos superavam naquele período 3% do PIB. Tal perspectiva era alimentada na crença do caráter austero dos militares paraguaios e de que qualquer sublevação ou golpe de Estado sairia muito mais caro que dez anos de gastos militares (Lewis, 1980).

As estimativas do Area Handbook for Paraguay de 1972 igualmente apontavam para números próximos daqueles propostos por Ceuppens, em torno de 2,7% do PIB, e acreditavam também que 1/4 do orçamento da defesa era gasto com atividades de natureza não estritamente militar. Devido à carência estrutural do Paraguai e à falta de

---

p. 61. Entretanto esse posicionamento não pode ser visto, diferente da afirmação de Goiris, como uma totalidade, pois refletia também a tensão interna da Igreja no Paraguai entre os setores ditos mais progressistas e o clérigo conservador, que se manteve pelo menos até o final dos anos 1960 muito próximo ao ditador e favorável ao regime, sobretudo em sua oposição ao comunismo. Ver a esse respeito Fregosi, Renée. *Le Paraguay au XXe siècle. Naissance d'une démocratie*. Paris, L'Harmattan, 1997, p. 230 – 242.

recursos, muitos serviços, como construção de estradas, escolas, igrejas e extensão das linhas telegráficas e de telefonia, acabavam sendo supridos pelos batalhões de engenharia e construção do exército. Esses serviços eram estendidos também aos setores privados, como empresas comerciais, de transporte de passageiros e cargas aéreas, abrangendo ainda a abertura e manutenção de estradas rurais, além das ações de natureza cívica, provendo assistência médica e serviços de comunicação, transporte aéreo e fluvial para as regiões mais inóspitas do país. Tais atribuições denotam que os militares recebiam desordenadamente uma fatia expressiva do orçamento nacional, contabilizada como gastos com defesa.

Outros autores, como Taylor e Hudson (1972), chegaram a estimativas um pouco maiores, 2,9% do PIB, algo considerado elevado para as condições paraguaias, em níveis próximos aos do Brasil e do Peru. Esse custo com segurança se tornava ainda maior quando eram acrescidos os gastos com as forças policiais e de espionagem<sup>44</sup>, estes em particular disseminados por todos os órgãos públicos, o que comprometia quase 4% do PIB no início dos anos 1970.

O fato concreto é que os gastos com os militares vinham crescendo desde o governo Chaves e tiveram um acréscimo ainda maior com a ascensão de Stroessner<sup>45</sup>, estabilizando-se num patamar relativamente menor nos anos subseqüentes. Esses dados, no entanto, devem ser lidos com cautela, pois sugerem que os gastos com segurança durante o stonato estavam sob controle ou que sofreram cortes sistemáticos ao longo dos anos, o que efetivamente não ocorreu. Eles não fazem nenhuma alusão aos consideráveis aportes externos implementados pela ajuda americana<sup>46</sup> nem aos gastos

---

<sup>44</sup> As forças policiais no Paraguai eram praticamente consideradas como um braço das forças armadas. Desde o expurgo de 1956, quando o temível Batallion 40 perdeu suas prerrogativas como órgão de segurança subordinado diretamente à Presidência da República, essa instituição entraria num irreversível processo de decadência, tal como as forças policiais que perderam a sua condição de força de equilíbrio ante o poder militar. Paulatinamente as posições-chave dentro da polícia eram ocupadas por oficiais das forças armadas. Excetuando-se Edgar Ynsfran, todos os comandantes e chefes de polícia que serviram sob o governo Stroessner tinham sido militares. Ao todo, o aparato policial, incluindo o remanescente Batallion 40, contava com cerca de 8000 homens, sendo que 400 deles serviam como guarda de segurança presidencial. Apesar desse processo de militarização da polícia, essa força permaneceu sob a autoridade do Ministério do Interior e não no da Defesa, como seria de se supor. A esse respeito ver Lewis(1980, p. 127) e Nickson(1993, p. 470-471).

<sup>45</sup> Outros números devem ser considerados conforme a seguinte observação de Lewis: "In 1953, Chaves allotted 180.5 million guaranis to the Defense Ministry; that amount was raised to 258.8 million by Stroessner in 1955, to 616.6 million in 1960, 1.04 billion in 1965, and 1.68 billion in 1970. Those raises do not simply reflect inflation, for the guaraní has been, since 1956, one of the most stable currencies in Latin America. It is just that the total government budget has expanded faster than the military's share of it. Also, Stroessner has had help from the United States in keeping the generals satisfied". Op cit. Lewis, 1980, p. 130-131.

<sup>46</sup> "Stroessner also benefited from the 1950s and 1960s Cold War ideology in the United States, which favored authoritarian, anticommunist regimes. Upon reaching Asunción during his 1958 tour of Latin

obscuros com as atividades repressivas e de espionagem, que evidentemente não eram contabilizados no orçamento.

Segundo as estimativas de Lieuwin (1961), a cota dos militares no orçamento nacional aumentou em 50% depois que Stroessner tomou o poder em 1954, vindo a declinar posteriormente, mas mesmo assim ainda se mantendo entre os mais elevados do continente.

O problema, todavia, é que, devido à natureza prebensitária do regime stronista e à disseminada corrupção nos aparelhos do Estado, esses números certamente estariam subestimados. Se neles fossem incluídos outros custos indiretos, como a manutenção do *status quo* dos altos escalões e das vantagens garantidas à corporação, o comprometimento do orçamento nacional com gastos militares seria ainda maior. Já o percentual destinado à saúde e educação não obteve nenhum incremento considerável desde o governo Chaves, mantendo-se estável durante o governo de Stroessner. De certo modo, os gastos com educação mantiveram-se próximos a 1,6% do PIB, percentual equivalente aos índices dos demais países latino-americanos, que tradicionalmente pouca atenção dedicaram ao setor.

Entretanto, a alegada carência de recursos não parece ser uma justificativa plausível para tamanha iniquidade distributiva do orçamento. Taylor e Wudson (1972), ao examinar comparativamente esses números em relação ao conjunto da América Latina, concluíram que no mesmo período países igualmente pobres como Bolívia, República Dominicana, Equador e Honduras destinaram somas muito maiores à educação e saúde que o Paraguai.

Tal constatação é esclarecedora da essencialidade que a segurança interna representava na lista de prioridades do regime; ela foi, por assim dizer, condição *sine qua non* do stronismo, o que lhe acabou conferindo certa proeminência em relação à política norte-americana para a América do Sul<sup>47</sup>.

---

America, Vice President Richard M. Nixon praised Stroessner's Paraguay for opposing communism more strongly than any other nation in the world. The main strategic concern of the United States at that time was to avoid at all costs the emergence in Paraguay of a left-wing regime, which would be ideally situated at the heart of the South American continent to provide a haven for radicals and a base for revolutionary activities around the hemisphere. From 1947 until 1977, the United States supplied about US\$750,000 worth of military hardware each year and trained more than 2,000 Paraguayan military officers in counterintelligence and counterinsurgency. In 1977 the United States Congress sharply cut military assistance to Paraguay". Fonte eletrônica: <http://countrystudies.us/paraguay/19.htm>, acessado em 09/03/2006

<sup>47</sup> De acordo com Ceres Moraes, "O Paraguai, devido à sua posição geográfica e à declarada aversão de seu governo ao comunismo, começava a ser considerado importante pelos Estados Unidos no estabelecimento de sua política para a América do Sul. Ou seja, os Estados Unidos da América do Norte,

Os gastos diretos com a segurança interna eram na realidade alocações aparentes em vista dos gastos obscuros, pois a maior parte das prebendas distribuídas, tais como: doações de terras, concessões para exploração do comércio de produtos importados dentre outras, eram no arranjo clientelista de Stroessner destinado em grande parte aos militares. Como resultado, eles controlavam algumas das mais lucrativas posições no Estado. Uma das áreas preferenciais desse esquema eram os empregos nas empresas estatais ou nas autarquias. A monopolização de amplos setores da economia nas mãos do Estado se deu em razão da baixa concentração de capital privado e conseqüentemente de sua incapacidade de suprir a sociedade de bens e serviços considerados essenciais. Em sendo esses serviços de utilidade pública e importantes ao bem-estar social, eles não podiam ser confiados a firmas privadas, cujo objetivo primordial era o lucro, em detrimento dos investimentos e serviços, daí a razão dessa monopolização.

O *boom* econômico das décadas de 1960 e 1970 também condicionou o estabelecimento de uma série de monopólios estatais no Paraguai, semelhante ao que ocorreu em experiências de crescimento econômico em outros países latino-americanos.

Entretanto, esse controle estatal não se baseou num modelo de substituição de importações, como ocorreu na Argentina e principalmente no Brasil, mas num controle das atividades de utilidade pública, como portos, frota mercante, ferrovias e das três companhias aéreas, sendo duas domésticas e uma internacional, todas, sem exceção, mantidas sob autoridade patronal de Stroessner.

As companhias de transporte eram altamente cobiçadas pelo oficialato superior, pois proviam postos estratégicos e fundamentais às atividades ilícitas, tais como o contrabando, que já naquele período era a atividade de ponta da economia paraguaia e provavelmente sua indústria mais lucrativa. Outras empresas almeçadas pelos militares eram a Administración Paraguaya de Alcoholes (APAL) e a Câmara Paraguaya de la Carne, que controlavam o mercado atacadista de bebidas alcoólicas e o fornecimento de carnes para a capital do país.

Os negócios relacionados ou de propriedade do governo, como reparo de navios, fabricação de móveis, mineração, madeireiras e pecuária também ofereciam grande

---

na defesa de seus interesses e baseados na doutrina de segurança continental, passavam a dar apoio econômico e militar, inclusive com treinamento antiguerrilha, ao regime ditatorial que estava sendo imposto ao Paraguai. Por sua vez, Stroessner soube aproveitar muito bem esse momento. Procurando fortalecer-se no poder, tanto interna como externamente, buscou ligar-se cada vez mais aos interesses norte-americanos na região. Para isso chegou ao extremo de solicitar que os Estados Unidos estabelecessem uma base militar em território paraguaio”. Op. cit. Moraes, 2000, p. 80.

atrativo e oportunidades de enriquecimento rápido para os oficiais militares e políticos do Partido Colorado. O próprio Banco Central também concedia a esses figurões generosas linhas de crédito e raramente negava empréstimos aos empresários e fazendeiros afetos ao regime.

Os militares paraguaios eram um grupo da elite e tinham plena consciência desse fato; de certo modo, um oficial do alto escalão gozava de um padrão de vida muito acima do restante da população. Seus salários eram tão generosos que equivaliam ao rendimento médio de um alto executivo da vida civil. Além disso, os militares recebiam vários subsídios, como auxílio família, auxílio alimentar, assistência médica gratuita e um bom sistema previdenciário. Eles também gozavam de outras regalias, como empréstimos facilitados para construção da casa ou mesmo para iniciar ou alavancar algum negócio privado. De modo geral, os oficiais de alto escalão conduziam algumas das mais importantes empresas do país e ao se aposentarem muitos ainda tinham a perspectiva de elevar seus ganhos com a oportunidade de um cargo administrativo (Lewis, 1980).

O prestígio social de que dispunham lhes conferia o poder de influência e apadrinhamento de amigos e familiares para cargos e funções relevantes em empresas públicas e privadas. Muitos oficiais da reserva ocupavam cargos importantes em diretorias das empresas privadas, especialmente aquelas ligadas aos ramos da construção civil, do turismo e de exportação e importação. A presença desses militares se convertia num importante canal de ligação com o governo, facilitando a obtenção de determinadas franquias ou licenças para a atuação dessas empresas. Tais contatos eram comumente denominados pelo jargão usual de “entrada” e aqueles que não tinham “entrada” ou que haviam contraído qualquer desavença com algum oficial do governo levariam vida arriscada. Não somente teriam que passar ao largo de favores, como também teriam grande dificuldade em obter emprego. Em sendo empresários, veriam as perspectivas de seus negócios obstaculizadas em favor de alguém que tivesse melhores conexões com o *establishment* ou, na melhor das hipóteses, ficariam à mercê das práticas extorsivas de funcionários e policiais corruptos. Outra fonte de expressivas recompensas obtidas em razão da fidelidade ao regime, concedida aos oficiais do alto escalão militar e aos chefes de polícia, vinha do contrabando.

O Paraguai, situado no coração do continente, tem uma extensa e esparsa fronteira precariamente vigiada por seus vizinhos, o que o torna um verdadeiro paraíso para os contrabandistas. Só com o Brasil, o limite territorial dista aproximadamente

1.339km, sendo que a maior parte dessa divisa corresponde a uma fronteira seca. Essa atividade é particularmente encorajada devido à sobretaxação que produtos de luxo importados sofrem no Brasil e na Argentina, criando desse modo um enorme mercado para os produtos contrabandeados, muitos destes circulando livremente no próprio Paraguai, para o regozijo das elites locais<sup>48</sup>.

Produtos mais sofisticados, como perfumes franceses, aparelhos eletrônicos japoneses e os melhores uísques escoceses, tão cobiçados pelas classes médias, eram vendidos por uma pechincha se comparados aos valores praticados em São Paulo ou Buenos Aires. As estimativas desse negócio são muito difíceis de aferir, pois o Paraguai é um grande entreposto clandestino dessas mercadorias e o volume negociável é quase impossível de quantificar. Pesquisas mais recentes, como as de Connolly, Devereux e Cortes (1995), estimavam um valor em torno de dois bilhões de dólares anuais para o volume dessas transações e estimavam também que esse comércio ilegal fez crescer a renda nacional em 2,1% do PIB no início dos anos 1990. De certo modo, o volume desse comércio converge para os dados de Sobel (1976), o qual estabelecia um número aproximativo da movimentação desse comércio em torno dos mesmos dois bilhões de dólares. Entretanto, dada a pouca variação cambial e inflacionária do guarani em relação a moedas mais estáveis, como o dólar, há que se supor que esses levantamentos sejam incongruentes entre si, pois, mesmo que apresentem alguma precisão, eles certamente não dão conta do substancial aumento desse comércio, tanto em valor quanto em volume, no intervalo entre essas décadas.

As áreas do comércio de contrabando eram divididas em partes, como feudos, e controladas pelo mais alto oficialato e seus protegidos, tudo em conformidade com o arranjo do sistema clientelista. Todas as operações que envolviam o negócio eram organizadas dentro da rede de relacionamento patrão-cliente, provendo inúmeros empregos e renda para um expressivo contingente de pessoas (Lewis, 1980). O estudo de Connolly, Devereux e Cortes (1995) revela que, apesar de o contrabando no Paraguai operar atualmente numa escala muito maior, ele se mantém preservando os mesmos

---

<sup>48</sup> De acordo com Connolly; Devereux and Cortez, "Throughout the postwar era, a large portion of Paraguay's trade has avoided legal channels. There are three reasons for this. First, Paraguay is a land locked country with long and difficult-to-police frontiers with Argentina and Brazil. Second, its neighbors have, for the most part, maintained higher levels of protection by means of tariffs, quotas and multiple exchange rates than Paraguay has. Finally, and perhaps most important, is the fact that Paraguay has, we argue, gained from illegal trade. This has led the authorities to tolerate it". In Connolly, Michael.; Devereux, John. and Cortez, Mariluz. *The Transshipment problem: smuggling and welfare in Paraguay*. **World Development**, v. 23, n. 6, 1995, p 976.



mecanismos do sistema de patronagem, ampliando em número e escala os itens comercializados, incluindo a partir dos anos 1970 itens como armamentos e drogas.

Enquanto esse comércio manteve-se limitado à venda de bebidas, cigarros e alguns bens de luxo, pouca atenção internacional despertou, a não ser ocasionalmente, quando a ação das patrulhas fronteiriças do Brasil ou da Argentina quebrava a rotina desses negócios.

Entretanto, devido ao crescimento do comércio de drogas e armamentos, o relacionamento com os países vizinhos, e principalmente com os Estados Unidos, começou a deteriorar-se rapidamente, expondo o regime stronista a freqüentes e constrangedores incidentes (Lewis, 1980).

Muitos figurões do círculo íntimo do ditador, como o general Andrés Rodríguez, chefe da maior base militar paraguaia, “Campo Grande”, e o general Patricio Colmán, comandante do 14º Regimento de Infantaria Cerro Corá, fizeram suas fortunas no início dos anos 1960 com a concessão sobre a importação de uísque e cigarros. Porém no início dos anos 1980 seus lucros se tornaram muito maiores, quando eles se voltaram para atividades ligadas ao narcotráfico, utilizando aeronaves particulares e os campos de aviação existentes em suas extensas fazendas nas cercanias de Assunção para o transporte e distribuição desses produtos. De acordo com Lewis (1980, p. 136), se dizia à época que Rodríguez, como o principal acionista de uma empresa de táxi aéreo, até mesmo fornecia algumas aeronaves para essa finalidade. O fato concreto é que nem todos os oficiais e autoridades paraguaias estavam envolvidos nesses acordos, e que mesmo Stroessner nunca havia sido vinculado a essas atividades, embora seja inconcebível que ele nada soubesse a respeito.

Tendo em conta que as oportunidades de enriquecimento eram e continuam sendo muito limitadas no Paraguai e que o ingresso de capitais privados para investimentos produtivos permanecesse restrito a poucos setores, é bastante compreensível a tolerância do governo em relação ao contrabando. Prova disso é que mais de 7% do regime de importação dos produtos importados eram destinados ao turismo de comércio, isso em termos oficiais<sup>49</sup>, e produtos primários oriundos das

---

<sup>49</sup> Conforme as observações sobre o incremento desse comércio, Connolly; Devereux and Cortez constataram que, “In 1990, Paraguay’s tourist office estimated that 17.9 million tourists visited Paraguay for less than 24 hours to purchase consumer goods so that the amounts involved in this trade are not trivial.” E complementam que: Using data from the Tourism Office of Paraguay, we estimated expenditures of tourists spending less than 24 hours in Paraguay at \$ 1.076 million (about \$ 60 a day per tourist). Assuming a 30% markup on the 7% tariff on imports for resale to tourists, as suggested by the national income accounts, provides us with Paraguayan imports for sales to tourists of US\$ 773 million in

economias vizinhas eram contrabandeados para dentro do Paraguai para serem reexportados posteriormente como produtos paraguaios, evitando com isso as elevadas taxas de exportação de seus países de origem, como é o caso da soja e do café brasileiros e da carne argentina (Word Bank, 1992).

Com a construção da Ponte da Amizade em 1965, o comércio triangular do contrabando incrementaria o processo de integração em curso, contribuindo sobremaneira para a consolidação do stronato enquanto regime e que ironicamente se manteria mesmo depois da queda do ditador.

## 2.5 Algumas notas sobre o coloradismo

Em certo sentido, o Partido Colorado apresentava, em termos funcionais, algumas características similares àquelas afetas aos partidos oficiais dos regimes totalitários mais avançados. Tal estrutura proporcionou um suporte popular a Stroessner, até mesmo sob o ponto de vista da construção do culto à personalidade.

O partido também orientou os mecanismos de propaganda e de controle das massas, disseminando seu aparato por praticamente todos os setores da sociedade, convertendo-se num expressivo canal de contato e domínio de vários grupos intermediários, como os sindicatos de trabalhadores, estudantes, associações profissionais, empresariais e de veteranos, dentre outros.

Dada a sua tradicional penetração nos meios campestinos e setores mais depauperados da sociedade através das práticas clientelistas, o partido pôde se estruturar numa extensa máquina de poder altamente hierarquizada e leal ao regime (Lewis, 1980); (Nickson, 1993); (Moraes, 2000).

Historicamente, o partido vinha de uma ampla base social calcada na arregimentação do proletariado urbano e das massas campestinas, além, é claro, do próprio lumpesinato. Prova desse fato foi o ocorrido durante a revolução de 1947, quando a atuação dos *py nandis* e da “guarda urbana” se tornou decisiva à vitória colorada sobre seus oponentes liberais e febreristas (Moraes, 2000).

---

1990. But Paraguayan Customs reported imports for resale to tourist under the 7% regime at \$603 million. This implies that unreported imports of these goods were US\$170 million. The result suggest that 58% of exports were unreported in 1990, while 31% of imports also went unreported”. Op. cit. Connolly; Devereux and Cortez. **World Development**, v. 23, n. 6, 1995, p 976-977.

Para otimizar essa capacidade de arregimentação das massas depauperadas, o partido foi sendo estruturado nacionalmente, baseando-se em seções e subseções espalhadas por todas as cidades, povoados e bairros de Assunção.

Devido à disseminada prática clientelística na sociedade paraguaia e às enormes carências sociais, o simples fato de pertencer às fileiras do partido já transmitia a seus filiados uma sensação de segurança, que em muitos casos era a única forma efetiva de se alcançar alguma benesse, por menor que esta fosse. Esses benefícios se traduziam na forma de empregos, sobretudo em cargos públicos ou como apaniguados de algum chefe político local.

O fato de pertencer ao partido, além de propiciar o acesso a determinados cargos, também transmitia à massa depauperada a sensação de participar ativamente da vida política do país, e esse engajamento possibilitou aos chefes do partido dispor de uma expressiva militância altamente subserviente e fiel ao regime. Tal fidelidade transformava cada militante num espião social, cuja principal tarefa era observar os seus vizinhos não-colorados e relatar o que essas pessoas suspeitas faziam.

Essa prática se converteu numa magnífica máquina de controle social, muito mais importante e efetiva do que aquela exibida pelo aparato militar, e que de certo modo também estava sujeita ao olhar do partido, através dos inúmeros militantes incrustados nessa corporação.

A atuação do partido, através de suas *seccionales*, foi decisiva para neutralizar a ação dos sindicatos trabalhistas e envolver as associações profissionais e os grêmios estudantis, contribuindo sobremaneira para a consolidação da ditadura, mas essa não foi sua única tarefa. A formação das milícias coloradas e da guarda urbana, que atuavam tanto no meio rural quanto no meio urbano e que já existiam desde os anos de 1940, se converteu numa extraordinária força coercitiva contra tentativas golpistas e sublevações sociais, tendo um papel de destaque na vitória das forças governistas sobre os movimentos guerrilheiros 14 de Mayo e FULNA no final dos anos de 1950 e no início dos anos 1960 (Moraes, 2000). Essa vitória também se deveu, como já mencionamos, ao apoio campesino dado às forças armadas, sobretudo pelos rurícolas simpatizantes do coloradismo.

Historicamente, os colorados nunca se caracterizaram por ser um partido organizado sob bases democráticas; seu perfil hierárquico centralizava as tomadas de decisão num círculo restrito de líderes que faziam parte da junta de governo servindo como uma espécie de conselho consultivo da presidência.

A estrutura do Partido Colorado foi moldada na convenção de 1947 e teoricamente sua instância máxima era a convenção nacional. Essa convenção era composta por delegados, os quais eram convocados a cada três anos e eram eleitos por seus comitês locais, na base de um para cada 1.500 filiados. Visto que o número oficial de filiados estava em torno de 700.000, o número de delegados na convenção nacional deveria ser algo em torno de 450 (Lewis, 1980).

Convenções extraordinárias também estavam previstas no estatuto, quando no caso de alguma crise iminente; entretanto, a maior parte das atividades eram tocadas pela própria junta, cujo trabalho era dividido por alguns comitês e subcomitês, sendo evidentemente o mais importante o Comitê de Política, o qual traçava as linhas gerais de atuação e as estratégias do partido.

Outros comitês tinham funções específicas, tratando de modo particular com os diferentes segmentos da sociedade, tais como: *Comisión Obrera*, *Comisión para la Campaña*, ou para questões campesinas, *Comisión Central de Damas Coloradas*, a qual subordinava o comitê para garotas e moças coloradas, e a *Comisión Central de la Juventud Colorada*, esta última uma das mais importantes e ativas por envolver os estudantes da Universidade Nacional e das escolas secundárias, de modo a atrair as novas gerações às fileiras do partido.

A principal função da convenção nacional era ouvir os relatos da junta de governo ou do comitê executivo e aprovar ou desaprovar as decisões desse comitê, apesar de que na prática a desaprovação estivesse quase sempre fora de questão. Por ser a convenção instância superior do partido, a ela se destinavam todas as queixas e reivindicações dos comitês locais, constituindo-se, por assim dizer, numa espécie de corte de apelação política, tendo teoricamente o poder de disciplinar as ações da junta de governo.

Por fim, era através da convenção e durante a convenção que se nomeavam as listas dos candidatos do partido às eleições presidenciais e parlamentares, formulando também sua plataforma oficial, entretanto tais deliberações tinham na prática apenas um caráter pro forma (Lewis, 1980).

Em linhas gerais, a convenção nacional tinha um sentido ritualístico dentro de um jogo de encenação e manipulação da massa filiada, que em realidade era composta por pessoas obscuras e sem nenhum poder efetivo de decisão, cabendo à junta de

governo a condução de fato do partido e a manipulação da convenção conforme seus próprios interesses<sup>50</sup>.

Um exemplo elucidativo desse poder decorria, segundo Lewis(1980), do fato de o membro mais influente da junta ser o próprio presidente do partido, cabendo a ele a convocação das assembléias, o estabelecimento da ordem do dia, o encaminhamento seletivo de propostas para votação e, em casos de controvérsias, quando não se chegasse a nenhum consenso sobre determinada matéria, ele lançaria mão do voto de minerva, desatando desse modo o nó da questão

O estabelecimento de uma ampla base social estruturada nacionalmente e fortemente hierarquizada impedia qualquer manifestação de autonomia por parte de seus filiados, acentuando cada vez mais a verticalização do partido.

E foi a partir dessa conformação estrutural que o regime pôde exercer o controle e a autoridade sobre a sociedade, fazendo dos correligionários do partido seus olhos e ouvidos, informando a seus superiores toda e qualquer movimentação suspeita que envolvesse indivíduos ou organizações que de algum modo se opunham ao governo, e encapsulando dessa forma a sociedade num circuito paranóico, onde a delação se tornara moeda corrente.

Segundo Lewis(1980) e Nichols(1971), a identificação com determinado partido político é algo quase que universal no Paraguai, e fazer parte de um deles era quase sempre um compromisso de vida. Tal fato é marcante na vida paraguaia, a ponto de o cotidiano dessas pessoas e suas relações sociais estarem de algum modo subordinadas à órbita da filiação e da vivência partidária. A escolha de amigos, e até mesmo do parceiro matrimonial, obedecia a essa regra seletiva, que era encarada como pré-condição natural para os relacionamentos. Isso explica a tendência dos partidos em fechar os indivíduos dentro do meio ambiente partidário, tal qual ocorria nas experiências mais radicais e trágicas do comunismo, do fascismo e dos partidos cristãos da Europa pré-Segunda Grande Guerra.

A razão para ser *co-religionario*<sup>51</sup> era dada por motivos que envolviam desde a família, o círculo de amigos, os interesses pessoais, a possibilidade de alcançar bons

---

<sup>50</sup> Segundo Ceres Moraes, “A prática desenvolvida pelo partido oficial fez com que setores da sociedade, como os camponeses e as classes populares urbanas, analfabetas em sua quase totalidade, acreditassem realmente na sua participação política e na sua importância para a manutenção do regime que, no seu entender, defendia a pátria, não hesitando em dar demonstrações massivas de seu apoio. Para demonstrar sua força e apoio ao presidente eram realizadas pelo partido, grandes manifestações públicas, como por exemplo a ‘Marcha de la Unidada Colorada’, realizada no dia 12 de junho de 1956. De acordo com o jornal *Pátria*, dela participaram 27 mil pessoas. Esse número é bastante expressivo, se considerada a população de Assunção naquela época”. Op. cit., Moraes, 2000, p. 58.

empregos, o sentido de pertencimento e engajamento em determinada classe ou grupo, até mesmo o apelo da tradição ou da necessidade de sua mitificação.

Mesmo as diferenças internas entre as facções do partido não lhes impediam de referirem-se uns aos outros como correligionários, e nos momentos de crise envolvendo grupos opositoristas de outros partidos cabia aos correligionários cerrarem fileiras contra seus inimigos, deixando de lado suas antigas querelas. A não-observância dessa norma era tida como uma grande traição, sobretudo entre os colorados, que a consideravam uma espécie de tabu, e designavam tal falta ou a quebra da palavra empenhada entre seus pares pela expressão guarani *yeré* (Nichols, 1971).

Mudar de partido seria trair todos os seus correligionários e isso se constituía num sério exemplo de *yeré*, semelhante a alguém sem princípios e traiçoeiro, o que o tornava um pária, sendo muitas vezes afastado do convívio dos amigos e dos familiares (Lewis, 1980).

Essa intrincada teia de relações, que caracterizou a vida político-partidária do Paraguai, e cujos traços ainda ressoam na atualidade, foi o substrato fundamental onde se assentaram as bases do stronismo enquanto projeto de poder e estabelecimento de um regime que se revelou historicamente duradouro.

Esse foi talvez o maior *insight* desse ditador, utilizando-se da enorme capacidade do Partido Colorado em mobilizar as massas e convertendo-as numa das mais formidáveis armas contra o poder dos militares que o Paraguai conheceu desde a época de Solano López. E isso, segundo Lewis (1980), reduziu a praticamente zero a probabilidade de golpe contra Stroessner.

A conformação dessa peculiar moldagem social, política e econômica fez prevalecer o stronismo mesmo depois, sem Stroessner, em 1989. E foi em meio às vicissitudes desse processo que as questões bilaterais com o Brasil foram forjadas, marcando de maneira profunda e peculiar os arranjos e a experiência dos migrantes brasileiros naquele país.

---

<sup>51</sup> Segundo Nickson, no **Historical dictionary of Paraguay**, “Correligionário”: Common term used by an individual in contemporary Paraguay to refer to someone else who is a member of the same political party. Nickson, op. cit. 1993, pp. 167.

## Capítulo III

### A tormenta que veio do Sul

Um dos fatores que motivaram os grandes fluxos migratórios de rurícolas brasileiros para a região oriental do Paraguai foi sem dúvida o processo de modernização da agricultura no Brasil, iniciado em meados dos anos 1960 e cujo ponto de partida foi a região Sul. Esse processo veio atender à necessidade de expansão da produção agrícola nacional através de uma política específica para o setor, visando dinamizar a economia primário-exportadora sobre bases modernas e envolvendo a escolha de determinados produtos agrícolas cuja produção fosse implementada em larga escala, a partir da utilização intensa de insumos e de maquinaria moderna.

Tal processo teve como pressuposto a integração da agricultura e da pecuária à indústria, manifesta no Estatuto da Terra de 1964 e que se tornou um efetivo instrumento de caráter institucional para a transformação das relações sociais e econômicas no campo, operando, nos termos de Rückert (2003, p. 15), “a metamorfose do território agrário, sob o processo da territorialização das contradições do modo capitalista de produção”. Esse fenômeno, cuja gênese se deu em certas regiões meridionais do país, ocorreu com a transformação dos agricultores capitalistas arrendatários de terras em capitalistas fundiários e com a eliminação gradual de parte expressiva do espaço de reprodução campesino.

Em termos de geografia humana, essa conceituação de território engloba o conjunto das relações sociais que se dão num espaço concreto onde diferentes atores marcam no tempo e no espaço a história do trabalho produtivo e as mudanças ou transformações que imprimem nesse mesmo espaço (Santos, 1982). Essas características, por sua vez, decorrem do tipo de arranjo social, das diferenciações socioeconômicas e dos modos de exploração dos recursos.

O fenômeno que levou a incorporação da renda da terra ao processo produtivo no campo condicionou a territorialização capitalista da agricultura, redimensionando as relações assalariadas e não-assalariadas de produção dentro de uma mesma área e acirrando, destarte, as contradições e os conflitos de interesses entre terra de trabalho e terra de negócios (Rückert, 2003), (Brum, 1988).

Tal processo foi substancialmente acelerado na região Sul com a deliberada ação modernizadora implementada pelo Estado brasileiro no final dos anos 1950 e

principalmente no início dos anos 1960 e visava incrementar a produção agrícola de gêneros alimentícios e produtos para exportação (Brum, 1983).

O governo entendia que para alcançar esses objetivos uma mudança estrutural no campo devia ser implementada, incorporando técnicas modernas de produção e meios racionais de organização e exploração dos imóveis rurais e eliminando tanto os latifúndios quanto os minifúndios.<sup>52</sup>

A atenção dada à questão agrária nesse período decorria da necessidade de reverter os déficits da balança comercial e conseqüentemente garantir a exequibilidade do pagamento da dívida externa. Pretendia-se consegui-lo através do ingresso de novos itens de exportação cuja implementação fosse rápida e com custos relativamente baixos, contribuindo tanto para a expansão das pautas de exportação e oferta interna de alimentos como para a incorporação desse setor à esfera de domínio industrial e financeiro.

Essa mudança paradigmática teve como consequência direta a articulação da produção agrícola regional ao mercado nacional e internacional, pautada pelo ritmo da acumulação do capital monopolista e, em termos sociais, pela sujeição de parte da pequena agricultura familiar aos ditames do capital industrial e financeiro. Noutro extremo, ela contribuiu para a extinção paulatina dos minifúndios, inviabilizados pelo fracionamento das unidades produtivas devido em grande parte aos problemas ligados tanto à questão da sucessão familiar quanto à limitação de créditos e de uma política específica para o setor, o que acentuou o aumento dos fluxos migratórios.

Em grande medida, esse fenômeno levou muitos municípios do Brasil meridional a um intenso processo de desruralização, envolvendo diversas situações, desde as que caracterizaram a migração de populações rurais para as cidades e suas periferias até aquelas envolvendo os pequenos proprietários em direção às novas fronteiras agrícolas, através das empresas de colonização privada e das cooperativas de assentamento (Seyferth, 2004).

---

<sup>52</sup> Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, no Título II, capítulo II, “Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural”, o qual estabelece no seu Art. 16 que “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.



Outros movimentos migratórios, produto dessas transformações no campo, envolveram os camponeses sem terra através dos projetos de colonização oficial, e que foram direcionados para as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

De modo mais significativo, esse processo redundou numa crescente transformação dos pequenos agricultores e camponeses empobrecidos em proletários urbanos ou em assalariados temporários no campo, como no caso dos bóias-frias, residentes nas periferias das pequenas cidades interioranas, os quais trabalham sazonalmente nas lavouras vinculadas aos complexos agroindustriais (Sorj, 1980),(Silva, 1981).

Em linhas gerais, o processo de modernização no campo impôs uma espécie de seletividade entre os pequenos agricultores, distinguindo aqueles mais aptos ao enfrentamento das condições impostas pelo mercado. Essa seletividade se deu em razão do grau de inserção de alguns produtores às exigências da agricultura de mercado e da produção de *commodities* e não pela capacidade de sobrevivência da agricultura mista aos ditames do capital monopolista (Brum, 1988).

Além das implicações sociais que o processo de modernização condicionou, é importante frisar que certos termos utilizados para designar o fenômeno modernizador muitas vezes são utilizados como sinônimos, quando na verdade referem-se a estágios constituintes desse processo, envolvendo a modernização da agricultura, a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais ou CAIs, que, por sua vez, tiveram lugar e curso em períodos diferentes de nossa história econômica contemporânea.

Essa diferenciação teve a ver com o fator determinante exercido pela presença do Estado nesse processo modernizador, que não se limitou apenas à indução do crescimento do mercado agrícola, mas também atuou no direcionamento compulsório do modelo a ser adotado.

Esse processo, que já vinha se desdobrando desde os anos de 1930, através do estímulo à triticultura do Rio Grande do Sul, visando atender à crescente demanda interna, tinha como meta integrar a agricultura às necessidades de acumulação capitalista dos setores urbano-industriais, valendo-se de um instrumento fundamental que foi a política de financiamento agrícola (Kageyama et alii, 1996).

Tal programa não se deu com uma política geral de crédito, mas sim com créditos específicos, condizentes com a matriz do modelo modernizador adotado, cuja estratégia era interferir na alocação de fatores determinados pela lógica microeconômica

que condicionasse a utilização massiva dos chamados insumos modernos, privilegiando com isso os setores da agricultura mais articulados aos interesses da indústria em geral e da agroindústria em particular.

O instrumento utilizado para a integração e unificação desses interesses, potencialmente contraditórios, foi o crédito subsidiado que se intensificou de 1965 até o início dos anos 1980, culminando com a crise desse padrão de financiamento, justamente quando o modelo agrícola conservador havia se consolidado.

Baseando-se nas cifras publicadas pelo estudo do Banco Mundial, de 1981, Jean Carrière (1991) estimava que os créditos subsidiados disponibilizados pelo governo brasileiro no início dos anos 1970 representavam algo em torno de Cr\$ 11,6 milhões e que oito anos mais tarde essas cifras atingiram o valor de Cr\$ 600 milhões. Já o volume da colheita financiada sob esse programa teve um crescimento similarmente elevado, passando de 120.000 toneladas em 1969 para 3,4 milhões de toneladas no início da década de 1970.

Por volta de 1975, a produção de soja já absorvia 52% de todo o crédito destinado ao programa de preços mínimos estabelecido pelo governo, tornando-se, com isso, a maior destinatária desse tipo de crédito. Segundo esse mesmo autor, outro aspecto dos créditos subsidiados que vale menção refere-se àqueles concedidos de forma indireta aos produtores de soja, através do programa de apoio ao trigo. Por várias décadas o Estado brasileiro esteve fortemente envolvido em promover a produção de trigo, com o intuito de diminuir sua dependência externa em relação a esse produto. Tal política baseou-se inicialmente no estabelecimento de preços mínimos pagos aos produtores domésticos, em valores bem acima dos praticados no mercado mundial. Posteriormente, tornou disponível a esses produtores uma proporção do total dos créditos agrícolas, muito acima do valor da safra.

Considerando que a soja e o trigo são freqüentemente cultivados pelos mesmos produtores, utilizando a mesma área e em época distinta do ano, qualquer facilidade estendida à produção do trigo, tanto através do acesso privilegiado aos créditos como através da garantia de preços mínimos, acabava se convertendo num subsídio indireto à produção da soja. Por essa razão, esse subsídio indireto não aparecia nas estatísticas oficiais como atribuído à soja, mas seguramente havia estimulado o aumento da sua produção e incrementado a capacidade de investimento de seus plantadores, tornando essa cultura altamente lucrativa (Carrière, 1991).

A integração da agricultura ao mercado financeiro se deu destarte pelas mãos do Estado, que criou as condições operacionais do setor agrícola, controlando as variáveis básicas que influenciavam as expectativas dos produtores (médios e grandes em geral) em relação à rentabilidade futura, diferenciando as taxas de lucro na própria composição do produto agrícola. Essas variáveis não se traduziam somente pela disponibilidade do montante de crédito destinado ao setor, nem pelo alongamento das dívidas e suas formas de pagamento; tampouco pelo seguro agrícola ou pela assistência técnica e apoio à pesquisa, mas principalmente pelo poder regulador que o Estado detinha em relação às políticas monetária, fiscal e de controle cambial.

De certo modo, os objetivos perseguidos pelo Estado durante esse período tinham como meta; 1) expandir as exportações buscando equilibrar a balança de pagamentos, 2) avançar o processo de industrialização a partir de um sistema articulado calcado numa ampla estratégia de substituição de importações, que ajudasse a balança de pagamentos e a expansão da oferta doméstica de empregos, 3) assegurar a disponibilidade de alimentos básicos a preços razoavelmente baixos, visando atender à crescente massa de consumidores urbanos, principalmente para evitar ações disruptivas, que ameaçassem a frágil estabilidade social (Brum, 1988), (Carrière, 1991).

A aparente contradição da política governamental entre controle de preços e dos fluxos de exportação por um lado, e as facilidades proporcionadas pelos créditos subsidiados por outro, ocultava em realidade a necessidade premente de garantir às massas urbanas um custo alimentar básico o menor possível. Isso se traduziu pela tendência da CACEX e dos órgãos predecessores em impor restrições cada vez maiores às exportações de óleo comestível e em menor medida ao farelo de soja, comparando-se ao crescente volume das exportações da soja em granel. Tal diferenciação objetivava manter um estoque elevado desses derivados, com o fito de abastecer o mercado interno de óleos comestíveis, dentro de valores aceitáveis e, indiretamente, prover os suinocultores e os avicultores com custos menores para as rações, cujo componente principal é o farelo de soja. Em ambos os casos, o que o governo pretendia com essa política era manter o custo da cesta básica no patamar mais baixo possível, visando com isso atender de modo satisfatório à crescente demanda das massas urbanas, independentemente da constante pressão exercida pelos produtores agrícolas pelo aumento dos preços dessa *commodity* (Carrière, 1991, p. 66-67).

Os instrumentos idealizados para modernização do campo ao longo dos anos de 1970 acabaram transformando radicalmente a face da produção agrícola nacional, que

passou a se constituir num dos elos da cadeia da produção industrial, tanto a montante como a jusante do sistema. Noutros termos: de um lado como consumidora dependente de maquinarias, técnicas e insumos básicos, sobretudo petroquímicos, e de outro como fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras e de transformação e também para a exportação de *commodities* in natura, como no caso da soja.

Os instrumentos creditícios não foram implementados de modo genérico, mas de modo paulatino e específico, consoante com a estratégia modernizadora vinculada aos ditames externos e aos interesses do grande capital, principalmente o multinacional (Brum1988).

Essa seletividade na concessão de créditos, como mencionado anteriormente, acirrou o processo de concentração dos imóveis rurais em unidades cada vez maiores, que potencialmente apresentavam melhores condições para a incorporação dos pacotes tecnológicos (Silva, 1981).

A implementação dessa política de crédito, para melhor entendimento, pode ser dividida em dois momentos específicos. O primeiro dista da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, implantado no início de 1965, até o final da década de 1970, e se constituiu na consolidação do padrão integrado de crescimento agrícola vinculado à indústria. No período entre 1970 e 1979, a disponibilidade de crédito subsidiado com taxas negativas cresceu em torno 329%, o que representava quase 54,0% do produto do setor primário. O segundo momento se deu a partir de 1979 e foi marcado pelo início da retração dos referidos créditos, que, ironicamente, foi movida pelas mesmas variáveis que propiciaram a rápida expansão no período anterior.

Devido à crise do déficit público, à crescente inflação e ao aumento geral das taxas de juros, os créditos que dependiam dos fluxos em depósitos à vista, captados pelos bancos, e que constituíam a fonte principal desses financiamentos, refluíram drasticamente, inviabilizando a manutenção desse tipo de operação sob índices negativos, como outrora vinha ocorrendo. O resultado foi uma enorme redução de recursos para investimento, custeio e comercialização agrícola (Kageyama et alii, 1996).

A perda desse tratamento diferencial dado ao setor agrícola, que paradoxalmente havia atingido os maiores índices de subsídios entre 1980 e 1981, implicou a necessidade de ajuste da agricultura às condições enfrentadas pelos demais setores do capital produtivo, cuja valorização passou rapidamente para o circuito financeiro. Até essa época o setor agrícola mantinha-se descolado das condições do mercado, dado o caráter privilegiado dos créditos rurais disponíveis, que cobriam praticamente a

totalidade dos gastos de investimento e custeio, isentando os produtores da necessidade de inversão de capitais próprios.

Tal situação permitiu a esses agricultores incrementar e expandir suas propriedades, incorporando as terras de seus vizinhos descapitalizados, sobretudo dos pequenos agricultores, ou adquirindo áreas maiores nas novas fronteiras que se abriam (Brum,1988).

Tal situação favoreceu a expansão do mercado de terras, transformando esse ativo em sucedâneo imediato ao mercado financeiro. Aprofundava-se, destarte, o papel da terra como fonte de poder e reserva de valor, que com a crise do padrão de financiamento agrícola anterior teve que competir com outras formas de valorização do capital.

O novo processo de concentração fundiária praticamente baniu os pequenos agricultores do mercado de crédito agrícola, devido às exigências para a sua concessão. Eles não apresentavam liquidez nem segurança aos bancos, ficando os financiamentos restritos basicamente ao binômio trigo-soja, cuja produção em larga escala era mais atraente e oferecia aparentemente menores riscos aos bancos.

Quando a crise dos anos 1980 eclodiu, a modernização compulsória já estava superada enquanto projeto de modernização e integração da agricultura à economia de mercado. Tal fato não se deu pelo abandono dessa política por parte do governo, mas, sim, em virtude da mudança na forma e nos instrumentos utilizados para estimular a adoção de certos insumos tecnológicos e do fato de que estes passariam a ser ditados quase que exclusivamente pelas próprias condições do mercado.

Diante da escalada da crise da dívida dos anos 1980, os objetivos colocados à agricultura passaram a ser a busca da eficiência e o aumento da produtividade, cada vez mais com recursos próprios, entendendo aqui como eficientes aqueles que dispunham de grande capacidade de inversão, dentro dessa lógica modernizadora, cultivando em grandes extensões de terras produtos voltados primordialmente à exportação.

Com o gradual encolhimento dos créditos subsidiados à disposição, as condições dos pequenos e médios produtores para arcar com os recursos faltantes se tornaram cada vez mais difíceis, fazendo com que muitos desses agricultores fossem paulatinamente eliminados do negócio (Brum, 1983).

De certo modo, a impossibilidade de aplicação dos métodos de racionalização do trabalho, exigidos pelo modelo modernizador agrícola conservador, levou muitos

agropecuáristas à marginalização no sistema, agravando com isso as disparidades de renda já existentes no meio rural, como nos mostram os dados da tabela abaixo.

Distribuição de renda no meio rural – Brasil – 1970/1980		
	1970	1980
Participação dos 50% mais pobres do meio rural na renda do setor rural	22,4%	14,9%
Participação dos 5% mais ricos do meio rural na renda do setor rural	23,7%	44,9%
Participação de 1% dos mais ricos do meio rural na renda do setor rural	10,5%	29,3%

**Tabela 1** - Fonte: FIBGE in Boletim do Dieese, julho /1982 p. 8 (Apud, Brum, 1983, p. 138)

Em síntese, o padrão compulsório que caracterizou a modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 só foi possível porque o Estado brasileiro, ao intervir nas condições de produção, praticamente “doando” capital para os produtores capitalistas, o fez assegurando-lhes também a valorização desse capital, transferindo o risco privado para o conjunto da sociedade. Permitia com isso que esses capitalistas direcionassem seus ganhos e lucros para especulação nos mercados financeiros e também para o investimento na aquisição de mais terras, ativo esse que passou a ser altamente valorizado, inviabilizando em grande medida seu acesso aos pequenos agricultores familiares (Brum, 1983), (Jensen, 1991), (Rückert, 2003).

### **3.1 A crise no padrão de financiamento agrícola e sua integração ao mercado financeiro**

A crise do padrão de financiamento que ocorreu no final da década de 1970 atingiu de modo desigual os setores envolvidos no complexo agroindustrial. De modo geral, o D.1 agrícola que compõe a indústria de máquinas e implementos foi o setor mais prejudicado pela crise. Isso resultou primeiramente numa brutal queda no nível de atividades desse setor e, no segundo momento, num vertiginoso movimento de

concentração econômica e de controle acionário por parte de um restrito grupo de grandes empresas, sobretudo de capital multinacional.

Outro desdobramento foi a mudança na composição dos produtos, com um substancial avanço nos equipamentos mais potentes e de grande porte, destinados às atividades em grandes áreas de plantio.<sup>53</sup>

No que tange aos insumos e defensivos, sua situação manteve-se em níveis mais satisfatórios em comparação com a indústria de máquinas e implementos. Tal condição vantajosa foi propiciada em razão de esse setor não ter completado integralmente seu ciclo de internalização quando a crise dos anos 1980 eclodiu, afetando assim muito mais as importações desses produtos do que sua produção local. Além disso, o parque instalado passou a atender também às exportações de fertilizantes e a acompanhar mais rapidamente as mudanças nos ciclos agrícolas e sua tendência à diversificação. Resta lembrar que, entre 1976 e 1980, os créditos públicos para financiamento de custeio cresceram proporcionalmente mais do que aqueles destinados a investimentos, o que favoreceu enormemente a indústria de fertilizantes e defensivos.

Mesmo com a crise da dívida externa e com a pressão dos movimentos inflacionários, a modernização da agricultura se tornou um fenômeno universal e irreversível e a mola propulsora dos investimentos e dos padrões de financiamento passou a ser norteadada pela expansão e desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais, os “CAIs”.

Dada a diversificação desses complexos agrupados em subsectores, uma retração generalizada dificilmente ocorreria simultaneamente. Em decorrência disso, o nível geral de atividades de toda a cadeia se manteria. Uma crise a exemplo do setor da soja poderia ser compensada com a expansão da produção do milho ou do trigo, não alterando substancialmente em nada as atividades da indústria de máquinas e implementos, tampouco a de fertilizantes e defensivos.

Com a eliminação dos créditos subsidiados, as taxas de juros se tornaram positivas, convergindo em certa medida para as metas de arrocho em relação ao crédito e conseqüente contenção das despesas correntes por parte do governo. Com isso, as linhas de crédito disponíveis ficaram praticamente restritas às oferecidas pelo Banco do Brasil. Esses empréstimos agrícolas eram considerados de alto risco pelas instituições

---

<sup>53</sup> Dados da ANFAVEA apontam uma mudança da potência média dos tratores vendidos no Brasil, que na década de 1970 apresentavam um perfil de 59,1 cv e que no início da década de 1980 saltaram para 80,9 cv. Tais dados são mais indicativos da mudança nos padrões de demanda do que simplesmente da evolução dos produtos (Apud Kageyama et alii. 1996, p. 171).

financeiras privadas, pois mesmo os juros positivos cobrados não cobriam os elevados índices inflacionários do período, o que fez com que esses bancos abandonassem quase que integralmente tal modalidade de financiamento.

Curiosamente, nesse mesmo período houve um crescimento na contratação desses empréstimos por parte dos pequenos produtores, porém seu volume manteve-se bastante modesto ante o percentual absorvido pelos grandes proprietários. Segundo Fürstenau (1988), parte expressiva desses créditos destinou-se ao custeio, quase 94%, principalmente na região Sul do país. Já o restante, 5%, foi aplicado na aquisição de mais terras, em detrimento da aquisição de maquinaria, o que contribuiu para a manutenção dos níveis de concentração fundiária e o crescimento na utilização de insumos e defensivos naquela região.

A extensão desse fenômeno a outras unidades federativas, como Santa Catarina, Paraná e São Paulo, condicionou não somente o aumento dos níveis de concentração fundiária, mas também o crescimento significativo dos padrões de racionalização produtiva, ocorrendo simultaneamente com a expansão da fronteira agrícola para novas regiões. Os créditos concedidos se tornaram cada vez mais condicionados à implementação de pacotes tecnológicos específicos, envolvendo um uso indiscriminado e dependente de insumos e defensivos agrícolas e convertendo a agricultura, como um todo, num mero apêndice do grande capital industrial e financeiro.

### **3.2 A modernização da desigualdade**

O processo modernizador da agricultura e a consolidação dos complexos agroindustriais acirraram as condições de reprodução do trabalho no campo, aumentando a subordinação do trabalho às exigências do mercado e a sujeição da renda da terra ao capital. Essa expropriação condicionou a produção da miséria no campo, que por sua vez favoreceu o rebaixamento geral dos salários em benefício da concentração do capital monopolista, financeiro, industrial e comercial (Rückert, 2003)

Por outro lado, o intenso processo de farmerização baseado na mecanização e produção em larga escala de *commodities* fez recuar as áreas destinadas ao plantio alimentar, que passou a concorrer de modo marginal com a produção voltada ao mercado. A revolução verde, como se tornou conhecido o processo modernizador dos anos 1960, condicionou a reconcentração fundiária através da transformação dos latifúndios em unidades de produção capitalista, ao mesmo tempo em que forçou o



aumento dos índices de desemprego, em razão da própria modificação dos processos produtivos no campo, impulsionando, destarte, um enorme êxodo populacional.

Como os preços dos gêneros alimentícios produzidos no campo estão condicionados aos níveis reais dos salários praticados na cidade, que por sua vez tenderam sempre ao rebaixamento devido à crescente oferta de mão-de-obra e à recorrente escassez de empregos, o ganho dos pequenos produtores se manteve num patamar inferior às necessidades de sua reprodução. Por esse motivo, e por não oferecer nenhum atrativo aos grandes investidores, a produção de alimentos permaneceu relegada àqueles estabelecimentos cuja rentabilidade os impossibilitavam de assumir um comportamento mais empresarial, através do acesso a créditos favoráveis, a tecnologias mais modernas e também à aquisição de máquinas e equipamentos adequados a suas necessidades.

Por não disporem dessas condições, esses pequenos produtores, em geral minifundiários, acabavam se limitando a produzir basicamente para sua própria subsistência ou gerando algum excedente destinado ao mercado regional.

A dispersão dessa produção em pequenas unidades desarticuladas tem favorecido a atuação de inúmeros atravessadores e intermediários, que, mesmo numa situação de escassez de determinados gêneros alimentícios, fazem com que o diferencial de preços acabe se diluindo, devido às numerosas escalas existentes entre os pequenos produtores e o consumidor final, que por sua vez é abastecido por diferentes fontes.

Essa desarticulação entre produtores e consumidores finais potencializa o caráter regressivo da distribuição da renda (do lado da demanda), e a estrutura fundiária dependente da estrutura de intermediação (do lado da oferta) inviabiliza, por sua vez, um comportamento de preços que estimule a inovação e modernização das unidades produtivas. Nessas condições, a possibilidade de incremento da renda familiar nas pequenas unidades se dará somente com aumento da produção, à custa de mais sobretrabalho. Daí a constatação de Graziano Silva, de que “a distribuição da renda bruta entre os imóveis rurais apresenta um grau de concentração inferior ao da distribuição da propriedade da terra, possuindo as pequenas propriedades maior produção por unidade de área” (Silva, 1981, p. 35).

A baixa rentabilidade das culturas alimentares e a atração exercida pela monocultura da soja na década de 1970 motivaram a adesão desses agricultores a essa cultura, o que provocou uma alteração radical na estrutura produtiva dessas unidades.

Devido à pouca disponibilidade de terras e ao tradicional problema da sucessão familiar, esses agricultores passaram a depender muito fortemente das políticas creditícias do governo, que de certo modo também contemplou a pequena agricultura durante o *boom* da sojicultura e da triticultura naquele período. Entretanto, a viabilidade dessas culturas esteve sempre vinculada à incorporação de determinado pacote tecnológico, e sua implementação entre os pequenos agricultores ocorreu apenas parcialmente, devido às próprias limitações estruturais e financeiras dessas unidades.

Tal situação fez com que os pequenos agricultores se tornassem cada vez mais vulneráveis às oscilações típicas desse mercado, que na prática eram apenas seguras e vantajosas para a produção em larga escala, dada a própria política de incentivo adotada pelos sucessivos governos desde os anos 1960.

O endividamento constante banalizou-se entre esses agricultores, e suas dívidas passaram a crescer mais rapidamente que o próprio investimento agrícola, o que fez com que tais investimentos fossem financiados quase que integralmente pela própria dívida, principalmente sob a forma hipotecária. Assim, o endividamento dos pequenos agricultores passou a absorver não apenas parte crescente do capital agrícola como também fração crescente do valor do rendimento do próprio trabalho (Rückert, 2003).

O aprofundamento desse processo de integração campesina à modernização agrícola acabou se convertendo num ciclo vicioso de drenagem do rendimento do trabalho pelo crédito, que, por vez, somente sobrevive graças ao recurso recorrente a esses mesmos créditos.

Essas transformações, cuja gênese se deu no planalto rio-grandense, foram se disseminando rapidamente para as demais regiões meridionais do país, em razão das políticas agrícolas adotadas pelos governos militares ao longo das décadas de 1970 e 1980, as quais privilegiavam o plantio de soja destinado às exportações, através dos créditos subsidiados, tanto para formação das lavouras quanto para a aquisição de máquinas, insumos e implementos.

Tais mudanças fizeram com que muitos camponeses abandonassem de vez tradicionais culturas como as do feijão, do arroz, da mandioca, do milho, das verduras e frutas, bem como a avicultura e a suinocultura, que anteriormente predominaram nas áreas das colônias sulinas, em troca da ilusória rentabilidade oferecida pela monótona cultura da soja.

Como vimos anteriormente, a disponibilidade dessas linhas de crédito começou a se esvaír no início dos anos 1980. O aumento inflacionário e a retirada dos subsídios

tiveram, de modo geral, um efeito desastroso para os pequenos agricultores, elevando os custos de sua produção e a exacerbação de suas dívidas a ponto de inviabilizar sua própria reprodução social.

A crise que afetou a pequena agricultura se deu de modo dessemelhante, porém generalizada, independentemente da sua subordinação ao capital, que ocorre tanto nas formas vinculadas ao capital comercial ou aos proprietários fundiários quanto na forma de subordinação às agroindústrias e cooperativas capitalistas.

Na primeira, a extração do excedente ocorre através do pagamento da renda fundiária pelo parceiro sob forma de um percentual da produção comercial ou da lavoura de subsistência, pela obrigatoriedade do parceiro em executar determinadas tarefas na propriedade, por salários inferiores à média regional, e também pela intermediação nos financiamentos bancários, que os comerciantes e proprietários repassam aos arrendatários de modo extorsivo, cobrando juros mais elevados e transferindo a estes todos os riscos da produção.

No segundo caso, a apropriação do excedente se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, condicionada à adoção do novo padrão tecnológico e produtivo, obrigando o agricultor a vender sua produção como matéria-prima para um mercado monopsônico (Silva, 1981).

Rückert, ao relatar a situação dos pequenos agricultores do planalto gaúcho, sintetiza o problema nos seguintes termos:

O acúmulo sistemático de prejuízos por frustração de safras, arrocho financeiro e baixos preços agrícolas tem levado camponeses pequenos proprietários - com menos de 20ha – a colocarem seus lotes à venda para saldarem suas dívidas. Igualmente oferecem seu maquinário e terra às cooperativas como forma de pagamento. Utilizam-se dos recursos do próprio custeio agrícola para pagarem as dívidas bancárias. Buscam créditos complementares de custeio e rolam sistematicamente as dívidas anteriores; vendem a força animal da propriedade e buscam emprego em outras propriedades, etc. para poderem permanecer na terra, que apenas nominalmente é sua. A incapacidade de saldar mais do que uma prestação de instrumentos agrícolas adquiridos é, então, generalizada. ( O Interior, 13-19/07/1995, Cotrijornal, 12/1986 – apud Rückert, 2003, p. 127).

Considerando-se que o custo de produção no caso da soja sempre teve uma tendência de alta em razão do caráter oligopolizado das indústrias fornecedoras de

insumos e da externalidade das variáveis que determinam seu mercado, torna-se simples perceber como a renda da pequena produção camponesa é quase toda ela drenada para as indústrias, bancos, comércio e até mesmo para o governo. Pouco ou quase nada resta para o pequeno agricultor, que apenas marginalmente beneficiou-se das benesses concedidas pelo governo aos grandes proprietários durante o *boom* modernizador. Esses dados podem ser observados na figura da tabela seguinte, na qual a tendência altista chega a suplantar em termos absolutos os valores da renda bruta logo no ano posterior à crise de 1981.

**RENDA E CUSTO DE PRODUÇÃO (Cr\$) DE SOJA POR HECTARE  
NO RIO GRANDE DO SUL, 1974/1982**

Cr\$	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Renda bruta	1.590	1.978	2.730	4.745	4.707	4.965	13.862	29.640	42.117
Custo de produção	999	1.560	1.755	2.448	3.836	5.114	9.711	21.346	46.294
Renda líquida (lucro ou prejuízo)	591	418	975	2.297	571	-149	4.151	8.294	-4.177
Renda líquida (corrigida)	33.386	18.522	30.890	49.439	9.111	-1.632	23.365	21.203	-6.996

**Tabela 2** - fonte: Cadernos Terragente, 1983, p. 19 (apud Rückert, 2003, p. 129)

Em contrapartida, as empresas que atuavam a jusante da produção agrícola, ligadas tanto à comercialização como à industrialização desse produto no país, apresentaram ganhos crescentes nesse mesmo período, conforme tabela abaixo. O mesmo aconteceu com os insumos, que aumentaram em média 83% entre 1979 e 1983, segundo dados da Suma Agrícola e Pecuária de maio de 1983.

<b>Empresas</b>	<b>Lucro líquido – Cr\$ 1.000,00</b>				
	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>
Olvebra	224.335	254.868	532.822	-706.427	2.122.366
Samrig	148.159	115.652	550.892	1.313.252	1.792.181
Granóleo	54.430	68.178	330.980	163.044	
Farol	345.598	107.975	329.335	675.756	

**Tabela 3** - Fonte Revista Ano Econômico e balanço das empresas. (apud Rückert, 2003, p. 130)

O grau de envolvimento com o novo padrão produtivo é tamanho que um retorno ao antigo sistema de produção mista se torna ainda mais oneroso e inviável para muitos camponeses. Essa situação tem levado a que muitos pequenos agricultores recorram sistematicamente ao trabalho assalariado temporário, como forma de

minimizar a situação crítica em que se encontram. Entretanto, em razão da adoção de processos técnicos que dispensam mão-de-obra, a exemplo dos herbicidas e das grandes colheitadeiras, o recurso ao assalariamento temporário tem-se mostrado cada vez mais limitado (Martins, 1980).

A tendência das grandes empresas, seja no campo, seja nas cidades, tem sido implementar modernas tecnologias e incorporar novos processos produtivos que economizam mão-de-obra, de modo que a oferta de postos de trabalhos, mesmo qualificados, se torne cada vez mais inelástica, independendo dos ciclos de expansão ou de crescimento e contribuindo, dessa feita, para a ampliação do mercado informal de trabalho, cuja extensão tem abrangido muitos segmentos da economia.

### **3.3 Diferenciação socioeconômica e os limites da acumulação camponesa**

Tradicionalmente, a literatura dos anos 1970 e 1980, que aborda a questão camponesa e o processo de modernização da agricultura brasileira, foi muito fortemente marcada pelo pensamento marxista-estruturalista. Autores representativos desse período, como Ianni (1978, 1979), Martins (1975) e Velho (1976), tinham seu foco centrado no conceito de autoritarismo e a principal preocupação desses *scholars* era com a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o papel desempenhado pelo campesinato no processo de acumulação primitiva. Dentro dessa perspectiva, o universo camponês era concebido como um modo de produção subordinado ao modo de produção capitalista, e a evolução de camponês para produtor capitalista, na visão desses autores, dificilmente ocorreria, pois esse estado de subordinação, predominante no país, restringia a possibilidade da acumulação camponesa (Papma, 1991). Nesse sentido, as análises voltavam-se para as barreiras e os efeitos colaterais que impediam a integração dos pequenos agricultores ao processo modernizador, sendo o problema da acessibilidade aos créditos bancários uma das principais questões enfocadas.

Tal exclusão, segundo esses estudos, era atribuída à pequena dimensão das unidades familiares e ao seu míngua capital disponível. Tal problema era percebido como sendo a predominante razão pela qual os bancos recusavam aceitar as terras desses agricultores como garantia para os empréstimos. De modo tautológico, isso significava dizer que, sem tais recursos, o aumento da produção em maior escala se tornava praticamente inviável e, sem esse aumento, a possibilidade de acumulação era quase nula, impossibilitando a tomada desses créditos. Além do mais, por não disporem

de meios financeiros, e devido ao seu comportamento moral muito austero, os agricultores não conseguiam subornar os funcionários dos bancos para liberação de empréstimos. Exceção feita à análise de Silva (1981), que, embora rejeitasse a caracterização da pequena produção camponesa como um modo específico de produção, não vislumbrava nenhum movimento geral no sentido de uma diferenciação que pudesse converter esses mesmos camponeses em pequenos agricultores capitalistas do tipo *farmer*. Ao contrário, entendia esse campesinato “tecnificado” como expressão quantitativamente limitada e restrita às regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul do país, voltadas para atividades específicas. Tal fenômeno não era visto como uma tendência geral dentro de um processo de diferenciação socioeconômica que envolvia a agricultura camponesa, mas, sim, como uma forma de especialização imposta por grupos oligopsônicos e monopsônicos que se colocavam à frente desses pequenos produtores.

Outro argumento recorrente e freqüentemente enfocado dizia respeito às relações comerciais dentro da sociedade camponesa, caracterizada por ser dependente e usurária, convertendo-se também num dos fatores limitadores ao processo de acumulação dessa agricultura. Na realidade, esse argumento se restringia a situações históricas muito específicas, como aquelas ocorridas nos primórdios das antigas áreas de colonização européia no Sul do país e que se encontravam em localidades muito remotas. Já nas novas regiões de fronteira que se abriram depois dos anos 1910 no oeste catarinense e no final dos anos 1940 no sudoeste do Paraná essa situação perdurou por um período muito curto, quando o surgimento das cooperativas veio a concorrer de modo decisivo com as atividades dos vendeiros e dos pequenos comerciantes instalados nessas regiões (Papma, 1991), (Jensen, 1991), (Seyferth, 2004).

Entretanto, mesmo sendo a acessibilidade ao crédito um problema relevante, a questão tratada pelo viés marxista-estruturalista acabou superestimando essas variáveis, negligenciando com isso outro fator fundamental para acumulação camponesa: o problema da sucessão e da herança.

Em realidade, a imbricação causal dessas variáveis condicionou o grau e a amplitude da integração dos campesinos ao processo modernizador, e não sua exclusão, como queriam crer aqueles autores. A diferenciação estabelecida entre grandes fazendeiros pecuaristas ou sojeiros (em geral absenteístas, que exploram extensões acima de 500ha), granjeiros (propriedades médias mecanizadas organizadas em base familiar, entre 100ha a 500ha) e agricultores camponeses era justamente a possibilidade

da aplicação integral ou não das novas técnicas e da adoção do pacote tecnológico modernizador como um todo.

Noutros termos: enquanto os fazendeiros capitalistas aplicam uma gama de novas técnicas (sementes selecionadas, tratores, fertilizantes químicos, inseticidas e pesticidas), os camponeses as utilizam apenas de modo parcial e temporariamente.

Os fazendeiros beneficiados pelos créditos rurais e por sua capacidade técnica concebem o uso da terra apenas e tão-somente como meio de se alcançar lucro, diferentemente dos camponeses, para quem a terra é antes de tudo meio de reprodução social. Nesse sentido, o uso da terra se converte no fator fundamental da diferenciação ideológica entre ambos. Enquanto os primeiros se vêem como produtores independentes, integrados à sociedade moderna, cuja possibilidade de ascensão social é algo presumível, os camponeses, que em regra estão inseridos na economia de mercado, se esforçam de modo hercúleo para sobreviver dentro desse mesmo mercado.

### **3.4 Arranjos no sistema de sucessão**

A prevalência da ultimogenitura e da transferência inter-vivos se constituiu num traço marcante da estrutura familiar dos colonos europeus e seus descendentes no Rio Grande do Sul, sobretudo entre alemães, italianos e poloneses, como confirmam os trabalhos de Willens (1946), Azevedo,(1982), Seyferth (1985), Woortmann (1985), (2004) . Essas características foram sendo mantidas ao longo do tempo e, de certo modo, estendidas para as novas fronteiras que se abriam aos processos de reemigração.

Inicialmente, esses movimentos ocorreram dentro da mesma região, impulsionados pelo rápido esgotamento dos solos nas áreas de colonização mais antigas, pelos problemas demográficos e pelas regras costumeiras de herança patrimonial (Seyferth, 2004). Posteriormente, as buscas de novas terras ou das “Gutes Land” se voltaram em direção ao oeste de Santa Catarina e ao sudoeste do Paraná<sup>54</sup>.

Na medida em que essas fronteiras iam se fechando, não pela indisponibilidade de terras, mas pelos mecanismos de apropriação que paulatinamente restringiam seu acesso, somadas às elevadas taxas de crescimento demográfico que se mantiveram nas

---

<sup>54</sup> A propósito desses movimentos, Woortmann observa que expressiva produção literária foi produzida e largamente difundida em língua alemã até a década de 1940 e, posteriormente, em língua portuguesa, até os anos 1960. Essa literatura, segundo a autora, “marcou o imaginário dos colonos e refletiu-se no ideário da busca de novas terras desde o oeste de Santa Catarina e Paraná até a Amazônia, Paraguai e Bolívia: sempre a busca de Gutes Land”. Woortmann, Ellen F. Ein gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In Woortmann, Ellen F.(org) **Significados da terra**. Brasília: Editora da UnB, 2004

novas frentes pioneiras, o recorrente problema da sucessão se tornava novamente uma agravante<sup>55</sup>.

Como um corolário da pressão demográfica, a prática da sucessão foi se desviando consideravelmente da lei comum. O momento da transferência da herança passava a ocorrer não antes, como de costume, mas depois da ausência dos pais.

No entanto, as respostas encontradas por esses camponeses ao problema nem sempre eram as mesmas e certos arranjos adaptativos se mostraram mais bem-sucedidos que outros, a ponto de algumas pequenas propriedades se viabilizarem ante as pressões modernizantes do mercado.

Em seu estudo de caso sobre o problema da sucessão entre famílias camponesas no sudoeste do Paraná, Papma (1991) observou dois mecanismos opostos que se configuraram como sendo atitudes favoráveis e desfavoráveis à modernização agrícola.

Na primeira variante, as famílias dos filhos e os pais trabalham juntos a terra, fazendo da agricultura um empreendimento. Nessa variante a família como um todo trabalha junto, compartilhando um único esquema de trabalho para toda a terra e todo o dinheiro ganho vai para um único fundo. O pai, nesses casos, geralmente administra os negócios financeiros da família. Após a colheita, toda a família pega sua parte em dinheiro ou espécie e quando há algum lucro (o que freqüentemente não acontece) ele é destinado a algum investimento, como a aquisição de um trator ou a compra de algum novo equipamento.

Esse sistema é favorável à modernização, devido às vantagens de escala; além do mais, quanto mais extensas as terras não divididas entre os herdeiros, maiores as chances de poder oferecê-las como garantia aos financiamentos bancários, pois sem tais garantias não se obtêm recursos para viabilizar as futuras lavouras. Outra vantagem dessa variante é que, se os pais permanecem à frente dos negócios da família até a idade

---

<sup>55</sup> Segundo Papma (1991),(1992), em 1939 havia na região meridional do Brasil algo em torno de 635.000 alemães e descendentes, enquanto o número total de imigrantes vindos da Alemanha durante o período de 1824 a 1939 era estimado em torno de 75.000 pessoas. Esses números dão uma idéia de como as taxas de fertilidade entre os colonos alemães no Sul eram bastante elevadas, o que contribuiu consideravelmente para o aumento da pressão demográfica naquela região. A média de nascimentos entre as famílias alemãs por vezes excedia o número de 10 filhos por casal, sendo por vezes até mais elevada nas regiões de fronteira que foram se abrindo nas décadas posteriores. A região do sudoeste do Paraná, colonizada entre 1950 e 1970, se enquadra perfeitamente nessa média, em torno de 6,44 filhos por casal. A propósito dessas estimativas, ver o clássico trabalho de Willens, Emílio **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946. Também, Richiter, Klaus. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: EDUFSC Ed. FURB, 1986. Roche, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. Também os dados observados por Woorlmann, Ellen F. **Família Matrimônio e Patrimônio: Uma análise preliminar do parentesco em um grupo camponês de descendência alemã no Rio Grande do Sul**. (paper) 9º Encontro da ANPOCS, 1986.



em que conseguem trabalhar, eles asseguram uma condição mais estável durante a velhice. Se os filhos continuam trabalhando na mesma terra, as condições para saudar as dívidas e prover melhorias na propriedade se tornam mais exequíveis.

Por outro lado, os filhos podem confiar que no final das contas, trabalhando conjuntamente em família, terão melhores chances de acumular alguma riqueza do que se estivessem trabalhando por conta própria. A expectativa, nesse caso, é de que cada membro da família, incluindo os irmãos mais novos, venha, enfim, receber uma herança melhor. Confiança por parte dos filhos é também necessária, pois os pais têm, em última análise, a opção de vender a terra e tudo que eles possuem, consumindo todo o patrimônio durante sua velhice. Entretanto, a maior virtude desse arranjo é que ele propicia um forte suporte ideológico à unidade e à confiança familiar. Isso é perceptível, desde que atitudes que ameacem a unidade, como uma negligência no cuidado dos pais, a venda da terra pelos pais ou a indolência no trabalho, sejam algo excepcional.

A segunda variante se configura como o inverso da primeira; nela os pais fazem a partilha da propriedade, cedendo em vida parcelas da terra aos filhos mais velhos que se casam. Os filhos solteiros, na maioria das vezes, permanecem morando com os pais e quando estes não conseguem mais trabalhar, em razão da idade elevada, cedem o restante das terras aos demais filhos, sob a condição de parceria. Essas pequenas unidades são, *par excellence*, desfavoráveis à modernização; além do mais, sob tais condições, os filhos não se sentem muito estimulados a investir suas energias numa terra que a rigor ainda não é sua.

A produtividade, conseqüentemente, por ser baixa, não oferece recursos necessários nem suficientes para investimentos em adubação, tampouco para a adoção de técnicas mais avançadas, que permitam a correção dos solos, já desgastados por anos de mau uso. Além disso, sob a condição de meeiro e pagando uma taxa tradicional de 33% pelo arrendamento sobre a colheita, qualquer investimento se torna praticamente impossível. Sob a condição de uma produção tradicional, um aluguel com taxa de 33% sobre a colheita pode até possibilitar a sobrevivência do arrendatário; porém, quando técnicas e insumos modernos são aplicados ao plantio, a maior parte dos ganhos da colheita passam a destinar-se, quase que exclusivamente, ao pagamento de débitos, pouco ou quase nada restando para a casa, em decorrência de o aluguel ser tão elevado. Tal situação cria um clima geral de desconfiança e desunião dentro da família, de modo que os pais não se vêem interessados em hipotecar sua terra para levantar algum

empréstimo bancário. Não tendo efetivo controle sobre como os filhos conduzem seus negócios, eles também não saberão como os recursos poderão ser aplicados.

Diferentemente, o arrendamento a terceiros se mostra muito mais atraente e seguro para os pais velhos, pois sempre há pequenos agricultores envolvidos com alguma forma de inovação dentro dessas comunidades e que estão de olho no arrendamento de terras adicionais para fazer do seu investimento num trator algo lucrativo.

Esses pequenos produtores, que aplicam técnicas modernas e conseguem colheitas relativamente extensas quando arrendam, calculam o aluguel em cima de um percentual da colheita. Devido ao fato de o custo de sua produção ser elevado, o valor do arrendamento raramente ultrapassa os 25%, o que em si não é um mau negócio para o proprietário das terras, que se encontra numa condição mais favorável de barganha. Nesses casos, quanto mais extensas forem as terras do velho casal ou do(a) viúvo(a), mais independentes eles serão em relação aos filhos e maior tenência terão pela terra que possuem.

Normalmente, nesses casos, a terra é somente transferida para a próxima geração depois da morte dos pais. Todavia, mesmo se comportando como uma família que trabalha junto, a situação dos filhos será pior, pelo fato de nenhuma riqueza ter sido acumulada ao longo tempo. A propriedade dividida torna-se ainda menor e menos viável economicamente e a posição dos filhos mais insegura. Na maioria dos casos, os irmãos e irmãs acabam vendendo suas partes, tornando-se sem-terra ou passando a engrossar as fileiras do proletariado urbano.

O exemplo dessas duas estratégias é um indício de que camponeses que se modernizam de fato, o fazem tendendo ao trabalho conjunto, e se nessas propriedades há filhos casados, eles freqüentemente se mantêm junto aos pais e irmãos mais novos e, ao contrário do que ocorre na segunda variante, a questão da sucessão não se converte num obstáculo à modernização.

A migração para novas áreas, como o sudoeste paranaense, propiciou a muitas famílias camponesas condições favoráveis à acumulação de algum capital devido a sucessivas boas safras, o que lhes permitiu também melhorar sua solvência em relação aos bancos e dessa feita adquirir suas primeiras máquinas e implementos. Porém o fato mais importante está na prematura percepção por eles demonstrada de que a adesão à cultura mecanizada da soja e do trigo somente se mostrava realmente lucrativa mediante

a incorporação integral do pacote tecnológico e da disponibilidade de extensas áreas para o plantio em larga escala, devido justamente aos elevados custos dessa produção.

Muitos pequenos agricultores logo retornaram à sua tradicional policultura, reservando um pequeno espaço para a lavoura da soja, ao lado das plantações de milho e de feijão.

Fatores conjunturais, como o ocorrido durante o plano Cruzado, entre 1986 e 1987, também foram favoráveis a esses pequenos agricultores, que nas novas regiões puderam ampliar suas áreas de plantio através da aquisição de terras contíguas ou com o arrendamento de áreas de pastagens dos antigos latifúndios, o que não apenas possibilitou a tomada de empréstimos junto aos bancos como também garantiu a quitação de seus débitos.

Nas zonas mais antigas da colonização gaúcha, a exaustão dos solos e a densidade demográfica condicionaram mais precocemente a utilização de fertilizantes e de novas técnicas de plantio; entretanto, a utilização desses insumos se deu sempre numa proporção muito inferior àquela adotada pelos grandes proprietários capitalistas. Já nas regiões de fronteira, onde a fertilidade natural dos solos ainda se mantinha, a adoção das novas técnicas e insumos foi paulatina, limitando-se inicialmente ao uso de alguns pesticidas.

Na medida em que o tempo foi passando, 20 a 30 anos depois que as florestas haviam sido suprimidas, os fertilizantes passaram a ser utilizados mais sistematicamente, porém aplicados de modo irregular e em quantidades diferenciadas conforme as dimensões das unidades e a disponibilidade de recursos <sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> O estudo de Frans Pappa sobre uma localidade do sudoeste paranaense nos anos de 1980 é bastante esclarecedor a respeito desse fenômeno. A modernização não apenas atingiu os pequenos agricultores como também propiciou a emergência entre eles de um grupo bem-sucedido, os chamados “colonos mais fortes”, que passaram a incorporar mais sistematicamente o novo pacote tecnológico, porém numa proporção muito inferior aos níveis recomendados por esse modelo. Segundo esse autor, “The bigger peasants, who could easily obtain bank loans, have only participated in the process of modernization on a limited scale. They do apply chemical fertilizer and take certain measures against erosion, but in intensity they lag far behind capitalist farmers, who, for example apply some 200kg NPK fertilizer per hectare, while the group of peasants discussed here consider 40 kg./ha as the upper limit”. Pappa, Frans. The soybean boom generation. The modernization of peasant agriculture and succession in the peasant family: a case in Southern Brazil. In Banck, Geert A. & Boer, Kees den. **Sowing the Whirlwind**. Soya expansion and social change in Southern Brazil. CEDLA, Amsterdam, 1991.

### 3.5 A integração diferenciada e os efeitos colaterais da modernização

Em seus primórdios, a pequena agricultura campesina no Sul do país sempre se caracterizou por ser um sistema de produção mista, e o deslocamento de uma área colonial para outra surgiu como estratégia de superação das limitações impostas por uma forma de ocupação territorial incapaz de absorver as crescentes levas de imigrantes e seus descendentes (Roche, 1969).

De certo modo, a busca de novas terras e a manutenção do sistema de produção mista se configuraram numa espécie de corolário da experiência colonizadora dos imigrantes europeus no Brasil meridional, que somente a atração exercida pela lucratividade aparente do binômio trigo/soja mudaria.

Tais mudanças impuseram certa distinção entre os níveis de integração ante o processo modernizador, uma vez que a condição de pequeno produtor familiar ou camponês não implicava necessariamente uma totalidade homogênea e desintegrada do mercado; ao contrário, sua integração existe e é diferenciada do produtor capitalista no modo como este se relaciona com a terra. Essa relação em última análise, determina em termos ideológicos a percepção que ambos os grupos de produtores, os capitalistas e os pequenos produtores, têm de si, como já observamos. O primeiro grupo concebendo a terra e a produção agrícola basicamente em termos de lucro, e o segundo como base de sua segurança e reprodução social (Jensen, 1991).

A gênese dessa diferenciação está na própria formação das colônias de povoamento e na expansão das frentes pioneiras, na maior parte das vezes organizadas por companhias privadas de colonização. É nesse período pioneiro que uma espécie de simbiose entre comerciantes e colonos ocorre, passando os primeiros a exercer a condição de elo entre os colonos e o mundo exterior. Tal relação propiciou aos comerciantes locais, cuja origem era também camponesa, significativos lucros, obtidos com essa intermediação.

A intermediação consistia no fornecimento de produtos manufaturados aos colonos a preços elevados, e na compra da sua produção agrícola a preços baixos, revendendo posteriormente essa produção nos mercados regionais (Roche, 1969).

Muito desse capital comercial foi direcionado para investimentos imobiliários e outras atividades comerciais urbanas, em alguns casos específicos, transmutando-se em capital industrial e financeiro.

Muitos comerciantes, melhor sucedidos que seus antigos companheiros colonos, migraram também para as novas fronteiras que se abriram no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná, influenciando na decisão desses colonos na adoção de determinadas culturas agrícolas mais lucrativas e disponibilizando meios específicos para sua implementação, como créditos consignados, condições para o escoamento e comercialização.

Em linhas gerais, a emergência da agricultura capitalista se deu pelas mãos do capital comercial e deste com os investidores agroindustriais urbanos.

Repousando sobre a produção agrícola dos pequenos produtores (colonos), a acumulação comercial se fez perpassando as atividades dos comerciantes nas encruzilhadas das colônias sulinas (vendeiros), os negócios dos atacadistas citadinos e os interesses dos empresários ligados à importação e exportação de produtos manufaturados. Essa acumulação primária propiciou também a diversificação dos investimentos, direcionados para as áreas de transportes, bancos, companhias de seguros etc.

Em certa medida, a diferenciação socioeconômica que se estabeleceu nas colônias sulinas desde seus primórdios pode ser sintetizada no que diz Rückert:

São os capitalistas comerciantes a fração de classe que passa a controlar a economia nas chamadas zonas coloniais. São eles, principalmente, que podem diversificar a aplicação de seus capitais, instalando pequenas indústrias rurais, a um nível artesanal no seu início e a um nível de manufatura depois. Assim é possível compreender a diversidade de empreendimentos da chamada indústria rural ou natural, tais como serrarias, fábricas de madeiras aplainadas, usinas hidrelétricas, alambiques de cachaça, moinhos de trigo, milho e cereais diversos, moinhos ou atafonas de farinha de mandioca, ervateiras, etc.

Os moinhos de trigo, largamente difundidos nas zonas coloniais, inicialmente construídos por alguns camponeses que manejam técnicas moageiras, são um dos pontos de partida da acumulação de capitais nas colônias. Os proprietários de moinhos, tornando-se comerciantes, sujeitando o trabalho dos colonos que vivem isolados, podem acumular e instalar unidades moageiras de trigo em cidades como Passo Fundo, por exemplo, mesmo ao lado de grandes capitais multinacionais (Rückert, 2003, p. 43-44).

Tal diferenciação, em sua gênese, foi condicionada em grau variável pelo nível de acumulação, tanto do comércio como da pequena indústria local, que, por sua vez,

contribuiu para a emergência dos capitalistas na agricultura, sob a forma do capitalista arrendatário e do camponês enriquecido.

O avanço da triticultura no planalto rio-grandense, estimulado em grande medida pela política creditícia do segundo governo Vargas, impulsionou o processo de transformações estruturais que vinham ocorrendo no campo, conformando na extinção dos grandes latifúndios, não através de uma reforma agrária, mas pela apropriação das terras de campo pelos capitalistas arrendatários, que gradativamente metamorfosearam-se em proprietários fundiários (Pebayle, 1974).

Como decorrência da expansão da cultura da soja, o surgimento das cooperativas de produtores veio consolidar de modo irreversível o processo de modernização na agricultura, estabelecendo com isso novos parâmetros à produção e comercialização das safras.

Para a pequena agricultura familiar, o surgimento das cooperativas acabou interferindo não apenas no modo de produzir, mas também no arranjo das estruturas familiares, pois a intensificação do uso de máquinas e insumos alterou tanto o tempo dedicado à lavoura quanto a divisão sexual do trabalho. Todavia, seus efeitos mais contundentes se deram pela dissolução dos antigos laços de solidariedade existentes entre os camponeses, principalmente naquilo que se convencionou chamar de sistema de mutirão e de troca de serviços não-remunerados e também pelo gradativo abandono das práticas mistas de produção agrícola. Além do mais, a modernização organizada através das estruturas cooperativas acabou impondo níveis de seletividade entre os agricultores, diferenciando os mais aptos e adaptados às exigências do mercado daqueles menos suscetíveis às mudanças.

Nas regiões de fronteira, distantes dos grandes centros urbanos, a criação das cooperativas foi o meio mais efetivo de integrar-se ao mercado, possibilitando a superação de inúmeros problemas logísticos, tais como o de armazenamento, a comercialização e o escoamento da produção, além do acesso às novas tecnologias e à assistência técnica. Por outro lado, a atração exercida pela perspectiva de maiores lucros acabou esgotando a disponibilidade de novas áreas para o cultivo, elevando rapidamente os preços das terras.

Tal situação acabou acirrando os níveis de concentração fundiária nessas localidades, restringindo as oportunidades para os agricultores menores e pouco capitalizados ampliarem sua área de produção.

O estudo comparativo de Jensen (1991) focaliza duas comunidades representativas de áreas de produção de soja, uma localizada na antiga área de colonização alemã no Rio Grande do Sul, município de Cruzeiro do Sul, e a outra localizada no sudoeste do Paraná, colonizada por alemães e seus descendentes no início dos anos 1950, o município de Marechal Cândido Rondon. São um exemplo bastante interessante, do ponto de vista antropológico e dos microestudos, de como a introdução da cultura da soja e seu pacote modernizador afetaram de modo dessemelhante duas comunidades de origem camponesa com o mesmo perfil sociocultural.

Essas comunidades, por sua própria formação, tinham maior equidade em termos de distribuição de terras, comparadas com a média no Brasil meridional, e praticamente não estavam circundadas por grandes latifundiários quando a cultura da soja começou a ser introduzida nas duas regiões.

Quando a produção de soja começou a se expandir, no final da década de 1960, o sistema de produção mista ainda era predominante em Marechal Cândido Rondon; entretanto, a difundida prática da suinocultura nessa região e a emergência dos processos de mecanização na lavoura acabaram se tornando muito favoráveis à expansão da produção de grãos e soja. Já a crescente dependência do mercado levou alguns camponeses dessa localidade a organizar uma cooperativa com o fito de equacionar esse problema, pouco antes de os preços da soja terem subido drasticamente, o que tornou esse arranjo cooperativo, num curto espaço de tempo, um empreendimento altamente lucrativo.

Ávida em promover essa lucrativa cultura, a cooperativa de Marechal Cândido Rondon passou a oferecer condições muito favoráveis ao engajamento dos camponeses na produção de soja, através de vários dispositivos, tais como o incentivo à mecanização, o uso de sementes melhoradas, o uso de fertilizantes e de pesticidas, além do acesso à assistência técnica e aos programas nacionais de crédito rural.

De certo modo, a atitude dessa cooperativa desafiava o princípio da produção mista, que até então vinha sendo mantida. Como até no início dos anos 1970 muitos camponeses ainda dispunham de terras não utilizadas, a soja não constituía uma séria ameaça às outras culturas; no entanto, com os preços continuamente favoráveis dessa leguminosa no mercado internacional, a maioria dos produtores não puderam resistir à sedução da oportunidade de lucros rápidos, tornando dessa feita o binômio trigo e soja predominante na região (Jensen, 1991, p. 115).

No seu inverso, a ausência de uma cooperativa em Cruzeiro do Sul deixou os pequenos agricultores sem nenhuma agência ou órgão que promovesse a produção especializada, orientada para o mercado. A inexistência de uma cooperativa, organizada nos moldes da de Marechal Cândido Rondon, foi, para alguns autores, como Peixoto (1979) e mesmo Jensen (1991), uma das razões pelas quais a agricultura mista continuou sendo praticada no município de Cruzeiro do Sul. Outros motivos, segundo esses autores, foram a baixa demanda por terras agricultáveis, dadas as limitações financeiras dos camponeses para adquirir terras adicionais, e também o fato de as poucas terras disponíveis apresentarem baixos níveis de fertilidade, em razão de décadas de uso intensivo e inapropriado. Como sabemos, sem terra suficiente, a produção mecanizada da soja raramente se torna lucrativa, daí o apego dos agricultores dessa região às tradicionais culturas mistas.

Outra substancial diferença entre essas comunidades se deve à sua localização. Marechal, por estar no *interland* do sudoeste do Paraná, contava com somente uma importante indústria de processamento de alimentos, baseada nas matérias-primas locais, e seu distanciamento dos grandes centros urbanos encarecia os custos com transporte, tornando praticamente impossível atrair novas indústrias para a região. Por esse motivo, as autoridades locais enfatizaram o papel das indústrias de processamento alimentar, as quais requeriam forte integração ao mercado da produção agrícola. Em contraste, no município de Cruzeiro, as autoridades locais haviam sido bem-sucedidas na atração de diferentes indústrias, as quais eram favorecidas pela abundante oferta de mão-de-obra barata e também pelas excelentes facilidades de transporte, dada a sua proximidade com importantes centros urbanos, como Porto Alegre.

Essa disponibilidade de mão-de-obra se deu pela impossibilidade das pequenas unidades camponesas em reter seu excedente populacional, convertendo o assalariamento dos filhos mais velhos nas indústrias locais numa estratégia de incremento da renda familiar. Entretanto, esse recurso transitório acabou inviabilizando, por sua vez, a própria capacidade de reprodução social da condição camponesa nessas pequenas unidades, que não conseguiam se manter dentro de uma estrutura produtiva de mercado. Além do mais, a baixa rentabilidade da produção mista e o problema da sucessão acabaram inviabilizando também a permanência dos demais filhos, que cada vez menos se viam atraídos pelas perspectivas de futuro nas propriedades de seus pais.

Como conseqüência, a tendência em Cruzeiro, segundo Jensen (1991), tem sido no sentido de um processo de desintegração da pequena produção em relação à



economia de mercado, decorrência do seu baixo índice de mecanização, do aumento da produção para subsistência e da crescente escassez da mão-de-obra no campo; por fim, pela intensificação dos deslocamentos populacionais de modo mais permanente, tanto em direção às periferias dos centros maiores quanto rumo às novas fronteiras, tal como observado nos estudos de Seyferth no vale do Itajaí-mirim<sup>57</sup>.

A mecanização da agricultura, ocorrida em ambas as localidades, se deu em condições e intensidade diferentes; entretanto, as mudanças nos processos de trabalho e nos arranjos familiares implicaram, de modo similar, uma total ruptura com as formas tradicionais de sociabilidade e de organização interna dessas comunidades. Porém suas conseqüências em termos da divisão sexual do trabalho foram praticamente inversas, pois onde a mecanização foi mais abrangente, como no caso de Cândido Rondon, o papel da mulher nos negócios da propriedade se tornou mais invisível, sendo ela desarticulada da esfera política, num processo de “domesticação” do trabalho feminino. Enquanto em Cruzeiro a luta da mulher camponesa pela sobrevivência do núcleo e da empresa familiar foi cada vez mais evidente, suas demandas alçaram maior expressão política, através das organizações camponesas.

Já o sistema de troca de serviços na forma de trabalho, entre os pequenos agricultores, foi sendo gradualmente monetarizado, à medida que a mecanização avançava nessas comunidades. Esse sistema de troca não era apenas comum à agricultura de subsistência, mas envolvia também a agricultura de *commodity*. Tal prática visava suprir as deficiências sazonais de mão-de-obra em cada propriedade individual durante os períodos de preparação do solo e colheita, e também evitar o pagamento dos serviços em dinheiro, dados os poucos recursos da maioria desses agricultores. Com a introdução de tratores e outras máquinas modernas, esse sistema de troca de serviços e ajuda mútua foi sendo minado, pois aqueles que conseguiam adquirir

---

<sup>57</sup> Há que se fazer uma ressalva às generalizações sobre os padrões de deslocamento populacional, pois o fenômeno do êxodo rural para os centros urbanos não se traduz, necessariamente, por formas de proletarianização permanente, como observa Seyferth em seu estudo: “A busca pelo mercado de trabalho urbano produziu dois tipos de assalariados: os que se transferiram, de fato, para a cidade e os que permaneceram no meio rural, deslocando-se, diariamente, para o local de trabalho. Ambas as situações de assalariamento estão relacionadas às estratégias familiares camponesas de reprodução social, com reflexos sobre a questão da terra. A intensificação da atividade industrial após 1920 ofereceu condições para a prática da agricultura em tempo parcial, em parcelas menores de terra, persistindo a localização no lote colonial (subdividido ou não). Criou-se, portanto, um segmento de colonos-operários, cujas atividades agrícolas complementam a renda do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, a outra estratégia reprodutiva do campesinato vinculada à herança indivisa – o lote (ou colônia) passado apenas para um dos filhos – conduziu à proletarianização plena de uma parcela significativa da segunda e terceira gerações”. Seyferth, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In Woortmann (org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora UnB, 2004, p. 134.

ou financiar tais equipamentos passavam a fixar valores em dinheiro por serviços prestados, auferindo vantagens adicionais em relação a seus vizinhos.

Essa deficiência técnica por parte dos agricultores mais fracos se converteu num obstáculo adicional para a adoção das culturas de *commodity* entre os pequenos agricultores, dado o elevado custo dos serviços prestados com máquinas.

Com o advento do uso intensificado do trator, o trabalho manual passou a ser refutado mesmo entre os camponeses mais pobres, que se recusavam a trocar serviços na forma tradicional, elevando com isso os níveis de ociosidade durante certas épocas do ano.

Em Marechal Cândido Rondon e Palotina, por exemplo, nas propriedades onde a mecanização foi mais intensa, os homens passaram a trabalhar não mais que seis meses no ano, despendendo a maior parte do seu tempo vago na cidade, o que contribuiu para a deterioração dos relacionamentos conjugais no campo.

A introdução das máquinas não só tomou o lugar do antigo sistema de troca de serviços, como também transformou de modo deletério a atitude dos agricultores em relação ao trabalho manual, contribuindo para o enfraquecimento dos laços de solidariedade que antes existiam.

Segundo Jensen (1991), a introdução da mecanização e do binômio trigo e soja em Cândido Rondon tem gerado um excesso de mão-de-obra nas propriedades, a ponto de os pais trabalharem cada vez menos, deixando aos filhos a disposição de assumir o trabalho mecanizado e preparando-os gradualmente para a sucessão. Já nas propriedades pouco mecanizadas de Cruzeiro do Sul, baseadas na produção mista de culturas, ao contrário, tem-se observado crescente escassez de mão-de-obra, uma vez que os filhos vêm com pouco entusiasmo o continuar na agricultura, devido à pouca terra disponível e ao baixo nível técnico da produção. Nesse caso, a sucessão na propriedade se torna a maior preocupação dos camponeses.

Em síntese, é possível afirmar que a desproporção entre a reprodução estendida tecnicamente e a reprodução não-ampliada economicamente é o que tem gerado esses “novos camponeses” enquanto um grupo social em transição. Para Jensen (1991), os camponeses mecanizados ou tecnificados (como denominados por Silva, 1981), tanto em Marechal quanto em Cruzeiro, resguardadas suas diferenças, são exemplos evidentes de um processo de “farmerização” da pequena agricultura, que, em termos de condições de produção, demandas políticas e essência ideológica, se tornaram absolutamente distintos do campesinato tradicional.

Esse processo de mudança social tem redundado colateralmente numa gradativa polarização entre fazendeiros e camponeses enriquecidos de um lado e, de outro, os trabalhadores rurais assalariados e sem terra, cujo número tem crescido ano após ano, desde a década de 1970. No caso específico do sudoeste do Paraná, tal situação foi mais agravada, devido às desapropriações ocorridas com a construção da grande represa de Itaipu (Mazzarolo, 1980); (Germani, 1982); (Zaar, 1999, 2000);(Ribeiro, 2002)

Os lotes diminutos, somadas as dificuldades financeiras e os baixos índices de tecnicidade, têm sido um dos maiores responsáveis pela inviabilidade, em termos da própria reprodução social, da maioria dos pequenos agricultores. De certo modo, a conseqüente fragmentação dessas unidades tem uma relação causal direta com os movimentos de reemigração e a necessidade permanente de encontrar novas terras para as gerações vindouras (Santos, 1993).

Esses deslocamentos contínuos para as novas fronteiras agrícolas que se abriram, dentro e fora do país, também se configuraram como elemento catalisador das ambições pessoais de muitos rurícolas, ávidos por melhores oportunidades. Isso significou, para aqueles colonos mais fortes, e para os granjeiros produtores de soja e as companhias colonizadoras, uma oportunidade de acesso a extensões maiores e melhores de terras.

Entretanto, para a grande maioria, a questão primordial continua sendo a reforma agrária e a redistribuição da terra, e não a colonização, como meio de resolução dos graves problemas fundiários do país e em particular da região Sul, como nos dão mostras alguns estudos sobre a colonização de sulistas na Amazônia no início dos anos 1970 (Moran, 1981); (Santos,1993). Essas experiências de colonização, vigorosamente incentivadas pelos governos militares, por intermédio de companhias de colonização indicadas pelo INCRA, visavam transferir colonos sulistas das áreas mais problemáticas de seus respectivos estados para programas de colonização no Centro-Oeste e no Norte do país.

Tais programas tenderam a estabelecer uma espécie de moldagem social, absolutamente estereotipada, a partir de classificações tipológicas regionais, objetivando com isso estabelecer um tipo de colono modelo<sup>58</sup>, supostamente mais instruído, mais familiarizado com as modernas técnicas de produção agrícola, que se valesse

---

<sup>58</sup> No oriente paraguaio semelhante tipologia foi adotada quando da constituição de algumas colônias privadas, como no caso de Katueté, que possuía uma orientação claramente seletiva, estando em sintonia com o manifesto desejo do governo stronista em se valer da experiência e do trabalho dos colonos eurodescendentes do Sul do Brasil para difundir novas culturas, como a da soja, e aplicar modernas técnicas agrícolas no país.

amplamente dos insumos industrializados e que estivesse plenamente integrado às cooperativas de produção (Moran, 1981).

Tendo como referência os descendentes de imigrantes europeus e japoneses, esses programas tentaram integrar os colonos com aqueles oriundos de outras regiões do Brasil, especialmente do Norte e do Nordeste. Porém, dada a precariedade que envolveu esses assentamentos, como falta de infra-estrutura, ausência de assistência técnica e de apoio logístico por parte das companhias de colonização e do próprio governo, e também devido ao profundo desconhecimento ecossistêmico das novas fronteiras, o malogro dessa moldagem social logo se mostrou evidente, produzindo mais exclusão social (Santos, 1993).

Entretanto, a maioria dos pequenos agricultores sabe que suas demandas continuam sendo o único meio de intervenção política e que também sua posição social é politicamente complexa, espremida entre a radicalizada postura dos trabalhadores rurais assalariados e os interesses dos grandes fazendeiros, o que torna a articulação política de suas reivindicações mais difícil.

Como conseqüência de um processo mais geral que tem envolvido a modernização da agricultura no Sul do país, o exemplo das experiências analisadas por Jensen é bastante elucidativo da situação vivida tanto pelos camponeses *farmerizados*, fortemente integrados ao mercado por intermédio das cooperativas<sup>59</sup> locais, quanto por aqueles cuja inferioridade técnica constantemente os ameaça de serem alijados desse mesmo mercado.

Em sentido oposto, encontramos uma crescente massa de camponeses depauperados que ainda relutam em permanecer no campo, proletarizando parte dos membros da família como meio de assegurar sua própria reprodução social.

De modo geral, a modernização no campo produziu um mosaico de situações econômicas e sociais, cuja conseqüência principal tem sido alimentar continuamente os fluxos populacionais em direção às novas fronteiras agrícolas que se abriram dentro e fora do país, reproduzindo nas novas áreas, quase que literalmente, os mesmos

---

<sup>59</sup> Há que se observar que o vínculo a alguma cooperativa não implica necessariamente uma melhoria das condições de vida e de trabalho para os agricultores, haja vista algumas experiências desastrosas de cooperativismo ocorridas no país na década de 1980, que decorreram, em grande medida, das contradições e dificuldades de ajustamento dessas estruturas organizativas e da crise e das vicissitudes do mercado capitalista. Ver a esse respeito Gonçalves, José Sidnei e Vegro, Celso L. **Crise econômica e cooperativismo agrícola**: Uma discussão sobre as condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).

In: Agricultura em São Paulo, São Paulo, vol.41(2), 57 – 87, 1994

mecanismos de diferenciação socioeconômica que caracterizaram o fenômeno em sua gênese.

A opção pela colonização de novas áreas, com o fito de afrouxar as tensões sociais e demográficas na região Sul, e também como uma forma de evitar um amplo projeto de reforma agrária, acabou se convertendo na tônica das políticas governamentais desde os anos mais duros do regime militar até os dias atuais. Essa opção, como vimos, contribuiu para o acirramento dos níveis de concentração fundiária e para a gradativa eliminação das pequenas unidades produtivas do mercado de *commodities*, em decorrência de sua crescente descapitalização.

Os novos pioneiros, em menção aos antigos imigrantes do século XIX, forjados ao sabor das circunstâncias, têm em comum com os seus antepassados o incontestado desejo de assegurar sua terra às gerações vindouras. Como incansáveis desbravadores e edificadores das novas localidades, eles são os condenados modernos ao desterro.

Tal como ocorreu com os matuchos (filhos de colonos gaúchos nascidos no Mato Grosso) estudados por Santos, os processos de colonização e de deslocamentos das populações agrícolas modernas têm-se traduzido por uma “incansável repetição de uma lógica de dominação social que atrai, seleciona e exclui camponeses em busca de terras; mas que não conseguiu impedir os colonos de tentar construir um projeto de autonomia camponesa nas novas terras” (Santos, 1993, p. 244).

A colonização dos teuto-brasiguaios no oriente paraguaio reproduziria, em certa medida, algumas dessas situações acima expostas, porém envoltas nos problemas estruturais inerentes à realidade paraguaia, num mosaico de experiências bem-sucedidas, de fracassos, de esperanças e também de desilusões.

## Capítulo IV

### Ocupação e colonização do oriente paraguaio

Desde o final do século XIX, a região fronteira entre os estados do Paraná e Mato Grosso e o Paraguai era tida como perigosa e preenchia o imaginário nacional com incontáveis histórias sobre uma terra sem lei, povoada por gente de fala e costumes estranhos.

Nos anos 1930, com o advento do Estado Novo, a questão da integração nacional desse vasto território, que envolvia a bacia do Paraná a jusante das quedas de Guairá até a foz do Iguazu, voltou à tona. Estudos como o do geógrafo Theophilo de Andrade, que percorreu essa região no final da década de 1930, se constituem num exemplo de como o governo brasileiro naquele período passou a encarar o problema da fronteira do sudoeste do Paraná, considerada à época área de domínio e influência estrangeira. Segundo esse autor, tal área deveria ser melhor aproveitada, em razão da enorme potencialidade de seus recursos naturais, tanto para a navegação e geração energética quanto para o desenvolvimento da indústria e do comércio. De certo modo, a questão colocada pelo Estado Novo sobre essa região de fronteira enquadrava-se nos ditames das teses sobre segurança e soberania nacional que vigoraram à época, corporificadas no discurso do sentido histórico da “marcha para o oeste”.

De fato, essa região pouco interesse despertou aos sucessivos governos da República Velha, e a exploração econômica dessa vasta região permaneceu durante décadas limitada a atividades extrativistas, como a da madeira e a da coleta da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.), por companhias, em sua maioria, estrangeiras. Dentre as empresas que se tornaram famosas e que possuíam as maiores concessões de terras para exploração da erva-mate, destacava-se a Matte Laranjeira. Essa companhia exercia grande influência econômica na região boreal paraguaia no período que sucedeu a Guerra da Tríplice Aliança, sendo particularmente beneficiada pelos acordos decorrentes do Tratado Loizaga-Cotegipe, pelo qual o Paraguai cedeu ao Brasil grandes extensões de sua fronteira setentrional, situadas entre o rio Apa e o rio Blanco, cujas terras continham expressivas reservas naturais dessa planta.

Entretanto, essa companhia poucos vínculos econômicos estabeleceu com o Brasil, a não ser o fato de ter estabelecido sua sede no local onde hoje se encontra o

município de Guaíra/PR, sendo sua produção destinada quase que integralmente ao mercado argentino.

A erva-mate processada era escoada a partir do porto de Guaíra, no rio Paraná, de onde seguia por trem através de uma pequena estrada de ferro de 60km, que contornava os saltos de Sete Quedas até o porto Mendez, de onde seguia rio abaixo, passando por Encarnación e Corrientes, na Argentina, até o estuário da Prata.<sup>60</sup>

De modo geral, a presença brasileira ao longo dessas décadas limitou-se a diminutos e inexpressivos povoados, além do estabelecimento de uma colônia militar nas cercanias da atual cidade de Foz do Iguaçu, que em meados de 1912 fazia uma precária ligação com Guarapuava. Outras companhias também atuaram nessa região da bacia do rio Paraná, abrangendo tanto a extensa área do extremo oeste do Paraná como praticamente toda a região da fronteira oriental paraguaia.

Essas companhias constituíam verdadeiros enclaves econômicos, que gozavam de grande autonomia em relação aos países da região, organizando um peculiar sistema de exploração da erva-mate baseado em unidades produtivas conhecidas como *obrajes*. Tais companhias exerciam rígido controle sobre os trabalhadores que povoavam as áreas sob seu domínio, os quais eram conhecidos como *mensus*, cujo significado etimológico deriva da palavra hispânica “mensual”, ou “mensalista”. Eles recebiam um adiantamento salarial “antecipo” por parte dos comissionistas, que os recrutavam nas regiões de Corrientes,

Posadas e Misiones para as atividades de coleta nos ervais dos *obrajes*. As condições de trabalho eram extremamente duras e rígidas e se baseavam em formas de controle coercitivas sobre a massa trabalhadora, a ponto de torná-la quase servil. O permanente endividamento desses trabalhadores em relação aos barracões dos *obrajes*, que forneciam todos os víveres necessários a essa população, impedia que os *mensus* plantassem para o seu sustento. Esse monopólio no fornecimento de víveres no interior dos *obrajes* permitia às companhias ampliar a extração da mais-valia sobre os trabalhadores, aumentando exponencialmente os seus lucros.

Segundo Freitag (2001), dentre as principais empresas que atuaram no extremo oeste do Paraná entre 1882 e 1930, destacam-se a Fazenda Britânia, de propriedade anglo-argentina; a Matte Laranjeira, de capital argentino e brasileiro; a Domingo

---

<sup>60</sup> Tal ferrovia foi inaugurada somente em 1917, sob concessão do governo do Paraná, e percorria 60km, contornando o trecho não-navegável do rio. Em 1930, a companhia Matte Laranjeiras foi encampada pelo governo federal, que, nacionalizando suas terras, deu início à integração do extremo oeste do Paraná através de empresas colonizadoras que estabeleceriam núcleos de povoamento naquela região.

Barthe, propriedade de um francês de mesmo nome; a Julio Tomaz Allinca e a Nunes y Gibaya, de origem argentina. Todas essas empresas atuavam em ambas as margens do rio Paraná, e era a partir dos portos instalados às margens desse rio que todo um complexo de armazéns, depósitos, escritórios e moradias era montado e uma rede de estradas e caminhos conectando o interior dos territórios aos portos dos *obrajes* era aberta. Segundo Freitag, “esse complexo, associado ao controle e à disciplina ali reinante, conferia um aspecto de unidade à *obraje*. Os responsáveis pela manutenção da ordem eram o *sereno* e o *capataz*.”

Enquanto o primeiro se caracterizava pela função repressora e punitiva, o segundo não extrapolava os limites da vigilância” (Freitag, 2001, p. 58).

Em síntese, os *obrajes*, ao exercerem seu domínio econômico e social nessa região, impuseram sua vontade e sua lei, reproduzindo um universo temporal isolado e fechado em si mesmo, o que deixaria marcas profundas no que seria a gênese dessa fronteira.

Com a queda geral dos preços da erva-mate nos principais mercados consumidores, devido o aumento da oferta e a política de estímulo à produção de erva mate no território de Misiones, as empresas mateleiras entraram em franca decadência, e já no final dos anos 1930 poucas ainda permaneciam no negócio. Em 1951, com a falência da Matte Laranjeiras, as terras sob seu domínio e concessão retornaram ao controle do estado do Paraná e sua sede social deu lugar ao atual município de Guaira. As terras dos antigos *obrajes*, incorporadas ao estado, foram posteriormente vendidas a empresas de colonização, a exemplo da Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá e a Pinho e Terras Ltda., com o fito de promover de modo sistemático o povoamento da região do extremo oeste paranaense.

A colonização levada a efeito nessa região foi baseada nos moldes e na experiência das empresas que atuaram no planalto gaúcho e no oeste catarinense e tinha como pressuposto nacionalizar aquela fronteira e integrá-la à economia nacional, aproveitando o excedente populacional das antigas colônias de origem européia do Sul do país.

A criação do território do Iguaçu, em setembro de 1943, pelo Decreto-lei 5.812, foi um dos mecanismos encontrados pelo Estado Novo para fomentar a ocupação e colonização das terras que abrangiam as áreas do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e do sul do Mato Grosso, dinamizadas por empresas de capital e recursos humanos originários do Rio Grande do Sul. Entretanto, tal medida provocou



acirramento nos ânimos políticos regionais, de modo que, com a queda do regime de Vargas, acabou sendo revogada pela Constituição de 1946, quando o processo de colonização da região já estava em pleno curso.

A nacionalização da fronteira do oeste paranaense e o processo de modernização da agricultura no Sul do país se deram quase que simultaneamente, e as contradições que envolveram esse processo de modernização se fizeram presentes desde o início de sua formação. Por essa razão, a dinâmica da expansão da fronteira do sudoeste do Paraná acabou impulsionando o movimento em direção às terras paraguaias, cujas condições pedológicas, climáticas, econômicas e políticas se mostraram muito atraentes aos novos pioneiros, que num intervalo de tempo ainda menor transformaram por completo aquela paisagem.

#### **4.1 O padrão fundiário no Paraguai**

Os primeiros *terratenientes* (latifundiários) da fronteira oriental paraguaia, que precederam o processo colonizador dos anos 1960, eram os proprietários dos *obrajes*, que desde o final da Guerra da Tríplice Aliança atuavam nessa região. Tal qual ocorria no domínio da margem esquerda do rio Paraná, o modo de atuação dessas empresas era praticamente o mesmo, uma vez que atuavam em ambas as margens do rio, explorando intensivamente o trabalho dos *mensus*, que em sua maioria eram trabalhadores paraguaios, mas também envolvendo rurícolas brasileiros e argentinos, que, como eles, habitavam as vastidões das florestas subtropicais do continente. Tal fato contribuiu historicamente para a conformação de uma cultura híbrida nessa região.

Tradicionalmente, os assentamentos e a produção agrícola das áreas rurais do Paraguai têm-se concentrado dentro de áreas relativamente pequenas em torno da capital e principalmente nos departamentos centrais, como Cordillera, Paraguarí e Guairá.

Diferentemente das grandes estâncias de criação de gado e de alguns pequenos bolsões de agricultura camponesa que se estabeleceram nos arredores das antigas localidades interioranas fundadas pelos padres jesuítas e franciscanos durante o período colonial, tais assentamentos se fizeram em departamentos mais distantes da capital, como Caazapá, San Pedro, Neembucu, Misiones, Itapúa, e em menor extensão nos departamentos orientais de Caaguazú e Concepción (ver mapa político e relevo, 1998).



Figura

6

Fonte

eletrônica

14/09/2006

[http://209.15.138.224/paraguay\\_mapas/m\\_paraguay\\_re198.htm](http://209.15.138.224/paraguay_mapas/m_paraguay_re198.htm)

A totalidade dessas áreas equivalia, segundo Hay (1982), a menos de um quarto das terras agricultáveis existentes na região do oriente paraguaio. Já as áreas remanescentes, consideradas patrimônio do Estado, as chamadas terras fiscais, que desde o final do século XIX a início do século XX vinham sendo concedidas a grandes empresas de capital britânico, francês, argentino e brasileiro destinados à exploração extrativista, açambarcavam milhares de hectares das melhores terras do país (Laino, 1979). Entretanto, a inacessibilidade das áreas da fronteira oriental àquela época permitiu que tais empresas atuassem de modo praticamente autônomo nessa região até o início dos anos 1960, quando o governo paraguaio se lançou a um ambicioso projeto de

ocupação e colonização dessa região, a partir de um amplo programa envolvendo a construção de estradas, financiadas principalmente pelo governo norte-americano, e do incentivo a empresas de colonização de terras.

Dentre os principais *obrajes* que se estabeleceram na região oriental do país, em importância econômica e abrangência territorial, destacava-se a Industrial Paraguaya, companhia anglo-argentina criada em 1886 e que tinha entre seus sócios fundadores o general Bernadino Caballero. Em 1911, essa empresa detinha 2.718.750ha das terras fiscais do país, o que equivalia a 17% do total da área da região da fronteira oriental, empregando algo em torno de 5.000 trabalhadores na condição de *mensus*<sup>61</sup>.

A segunda maior empresa madeireira e de exploração madeireira que atuava na região era a Domingo Barthe, que por volta de 1870 detinha mais 1.875.000ha do atual departamento de Alto Paraná, chegando a empregar 3.000 trabalhadores em suas *obrajes*.

O império do imigrante francês Barthe também incluía uma empresa de navegação fluvial, que monopolizava parte do transporte de cargas e passageiros entre Posadas e Buenos Aires através do rio Paraná. Sua fortuna começou a ser dividida entre os familiares no início dos anos 1920, não obstante a recusa de seu único filho, Obdulio Barthe, da parte que lhe cabia do imenso espólio, o que contribuiu para a derrocada do império dos Barthe.

Curiosamente, Obdulio Barthe se notabilizaria como proeminente líder do Partido Comunista Paraguai nos anos 1930 e 1940, tendo sido expulso do país pelo governo febrerista em 1936 e liderado o apoio comunista à revolução de 1947 (Nickson, 1993, p. 65-66).

O terceiro maior latifúndio em importância na região do oriente paraguai foi a companhia brasileira Matte Laranjeiras, que mais tarde se transformaria na Isnardi, Alvez & Co.

---

<sup>61</sup> Segundo Nickson, “Aproximadamente las tres cuartas partes de las tierras fiscales que pertenecían a la compañía estaban situadas en la RFO. El puerto más grande de la RFO era el pueblo de Tacurupucú perteneciente a la compañía y que se utilizaba para exportar yerba y madera a los molinos de yerba y a los aserraderos de la Industrial situados río abajo, en Corrientes y Buenos Aires (Argentina). Los Gobiernos Paraguayos de la post guerra, con su política del *laissez - faire*, llevaban a cabo una supervisión mínima de las actividades de las compañías privadas y, en la solitaria selva de la RFO, la Industrial Paraguaya era su propio juez. El sistema de enganche para reclutar peones y las condiciones de trabajo extremadamente duras de los *mensú* (recolectores de yerba) empleados por La Industrial Paraguaya, fueron una fuente de protesta social constante en el Paraguay durante la primera mitad de este siglo” Nickson, A. Colonización brasilera en la región oriental del Paraguay. In Fogel, R & Riquelme, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI). Asunción, 2005, p. 254.

Em 1902, a Matte Laranjeiras havia adquirido 800.000ha de terras nos arredores de Salto del Guairá, no atual departamento de Canindeyú, e já em 1911 essa empresa empregava mais de 1.000 trabalhadores e utilizava para o transporte da erva-mate nada menos que 8.000 burros.

Essas três companhias, juntas, dominaram a economia dessa região durante cerca de 80 anos, porém não conseguiram explorar intensivamente os recursos naturais ali existentes. Os ervais eram praticamente o único cultivo que elas realizavam, embora a maior parte da produção fosse obtida das plantas silvestres. A exploração madeireira permaneceu relegada a estreita faixa de uns poucos quilômetros terra a dentro, em relação à margem do rio; tampouco se construiu qualquer estrada que fizesse a ligação com o interior.

De modo geral, essas empresas não diversificaram suas atividades, nem mesmo agrícolas. Já o povoamento da região ficou restrito a pequenas localidades, como Curugaty e Iгатimí, que serviam como acampamentos de base para o processamento da erva-mate, além de alguns pequenos portos por onde se escoava a produção, como Puerto Adela, Hernandarias e Ñacunday, no rio Paraná.

Segundo Nickson(2005), em 1943 só existiam em toda a região da fronteira oriental 1.582 unidades agrícolas, o que equivalia à época a somente 1,7% do total nacional, sendo que a maioria desses agricultores eram ocupantes das terras pertencentes aos grandes latifúndios ou das terras fiscais. Em termos absolutos, as terras efetivamente cultivadas abrangiam pouco mais que 7.000ha e em 1956 o número de unidades agrícolas computava somente 3.231, equivalendo a 2,2% do total nacional. Em termos tecnológicos, os dados não eram menos desalentadores, pois somente 129 agricultores tinham acesso a alguma linha de crédito rural, e em toda a região nesse ano só havia oito tratores cadastrados. Em 1962, conforme os dados da Dirección General de Estadística y Censos, a população da região oriental não passava dos 60.000 habitantes, representando uma densidade de 1,8 pessoas por quilômetro quadrado, o que em termos nacionais equivalia a somente 3,2% do total do país.

Com o refluxo da demanda externa pela erva-mate a partir dos 1940, e com as restrições impostas pela Argentina às exportações de madeiras paraguaias, a economia da região da fronteira oriental foi perdendo o dinamismo que a produção ervateira lhe havia proporcionado. Tal qual ocorrera com os portos de tanino no extremo norte do rio Paraguai, a região oriental se tornaria uma zona esquecida do país, relegada no imaginário popular às histórias de violência cometidas contra os trabalhadores das

selvas, que padeceram sob o olhar complacente dos capatazes dessas companhias (Kohlhepp, 1984); (Nickison, 2005).

Dado o baixo dinamismo da economia paraguaia durante todas essas décadas, a estrutura fundiária da região da fronteira oriental permaneceria praticamente inalterada, esboçando altíssimos níveis de concentração de terras nas mãos de uns poucos latifundiários. Tal situação somente começaria a se alterar no início dos anos 1970, com a chegada maciça de imigrantes teuto-brasileiros à região, aproveitando-se do desmembramento dos grandes latifúndios, cujas terras passariam a ser incorporadas pelas grandes loteadoras de capital privado brasileiras e paraguaias.

#### **4.2 O problema agrário e a colonização da região da fronteira oriental:**

##### **“la marcha para el este”**

A colonização da região da fronteira oriental não se configurou nos anos 1960 como uma prioridade do governo paraguaio, mas decorreu da necessidade de solucionar o grave problema agrário que gerava inúmeros conflitos de terra entre minifundistas e latifundiários na zona central do país<sup>62</sup>, numa área que se estendia por pouco mais de 100km nos sentidos sul e leste da capital. Essa região abrangia mais de 46% do total das unidades agrícolas da porção leste do Paraguai e 63% do total das unidades com menos de 5ha. Tais números geraram a crença que respaldava o argumento tradicional, de que a densidade demográfica nessa região excedia a capacidade de absorção das terras disponíveis, o que gerava tais conflitos. Entretanto, apesar de as referências oficiais classificarem essa região como zona de minifúndio, os dados disponíveis não sustentam essa crença, pois 53% das terras declaradas em 1965 pertenciam a apenas 18 proprietários, em contraste com os 99,7% dos agricultores que se espremiavam nos 47% das terras restantes.

Colateralmente, o uso intensivo e prolongado dos terrenos de minifúndio levou ao esgotamento dessas áreas, o que também contribuiu para o acirramento das tensões

---

<sup>62</sup> A questão pode ser resumida nos termos apresentados por Palau e Heikel, segundo o qual “Este hecho tiene a su vez transfondo político, ya que permitiría reducir las tensiones sociales de vastos segmentos campesinos evitando, o al menos paliando la migración masiva a Asunción (cuya periferia crece a una tasa anual de 8,73% para el período 62 – 72 mientras el resto del país lo hacía a una tasa de 4,7%). A la vez, permitiría encarar la expansión de la frontera agrícola a bajo costo con la fuerza de trabajo excedente de las zonas minifundiarias. En este sentido, es posible decir que la colonización del Eje Este no es tanto el resultado de una prioridad en la planificación de las acciones del Estado, como de la presión por la tierra y su canalización política. Palau, Tomás & Heikel, Maria Victoria. **Los campesinos, el estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: Editora Litocolor, 1987, p. 18.

sociais no campo, uma vez que os camponeses passaram a disputar com os latifundiários e especuladores imobiliários as terras fiscais ainda disponíveis na região. Portanto, se hipoteticamente essas terras fossem divididas de modo equitativo entre todos os agricultores, cada unidade responderia por 20ha, o que certamente aliviaria tais tensões.

A disparidade existente na região central é na verdade um retrato contundente do padrão fundiário dominante no país, como nos mostra a tabela abaixo, e o fato de essas terras se localizarem no entorno da capital as torna ainda mais valorizadas e cobiçadas do que as do restante do país, fazendo que os conflitos fundiários ali sejam potencialmente mais explosivos.

Foi no bojo do processo de agudização desses conflitos que o governo ditatorial de Stroessner, em atenção às demandas dos grandes latifundiários, criou um organismo oficial chamado Instituto de Bienestar Rural, com o fito de retirar tanto os ocupantes quanto os demais agricultores pobres da região central e reassentá-los nas novas colônias agrícolas no norte e no leste do país.

**Tabela 4 - Distribuição da terra no Paraguai**

<b>Tamanho</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Superfície %</b>
Menores de 5ha	40,1 %	1
De 5 a menos de 10ha	21,7 %	2
De 10 a menos de 20ha	21,6%	3
De 20 a menos de 100ha	12,7%	6
De 100 a menos de 500ha	2,4%	7
De 500 a mais ha	1,55	81
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1992.

Criado pela Lei 852, de 1963, como organismo autônomo, vinculado ao *Ministerio de Agricultura e Ganadería* – MAG, o IBR teria como metas a transformação da estrutura agrária do país, a incorporação efetiva da população camponesa ao desenvolvimento econômico e social da nação, através de soluções legais que permitissem eliminar progressivamente tanto o latifúndio como o minifúndio, e também possibilitar a extensão física da fronteira econômica (Palau & Heikel, 1987),(Kleinpenning, 1987).

Seu principal instrumento era o programa de criação de colônias, ao qual se vinculavam as demais atividades, e tinha como objetivo oficial a expansão da fronteira agrícola, através da criação e ampliação das unidades econômicas <sup>63</sup>.

Segundo Nickson (2005), o retumbante fracasso das ações do IBR em atingir os primeiros objetivos possibilitou o massivo ingresso dos colonos brasileiros na região da fronteira oriental, o que, não obstante, permitiu alcançar a terceira meta do instituto, a ampliação da fronteira agrícola. No início dos anos 1970, o IBR contava com 633 funcionários, e previa-se um incremento de 12% no pessoal em 1979; entretanto, 69% desses funcionários trabalhavam nos escritórios centrais, ficando os 33% restantes incumbidos das atividades de campo no interior do país. Outro grave problema era a debilidade logística do instituto, que não oferecia apoio técnico efetivo aos colonos assentados nem viabilizava formas e mecanismos de escoamento e comercialização da sua produção. A concessão dos títulos definitivos de propriedade esbarrava na burocracia do órgão e na exigência de quitação dos débitos, o que impedia o acesso desses agricultores às linhas oficiais de crédito para plantio e custeio. De tal modo, passados vários anos, a maioria dos colonos paraguaios ainda permaneciam atados a práticas e culturas tradicionais de subsistência (Kohlhepp, 1984). Somados a esses problemas, outros de natureza sanitária e de saúde pública contribuíram para o agravamento do quadro geral das agruras vivenciadas por esses colonos, que em muitos casos não tardavam a retornar às suas localidades de origem, repassando a preços irrisórios o direito de suas glebas aos vizinhos mais fortes (Zoomers, 1988).

De modo geral, a atuação do IBR acabou reproduzindo nas novas regiões os mesmos mecanismos especulativos e excludentes que caracterizavam a exploração dos recursos naturais do país, ampliando as mazelas e vicissitudes do problema fundiário. Os dados arrolados por Nickson (2005) e disponíveis sobre o departamento de Amambay são reveladores desse fato. Em 1972, as propriedades com mais de 100ha, que representavam 15% do número total das propriedades cadastradas, assenhoreavam-se de quase 97% das áreas agricultáveis desse departamento, e apenas um desses latifúndios possuía 405.000ha.

No extremo oposto, 257 parcelas de minifúndio, com menos de 10ha, isto é, 9% do total das propriedades, açambarcavam somente um conjunto de 1.680ha, o que equivalia a tão-somente 0,13% da área total. Mesmo considerando que o IBR tenha

---

<sup>63</sup> Instituto de Bienestar Rural. IBR. Proyecto de Consolidación de Colónias Rurales en los Departamentos de Alto Paraná y Canendiyu. Volume I, Informe Principal. Asunción, noviembre, 1976.

outorgado 970 novos títulos em Amambay até 1972, o quadro geral da distribuição de terras nesse departamento se manteve praticamente inalterado. Comparando-se os dados parciais arrolados para o departamento de Alto Paraná, pode-se constatar que a atuação do IBR nesse caso também não proporcionou nenhuma mudança substancial do quadro geral, apesar de o número de propriedades ter aumentado muito mais rapidamente nesse departamento do que em Amambay. Segundo esse mesmo autor, entre 1962 e 1972 o IBR concedeu 3.486 títulos nesse departamento, fazendo com que o número de propriedades entre 10ha e 50ha aumentasse de 216 para 3.411 durante o período, não obstante o número de propriedades com menos de 10ha tenha triplicado ao longo desses anos, passando de 557 para 1584; já as fazendas com mais de 100ha aumentaram de 19 em 1956 para 80 em 1972.

Entretanto, as 19 propriedades com mais de 100ha, que em 1956 açambarcavam quase 98% do total da área agrícola desse departamento, foram fracionadas em 80 novas unidades no início dos anos 1970, mantendo-se porém o mesmo perfil de concentração<sup>64</sup>. Esses elementos são provas incontestes de que o órgão dirigido pelo doctor Juan Manuel Frutos<sup>65</sup> nunca esteve em dissonância com os interesses dos grandes latifundiários, convertendo-se no verdadeiro “Instituto de bienestar rural de los terratenientes”.

Outro fator que contribuiu para a perpetuação desse quadro foi a falta de coesão e de uma estratégia comum de atuação por parte das massas camponesas em favor dos seus interesses, que pudesse forçar o governo a implementar as mudanças estruturais necessárias à melhoria dessa situação. A fraca resistência das massas rurais e sua precária unidade decorre em grande medida de sua própria heterogeneidade enquanto grupo. Ao contrário da irrealística crença acerca do caráter homogêneo desse grupo, os pequenos agricultores paraguaios são constituídos por diferentes subgrupos, com interesses específicos (Zoomers and Kleinpenning, 1990).

---

<sup>64</sup> Em 1956, não menos que 86,7% do total das terras do país estavam nas mãos das fazendas com mais de 1.000ha, o que representava 1% do total das propriedades agrícolas; em 1981, apenas 1% de todas as propriedades agrícolas ainda monopolizavam 78,5% do total das terras agricultáveis. (Ministerio de Agricultura y Ganadería. Censo agropecuario 1956; Censo agropecuario 1981, Asunción, 1961, 1985.

<sup>65</sup> Frutos, Juan Manuel. 1922 - . Leading ideologue of the Stroessner Regime and the Colorado politician most closely identified with the Colonization Program. The son of President Juan Manuel Frutos, he was head of the Instituto de Bienestar Rural from its foundation in 1963 until shortly before the overthrow of President Alfredo Stroessner in 1989. In the 1940s and 1950s he was associated with the *Guión Rojo*, but later became a leading *tradicionalista*. During the 1970s and 1980s he was also president of the Paraguayan branch of the World Anti-Communist League. Historical Dictionary of Paraguay. 1993, p. 248.



Dentre esses distintos grupos, encontram-se as populações indígenas, cujo número estimado em 1981, segundo dados do censo nacional, era de 38.703 indivíduos. Desse total, aproximadamente 26.000 viviam na região do Chaco e os demais encontravam-se distribuídos por diferentes áreas da região oriental do Paraguai. Tais grupos vêm seu modo de vida crescentemente ameaçado, porém o maior problema para a defesa de seus interesses decorre da sua fragmentação, devido ao fato de eles pertencerem a 18 diferentes etnias e viverem separados geograficamente.

O segundo grupo mais importante dessa população pobre do meio rural paraguaio são os minifundistas, agricultores cuja gleba não ultrapassa 5ha. Esse grupo pode ser compreendido como um segmento mais homogêneo de trabalhadores rurais, praticantes de uma agricultura de subsistência em áreas muito diminutas e insuficientes para atender suas necessidades básicas. Esses minifundistas, segundo Zoomers & Kleinpenning (1990), tinham acesso a apenas 2,6ha de terras em média, o que correspondia a 50% do total das glebas. Desse total, 1,3ha era destinado às culturas de subsistência, como as da mandioca e do milho. Já as condições de apropriação dos terrenos, segundo esses autores, eram variadas: não menos que 50% dos agricultores mantinham-se na condição de simples ocupantes, 34% eram proprietários legais e apenas 15% eram arrendatários. Diante desse quadro, não é de se surpreender que a opção do governo paraguaio para solucionar tal problema tenha recaído nos programas de colonização. Desse modo, os camponeses que se movessem para uma das áreas de colonização poderiam se tornar proprietários legais de glebas maiores. Tal assertiva acabou se convertendo no modo discursivo pelo qual o governo almejava estimular o processo de modernização agrícola do país e assim incrementar o nível de renda da população pobre no campo. Na realidade, a atração exercida pelos projetos de colonização na região da fronteira oriental só se materializava entre aqueles que não viam nenhuma perspectiva melhor na zona central. Muitos pequenos agricultores que vislumbravam algum engajamento em atividades secundárias ou terciárias no entorno da capital, ou mesmo com a produção de legumes e frutas para o mercado citadino, achavam muito mais compensador permanecer na zona central, dada a proximidade com os mercados consumidores, o que tornava os preços de seus produtos melhores e mais competitivos do que aqueles ofertados pelos pequenos agricultores das regiões mais remotas do interior.

Tais fatores também contribuíram para o malogro da maioria dos projetos de assentamento do IBR, que na prática não asseguravam aos camponeses da região central

nenhuma melhora concreta no seu modo de vida. Com o passar do tempo, diante de tantas dificuldades enfrentadas e sem vislumbrar melhores dias, muitos pequenos agricultores paraguaios, como já mencionamos, preferiram vender o direito de seus lotes aos colonos brasileiros e retornar à sua antiga região. Outros, porém, ao se desfazer de seus lotes, passavam a cultivar em áreas marginais de menor fertilidade ou por vezes empregando-se nas companhias agrícolas pertencentes a brasileiros, para executar tarefas de derrubada da mata e de abertura de novas áreas para o plantio (Nickson, 2005).

Como observado nos estudos de Zoomers(1988) e Zoomers & Kleinpenning(1989) sobre os camponeses da zona central, a condição de ocupantes nas áreas adjacentes à capital era mais propícia à obtenção da titularidade legal das terras, em razão da proximidade com os órgãos governamentais e também pela facilidade em organizar grupos de pressão. De modo inverso, estando na condição de ocupantes nas áreas mais distantes, como na região da fronteira oriental, onde as condições logísticas para organização desses movimentos eram mais difíceis, as estratégias de pressão política se tornavam menos efetivas.

Bem diferente era a situação dos grandes proprietários e da elite política e militar, que viram no acesso privilegiado às terras fiscais na região da fronteira oriental uma excelente oportunidade para conseguir lucros fáceis, através da especulação imobiliária.

A perpetuação da estrutura fundiária no Paraguai tem-se traduzido também pela formalização dos títulos de propriedade, como nos mostra o censo de 1981, no qual apenas um terço dos fazendeiros produziam em sua própria terra. Esse dado é revelador do caráter monopolizador da propriedade, pois quase a totalidade das terras agricultáveis estava nas mãos dos grandes latifundiários, enquanto as outras formas de apropriação, como no caso dos proprietários com títulos provisórios, locatários, meeiros e ocupantes, tinham que se manter com os 13% do restante das terras agricultáveis do país, como podemos observar na tabela abaixo. Tal caráter distributivo se reflete no baixo padrão de vida da maioria dos pequenos agricultores paraguaios, e os assentamentos levados a efeito pelo IBR na região da fronteira oriental não alteraram tal situação, conforme revelam os dados de uma pesquisa não-oficial realizada por Miranda em 1977 para o Comité de Iglesias. Essa pesquisa mostra que, em média, 75,8% das famílias nas zonas rurais da região oriental possuíam uma renda inferior a 300 dólares,

abaixo portanto da linha de pobreza, e que até 59,2% dessas famílias tinham uma renda abaixo de 150 dólares mensais (Apud, Kleinpenning, 1987, p. 160)

**Tabela 5 - Divisão das propriedades paraguaias através do status legal do produtor, 1981**

Forma de ocupação	Número de propriedades		Àrea	
	Total	%	Total (has. X 1.000)	%
Propriedade com título definitivo	95.647	35,3	19,082	87,0
Propriedade com título provisório	56.523	20,8	1.414	6,4
Terra arrendada ou abrigada por meeiro através de acordo mútuo	35.629	13,1	435	2,0
Terra de propriedade do governo trabalhada por ocupante	41.631	15,3	551	2,5
Terra de propriedade particular trabalhada por ocupante	40.161	14,8	393	1,8
Outras formas de ocupação	1.666	0,6	65	0,3
Total	271,257	100.0	21,940	100.0

Fonte: Ministerio de Agricultura, 1985 (apud. Kleinpenning, 1987)

Mesmo considerando o crescimento da produção, a expansão no número de unidades rurais e o aumento das exportações agrícolas e uma certa redistribuição populacional decorrente da colonização da região oriental, não se pode afirmar que a política levada a efeito pelo IBR tenha sido exitosa em sanar as iniquidades sociais no campo. Sob certos aspectos, o crescimento da produção agrícola no oriente paraguaio foi muito mais produto de fatores conjunturais exógenos e das barganhas envolvendo a venda das terras públicas do que de um deliberado planejamento por parte do IBR. Em termos agrários, a ação desse instituto só fez reproduzir de modo ampliado os mesmos problemas que caracterizavam a situação social da região central do país e que colateralmente tornaram a ocupação e colonização dessas terras um negócio muito atraente e lucrativo não só para suas elites como também para as grandes companhias de colonização estrangeiras, sobretudo brasileiras.

### 4.3 O perfil da ocupação

Até o início dos anos 1960, a periferia da região oriental era praticamente inacessível e sua população extremamente diminuta. Os cinco departamentos que a rigor pertencem a essa região cobrem 17,3% do território nacional. Juntos, abrigavam, em 1962, pouco mais de 334.000 habitantes, o que equivalia a 18,3% da população nacional e que se concentravam de modo desigual principalmente nos departamentos de Caaguazú e Itapúa.

Em termos climáticos, a região se caracteriza por um regime pluviométrico elevado (1600 – 1900mm) e pelo predomínio de temperaturas subtropicais. A mata original que cobria a maior parte da região era constituída por uma densa vegetação de floresta subtropical, recortada por rios e riachos que se estendem por extensa área de relevo muito pouco acidentado. Apesar de as características químicas dos solos dessa região não serem sempre muito favoráveis, em razão de a camada de húmus ser pouco espessa, os solos ainda são mais apropriados a diferentes culturas do que em outras regiões do país. Isso é particularmente verdadeiro para os extensos e espessos derrames de basalto (terra roxa), que nessa região se estendem por uma faixa de 45 a 75km, margeando o rio Paraná.

A abertura da primeira estrada ligando Assunção à fronteira com o Brasil, no início dos anos 1960, condicionaria o fluxo migratório de brasileiros e paraguaios para a região, e os assentamentos melhor sucedidos se encontrariam nas proximidades das novas estradas pavimentadas, a exemplo da “Supercarretera”, ligando Ciudad del Leste a Katueté, e a “Ruta X” (dez), ligando Salto del Guairá a Assunção. Porém as regras do estabelecimento das colônias do IBR nem sempre obedeceram tal padrão, pois muitas das colônias fundadas encontravam-se em áreas distantes das principais estradas. Suas vias de acesso eram precárias e durante as estações chuvosas permaneciam praticamente intransitáveis. Esse problema se convertia num dos entraves ao escoamento da produção dos pequenos agricultores, que, em razão do seu isolamento, ficavam na dependência dos atravessadores e comerciantes que detinham os meios de transporte e controlavam a distribuição desses produtos, no geral pagando preços irrisórios pelos mesmos (Kleinpenning, 1987).

De certo modo, a debilidade do programa de colonização implementado pelo IBR se explica por sua própria precariedade institucional, pois o orçamento destinado pelo governo para esse órgão não atingia o mínimo necessário à execução dos seus

projetos. O cronograma de liberação do orçamento do instituto mal atingia 10% de suas previsões e mais de 90% de suas despesas eram cobertas pelas receitas advindas do pagamento realizado pelos beneficiários dessa política de reforma.

Segundo dados do Banco Mundial (1978) e do próprio IBR (1984), os desembolsos do governo para os assentamentos dos colonos ao longo dos anos 1970 não ultrapassavam 300 a 400 dólares por família de assentados anualmente (Kohlhepp, 1984), muitíssimo menos do que os gastos efetivos com defesa, num país onde o setor agrícola respondia pelo principal do PIB nacional.

A precariedade do IBR também se refletia nos baixos salários recebidos por seus técnicos e pela falta de aparelhamento desse órgão, o que explica a propensão disseminada internamente pela arbitrariedade e pela corrupção, que passaram a caracterizar as ações do órgão. Outra consequência prática decorrente desse problema é que o IBR não possuía meios financeiros suficientes para contemplar os colonos com lotes adequados a suas necessidades nem para demarcá-los de modo preciso.

Os agrimensores, mal pagos, nem sempre eram criteriosos no seu trabalho de demarcação e por isso se tornavam suscetíveis a subornos. Enquanto isso, a imprecisão das demarcações lhes permitia açambarcar parcelas fora dos limites originais, as quais acabavam sendo vendidas por eles mesmos. Além do mais, cálculos corretos sobre as condições topográficas e dos solos nem sempre eram feitos naquela época, do mesmo modo que a pré-existência de estradas e cursos d'água era muitas vezes simplesmente ignorada. A maioria dessas colônias oficiais eram concebidas em pranchetas, sob total desconhecimento da realidade local; somadas a isso, as inúmeras instâncias que compõem a estrutura burocrática das instituições paraguaias faziam da arbitrariedade e do nepotismo moeda corrente na alocação dos projetos de colonização (Equipo, 1984); (Kleinpenning, 1987).

Muito embora os preços praticados pelo IBR na venda das terras tenham sido bastante baixos, se comparados aos níveis latino-americanos, eles se tornavam elevados para os camponeses paraguaios, dados justamente o seu grau de pauperização e as condições de assentamento a que foram submetidos nas regiões periféricas da fronteira oriental. Essa disponibilidade de terras baratas levou a um substancial aumento da demanda, sobretudo quando as grandes companhias de terras brasileiras se interessaram pelo negócio e um maciço contingente de colonos sulistas do Brasil começou a afluir para a região. Rapidamente essas terras fiscais se tornaram escassas e mais caras, em razão da crescente procura. Somada a isso, a desvalorização da moeda paraguaia nesse

período também contribuiu para a insolvência dos colonos paraguaios, que não conseguiam arcar com os custos de seus débitos.

Segundo Kleinpenning (1987, p. 166), um considerável lapso de tempo transcorria até os colonos receberem seus títulos de propriedade e, como já mencionamos, isso dificultava seu acesso às linhas de crédito concedidas pelos bancos e agências estatais. Essa situação surgia não apenas em decorrência da lentidão do IBR em distribuir os títulos definitivos, mas também devido à relutância e inabilidade dos colonos em honrar suas obrigações. Tal comportamento decorria, em parte, da arbitrariedade e das práticas corruptas por parte de alguns agentes do instituto, que recusavam receber os pagamentos ou manter os próprios registros atualizados, intencionando mais tarde acusar os colonos de negligentes. Sob tais circunstâncias, os colonos preferiam cessar os pagamentos, por questão de segurança.

Os apontamentos de Ziche (1979), decorrentes de um levantamento realizado em 1978 com 150 colonos assentados na porção norte da fronteira oriental paraguaia, revelavam que menos de 3% possuíam títulos de propriedade. Segundo esse mesmo levantamento, a maioria dos colonos se encontravam na condição de requerentes. Em 69% dos casos, o motivo de eles ainda não terem recebido os títulos definitivos de propriedade se devia ao fato de não terem efetuado pagamentos suficientes ao IBR. Em 19% desses casos, os lotes ainda não tinham sido inspecionados, ou haviam sido levantados muito recentemente, e 12% dos informantes alegavam ambos os motivos. Os dados dessa pesquisa mostravam que 40% dos colonos entrevistados por Zicher (1979) admitiam abertamente que eles estavam assustados com essa situação e que mais cedo ou mais tarde sofreriam prejuízos em razão dessa condição de incerteza, como, por exemplo, serem forçados a deixar as terras, especialmente considerando os rumores acerca da disseminada corrupção no interior do IBR, que favorecia os especuladores de terras e as empresas privadas de colonização (Apud. Kleinpenning, 1987, p. 166).

Dados semelhantes são apontados por Nickson (1981) num levantamento envolvendo mais de 600 colonos distribuídos em 17 colônias do IBR assentadas em 1978, dos quais apenas 6% possuíam títulos legais de suas terras. Um relatório da Itaipu Binacional de 1978 sobre as colônias agrícolas do departamento de Alto Paraná, citado por Miranda (1982), aponta também para esse grave problema. Segundo o relatório, 73% dos agricultores ouvidos não eram proprietários de suas terras.

Essas informações foram por nós confrontadas com aquelas prestadas recentemente pelo pastor Friedhelm Westermann, diretor da Escuela Agrícola Katueté,

que à época participou ativamente do movimento pela legalização das terras dos atingidos pela represa de Itaipu. Em sua fala ele comenta a falta de assistência por parte do IBR aos camponeses assentados e algumas questões que contribuíram para a expansão do movimento ocorrido no final dos anos 1980:

Aquí nada assistência do IBR, quase nada. Enton aquí muitos camponeses já venderon seus lotes a brasileiros, pequenos agricultores brasileiros e tão em otra ocupação ou fazendo otra coisa. Ivo uma grande onda de ocupação, muita gente que saiu do campo e foi trabalhá em Itaipu e quando foram despedido ficaram no seu lote em Ciudad del Leste, Hernandarias por aí, con pequena casa ehh o vizinho sempre bêbado e a mulher se gritando uma a otra e aí se lembró da grande tranquilidad que tinha antes lá no mato ah... Enton começaram a organizar-se e um avogado de nossa, a pastoral da terra que fez um pequeno caderno “Camponeses sin terra”, sin tierra, e enton havia paraguaios que eram camponeses ma non tinha mas tera, que haviam vendido tavam em Itaipu e agora qui vamo fazê? Itaipu despediu eles o que qui vão fazê, voltaron ehh se ajuntaram e fizeram ocupações nos anos 90. Ahh 86 já começô.<sup>66</sup>

Também alguns padres membros do Comité de Iglesias, que atuaram na região dos atuais municípios de Katueté e La Paloma, afirmaram que 56% das famílias assentadas nessa região em 1979 eram apenas ocupantes das terras.

O levantamento patrocinado pelo mesmo comitê em 1977 concluiu que 53% das famílias que cultivavam a terra (87,3% do total da população rural) na fronteira oriental do Paraguai não eram proprietárias dessas terras, mas apenas posseiras, arrendatárias e ocupantes. Entre os assentados nas colônias oficiais do IBR, segundo um estudo da Equipo Nacional de Pastoral Social, realizado em 1984, muitos dos colonos haviam pago uma ou mais cotas ao instituto, mas menos de ¼ deles podiam se considerar proprietários.

Em realidade, a insolvência dos colonos paraguaios não pode ser entendida apenas pela forma como os assentamentos foram concebidos, apesar de que nela já se explicitava e se antevia o malogro da política fundiária levada a efeito pelo IBR, mas pela precariedade do apoio logístico, que por vezes se limitou à concessão de foices, machados e enxadas. Tal problema acabou se convertendo no maior responsável pela reprodução, nessa nova fronteira, do predominante arcaísmo da agricultura paraguaia.

---

<sup>66</sup> Relato pastor Friedhelm Westermann, Katueté, julho de 2003.

Segundo relatos de alguns pioneiros paraguaios<sup>67</sup> residentes nos municípios de Katueté, o IBR, em termos de suporte, quase nada proporcionou aos colonos. Na melhor das hipóteses, concedia uma foice, um machado e uma enxada como créditos e também, de modo precário, o transporte até a futura colônia. A essa insuficiência, se somava a falta de assistência técnica e ajuda à produção.

Em 1973, o IBR empregava apenas 10 engenheiros agrícolas, 33 agrônomos e 6 consultores em zootecnia destinados aos trabalhos de campo. Segundo Berthold, nessa região havia apenas um consultor agrícola para 2.500 agricultores e apenas os agricultores mais empreendedores e ricos, estabelecidos nos arredores dos novos núcleos urbanos, eram realmente beneficiados por esse serviço (apud.Kleinpenning, 1987). O próprio IBR, em 1979, num de seus relatórios anuais, admitia essa carência de pessoal, sendo que a maioria de seu corpo técnico e de consultoria permanecia nos escritórios centrais de Assunção. Já a falta de experiência dos agricultores paraguaios com culturas mais lucrativas, como soja, menta e trigo, e sua dificuldade de adaptação ao novo meio, inviabilizavam a adoção dessas lavouras. Os agricultores, de modo geral, tinham que encontrar soluções por conta própria, pois nenhuma das facilidades básicas era provida pelo IBR. Evidentemente, as condições na fase pioneira eram igualmente muito difíceis e precárias para o conjunto da população. A abertura de caminhos, a disponibilidade de água potável, a construção de latrinas, a instalação de escolas e o acesso aos serviços médicos e de saúde eram condições necessárias ao desenvolvimento das colônias; entretanto, na atuação do IBR, essas questões nunca foram efetivamente encaminhadas, o que tornou a vida dos colonos ainda mais dramática.

Grande parte dos colonos não dispunham de água potável; tinham que furar poços ou buscá-la em alguma mina ou riacho mais próximo. As latrinas, quando existiam, eram construídas nas proximidades da casa e por vezes encontravam-se não muito distantes das fontes d'água, o que trazia sérios riscos à saúde dos moradores. A energia elétrica só muito tardiamente foi disponibilizada, como em todas as novas colônias. Já o acesso à educação para as crianças permaneceu difícil. Muitas tinham que percorrer longas distâncias para estudar em escolas improvisadas, o que tornava a evasão escolar um problema freqüente, tanto que o nível educacional médio entre os colonos era bastante baixo, sendo que muitos deles eram iletrados. As instalações e postos de serviços médicos, quando existiam, eram igualmente inadequados. Muitos

---

<sup>67</sup> Informação prestada pelo Sr. Ramón Baéz, 68 anos, Katueté 05/05/2007 e pelo Sr. De los Santos Centurión, 57 anos – Katueté, 01/06/2007



agricultores viajavam quilômetros para fazer uma consulta, com médicos que na verdade eram somente práticos, posto que médicos diplomados dificilmente eram encontrados naquelas localidades.

As dificuldades adaptativas ao novo meio, somadas a toda ordem de carência e falta de apoio por parte das autoridades paraguaias, praticamente inviabilizavam essas colônias. A distância dos mercados consumidores e a dificuldade de escoamento da produção dos colonos eram agravados pelos baixos preços pagos a seus produtos. De certo modo, isso se dava pelo próprio volume e dispersão dessa produção, tornando os colonos vulneráveis às investidas de comerciantes e negociadores inescrupulosos que circulavam pelas colônias comprando a preços aviltados sua produção.

Em grande medida, a própria política do governo desincentivava os pequenos e médios agricultores paraguaios a se organizarem e criar suas cooperativas, pois temia-se que essas organizações pudessem se converter num forte mecanismo de pressão e questionamento do governo autoritário. Exceção feita à Cooperativa de Minga Guazú, da colônia Presidente Stroessner, que foi muito bem-sucedida em suas ações, apesar de não congregar a maioria dos colonos dessa região. Todavia, a cooperativa possibilitava a seus filiados uma posição mais favorável em relação ao mercado, garantindo aos colonos melhores preços a seus produtos, superiores, em alguns casos, aos produtos comercializados pelas cooperativas do estado do Paraná. Tal condição não se dava pela melhor localização dos silos e dos armazéns em relação às colônias, tampouco por sua competitividade, mas pelo fato de ela propiciar a eliminação dos atravessadores. Porém esse foi um caso isolado, comparado ao conjunto da situação vivida pelos pequenos agricultores paraguaios, que em geral não estavam vinculados a nenhuma cooperativa, em razão do seu isolamento e das dificuldades para levar sua produção até os mercados (Kleinpenning, 1987).

Tal situação agravaria com o tempo a diferenciação socioeconômica entre os produtores paraguaios, que de um lado estavam vinculados às cooperativas e de outro trabalhavam individualmente e, noutro extremo, a agressiva posição dos agricultores brasileiros *farmerizados*, completamente integrados ao mercado.

Em termos comparativos, os colonos dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú não eram certamente os mais pobres do país, mas, tomando-se em sua totalidade, a condição de vida desses assentados estava longe de ser boa. A grande maioria deles vivia precariamente, como já mencionamos, e muitos desses agricultores

paraguaios utilizavam equipamentos primitivos para a execução de seus trabalhos, praticando formas rudimentares de cultivo e criação.

Dispunham de inadequado conhecimento em relação à produção e estocagem e não tinham nenhuma experiência com métodos e técnicas agrícolas modernos. Sofriam, destarte, com as ocasionais quebras da lavoura, o que os tornava inadimplentes com seus débitos e ainda mais dependentes dos atravessadores.

Em sentido oposto, a cooperativa de Minga Gaazú, que atuava em bases estritamente comerciais, processando soja, milho e leite, funcionava em benefício dos grandes e médios produtores tecnificados, que produziam dentro dos padrões e metas estabelecidos pela cooperativa. Isso paulatinamente alijava os pequenos produtores empobrecidos, que não conseguiam se enquadrar nesses ditos padrões.

Os agricultores que cultivavam lavouras de produtos comerciais produzidas em pequena escala não conseguiam viabilizar seu negócio, dado o crescente custo desse tipo de lavoura. Já a infra-estrutura para a comercialização das culturas alimentares, era praticamente inexistente na região da fronteira oriental paraguaia, impedindo, destarte, que os pequenos agricultores pudessem incrementar suas atividades e melhorar sua condição de vida.

Por essa razão, a disparidade socioeconômica entre os colonos paraguaios e os agricultores brasileiros, mais capitalizados e com pleno domínio das culturas comerciais, se tornara crescente. Tão abismal disparidade fez com que os agricultores paraguaios, mesmo estando em seu próprio país, ocupassem as posições mais baixas da escala social na maioria das localidades.

Tal situação só se comparava à dos brasileiros “abridores de fazenda”, em sua maioria oriundos dos estados setentrionais do Brasil, também chamados “nortistas”, que incluíam mineiros e paranaenses do norte e noroeste do estado, ou que, na classificação tipológica local, não eram considerados eurodescendentes.

Essa população ocupava uma posição muito instável na sociedade de fronteira, pois ingressara na região na condição de total ilegalidade, sem nenhuma licença formal e quase sem nenhum capital para manter-se. Trabalhavam em pequenos lotes como meeiros ou como ocupantes das terras fiscais ou das antigas possessões da LIPSA (La Industrial Paraguaya S/A), localizadas às margens das “supercarreteras” (rodovias) que conectam os departamentos orientais à capital. Evitavam ocupar as terras pertencentes aos oficiais militares de alto escalão, pois temiam ser removidos pelo exército.

Quando adquiriam alguma parcela de terra, raramente conseguiam a documentação legal do terreno. Por vezes, ficavam à mercê de alguns agentes do IBR ou de funcionários públicos paraguaios, civis e militares, que os extorquiam e ameaçavam de expulsão das ditas terras.

Os dados da tabela a seguir são reveladores da manutenção da estrutura fundiária paraguaia e mesmo do aumento das desigualdades na distribuição da propriedade da terra, o que vem afetando substancialmente o grau de diferenciação socioeconômica entre os agricultores.

**Tabela 6 - Distribuição das propriedades agrícolas no Paraguai conforme categoria de tamanho, 1981**

Fonte: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1985, Censo agropecuario de 1981

Categoria por tamanho	Número de propriedades		Área das propriedades	
	absoluto	%	absoluto (ha. X 1.000)	%
sem terra	7.278	2,9	–	–
Abaixo 5ha	82.376	33,1	169	0,8
5 – 10ha	49.511	19,9	322	1,5
10 – 20ha	56.476	22,7	694	3,2
20 – 50ha	36.007	14,5	942	4,3
50 – 100ha	7.008	2,8	465	2,1
100 – 500ha	6.932	2,8	1.397	6,4
500 – 1.000ha	1.053	0,4	707	3,2
1.000 – 2.500ha	1.117	0,4	1.720	7,8
2.500 – 5.000ha	482	0,2	1.674	7,6
5.000 – 10.000ha	366	0,1	2.521	11,5
10.000 – 20.000ha	177	0,1	2.324	10,6
20.000ha – a mais	147	0,1	9.004	41,0

Essa desigualdade foi também potencializada em decorrência do crescente índice de produtividade ensejado pelo processo de modernização da agricultura no país, ocorrido nas médias e pequenas propriedades do tipo *farmers* e também em razão do avanço da agroindústria, que por razões que explanaremos posteriormente não se estendeu às unidades camponesas.

Curiosamente, a grande maioria dos colonos acreditavam que eles estavam numa situação melhor do que antes, quando vieram para as novas colônias. Em sua aceção, eles possuíam mais e melhores terras, tinham mais criação e podiam vislumbrar a aquisição de equipamentos modernos e melhores. Em certo sentido, esse era um indício de que os detentores de uma forma de agricultura tradicional também podiam se adaptar aos novos imperativos da moderna agricultura e por vezes melhorar a sua condição de vida<sup>68</sup>.

Outros, menos afortunados, consideravam que sua situação ao menos não era pior do que antes, o que para eles já trazia certo alento (Kleinpenning, 1987, p. 174).

De certo modo, a diferenciação socioeconômica estabelecida ao longo do processo de sedimentação da fronteira, ou, como nos termos propostos por Bennett (1969),(1995), na transição do período pioneiro para a período pós-fronteira, quando a comunidade passa a dispor de bens e serviços mais complexos e as estruturas da nova sociedade já começam a se consolidar, essa diferenciação, enquanto fenômeno sociológico, se torna mais nítida e delimitada e seu grau de envolvimento com as culturas de mercado mais profundo.

É nesse sentido que a questão da propriedade e do status que ela prespõe pode desempenhar papel fundamental na alocação dos fatores produtivos, como acessibilidade a créditos, uso intensivo de maquinaria e de insumos modernos e adoção de novos padrões produtivos.

Os dados do quadro adiante, desenvolvidos por Palau e Heikel (1987), são bastante elucidativos dessas questões, pois nos permitem relacionar o padrão da propriedade, em termos de dimensões, ao tipo de assentamento e consoante a disponibilidade de máquinas.

Tais fatores decorrem da peculiaridade e lógica do processo migratório dessa fronteira, como já observamos, em razão das condições postas *ex ante* ao movimento colonizador, concebido pelo governo através do IBR, mas condicionado *ex post* pelos interesses pactuados entre as elites e o grande capital agroexportador.

---

<sup>68</sup> O caso do Sr. Cordélio, morador de La Paloma, é um tanto elucidativo dessa possibilidade. Nascido em Garanhuns (Pernambuco) ele chegou a Salto del Guairá em 1972, procedente do norte do Paraná, onde seu pai trabalhava como meeiro num pequeno sítio. Trabalhando como abridor de fazendas, conseguiu depois de alguns anos adquirir 10 alqueires nas proximidades de La Paloma, onde passou a cultivar algodão e posteriormente soja, quando adquiriu seu primeiro trator. Com os ganhos desse período, ele conseguiu adquirir mais terras e passou a se dedicar à pecuária. Atualmente ele possui uma propriedade de 40 alqueires, com 300 cabeças de gado de corte e umas 60 vacas leiteiras. Relato não-gravado prestado em julho de 2003 no distrito de La Paloma, Canindeyú – PY.

Conseqüência disso é que tanto os pequenos agricultores brasileiros como os paraguaios sem titularidade, ou em situação irregular, eram mal-equipados e tinham poucas chances para incrementar sua produção, diferentemente daqueles proprietários cuja titularidade definitiva de suas terras lhes facultava meios para a expansão dos negócios. A falta de apoio institucional é a outra face do problema que contribuiu substancialmente para esse acentuado quadro de diferenciação social.

Abandonados à própria sorte, sem meios de produção suficientes, sem infraestrutura adequada e à mercê da ação dos agentes de comercialização, as colônias oficiais e espontâneas rapidamente se converteram num heterogêneo grupo condenado ao desarraigamento e à degeneração.

	Tipo de tenencia (en % ) <sup>a</sup>							Has. de- tentadas	Valor $\bar{X}$ de im- plementos y maquinarias (en $\text{G}$ ) <sup>b</sup>
	1	2	3	4	5	6	7		
1. Colonización pública									
1.1. del IBR (59) <sup>c</sup>	18.6	6.8	10.2	55.9	1.7	3.4	3.4	28.2	263.791
1.2. Autónoma (81)	55.6	21.0	7.4	12.3	--	2.5	1.2	23.1	452.446
2. Colonización privada									
2.1 Farmers (193)	44.0	20.2	12.9	8.3	4.7	7.8	2.1	38.3	439.085
2.2 Pequeños aparceros y arrendatarios (97)	16.5	11.3	38.1	18.6	4.1	8.2	3.1	19.0	153.072
3. Colonización espontá- nea									
3.1 Paraguaya (68)	--	1.5	--	95.6	--	1.5	1.5	14.0	13.740
3.2 Brasileira (19)	--	5.2	26.3	57.9	--	10.5	--	14.5	59.047
3.3 Mixta (16)	--	--	6.3	93.7	--	--	--	15.7	15.919
Total (443)	29.4	13.7	15.0	31.5	2.6	5.6	2.1	26.7	289.192

a 1. Propietario, 2. Propietario con título provisorio, 3. Arrendatario, 4. Ocupante  
5. Propietario y arrendatario, 6. Propietario provisional y/u ocupante, 7. Propie-  
tario y ocupante.  
b 1 U\$S= $\text{G}$  130 en 1979  
c Entre paréntesis, el número de familias encuestadas en cada grupo de colonias.

**Figura 7** - Fonte: Palau & Heikel, 1987, p. 27

#### 4.4 Os diferentes mecanismos de ocupação

Os mecanismos de ocupação da região do oriente paraguaio se deram basicamente sob três formas específicas: a primeira, organizada pelo IBR, que reincorporou parte das antigas terras fiscais, anteriormente cedidas às grandes companhias que se formaram no pós-guerra<sup>69</sup>, e as imensas áreas ainda sob controle do

<sup>69</sup> Segundo Juan Manuel Frutos (1982), entre 1954 e 1980 a LIPSA, sob pressão do governo paraguaio, disponibilizou 1, 24 milhão de hectares para colonização. Outros 209.000ha do antigo latifúndio dos Barthes foram igualmente vendidos para esse fim. Por volta de 1975, Lunardelli disponibilizou para

Estado paraguaio para a efetivação das colônias oficiais; a segunda, a partir do fracionamento das terras das antigas *obrajes*, que foram sendo vendidas às empresas de colonização privada, sobretudo de capital brasileiro, voltadas ao lucrativo ramo imobiliário e madeireiro, cujo alvo principal era a venda de lotes aos colonos oriundos do oeste do Paraná e dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também às grandes companhias multinacionais ligadas ao setor do agronegócio; a terceira forma era aquela constituída pela colonização de caráter espontâneo. De modo geral, essas formas de colonização envolveram tanto elementos nacionais quanto estrangeiros, no caso os imigrantes brasileiros. Em grau distinto, quando se tratou das colônias oficiais implementadas pelo IBR, cujo objetivo principal era equacionar o problema demográfico e fundiário da região central do país através da atração e fixação de camponeses paraguaios na região, houve o predomínio de pequenos agricultores paraguaios nessas colônias, apesar de o repasse e venda dos direitos de algumas glebas para colonos brasileiros ter-se tornado uma prática bastante corriqueira com o passar do tempo.

Nas demais formas de colonização privada, a predominância recaiu nos imigrantes brasileiros, variando de pequenos e médios produtores do tipo *farmers* a pequenos arrendatários e meeiros empobrecidos, além dos grandes proprietários ausenteístas, envolvidos tanto com a pecuária quanto com a moderna agricultura produtora de *commodities*.

O fato de a ocupação de caráter espontâneo ter envolvido tanto pequenos agricultores brasileiros como paraguaios não significa que eles se ajustaram de forma semelhante. Ao contrário, tiveram uma trajetória organizacional distinta, mesmo tendo em comum o fato de pertencerem à fração de classe mais depauperada entre todos os grupos que se estabeleceram na fronteira oriental.

A relação desses trabalhadores com os demais grupos se deu pela necessidade do assalariamento parcial, dadas as dificuldades que esses pequenos agricultores tinham em assegurar sua reprodução social. Tal fato, como veremos, levou a um maior agravamento das condições de vida dessa população.

---

venda 405.000ha dos 450.000ha que ele havia adquirido da Matte Laranjeira em 1952, conforme Nickson(1981) (apud. Kleinpenning, 1987, p. 179).

#### 4.5 Matizes da colonização brasileira

Durante os anos 1950, empresários agrícolas brasileiros começaram a demonstrar grande interesse pelas terras do oriente paraguaio, dado o fato de as terras mais ao norte, nos departamentos de Canindeyú e Amambay, serem consideradas áreas potencialmente favoráveis à expansão da cafeicultura brasileira. Algumas companhias passaram a adquirir grandes extensões nessa região, a exemplo do latifundiário Geremias Lunardelli (então rei do café), que comprou da Cia. Matte Laranjeira mais de 450.000ha de terras. Entretanto, as condições climáticas da região subtropical logo revelaram-se pouco favoráveis a essa cultura, o que fez o empreendimento cafeeiro de Lunardelli retroceder, obrigando-o a seccionar suas terras em propriedades menores e revendê-las a grandes especuladores e empresas de colonização e de exploração madeireira (Laino, 1979).

O interesse brasileiro por essa zona de fronteira voltou à tona no início dos anos 1960, e em 1970 muitos imigrantes começaram a ingressar na região, concentrando-se inicialmente no departamento de Alto Paraná e avançando em direção ao norte de Canindeyú e Amambay. Os números de ingresso são surpreendentes, apesar de as estimativas serem todas bastante imprecisas. Segundo Kohlhepp(1984), em 1962 não havia mais que 2.250 colonos brasileiros nesses três departamentos, o que representava pouco mais de 4% da população local; já em 1972 esse número havia saltado para 29.000, e em 1983 alcançara, segundo esse mesmo autor, um número de 320.000 imigrantes. Outros autores, como Hay (1982), Pébayle (1994), Souchaud (2002), chegam a estimativas que variam de 350.000 à impressionante cifra de 500.000 brasileiros no país, predominando nos departamentos orientais <sup>70</sup>.

Como explicitamos no capítulo anterior, parte substancial do fluxo migratório brasileiro para o Paraguai se deu em razão da existência de um contingente populacional excedente, fruto dos efeitos colaterais da modernização da agricultura no Sul do Brasil. Foi impulsionado também como desdobramento da necessidade acumulativa do capital oligopolista e monopolista ligado ao agronegócio que ansiava pela abertura e expansão de novas áreas de fronteiras, e porque os arranjos geopolíticos da conjuntura dos anos

---

<sup>70</sup> Essas estimativas são, de modo geral, bastante controversas, pois não se baseiam em metodologias comuns. Mesmo as de caráter oficial pecam pela dificuldade de abrangência, posto que muitos recenseados omitem sua situação legal, ou informam dados incompletos acerca da família. Propostas mais atuais têm sugerido um levantamento que leve em conta variáveis que relacionem o idioma franco e o praticado no âmbito familiar como melhor indicativo tanto da realidade social quanto da origem dessas populações.

1960 e 1970 entre Brasil e Paraguai se mostraram particularmente atraentes. Foi dentro desse quadro de ordenação de interesses que a nova fronteira se constituiu. Ao mesmo tempo em que estabelecia novos arranjos produtivos e introduzia inovações tecnológicas, recriava as condições de exclusão e subordinação da agricultura camponesa, tal qual a vivida pelos colonos sulistas no Brasil, vis-à-vis com o arcaísmo do mundo rural paraguaio.

Destarte, os mecanismos de ocupação e colonização de brasileiros na região se deram sob três formas principais: a primeira, baseada nos setores mais dinâmicos da agricultura empresarial, radicada fundamentalmente na disponibilidade de terras, na fertilidade dos solos basálticos e nas vantagens diferenciais em relação à produção e preços praticados no Brasil; a segunda, efetivada pelos pequenos e médios colonos sulistas, cujo acesso à terra se deu basicamente sob a égide das empresas de colonização, que viam na venda de pequenos e médios lotes, a preços atraentes, um excelente negócio, e a terceira pela prática disseminada entre os pequenos agricultores paraguaios em vender seus direitos de ocupação, com as melhorias inclusas, aos colonos brasileiros mais capitalizados. Essas melhorias inclusas eram, segundo o Sr. Ramón Baéz, a limpeza do terreno. Tentando me explicar o que ocorria numa conversa em “portunhol” ele relatou um pouco desse comportamento:

Ahora se tá acabando  
Porque hay mucha venda de tierra por paraguay, vende, depois vai  
hacemo manifestación, son sin-tierra, e ahora se tá sendo  
levantamiento se já possuiu tierra você non tiene más derecho.  
Ganhavan su tierra e vendian, o pegava toda madera e deixava. E  
ahora tá siendo acabado. Tudo mundo acabô, vende pro Brasil.<sup>71</sup>

Essa prática, como já mencionamos, era a forma provisória encontrada por esses campesinos para adiar seu crescente processo de pauperização, ao qual foram submetidos em razão de sua inculcada inserção na economia de mercado. Tal comportamento passou a assumir características estigmatizantes na visão dos demais agricultores que também se estabeleceram na região da fronteira oriental. Muitos agricultores teuto-brasileiros vêem os campesinos paraguaios como pessoas pouco afetas à dura realidade do trabalho no campo e essa visão se manifesta em vários relatos

---

<sup>71</sup> Relato Sr. Ramón Baez – primeiro comerciante paraguaio estabelecido em Katueté por volta de 1973. O Sr. Baez nasceu em Vila Rica no departamento de Guairá, em fevereiro de 1939, e mudou-se para Katueté atraído pelo *boon* colonizador dos anos 1970.



coletados entre moradores da região da zona alta do departamento de Canindeyú, como este de um colono de Katueté, o Sr. Soder, segundo o qual

Esse povo não fica na tera deles. Isso é engraçado. Não, ele é que nem os sem-tera do Brasil, muitos deles , porque ele vai fazê o protesto,vai pros barraco ali fazê manifestação e coisa e tal, porque qué tera, porque qué tera. Aí se dá tera pra ele, ele consegue tera aí ele vai até que tem madeira essa coisa assim, ele vende, depois quando chega na hora de cultivá a tera di dii plantá... ele não qué, vende pruns troco lá para frente eh, e volta se acampá de novo... vira aquela coisa sabe? e daí eles acaba falando que disse que o migrante aqui dentro não sei o quê, não sei o quê, disse que e eles se sentem é, disse que sentem estrangeiro no próprio país deles, o que não é verdade....<sup>72</sup>

Ela também pode ser observada, de modo recorrente, na fala de moradores de outras localidades, como em La Paloma, onde a atividade do movimento campesino tem se mostrado bastante ativa nos últimos anos. A fala do casal de imigrantes brasileiros Benedito e Fátima Sartori, oriundos da cidade de Marialva, região norte do estado do Paraná e há mais de quinze anos radicados em La Paloma, é bastante elucidativa a esse respeito e parece reproduzir uma visão comum que muitos moradores da região compartilham sobre os campesinos paraguaios. Nela observamos o mesmo estigma, que parece caracterizar uma prática comum entre esses assentados.

O negócio deles é pegá o dinheiro do banco, e não pagá, eles num qué terra. Ali no Santa Maria (bairro rural próximo ao distrito de Puente Kyjhá) entrando às direita, depois de Puente Kyjhá tem um assentamento tudo de campesino, ali tudo foi assentado há uns dois anos, só que vão supor, oitenta por cento tá vendendo...

- Vende para quem?

Vende pra brasileiro, pra paraguaio, pra prantá soja, aí eles vão embora desbravá otras terra..

Vão supor, eles entra numa mata, eles tira maderá tudo, vende e depois vende as terra pros brasileiro destocá, plantá soja e depois vai pegá terra notro lugar...<sup>73</sup>

A entrada da maioria dos campesinos paraguaios na região oriental ao longo das últimas três décadas ocorreu a partir de duas condicionantes orquestradas pelo IBR, que visava, primeiro, atender às demandas e conveniências políticas e prebendárias de

<sup>72</sup> Relato do Sr. Lécio Soder, 51 anos. Katueté, 03 de jun. 2007

<sup>73</sup> Relato do Sr. Benedito Sartori e Fátima Rodrigues Sartori.- La Paloma, 03 de junho de 2007

peessoas ligadas ao regime stronista e, segundo, atingir as metas institucionais de modernização e capacitação da agricultura na região, com o fito de incrementar e acelar a produção de títulos de exportação que contribuíssem com os processos de acumulação de capital dominantes no país (Laino, 1979), (Palau & Heikel, 1987).

Ambas as formas de *penetração* (como denominam vários autores paraguaios) conviveram em algum grau com meios violentos e compulsivos de expropriação das terras ocupadas anteriormente por posseiros paraguaios e pequenos agricultores brasileiros sem titularidade. Tais ocupações, segundo Palau & Heikel (1987), precediam a venda das ditas terras por parte do IBR ou pelos latifundiários privados, o que denota o caráter espontâneo dessas ocupações, que de certa modo acabaram contribuindo para a constituição de um futuro exército de mão-de-obra excedente e barata, disponível tanto para as grandes agroindústrias como para os colonos do tipo *farmers*.

Essa conformação social se constitui em termos analíticos naquilo que Foweraker (1981) denomina **estágios** do processo de expansão da fronteira. Isso nos remete aos abridores de mata e cultivadores pioneiros, que no embate com os agricultores capitalistas mais poderosos são expropriados não apenas da terra que ocupam, mas do valor por eles agregado a ela, tanto pela abertura e limpeza dos terrenos quanto pelos primeiros cultivos que fizeram.

Há que se observar também que, diferentemente das empresas multinacionais ligadas ao agronegócio, que por razões estratégicas e de legitimação de seus negócios no país optavam preferencialmente pelo emprego de trabalhadores paraguaios em suas unidades de produção e lavouras, as empresas de capital brasileiro preferiam contratar trabalhadores provenientes do Brasil. Tal preferência não se dava por razões de caráter nacionalista, como queriam crer muitos paraguaios radicados na região, mas, sim, pela maior margem de ganho que essa mão-de-obra oferecia aos empregadores brasileiros. Eles se valiam da vulnerabilidade social desses imigrantes ilegais, que evidentemente não estavam sujeitos a nenhuma norma regimental ou de direitos trabalhistas existentes no país.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> A condição desses trabalhadores brasileiros no Paraguai é descrita de modo bastante preciso por Palau & Heikel, nos seguinte termos: “Los trabajadores temporales de nacionalidad brasileña, por lo general son aparceros, medieros o porcenteros a los que ya se les venció el contrato y no encontrando otras tierras que arrendar quedaron como fuerza de trabajo libre en el Paraguay. O bien son ex arrendatarios o aparceros, medieros o porcenteros del Brasil convertidos ya en ‘boias frias’ allá mismo por el proceso de concentración y expulsión. En general, suelen ser contratados ya allá por los empreiteros, formando parte de esta manera de un contingente de mano de obra agrícola superflua que al exceder la demanda potencial del mercado de trabajo se convierten en una masa de subempleados y sob reexplotados constituyendo un subproletariado rural y urbano en estado de continua movilidad; movilidad

A sujeição dessa massa amorfa e desenraizada de trabalhadores rurais brasileiros, que Stroessner denominava “negros”, foi fundamental para a viabilidade dos fluxos migratórios que se estabeleceram posteriormente e que implementaram a moderna agricultura comercial em terras paraguaias. Por outro lado, a constituição desse excedente de força de trabalho estava vinculada aos estágios sucessivos de exploração econômica levados a efeito nessa fronteira, perpassando a exploração madeireira, a introdução de culturas tradicionais, até a disseminação e predomínio das culturas comerciais e da pecuária intensiva. A disponibilidade dessa mão-de-obra e seu grau de exploração estão relacionados inversamente ao coeficiente de mecanização e de implementação de modernas tecnologias na agricultura, que, noutros termos, implicou uma relação causal entre a crescente mecanização e o aumento da taxa de desemprego, por um lado, e por outro a exigência de maior qualificação e conseqüente menor exploração da força de trabalho. O caso dos operadores de máquinas das agroindústrias é exemplo revelador dessa mudança, pois sua disponibilidade é muito menor do que a dos trabalhadores braçais, cujo emprego se dá nas etapas de abertura e limpeza dos terrenos que posteriormente são destinados às culturas mecanizadas do trigo e da soja. Tendo em conta certa tipologia, é possível constatar que os trabalhadores melhor remunerados são os paraguaios e os eurodescendentes e os pior remunerados são os trabalhadores brasileiros nativos, negros e indígenas de modo geral.

À medida que a expansão tecnológica avança, os lugares onde há maior demanda dessa força de trabalho se tornam cada vez mais distantes, condicionando, destarte, uma migração temporal mais prolongada no primeiro momento, até finalmente desenraizá-la por completo (Palau & Heikel, 1987). Tal fato é expresso no comportamento estigmatizante dos colonos teuto-brasileiros estabelecidos em Canindeyú, quando reafirmam o papel subalterno dos seus compatriotas pobres na formação daquela sociedade de fronteira, em frases do tipo “quando vem vindo a máquina, vai levando o negro pro mato”. Brutal constatação da essencialidade brasileira, como observa Pébayle(1994), que demonstra o quão essa sociedade é dividida pelo racismo ou, ao menos, pelo etnismo e pela diferenciação socioeconômica. Tal fato pode ser constatado numa fala como a do Sr. Joaquim de Miranda, que há 29 anos reside na região. Ele inicialmente trabalhou como lavrador e meeiro para alguns colonos, depois foi trabalhar como porteiro, cuidando da divisa de uma grande fazenda

---

que se expresa incluso en migraciones internacionales intraregionales. (Op cit Palau & Heikel, 1987, p. 81)

nas proximidades de La Paloma e atualmente trabalha como vigia noturno num pequeno hotel em Katueté, propriedade de uma senhora paraguaia. Ele veio de Paranavaí, região noroeste do Paraná, para buscar a sorte no Paraguai e ainda labuta com seus 67 anos para garantir um sustento mínimo, num país onde previdência pública é um termo praticamente desconhecido. Segundo a sua fala,

O brasileiro aqui nunca tem razão, o brasileiro aqui tudo é discriminado, principalmente se a gente é pobre. Eu só não tenho problema porque tenho filho paraguaio e a patroa gosta muito de mim. Os ricos desprezam a gente, nem óia. É assim mesmo. A patroa mesmo gosta do Brasil, o passeio dela é nas praias do Brasil...<sup>75</sup>

Muito da sua fala informal denota certo ressentimento ante a população brasileira mais bem sucedida, o que é revelador da crescente estratificação social por que passam essas novas localidades do pós-fronteira, como Cruce Guarani, Corpus Cristis, Katueté, Puente Kyjhá e La Paloma.

A mobilidade espacial da população trabalhadora brasileira desenraizada leva a uma situação de sobre-exploração intensificada, se comparada à população camponesa paraguaia, que de modo geral se encontra em uma condição um pouco melhor. Em ambos os casos, trata-se de um processo em que esses pequenos produtores se vêm compelidos a buscar uma renda complementar, uma vez que as diminutas unidades produtivas por eles exploradas não lhes asseguram meios efetivos de sobrevivência.

Entretanto, esse recurso acaba se tornando recorrente, inviabilizando em definitivo a existência dessas mesmas unidades e seus arranjos adaptativos particulares.

O que se observa em Canindeyú e nas localidades por mim estudadas é que, à medida que ocorre uma gradual e progressiva capitalização das unidades produtivas mais dinâmicas, ocorre também uma paulatina eliminação das formas pré-capitalistas de arranjo familiar, transformando-se em formas produtivas mais explicitamente capitalistas, como as relações estabelecidas entre patrão e empresário e entre trabalhador rural fixo e trabalhador volante. Do mesmo modo, constataram Palau & Heikel (1987), em outras localidades da fronteira oriental, que, à medida que se vai intensificando a densidade técnica do processo produtivo, se vai dispensando mais rapidamente a força de trabalho, refletindo assim a tendência decrescente dos empregos no campo.

---

<sup>75</sup> Relato do Sr. Joaquim de Miranda, 67 anos - katueté, 15 de fev. 2007.

Essa expansão tecnológica e a modernização agrícola têm levado também a uma crescente monopolização da terra, e a necessidade de tecnificação da produção faz com que as pequenas e médias unidades farmerizadas passem a orbitar em torno das grandes empresas agrícolas ou depender cada vez mais das cooperativas. Tal fenômeno tem levado à asfixia das unidades menores, que não conseguem manter-se dentro desse circuito produtivo, sendo paulatinamente incorporadas pelos vizinhos mais fortes, como ocorreu no Sul do Brasil, como nos dá conta o seguinte relato do Sr. Claudio Hobold sobre a situação vivida por muitos pequenos agricultores de Katueté e região:

O colono fraco não alcança hoje 30%. O pequenino mesmo que quebro. Esse foi embora, tão tudo no Mato Grosso, sem tera  
 - A maioria era peñonzada que tava por aí. Tem colono aí que tem tera aqui e tão acampados lá também, tem muito..  
 Eu conheço gente que tem 20ha, 5ha, 10ha e tão lá debaixo de lona...  
 Tá arrendando a tera, tudo mecanizado. Não tem o que fazê, aí tão debaixo das lona lá..<sup>76</sup>

As pequenas propriedades mais fracas se viam condenadas à absorção pelas unidades maiores e mais dinâmicas, uma vez que seus custos de produção aumentavam com a implementação das modernas tecnologias e com a necessidade de mecanização.

A modernização, ao aumentar a produtividade das unidades maiores, contribuiu também para o aumento da produção nacional de grãos, beneficiando principalmente os médios empresários capitalistas, que eram mais receptivos às inovações do pacote modernizador e que também já dispunham de certo nível de capitalização, suficiente para garantir a quitação das dívidas contraídas junto aos bancos, o que em geral não ocorria com os pequenos agricultores, que, ao aderir à monocultura da soja e ao adotar o pacote modernizador, mesmo que de modo parcial, logo se viriam endividados junto aos bancos, comprometendo com isso a própria viabilidade de sua unidade.

Esse processo reproduziu de modo similar o fenômeno que ocorrera nas terras do extremo oeste paranaense ao longo da década de 1960, porém de modo mais rápido e intenso, como nos dão conta os depoimentos de antigos moradores de Katueté, como o dos senhores Constantino Salomon e José Branco.

O caso é que o banco sempre tomô conta né. Aquí começô a destoca, isso começô meio logo sabe... Isso não demorô a turma começô a abri... sabe como é que é o brasileiro... ele qué vê o pau caí... Não

<sup>76</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold, 64 anos – Katueté 07 de maio 2007.

perduaram. Aí já começô a destoca e em três anos já tinha soja. Destoca com financiamento do banco, aí muita gente foi mal sabe... Poca maquinário para colhê soja aí perdero, perdero as teras.. Aí foi difícil né...E depois os grande foram comprando e os pequenos se mandaram tudo... Assim aconteceu em Maripá, mesma coisa... mesmíssima coisa.<sup>77</sup>

Hoje quem tem uns 50ha, consegue financiamento, mas depois não vai podê pagá né.

Que ele vai tê que comprá trator, comprá prantadera e isso tudo é caríssimo. Vai tê que comprá grade, vai tê que comprá coisa para veneno, não vô dizê ceifa né, ceifa ele pode fazê na ora de colhê, mais ceifa é difícil também.

Antes o pequeno conseguia tocá porque tinha trilhadeira manual né. Ele levava com boi... Aí veio a mecanização e aí a mecanização tornou difícil para o pequeno né.<sup>78</sup>

De modo geral, tanto os agricultores camponeses como os trabalhadores rurais sem terra pouco ou quase nada se beneficiaram dessa modernização, uma vez que as condições de sua reprodução social foram ameaçadas, tanto pela inacessibilidade às linhas de crédito quanto pela retração da oferta de empregos, cuja importância se perdeu ante o avanço das máquinas.

#### **4.6 Policultores e granjeiros farmerizados de Canindeyú**

Como já mencionamos, os policultores brasileiros que migraram para o Paraguai provinham de diversas regiões do Brasil, diferentemente dos produtores do tipo *farmers*, que predominantemente vinham dos estados meridionais. Embora a policultura não constitua uma prática específica de determinado grupo de agricultores, ela é praticada comumente nas áreas menos valorizadas da fronteira oriental. Seu cultivo é abrangente, sobretudo na fase pioneira, sendo praticada nesse período pelo conjunto dos agricultores, sejam nacionais, sejam brasiguaios ou teuto-brasileiros. As variações existentes estavam ligadas aos arranjos culturais dos diferentes grupos de agricultores, sendo que entre os brasileiros e eurodescendentes uma gama maior de culturas era implementada. Entretanto, à medida que essa fase adaptativa ia sendo superada e os

<sup>77</sup> Relato Constantino Salomon, 78 anos – Katueté, 02 de Junho de 2007

<sup>78</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos - Katueté, 05 maio 2007

terrenos iam sendo desbravados, uma maior especialização das culturas começava a ser implantada.

As condições financeiras prévias dos agricultores estabelecidos na região, uma vez superada a fase pioneira, passavam a fazer a real diferença no enquadramento produtivo e na adoção do pacote modernizador. Vale lembrar que a aquisição dos terrenos mais férteis e menos acidentados e a titulariedade das terras se constituem numa condição necessária tanto para a mecanização das lavouras como para o acesso às linhas especiais de crédito agrícola, e esses fatores são o ponto nodal do processo de diferenciação socioeconômica que demarcará a característica dos grupos sociais.

Outro aspecto importante que difere o estabelecimento dos agricultores brasileiros no Paraguai é a natureza da migração. Enquanto os policultores brasileiros migram individualmente de diferentes regiões do Brasil, os teuto-brasileiros costumam migrar coletivamente de uma mesma região de origem, o que lhes propicia a manutenção de seus vínculos identitários com a região de origem. É o que relata o pastor Westermann, que durante muitos anos esteve à frente da Igreja Luterana de Maripá, cuja maioria de colonos já vinham de duas correntes migratórias sucessivas, uma de Santa Catarina e outra do Rio Grande do Sul, e que, no início dos anos 1970, começou a migrar para o Paraguai.

Entretanto, as condições dos colonos teuto-brasileiros também eram bastante diferenciadas dentro de suas próprias comunidades, pois alguns migraram não pela busca de melhores oportunidades, mas pela impossibilidade de sobreviver no Brasil, dada a pressão exercida por seus pares melhor sucedidos, que almejavam suas terras, tal como aparece no seguinte depoimento do pastor Westermann:

Em 73 umas famílias foram para o Paraguai e aí me convidaram. Porque uns já tinha feito o curso de confirmando para confirmar, então a comunidade disse non pastor vai lá para visitá nossa gente... enton, fui lá e fiz uns cultos, ficava dois, três meses.. E aí participei de fundá uma comunidade aquí tinha 50, 60 famílias e mais, gostei, porque era mato puro, tinha muito mais trabalho, para organizá desde o começo...no! Porque Maripá já tava tudo estabelecido ehh... também lá o pobre já era rejeitado. Esse no sabe trabalhá!! diziam, vai embora!! Tinha gente que falava... escuta aquí rapaiz, quanto que tu qué por essa porcaria de tera ahh?

Uns três ou quatro alqueire, tanto é... - Aquí tá te manda, ahhh, assim. Gente da mesma comunidade falava assim. Os mais forte comprava, não era todos assim, mais alguns dizia assim. - vamos

limpá esse aqui , para ficá tudo nas mãos deles. Muitos viero pro Paraguai assim.<sup>79</sup>

Devido à proximidade da fronteira oriental do Paraguai com o extremo oeste do Paraná, essa vinculação permanece muito ativa, envolvendo não apenas os vínculos afetivos, mas também as relações econômicas e de suporte institucional, tais como o recurso à saúde pública, à educação secundária, ao entreterimento e à informação, através das mídias regionais e nacional do Brasil.

Essa característica tem-se mostrado vantajosa para esse grupo, se comparada aos demais imigrantes brasileiros que afluíram para a extensa região oriental, que abrange os departamentos de Amambay, Canindeyú, Alto Paraná, Caazapa e Itapua.

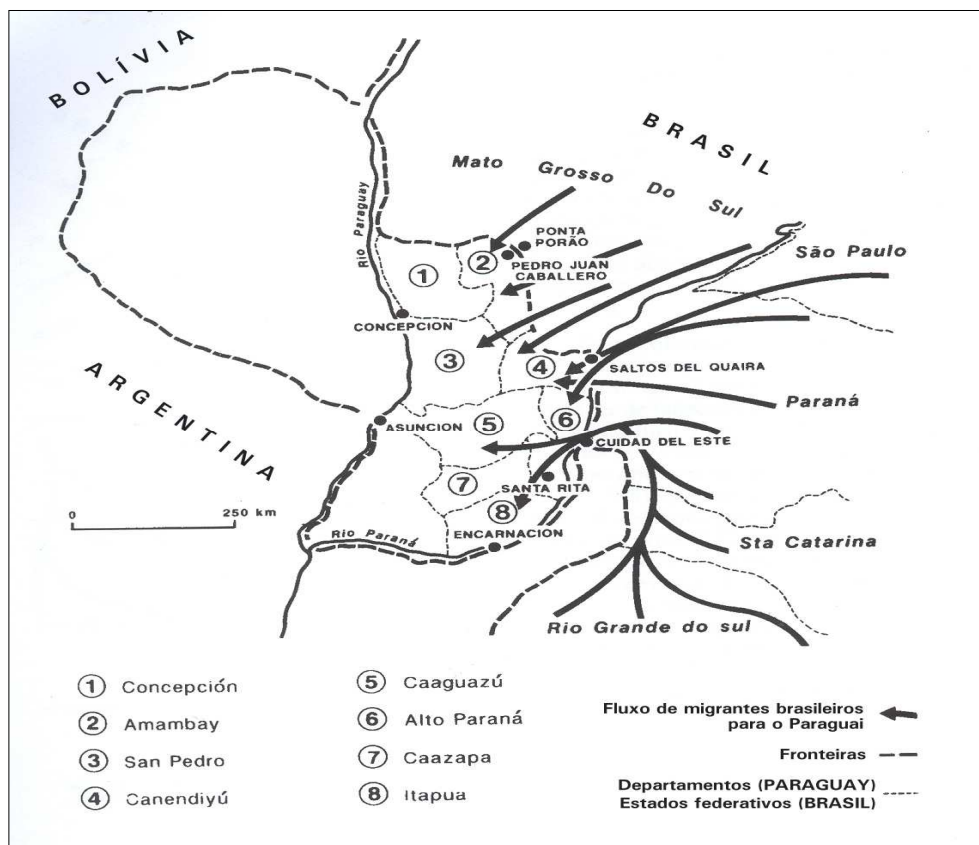
De modo geral, muitos imigrantes brasileiros, incluindo-se os teutodescendentes, provinham de processos de reemigração. Entretanto aqueles provenientes do sudoeste do Paraná, por razões óbvias, tinham condições muito mais favoráveis para preservar os vínculos com suas regiões de origem ou ao menos com os locais de seu estabelecimento anterior, do que aqueles que procediam de regiões mais distantes.

O quadro a seguir, proposto por Pébayle, permite evocar a origem dos fluxos migratórios de brasileiros em direção ao oriente paraguaio e até certo ponto relacioná-los com as distintas formas de exploração econômica levadas a efeito na extensa região.

---

<sup>79</sup> Friedhelm Westermann - Katueté, julho de 2003





**Figura 8** - Fonte: adaptado (PÉBAYLE, 1994).

Comparados aos teuto-brasiguaios, os policultores brasileiros são pioneiros *par excellence*, pois ocupam, dada sua falta de recursos iniciais, diferentes espaços marginais que em algum momento futuro poderão ser conquistados pela monocultura de mercado. Eles se estabeleceram nas chamadas zonas ou espaços pós-pioneiros, especialmente nas zonas de “enclave”<sup>80</sup> (Souchaud, 2002). Sua heterogeneidade decorre não somente de suas origens regionais, mas de seu horizonte étnico extremamente diversificado, envolvendo as populações cablocas do interior do Brasil, os afrodescendentes e as várias texturas de miscigenações entre brasileiros, eurodescendentes, asiáticos e outros..

A grande maioria desses agricultores não possuem meios suficientes para se converter em granjeiros, acabando muitas vezes por perder suas terras, em razão da falta de titulariedade dos terrenos ou da dubiedade de seus documentos e também pela situação de insolvência, fruto do freqüente endividamento, transformando-se, assim, em

<sup>80</sup> Essas zonas se referem a terrenos mais acidentados ou marginais cujos solos possuem menor fertilidade e que exigem maiores recursos para sua correção. Neles predominam capoeiras e matas secundárias. Em geral os agricultores que exploram essas terras se valem da coivara para abrir clareiras onde plantam milho e mandioca para seu sustento e também para a criação de alguns animais.

alvo preferencial da ação de chantagistas ligados tanto a políticos e militares paraguaios como a comerciantes inescrupulosos brasileiros e paraguaios.

Entre esses policultores, muitos são arrendatários, cujos contratos variam de 3 a 5 anos, e ao findar acabam não sendo renovados, tendo eles que partir para novas zonas, repetindo assim o mesmo ciclo. No relato da família Spielmann, a relação dos agricultores teuto-brasileiros com os trabalhadores arrendatários, também brasileiros se estabeleciam logo no início da formação das colônias como indicado em sua fala:

No começo meu pai adquiriu essa propriedade e nós plantava era costume, pessoal nortista então eles plantava a menta. Então a menta ela exige muita terra muito fértil. A menta ela tem um ciclo meio curto, tipo quatro anos ela vai diminuindo e acaba morendo e assim novamente você vai entrar em área nova tipo assim, derubada nova justamente para realmente produzi. Assim esses trabalhadores era contratados para roça e pra limpá os terrenos...<sup>81</sup>

Outros, como já vimos, trabalham na condição de volantes ou bóias-frias, como são conhecidos no Brasil, reproduzindo em condições ainda mais degradantes sua difícil sobrevivência em terras paraguaias. Esses párias do campo, forjados pelas contradições da modernização conservadora da agricultura brasileira, se converteram no Paraguai num dos ramos mais dinâmicos do movimento dos trabalhadores sem terra, e a eles se atribuí a construção inicial da identidade “brasiguai”<sup>82</sup> (Sprandel, 1992).

De certo modo, os policultores brasileiros constituem o ponto de contato entre o distante e distinto universo histórico e imaginário dos agricultores teuto-brasileiros com os camponeses paraguaios, nesse processo de formação da fronteira binacional. Eles são também a base sobre a qual a reprodução capitalista na fronteira se efetiva, transferindo o valor do seu trabalho para os setores mais dinâmicos da economia, quando agregam valor à terra desbravada, quando se assalariam por valores e jornadas aviltantes ou

<sup>81</sup> Relato Ilvo Spielmann, 41 anos – Katueté, maio 2007

<sup>82</sup> No sentido exposto por Sprandel, “os chamados brasiguaios se apresentam como um grupo social que tivera seu destino diretamente influenciado pelos planejamentos e ações governamentais dos aparelhos de poder do Brasil e do Paraguai, dos quais se consideravam vítimas. Externavam assim uma noção de direito à terra, consoante disposições legais, na qualidade de cidadãos brasileiros expatriados. Resgatavam pela via jurídica dados de uma situação biográfica que incluía deslocamentos geográficos por diferentes regiões do Brasil e do Paraguai, no decorrer de sua existência. Passando por diferentes condições econômicas, de parceiros, meeiros, arrendatários, peões, bóias-frias, pequenos proprietários, posseiros, e mesmo tendo precisado recorrer a atividades urbanas para sua sobrevivência, os brasiguaios narravam sempre uma história de expropriação. Suas histórias de vida se apresentam sob uma identidade coletiva e que não era mero somatório de pleitos individuais” (Sprandel, 1992, p. 10). Tal categoria passa a se delinear destarte de uma categoria de luta para se configurar em sistemas de representação e de práticas ante o poder.

quando produzem alimentos baratos. Nesse sentido, a produção capitalista e a produção de *commodities*, voltadas para o mercado, não podem ser entendidas como autônomas nem incompatíveis com as outras formas de produção mais rudimentares e menos tecnificadas, como a dos pequenos produtores (policultores), mas constituem parte interdependente de uma única economia regional, tal como sugere Charles Wood (1983) em sua abordagem conceitual calcada na análise do modo de produção, na qual os modos de produção são conectados e o valor é transferido de um para o outro. Diferente, portanto, da concepção de carácter dualista de expansão da fronteira, que concebe esses modos como formas antagônicas de produção em que as formas capitalistas predominam. Nossa observância empírica na região de Katueté e La Paloma tem revelado a coexistência desses diferentes modos de produção e que muitos pequenos agricultores se utilizam, em grau variável, de algumas técnicas e insumos agrícolas modernos. Fenômeno semelhante é reportado por Nickson (1981), Fogel (1982), Nagel(1991), (Souchaud, 2002), dentre outros autores que estudaram a região da fronteira oriental do Paraguai, tal como relatado por Pappa (1992) em seu estudo sobre os pequenos agricultores do sudoeste do Paraná.

O exame da performance do modelo agroexportador paraguaio estudado por Richard Weisskoff (1992) sugere que a bem-sucedida expansão das exportações agrícolas do Paraguai, como a do milho, do algodão, da cana-de-açúcar, da soja e do trigo, ocorrida nas últimas décadas, tem-se dado em propriedades com tamanhos muito diversos, envolvendo não apenas os grandes e médios produtores farmerizados, mas também distintos segmentos do campesinato. Em face da extrema iniquidade da concentração fundiária do país, parece irônico que o sucesso desse modelo tenha dependido em parte das exportações de algodão e de culturas alimentares como as do milho e da mandioca, cuja produção é de domínio quase que exclusivo dos minifúndios.

Os padrões de diferenciação social e econômica que se formam nesses processos de expansão da fronteira exigem modelos de análise que extrapolem concepções de natureza dualista. O estudo sobre a fronteira oriental paraguaia, particularmente em nosso caso, o departamento de Canindeyú, é revelador dessa necessidade. Encontramos múltiplas formas de produção e de estratégias adaptativas ante as pressões de mercado, e elas desafiam classificações propensas a tais categorias, como observado por Nagel (1991). De certo modo, o sucesso ou fracasso adaptativo não têm obedecido a regras rígidas da dicotomia entre agricultura capitalista e agricultura camponesa. Elas não dão conta adequadamente das mutações que ocorrem tanto entre os policultores paraguaios

e brasileiros, quanto entre os granjeiros teuto-brasiguaios, mesmo considerando as condições diferenciadas de assentamento que observamos nas comunidades que estudamos, especificamente em La Paloma, Ponte Kyhá e Katueté.

#### **4.7 Os granjeiros sulistas do tipo *farmers* e o avanço da soja**

A progressão da soja no oriente paraguaio se efetivou, segundo Souchaud (2002), mais pela concentração fundiária e pela expulsão da policultura tradicional do que pelo desflorestamento, principalmente no que concerne ao departamento de Alto Paraná e parte de Canindeyú. De modo geral, a cultura dessa leguminosa foi uma especialidade exclusivamente introduzida pelos imigrantes brasileiros, em particular pelos eurodescendentes, que a reproduziram quase que literalmente como numa zona de colonização agrícola tipicamente brasileira (Pébayle, 1994). Tal assertiva se baseia na constatação empírica de que até o início dos anos 1990 não havia nenhum agricultor paraguaio praticante dessa cultura em toda a região da fronteira oriental, salvo algumas colônias próximas a Encarnación, no departamento de Itapúa, onde a soja era amplamente cultivada por agricultores paraguaios, descendentes de antigos colonizadores eslavos e teuto-brasileiros oriundos do Sul do Brasil, que haviam se estabelecido nessa região em meados do século XX, compartilhando os mesmos valores e costumes de seus pares rio-grandenses.

Esses descendentes de teuto-gaúchos são os únicos agricultores paraguaios da região oriental a implementar, segundo Souchaud (2002), uma agricultura mecanizada em larga escala, voltada exclusivamente ao mercado. Eles foram, por assim dizer, precursores da ruptura com a tradicional dicotomia paraguaia existente entre a hacienda monumental e a microagricultura camponesa, que se consolidaria no início dos anos 1960 com o ingresso maciço dos imigrantes teuto-brasileiros.

A chegada desses imigrantes na região oriental suscitou a constituição da média propriedade rural organizada sob bases empresariais, cujo arranjo familiar se pautava pela moderna produção agrícola e pela reordenação dos papéis sociais, envolvendo os negócios domésticos e a empresa rural. Tal característica singular a diferenciava profundamente tanto da tradicional cultura campesina paraguaia quanto das unidades policultoras brasileiras.

Essa estrutura familiar e organizacional da média propriedade especializada, resultado de um processo mais amplo que se havia efetivado no Sul do Brasil, como

analisamos no capítulo anterior, deixou marcas profundas nessa população. Por assim dizer, esse processo se converteu, nos termos de Pappa (1992), numa forma de commoditização dessas unidades, não apenas no que concerne à organização produtiva, mas, sobretudo, no seu arranjo e ordenamento familiar, cujas aspirações se pautavam pelos valores e padrões de consumo das classes médias urbanas. Nesse sentido, o dinamismo das novas fronteiras agrícolas seria marcado por uma interação simbiótica entre o universo rurícola e o urbano, que em termos de moldagem espacial fez com que os pequenos núcleos urbanos povoados predominantemente por esses brasileiros adquirissem uma conformação estrutural totalmente diversa dos núcleos de povoamento tradicionalmente paraguaios. Em Canindeyú, as localidades de La Paloma e Katueté são um exemplo dessa diferenciação, sendo a primeira uma zona de transição das culturas agrícolas e do convívio interétnico e a segunda de especialização produtiva e de diferenciação socioeconômica.

Em Canindeyú e no departamento de Alto Paraná, as dimensões das pequenas propriedades se distribuem numa faixa média de 21,4ha a 29,0ha respectivamente, contrastando com a média das propriedades policultoras paraguaias da região central, onde predominam as parcelas de 3ha a 8ha. A evolução da produção de soja, cultura que caracteriza o processo de commoditização das unidades médias e os arranjos das propriedades dos teuto-brasiguaios, é crescente em termos absolutos (MAG, 1994), assambrando unidades que variam de 10ha a 50ha, que em Alto Paraná e Canindeyú correspondem a 60% e 36% respectivamente do total das propriedades, envolvendo 19% e 20% de sua superfície. Já as propriedades maiores, que possuíam entre 100 e 500ha, correspondiam em Alto Paraná e Canindeyú a 11% e 34% das propriedades e com 8% e 31% da superfície com a produção dessa leguminosa. O fato de Canindeyú esboçar nesse período um predomínio das unidades maiores está relacionado à sua tardia colonização, se comparado aos demais departamentos orientais. Entretanto, o avanço das médias propriedades, baseado no binômio trigo/soja, tem-se mantido intenso, avançando tanto sobre as grandes unidades pecuárias quanto sobre as pequenas unidades policultoras em suas adjacências, independentemente das oscilações que vêm ocorrendo no mercado de *commodities* ao longo das últimas décadas.

Segundo os censos agropecuários de 1991 e 1997, produzidos pelo Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) e publicados em 1994 e 1998, a evolução da cultura da soja nos departamentos orientais de Alto Paraná e Canindeyú variaram em termos de superfície cultivada de 228.504ha e 49.030ha em 1991 para 347.698 e 84.113ha em

1996 e para 372.696 e 125.481ha em 1997, respectivamente, com taxas de crescimento na ordem de 0,7% para o primeiro e de 4,1% para o segundo, envolvendo um número de propriedades cultivadas na ordem de 5.967 e 2.367, nas quais a superfície média das unidades produtoras possuía entre 38,3ha e 20,7ha respectivamente. Os dados gerais do MAG no período de abrangência revelam que a taxa de crescimento e expansão dessa cultura em Canindeyú foi a maior do país, avançando inicialmente sobre áreas economicamente ocupadas e posteriormente sobre as florestas remanescentes.

A evolução da ocupação agrícola em Canindeyú obedeceu a um ciclo que se iniciou com a ação dos pequenos agricultores praticantes de uma agricultura de subsistência, que realizara a abertura das matas para exploração madeireira. Isso permitiu também a introdução da pecuária nas unidades maiores, cujos terrenos já haviam sido limpos.

O avanço da agricultura mecanizada da soja se fez em grande parte sobre esses terrenos, reorientando a estrutura fundiária para unidades de dimensões médias, viáveis ao novo tipo de cultura. Tal processo se deu sempre nesse sentido, nunca de modo inverso, condicionando por um lado o deslocamento dos pequenos policultores para áreas marginais (banhados e terrenos irregulares) e por outro seccionando os grandes latifúndios em propriedades menores.

Em consequência desse avanço, parte substancial da pequena agricultura policultora desapareceu, expulsa por esse processo de concentração fundiária no *front*, que deixou de ser estritamente pioneiro. O estabelecimento dos granjeiros capitalistas se deu progressivamente, tanto pela incorporação das terras não-marginais anteriormente ocupadas pelos policultores paraguaios, assentados pelo IBR, como pela expulsão dos colonos brasileiros pobres, meeiros ou ocupantes das terras das loteadoras, que visavam atender à crescente demanda de terras por parte dos colonos teuto-brasileiros.

Alguns relatos, como o do Sr. Cláudio Hobold, um dos pioneiros de Katueté, e como o do antigo funcionário da Colonizadora Jaime Longo, Sr. José Branco, confirmam essa tendência:

A maioria dos colono pequeno tá reduzindo já. Esse colono de 25ha agora tem poco. Um foi vendendo, foi comprando, vendendo. O colono para só vivê com o prantil de soja tá difícil né.. deveria tá se tivesse assim um apoio. Depende de muita coisa. Ele depende de trator, se ele tem somente uns 50ha, não dá para ele mexê. Ele tem que arrendá. Plantá otros cultivo... mas se você não tem maquinário,

melhó é arrendá prum vizinho que tem maquinário. Hoje quem tem 50ha, consegue financiamento, mas depois não vai podê pagá, né. Que ele vai tê que comprá trator, comprá prantadera e isso tudo é caríssimo. Vai tê que comprá grade, vai tê que comprá coisa para veneno, não vô dizê ceifa né... ceifa ele pode fazê na hora de colhê, mas ceifa é difícil também. Antes o pequeno conseguia tocá porque tinha trilhadera manual né. Ele levava cum boi... Aí veio a mecanização e aí a mecanização tornou difícil pro pequeno né...<sup>83</sup>

Todo ano tem gente comprando tera... Porque tem muito colono forte aquí né. Tem gente que planta mile alqueire de tera, otro 500, otro 300. então esse cara todo ano sobra dinheiro compra tera.. Hoje tá nesse ponto..O pequeno não tem mais né , tá acabando, só ficando só grande, é ruim isso aí... Para cidade mesmo é muito ruim que não tem mais gente. Aquí não tem mais peão, não tem mais nada... foi tudo embora.. A peãozada quí tá tudo no Mato Grosso...<sup>84</sup>

Em síntese, esse processo se converteu mais numa forma de substituição de uma população por outra do que no abandono do terreno. Essa tendência ao predomínio da média propriedade em Canindeyú não significou uma forma de democratização do espaço fundiário, mas, sim, um processo seletivo, imposto pela modernização agrícola, diferenciando os agricultores mais aptos e menos reticentes à adoção do pacote modernizador daqueles pouco adaptáveis às condições e oscilações do mercado.

Tal seletividade tem-se traduzido pela estandarização produtiva e por aquilo que Frans Pappa (1992), denominou de *commoditização* dos arranjos econômicos e de reordenação familiar dos pequenos agricultores modernos. Na fala de algumas famílias, uma percepção crítica e ao mesmo tempo nostálgica se apresenta em relação a esse processo, que ao longo dos anos vem intensificando a diferenciação social nas novas localidades nas quais as terras dos pequenos agricultores são incorporadas pelos grandes produtores, tal como aparece no relato de uma família paraguaia estabelecida em Katueté desde início dos anos 1970:

Primero tiempo lo mataron el banco.  
Ahora son los grandes.  
Terminó esa alegría de que aquele rico vinha a casa do pobre, aquele tiempo era asin. No tenia ni pobre ni rico. Aquí esa cultura si perdeu, cambió mucho...<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos - Katueté, 05 maio 2007

<sup>84</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold – 64 anos - Katueté, 07 maio 2007

Essa mesma seletividade tem levado, por outro lado, a uma diminuição da superfície de muitas propriedades medianas, devido às dificuldades que elas encontram para manter o ritmo de investimentos e para prover numa escala maior e de modo mais intenso os insumos necessários ao aumento da produção. A inversão se dá justamente quando o Estado, no afã de incrementar sua balança comercial, estabelece políticas específicas para dinamizar o setor, provocando com isso uma ampliação da área plantada via arrendamento ou aquisição das propriedades menores dos agricultores mais fracos pelos mais fortes e acirrando, destarte, os níveis de competitividade no campo.

No plano sociológico, essas mudanças têm implicado uma reversão das atitudes e o abandono das antigas práticas de solidariedade e ajuda mútua, que fizeram distinta a organização dos colonos sulistas no Paraguai.

Essas mudanças têm condicionado o recrudescimento, pouco velado, dos ressentimentos individuais e coletivos, que surgiam desde os tempos pioneiros, envolvendo brasileiros tanto das distintas estratificações sociais quanto das diferentes etnias. Os conflitos entre brasileiros e paraguaios não se têm limitado a disputas pela terra, mas envolvem também problemas ligados ao uso indiscriminado de defensivos e pesticidas químicos nas lavouras de soja, os quais, pulverizados por aviões, acabam atingindo as áreas de plantio e mesmo os locais de moradia dos camponeses paraguaios, contaminando os solos e comprometendo os mananciais remanescentes (Albuquerque, 2005).

Eles têm envolvido também tensas disputas políticas em algumas localidades, como San Alberto, no departamento de Alto Paraná, onde a crescente participação brasiguia na administração pública, através da eleição de intendentes e vereadores dessa origem, se transformou em ressentimentos nacionalistas.

De modo geral, a origem desses conflitos está menos vinculada a questões de natureza étnica ou de identidade nacional do que ao grave problema das estruturas fundiárias do país e da disparidade na concentração de terras em poucas mãos. A forma como têm ocorrido a ocupação e colonização brasileiras na região da fronteira oriental nas últimas décadas, sob auspícios do governo paraguaio, e seu interesse num projeto de desenvolvimento associado e dependente, é que têm levado ao acirramento dessas disputas.

---

<sup>85</sup> Relato da família Centurión, Mário De los Santos Centurión, 57 anos e Sra. Armelinda Martinez Centurión, 47 anos – Katueté, 01/06/2007



#### 4.8 Vantagens e peculiaridades da colonização teuto-brasiguaiá<sup>86</sup>

As agruras do processo colonizador dessa fronteira foram sentidas e compartilhadas de modo dessemelhante entre os atores sociais que protagonizaram essa experiência. Essa diferença não se confunde nem com a temporalidade nem com a sucessão dos assentamentos na região, mas sim com as condições prévias em que se encontravam os colonos quando se moveram para a região. De modo geral, as expressões “fronteira” ou “frente pioneira” se definem pela ausência de bens materiais e serviços que caracterizam a sociedade ocidental consolidada e suas relações sociais, econômicas e institucionais, que permeiam a dinâmica da vida cotidiana e sua conexão com o mundo exterior. Nesse ambiente, a precariedade do meio e a necessidade de prover a nova sociedade desses bens e serviços coincidem com as aspirações dos pioneiros em alcançar uma melhor condição de vida na sociedade em formação.

A diferença na condição de assentamento e os recursos trazidos por alguns colonos durante os primeiros tempos foram importantes para a viabilidade da empresa, garantindo, por exemplo, um nível de existência mais satisfatório ante os enormes desafios que se colocavam no início da abertura daquela fronteira. Máquinas e utensílios melhores facilitavam enormemente o trabalho de desbravamento, e a disponibilidade de algum dinheiro era uma garantia para se safar de algum infortúnio com as autoridades

---

<sup>86</sup> O uso até aqui indiscriminado das expressões “teuto-brasileiro(a)” e “teuto-brasiguaió(a)” guarda uma relação não apenas de natureza semântica, mas envolve uma transformação identitária em curso. Entendo que o termo “teuto-brasileiro(a)” refere-se a certas características que diferem essa população (originária dos estados meridionais brasileiros) e seu movimento migratório dos demais grupos de brasileiros que se estabeleceram na região da fronteira oriental, e que ao o fazerem preservavam determinados vínculos e práticas culturais herdadas de seus antepassados. Já a expressão “teuto-brasiguaió(a)” tem a ver com os arranjos e condicionamentos adaptativos que eles desenvolveram no novo meio. De certo modo, um uso mais apropriado diria respeito àqueles colonos radicados legalmente no país ou àqueles nascidos no Paraguai e que ainda preservam certos hábitos e costumes no âmbito familiar, porém, mesmo identificando-se com os valores mais gerais da cultura brasileira, se sentem totalmente integrados ao universo cultural paraguaio. As novas gerações desses colonos brasileiros, teutodescendentes nascidos no Paraguai, são o produto moderno desse hibridismo cultural que tem marcado a substância dessa fronteira. Já a expressão “brasiguaió” se refere genericamente aos brasileiros que vivem no Paraguai e pertencem a distintas classes sociais e que trabalham em vários setores da economia. Segundo Albuquerque (2005), esse termo foi criado em 1985 por um deputado brasileiro quando do retorno ao Brasil do primeiro grupo organizado de brasileiros pobres que viviam no Paraguai. Inicialmente, a expressão estava associada a esses brasileiros pobres que viviam da agricultura, vítimas do processo modernizador e das expulsões sofridas tanto no Brasil quanto no Paraguai e que não possuíam nem a cidadania paraguaia nem a brasileira. Esse termo tinha uma conotação pejorativa para essas pessoas. Já no discurso campesino paraguaio, o termo “brasiguaió” está relacionado aos brasileiros ricos e inversionistas ligados às grandes empresas multinacionais que têm invadido o país. Para outros, entretanto, “brasiguaios” se refere tão-somente aos filhos de imigrantes brasileiros nascidos no país e que possuem registros e cidadania paraguaios.

corruptas do Paraguai, ou no caso de algum acidente ou doença que exigisse deslocamento rápido em busca de atendimento médico no Brasil.

Mas um dos fatos mais importantes da singularidade dos assentamentos teuto-brasiguaios era o modo pelo qual se realizava essa migração, que, diferentemente do que ocorria com os demais colonos brasileiros, se realizava em grupos originários de uma mesma comunidade, como observado nos relatos de Leoni Kotz, que migrou para o Paraguai em 1985 juntamente com seus pais e irmãos, e de Ilvo Spielmann, com quem se casou alguns anos depois:

Quando os meus tios vieram para o Paraguai, porque eles vieram mais o menos cinco anos antes da gente, quando falavam do Paraguai pra mãe, isso aí mais o menos era assim como eu falei hoje, era o fim do mundo né...

Lá onde a gente morava nunca se escutava assim.. coisa boa do Paraguai. Só que como eles vieram pra cá e se deram superbem então o pai não dexava mais sucego para ela (mãe) - porque lá vamo comprá mais tera eh.. mil e umas promessa...Só que essas promessa não foi realizada nenhuma... tá , apesar que comprô um poco mais de tera...O dinheiro que nós economizô tinha bastante, muito dinheiro, mais o pai não aproveitô...<sup>87</sup>

O último lugar que nós moramos no Paraná foi Entre Rios do Oeste, lá o pessoal que vendero as tera pro meu pai vieram pro Paraguai e o pai vei para fazê uma visita a essas pessoas e gostô da região eh, dois anos depois a gente seguiu o mesmo caminho vindo para Katueté, Paraguai... Nois tinha lá no Paraná 40 hectares e com o dinheiro que o pai conseguiu deu para comprá inicialmente 100 hectares aqui e depois mais 25 hectares e mais seis lotes urbanos...<sup>88</sup>

Essa estratégia se mostrou muito vantajosa em termos adaptativos, pois propiciava uma estrutura de solidariedade e ajuda mútua indispensável ao enfrentamento e solução dos problemas que se colocavam para os colonos, conforme este breve relato de Ilvo Spielmann:

A gente matava um boizinho, repartia com o vizinho.Um tempo depois o vizinho mata um boizinho devolvvia aquela mesma quantia de carne... Então se vivia mais simples e acabava sobrando mais divisa. E depois com a mecanização as despesas aumentando e tudo mais automatizado só que as despesas cresce e acabava cada dia sobrando menos.

<sup>87</sup> Relato Leoni Kotz, 42 anos – Katueté, 06/05/2007

<sup>88</sup> Relato Ilvo Spielmann, 41 anos – Katueté, maio 2007

Na época do manual sim, troca dia com os vizinho, tipo assim... o pessoal trabalhava tantos dias para ele e depois ele devolvia em dia de trabalho.<sup>89</sup>

Essa postura de arranjo coletivo se dava antes mesmo da escolha da companhia loteadora e da localidade na qual os colonos adquiririam suas terras. Tal iniciativa coletiva proporcionava aos colonos, dentre outras coisas, barganhar valores mais atraentes pelos terrenos e condições facilitadas de pagamento. Incluía ainda o compromisso por parte da loteadora escolhida em prover a futura colônia de algumas benfeitorias e de uma infra-estrutura mínima para a instalação da mesma, como abertura de estradas, construção de escolas e postos de saúde, além, é claro, da garantia de legalidade dos documentos junto ao governo e às instituições oficiais paraguaias.

Se comparado às colônias organizadas pelo IBR, que eram destinadas exclusivamente aos camponeses paraguaios e às colônias espontâneas organizadas pelos pequenos agricultores brasileiros, o estabelecimento dos teuto-brasileiros na região oriental foi ainda mais privilegiado, na medida em que obtinha mais facilmente a titulariedade de seus terrenos, pois possuía recursos prévios originários da venda de suas propriedades no Brasil, cujos valores praticados eram algumas vezes superiores aos existentes no Paraguai.

Isso facultava ao colono quitar mais rapidamente seus débitos e adquirir algumas máquinas e implementos necessários à mecanização das lavouras, além de lhes possibilitar construir com o dinheiro restante suas primeiras edificações. Considerando-se que os preços das terras ofertadas na região da fronteira oriental equivalia na época a 1/6 ou mesmo 1/10 dos preços praticados no oeste do estado do Paraná e que a diferença cambial era mais favorável à moeda brasileira, a possibilidade de adquirir uma propriedade maior na outra margem do rio se tornava mais promissora (Kohlhepp, 1984). Por esses motivos, as condições de adaptabilidade dos colonos teuto-brasileiros e a viabilidade de suas empresas eram muito mais exequíveis do que as de seus consortes nacionais.

Dispondo da titularidade legal das terras e possuindo alguma poupança que lhes assegurasse a quitação de débitos, faziam-se esses colonos adimplentes ante os bancos, o que lhes facilitava a contratação de empréstimos e créditos agrícolas, em especial

---

<sup>89</sup> Relato Ilvo Spielmann, 41 anos – Katueté, maio 2007

junto ao Banco Nacional de Fomento (Kleinpenning, 1987). Somados a isso, a política fiscal do Paraguai e as taxas e impostos cobrados, que eram muito mais baixos e simplificados do que os existentes no Brasil, favoreciam alguns esquemas de triangulação das exportações e da entrada de insumos a preços muito baixos, tornando os custos produtivos no Paraguai muito atraentes para esses produtores.

Contribuiu também para o êxito das colônias o fato de o governo paraguaio ensejar o ingresso desses trabalhadores, pois via neles agentes de modernização da agricultura do país, uma vez que já estavam familiarizados com as técnicas modernas de produção e adaptados às estruturas produtivas de mercado. Por outro lado, algumas elites paraguaias viam com simpatia a migração de eurodescendentes, particularmente de alemães, por considerarem esses elementos tributários de valores culturais superiores e apegados à ética do trabalho (Pebayle, 1994). Essas características se converteram numa forma pragmática e de custo relativamente baixo para o governo paraguaio viabilizar a modernização da agricultura no país, potencializando seu ingresso no rol dos países exportadores de grãos.

A possibilidade de ampliação da propriedade e a acessibilidade às linhas de créditos agrícolas são condição *sine qua non* para a produção de *commodities*, como soja, trigo e mesmo milho. Na década de 1980, algumas cooperativas brasileiras assinalavam, através de seus técnicos e consultores, que a viabilidade e lucratividade dessas culturas exigiam dimensões mínimas, sobretudo para a soja, o que no caso do oeste do Paraná significava áreas com superfícies médias que oscilavam entre 100 e 150ha. Mesmo considerando essa assertiva, os custos de produção e venda no Paraguai equacionavam essa necessidade, considerando-se que o predomínio da produção de soja no país concentrava-se em unidades médias, como mencionamos anteriormente. A conjunção desses fatores possibilitou também a expressiva presença de bancos brasileiros atuando no país, do mesmo modo que algumas cooperativas paranaenses estabeleciam suas sucursais na região, a exemplo da Cotriguaçu, que liderava um consórcio envolvendo oito grandes cooperativas estabelecidas no oeste do Paraná.

A vinculação com as localidades de origem, conforme mencionamos acima, facilitava a atuação dessas cooperativas, que se tornaram particularmente ativas em terras paraguaias, provendo seus associados com assistência técnica, sementes selecionadas, equipamentos, créditos especiais e garantia de preços e escoamento da sua produção (Kolhhepp, 1984), (Kleinpenning, 1987). Tais condições permitiram a esses colonos farmerizados maior liberdade e independência de atuação ante as investidas dos

atravessadores paraguaios, além de não precisarem arcar com o ônus da montagem e organização de uma nova cooperativa.

A predominância dos colonos teuto-brasileiros em algumas localidades, como Katueté e Cruce Guarani, com laços identitários e culturais comuns, é exemplo de arranjos adaptativos bem-sucedidos. O caso dos colonos luteranos do Sínodo de La Plata é exemplar pelo fato de compartilharem práticas e valores semelhantes, o que acabou contribuindo para um sentimento mais duradouro de pertencimento à comunidade, o que se transferia tanto para a esfera do social, através da prática endogâmica, dos arranjos de parentesco e dos laços afetivos e de solidariedade, quanto para a esfera do econômico, que se traduzia pelos vínculos comerciais entre membros da própria comunidade, da ajuda mútua e troca de serviços por trabalho e dos mutirões para prover a comunidade de determinada infra-estrutura e de alguns bens e serviços. De certo modo essas práticas também se aplicavam e se estendiam aos colonos eurodescendentes que professavam outras religiões, como os católicos, os batistas do Missouri, e da Igreja Congregacional, que ao longo dos anos 1980 interegiam de modo ecumênico, através de um conjunto de ações sociais e assistenciais voltadas às necessidades da comunidade. Entretanto, com o passar dos anos, essas ações foram perdendo sua força e motivação original, à medida que as novas denominações pentecostais foram se expandindo na região e a segmentação social se tornava mais nítida.

O apego à criação de certos animais, especialmente voltados à produção de derivados de leite e enchidos de carne (lingüiças, salames, etc.), destinados ao próprio consumo e também para a venda nos mercados regionais, se convertia numa forma adicional de incremento da renda, a qual se somava a uma pequena produção alimentar (menos significativa se comparada à dependência dos camponeses brasileiros e paraguaios em relação a esses gêneros). Essa característica foi muito marcante sobretudo no início da colonização, a exemplo das colônias de Katueté e Nueva Esperanza, como apontado no relato de uma antiga moradora de Katueté:

No início aqui era tudo manual, plantio, colheita, tudo manual. Naquela época era mais difícil, mais duro o trabalho na terra, mais sobrava mais dinheiro. As pessoas tinha mais diversificações. Tinha porco, vaca leiteira, vendia leite nas residência, tinha horta.. Praticamente dependia muito pouco de fazê aquelas compra no mercado. Hoje é um hábito de todo colono comprá as veis até um, dois ovo, uma salsinha, verdura para cima ovo e produtos tudo no mercado.

Naquela época se produzia quase tudo e as comidas era muito mais simples.<sup>90</sup>

Tais características, potencializadas por uma completa integração ao mercado, faziam dos teuto-brasiguaios um grupo mais autônomo e menos dependente das vicissitudes da economia local do que os pequenos agricultores de outras origens. Elas ensejaram, por suas próprias modalidades organizativas, mecanismos mais eficientes de venda e alocação dos seus produtos diretamente junto aos silos das cooperativas ou estabelecendo seus próprios silos, como no caso de alguns produtores de Katueté que também são filiados a Associação de Produtores de Soja e Oleagenosos do Paraguai<sup>91</sup>, garantindo, com isso, preços e condições mais vantajosos de comercialização. Os teuto-brasileiros nem quando dispunham de uma proporção maior de terras férteis demonstravam qualquer inclinação ao incremento da produção de subsistência. Isso resultava da distinta estratégia produtiva desse grupo em se valer de diversificadas fontes de renda, aproveitando-se da produção especializada de algumas *commodities* e dos vários canais de comercialização, além do fato de possuírem uma rica base de subsistência, que os diferia em essência da realidade vivida pelos demais grupos de colonos (Nagel, 1991).

#### **4.9 O estabelecimento do agronegócio, a competição e as disputas pela terra**

O processo de ocupação e colonização da região da fronteira oriental fomentado pelo governo paraguaio atraiu não apenas o interesse das colonizadoras brasileiras, mas também favoreceu o ingresso expressivo de grandes empresas agropecuárias de capital multinacional. Essas empresas, que inicialmente atuavam no setor madeireiro durante o período pioneiro, logo passaram a diversificar seus ramos de atuação, engajando-se na produção de carne, soja e outras culturas comerciais. Seu impacto mais importante se fez sentir pela diminuição gradativa dos postos de trabalho no campo, à medida que áreas de florestas foram sendo abertas, e também pelo acentuado desequilíbrio na

---

<sup>90</sup> Relato Sra. Catarina Wolf Salomon, 68 anos – Katueté, set. 2006

<sup>91</sup> Ilvo Spielmann, sua irmã Gerti Spielmann e seu cunhado são sócios de várias propriedades e juntos possuem com mais oito sócios seu próprio silo em Katueté. Eles participam também da referida Associação, que segundo Ilvo já conta com mais de 400 associados de diversas localidades de Canindeyú e Alto Paraná. Essa mesma família participa também de um clube social denominado “União”, cujos sócios são em sua maioria teutodescendentes, mas também congregam brasileiros de outras origens e paraguaios. Para a maioria da população local esse clube é considerado o clube da elite de Katueté, congregando os maiores comerciantes, os grandes produtores rurais e autoridades públicas locais.

disputa pelas áreas mais férteis, contribuindo, destarte, para o acirramento do problema da concentração fundiária.

O uso de modernos métodos de produção e a prática de formas extensivas de lavouras contribuía para a drástica redução da necessidade de força de trabalho nessas grandes unidades. Um estudo do Comité de Iglesias (1982) sobre a questão fundiária na região entre os anos 1970 e 1980 revelava que o uso de mão-de-obra em áreas já desbravadas por essas grandes companhias equivalia, em média, a um trabalhador para cada 470 hectares. Dadas as dimensões das áreas que elas açambarcavam, o número de trabalhadores empregados era proporcionalmente inexpressivo diante do estoque laboral disponível.

Miranda(1982) lista em sua pesquisa algumas das empresas mais importantes que passaram a atuar na região ao longo das últimas décadas e as dimensões das áreas por elas ocupadas, destacando-se entre as mais importantes a Inter Alia, FINAP S.R.L., com 228.000ha; San Pedro Agro-industrial, com 18.000ha; Agropeco, com 65.000ha; AGRIEX (subsidiária da Gulf and Western), com 54.000ha; CARAPA S. R. L., com 75.000ha, e a Americana S.A., com 100.000ha.

Algumas dessas companhias possuíam também capitais brasileiros, explorando grandes extensões não apenas com culturas mecanizadas e de extrativismo vegetal, mas também com a pecuária de corte. Grandes corporações multinacionais ligadas à agroindústria, tais como a Gulf y Wester, a Brooke Bond Lebibm e a Transatlántico Fiduciario Alemán, também têm comprado grandes extensões de terras na região oriental para produção de soja.

Outra grande companhia, a Florida Peach Corporation, que, segundo Nickson (2005), também investiu pesadamente na aquisição de grandes áreas na RFO (Região da Fronteira Oriental), justificava graficamente a seus acionistas os atrativos oferecidos por essa região aos investimentos estrangeiros nos seguintes termos:

La fertilidade natural del suelo es tan grande que no tendremos que gastar grandes sumas de dinero en fertilizantes, tal como hacemos en Estados Unidos. La productividad de la tierra es mayor que la de otros países productores de soya. Nuestra soya fertilizada en forma natural tendrá un contenido de aceite superior al de la soya producida en otras partes haciéndola de esta forma mas cotizada. El costo del cultivo en el Paraguay es 90% mas barato que la mano de obra agrícola en EEUU (Apud. Nickson, 2005, p. 237)

A produção de soja, que atualmente domina a economia da região oriental, se expressa pelo impressionante aumento da área plantada, que só na década de 1970 cresceu mais de 600%, levando o Paraguai a se tornar o quarto produtor mundial dessa leguminosa (Kohlhepp, 1984).

A ação dessas companhias proporcionou expressivo incremento às exportações de *commodities* paraguaias. Entretanto, a triangulação das atividades de contrabando envolvendo tais produtos acabava drenando parte substancial do ingresso dessas divisas para o Brasil, dadas a permeabilidade e a falta de controle da fronteira entre os dois países (Connolly, Devereux e Cortes, 1995).

A extensão do contrabando de produtos agrícolas e de madeira da região oriental para o Brasil e, no sentido inverso, de produtos industrializados, como máquinas e defensivos agrícolas, é indicativa da frágil integração dessa região com o restante da economia paraguaia.

O comércio de contrabando era tão corriqueiro na região a ponto de algumas localidades terem surgido em decorrência do intenso fluxo desse comércio, conforme o relato de um antigo morador da localidade de Puente Kyjhá, o Sr. Francisco Sarubbi, compilado pela historiadora paraguaia Fernanda Ferliú:

La construcción del puente era imprescindible para el paso de los camiones rolleros o toreros y principalmente, para el contrabando de café, comercio floreciente y rentable que durante muchos años fue práctica común en el lugar. Cuentan que el café brasileño era ingresado por Corpus Christi y Alborada y transportado en camiones hasta Puerto Adela, antes de la habilitación de la Ruta 10.

A la altura del puente kyjhá, las bolsas con la leyenda de Industria Brasileira eran cambiadas por otras con la de Industria Paraguaya, para luego traspasar el producto a otros camiones y enviarlo a las cafetaleras que se encargaban de su exportación a Europa. De ese modo, automáticamente se producía la nacionalización del café. Esta tarea se realizaba a orillas del río donde se construyó el puente aludido. (Apud. Ferliú, 2003, p. 69 – 70)

O volume do comércio por contrabando tem atingido tais proporções que, desde 1977, tem levado o Banco Mundial a realizar cálculos independentes sobre o comércio registrado entre Brasil e Paraguai, a fim de obter um quadro mais realístico dessas transações bilaterais (Banco Mundial. Memorandum Económico sobre el Paraguay, 14 de Junio de 1977).



Prova disso é que as importações brasileiras registradas provenientes do Paraguai eram cinco vezes maiores do que os valores registrados pelas exportações paraguaias destinadas ao Brasil ao longo da segunda metade da década de 1960 e da primeira metade da década de 1970, quando o volume do comércio entre os dois países passou a ter maior expressão e dinamismo, tal como nos mostra o quadro a seguir, proposto por Nickson (2005).

**Tabela 7 - Volume aproximado do contrabando de mercadorias paraguaias para o Brasil**

	<b>(en U\$S milhões)</b>		
	Exportações paraguaias para o Brasil (a)	Importações brasileiras do Paraguai (b)	Contrabando
1967	0.2	1.0	0.8
1968	0.2	0.4	0.2
1969	0.1	0.4	0.3
1970	1.1	1.4	0.3
1971	0.8	2.6	1.8
1973	2.9	23.1	20.2
1974	6.1	35.8	29.7
1975	5.7	29.4	23.7
1967 – 75	17.8	100.3	82.5

Fonte: (a) Estatísticas do Comércio Exterior Paraguaio  
b) Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro

Em certa medida, o poder econômico e a influência política desses grupos compeliram os pequenos e médios proprietários farmerizados a concorrer de modo desvantajoso pela disputa de novas áreas para o plantio. Logo se fez sentir acentuada inversão nos preços das terras, inviabilizando, desse modo, seu acesso aos agricultores mais fracos e restringindo sobremaneira a ampliação das oportunidades a um conjunto cada vez mais limitado de produtores.

Tal como tem ocorrido em outras zonas de colonização pioneira no Brasil e em outros países da América Latina, a fronteira oriental paraguaia tem sido palco de inúmeros relatos sobre disputas e competição pela terra e por vezes expulsão. No caso dos colonos teuto-brasiguaios, tanto em Canindeyú quanto em Alto Paraná, os problemas de conflitos pela posse e propriedade da terra raramente ocorreram abertamente ou assumiram contornos violentos. De certo modo, as situações de violência envolvendo os colonos em Canindeyú foram muito ocasionais e particularizadas, segundo relatos que obtivemos.

Na maioria dos casos, elas se deram de forma velada, envolvendo principalmente os agentes do IBR e especuladores tentando liberar determinadas glebas de ocupantes sem nenhuma titulariedade, cujas terras haviam sido adquiridas por outros colonos. O emprego de capangas das grandes fazendas ocorria quando da necessidade de retomar a posse de determinada área, e os métodos coercitivos, freqüentemente empregados, envolviam desde a destruição da lavoura dos ocupantes até a queima de suas casas. Assassinatos eram infreqüentes na região, segundo esses mesmos relatos, porém agressões físicas por vezes ocorriam.

Grandes empresas e fazendeiros mais influentes valiam-se do seu poder econômico e do seu prestígio junto às autoridades paraguaias para empregar tropas do exército na retomada e no controle de suas terras, o que proporcionava um aparente clima de pacificação na região.

Segundo relato do fazendeiro absenteísta Sr. Arnaldo Oliveira Junior<sup>92</sup>, cujas terras estão localizadas na região noroeste do departamento de Canindeyú, a maioria de seus vizinhos (grandes pecuaristas) nunca foram incomodados pelas autoridades paraguaias, pois gozavam de bom relacionamento com pessoas influentes dentro do Partido Colorado.

Exemplo dessa influência é que os invasores e ocupantes antes existentes naquela região haviam sido removidos no início dos anos 1980 pelas tropas militares, sem a devida autorização prévia da justiça. Para esse informante, a tranqüilidade por ele desfrutada na manutenção de seus interesses no país devia-se ao fato de ele possuir documentação e identidade paraguaia, além de receber consultoria de bons advogados estabelecidos na capital, o que facilitava a diligência de suas demandas e solução de eventuais problemas.

Prova desse relato é que, quando as disputas de terras envolviam os interesses das grandes companhias privadas ou dos grandes latifundiários, o governo paraguaio freqüentemente dava mostras de sua parcialidade em favor dos mais fortes, fazendo vistas grossas à presença de milícias privadas nas zonas de conflito. Nessas circunstâncias, os direitos de ocupação por parte dos pequenos colonos, previstos em lei, eram simplesmente ignorados, independentemente da legitimidade dessas ações.

Por vezes, tanto a polícia quanto o exército se envolviam diretamente nesses episódios, atuando em favor das grandes companhias e expulsando os colonos das áreas

---

<sup>92</sup> Informação prestada em Maringá em 18 de agosto de 2006

contestadas sem nenhuma autorização judicial. Muitos oficiais militares, políticos ligados ao Partido Colorado e funcionários públicos (incluindo juízes) tinham interesses diretos ou indiretos na aquisição ou retenção de terras, não apenas porque isso lhes facultava importante fonte de renda, mas porque lhes assegurava a manutenção do status ou a fonte de poder (Nickson, 1981), (Comité, 1982), (Kleinpenning, 1987).

Tal situação contribuiu também para um crescente mecanismo de segregação entre os diferentes grupos sociais, sobretudo entre os teuto-brasileiros e os demais colonos, que passaram a ver com suspeitas as atividades dos camponeses sem terra brasileiros e seus consortes paraguaios. Temiam que o envolvimento em conflitos de terras pudesse atrair a atenção das autoridades corruptas do país, que freqüentemente encontravam meios lícitos ou ilícitos para extorquir os colonos.

Uma das estratégias que alguns colonos brasileiros e teuto-brasileiros adotaram para se esquivar desses problemas tem sido a de manter-se em consonância com os ditames do partido oficial no poder, e o meio encontrado tem sido a filiação ao Partido Colorado.

Segundo relato de alguns moradores mais antigos de Katueté, esse arranjo propiciou a muitos deles não apenas a obtenção dos documentos de permanência definitivos, mas também a regularização de pendências legais em relação aos títulos de propriedade emitidos pelas companhias colonizadoras. Atualmente, os colonos brasileiros e seus descendentes vêm-se libertando do longo ostracismo que marcou sua participação na vida política paraguaia ao longo das últimas décadas, assumindo paulatinamente uma postura mais ativa e afirmativa. Em algumas localidades da região oriental, particularmente no departamento de Alto Paraná, vereadores e mesmo prefeitos(alcaides) brasileiros ou teuto-brasileiros vêm assumindo tais cargos na administração pública. Em Katueté e La Paloma, por outro lado, mesmo sendo a elite econômica, a atuação política desses colonos continua ainda muito restrita, limitando-se a posições de menor relevância dentro do aparato partidário.

Como conseqüência das disputas e do clima de generalizada desconfiança entre os diferentes grupos, consolidou-se nas áreas urbanas a delimitação de espaços de atuação e de convivência. Em localidades como Katueté, La Paloma e Corpus Christi, esse problema adquiriu contornos mais explícitos, com alguns ramos de atividades sendo de domínio quase exclusivo de determinado grupo étnico ou social. A atuação das elites paraguaias, militares ou civis, contribuiu para a disseminação desse clima de

desconfiança recíproca, o que tem dificultado uma maior integração dos diversos grupos num projeto comum de sociedade.

Excetuando-se os grandes proprietários e empresários do agronegócio, que em geral são absenteeístas, e que gozam de uma situação privilegiada junto ao governo, o relacionamento dos colonos brasileiros com as autoridades e pessoal paraguaio é comumente evitado ou tratado com muita prudência.

Outra questão que permeou alguns relatos obtidos entre colonos teuto-brasiguaios de Katueté diz respeito à prática de algumas companhias colonizadoras em forçar os colonos a pagamentos adicionais pelas terras adquiridas, alegando defasagem nos preços ou a necessidade de regularização de determinados documentos. Muitos desses colonos afirmavam em seus relatos que em localidades como Puente Kyhjá e La Paloma alguns colonos chegaram a pagar duas e até três vezes o valor pela mesma gleba, para garantir a obtenção do título definitivo das referidas terras. Segundo o depoimento do pastor Friedhelm Westermann esses problemas muitas vezes ocorriam devido à desorganização e efetivo controle das empresas loteadoras com relação a seus vendedores e um certo desleixo por parte dos compradores em relação à garantia dos títulos, como podemos observar nesta fala:

O administrador de Guairá tinha um delegado aqui em Katueté e ele tinha três , quatro a cinco vendedores hã... Enton dava pra um vendedor essa área, otro vendedor essa área facurtou um poco de dinheiro e desapareceu...Enton ele non veio mais enton o administrador de Guairá deu esse pedaço para outro vender enton ele foi e vendeu um pedaço e daqui três meses vieram os primeiros compradores... e como né? O segundo perdeu, tem alguns que perderam o dinheiro a entrada de uma, duas, três colônias.. E o que fazia para reverter isso? Não era vendedor autorizado e tudo essas coisas assim, vendero!!<sup>93</sup>

Já o testemunho de outro antigo morador, o Sr. Mário Fontanetti, enfoca outra situação, que comumente envolvia a revenda de alguns lotes. Segundo ele,

O pobrema ocorria porque algun colono revendia seu lote sem ter pagado tudo com a companhia colonizadora. Então quando o novo compradô pedia o título a companhia queria u pagamento atrasado, ajustado...

---

<sup>93</sup> Relato Friedhelm Westermann – Katueté 05/05/2007

Ah... era um picareta que tinha ali, um tar de Francisco Palomo, vixe! Bicho era um espanhorzinho, mais era feróis ele. Ele vendeu muita tera aí, depois saiu um rolo aqui duma tera aqui pro lado da linha São Pedro ali, saiu um rolo dumas colônia aí, quele vendeu pros cara e depois ele vendeu de novo pra otros. Aí deu aquela confusão aí u fazendero o chefe dele tirô ele dali, punhô otro.<sup>94</sup>

Tais relatos, obtidos em Katueté, corroboram as informações sobre práticas semelhantes ocorridas em outras partes da fronteira oriental apontadas pela Conferência Episcopal Paraguaya, publicadas em 1983, e pelos dados do Equipo Nacional de Pastoral Social de 1983 e 1984.

De certo modo, a questão das disputas e da competição pela terra no Paraguai continuará sendo um fenômeno ressurgente, e essa assertiva se justifica pela própria natureza diversa e complexa que envolveu e continua moldando o caráter, sob certos aspectos peculiar, dessa fronteira binacional, pelas razões que seguem: várias categorias de usuários têm tido acesso às terras agricultáveis na região da fronteira oriental, e esses usuários possuem níveis muito distintos de poder econômico, influência política, conhecimento e educação e, por conseguinte, são movidos por concepções muito diferentes de uso e exploração das terras agrícolas. A alta dos preços das terras tem-se dado não apenas em razão da crescente demanda, mas principalmente pelo fato de as terras ainda disponíveis serem cada vez mais escassas e as áreas desbravadas terem um valor muito mais elevado do que as áreas ainda sob cobertura vegetal, cujo acesso tem-se restringido nos últimos anos, devido à pressão das entidades e grupos conservacionistas. Tal problema vem-se acentuando à medida que os grandes grupos agroindustriais vêm adquirindo extensões cada vez maiores para seus projetos econômicos<sup>95</sup> e que, por suposto, desfrutam de grande poder de influência e capacidade de persuasão junto às autoridades paraguaias.

<sup>94</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti, 80 anos – Katueté 02/06/2007.

<sup>95</sup> A trivialidade desse fenômeno tem levado alguns setores importantes da imprensa brasileira a tratar de modo absolutamente natural a expansão desses investimentos no Paraguai, dando a entender a fronteira oriental paraguaia como um prolongamento da economia do país. Numa matéria publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, de 29/11/2005, intitulada “Cooperativa Lar cresce no Paraguai”, esse jornal relata que “o crescimento da produção agrícola paraguaia, principalmente nas regiões de fronteira com o Brasil em razão da presença de colonos brasileiros que foram explorar as terras nos últimos 25 anos - , está fazendo com que empresas brasileiras invistam no país vizinho como extensão natural de suas atividades. A cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira, no extremo oeste paranaense, cidade situada a menos de 60 quilômetros da fronteira, viu seus negócios baseados no Paraguai evoluírem de US\$ 16,7 milhões em 2002 para US\$ 28,4 milhões em 2005, e tem uma previsão deles aumentarem para US\$ 33 milhões em 2006, algo próximo a 10% do seu faturamento, que deve atingir R\$ 950 milhões ano”. Segundo a mesma matéria, o projeto de expansão na fronteira com o Brasil estava em vias de receber o primeiro

O envolvimento do governo com o processo de colonização em relação aos grandes interesses não se dá apenas no sentido de facilitar o acesso à terra, mas também proporcionar a esses grupos, se necessário, poder de dissuasão contra os competidores mais fracos.

Em linhas gerais, a abertura da periferia oriental tem envolvido inúmeros competidores pela terra, e desde o início desse processo as populações indígenas originárias dessa região têm sido as mais vitimadas dentre todos os atores sociais envolvidos, opondo-se em condições assimétricas e desfavoráveis, em defesa de seus territórios e dos recursos originariamente existentes, às investidas de todos os demais grupos.

O gradual desaparecimento das antigas áreas de florestas e o contato direto com elementos da sociedade exterior têm ameaçado e comprometido, de maneira quase irreversível, o tradicional modo de vida dessas populações indígenas, cuja economia esteve ao longo de séculos baseada na caça, na pesca, na coleta e em pequenas lavouras de coivara (Kleinpenning, 1987).

A sobrevivência dos Aché-Guayakí, Mbya Guaraní, Chiripá e Paî-Tavyterã, os quatro grupos de antigos habitantes do oriente paraguaio, vem sofrendo nas últimas décadas séria ameaça de desaparecimento. Os Aché, em particular, que se caracterizam por seu nomadismo, e que conseqüentemente dependem da caça e de áreas de maior abrangência, têm sido as vítimas mais diretas das agressões impostas ao meio ambiente e que coincidentemente pouca ou nenhuma proteção têm recebido do governo paraguaio.

A maioria desses índios vem sendo forçada a abandonar seu modo de vida e as áreas que originariamente ocupavam. Segundo o censo do Instituto Paraguayo del Indígena (1982b), dos 1.000 Aché que ainda permaneciam na região em anos anteriores, restavam pouco mais 377 em 1981, e as perspectivas futuras desse grupo não se mostraram nada alentadoras nos anos que se seguiram (Kohlhepp, 1984).

Já a existência dos Avá Chiripá vem sendo também seriamente ameaçada desde o início da construção da represa de Itaipu, quando 234 famílias tiveram que ser removidas e forçadas a aceitar pequenas compensações, o que não lhes tem garantido a

---

financiamento concedido a uma empresa brasileira localizada num país estrangeiro pelo BNDES, conforme uma intenção anunciada pelo presidente Lula em 2004, e pelo qual seriam repassados R\$ 6,2 milhões destinados à construção de duas estruturas de armazenamento com capacidade de 7,2 mil toneladas cada, com secador agregado.

manutenção do seu antigo modo de vida, nem tampouco proporcionado condições minimamente dignas de sobrevivência.

Hoje, passadas as últimas três décadas de *boom* colonizador, pouco tem restado nos departamentos orientais das antigas florestas subtropicais, consumidas no barulho estridente das motosserras pelo fogo das queimadas e pela ação devastadora dos *bulldozers* (máquinas escavadoras), comprometendo de modo irreversível a existência das populações indígenas remanescentes, que seguem vivendo em míseras colônias a que chamam de reservas, cujas áreas diminutas não lhes garantem a sobrevivência nem tampouco a manutenção futura de suas culturas.

A política de desenvolvimento agrário incentivada pelo governo paraguaio desde Stroessner tem permitido o crescente avanço das diversas formas de agricultura, sobretudo a da grande exploração capitalista, sobre as antigas terras indígenas, inclusive sobre as áreas remanescentes destinadas a essas populações.

Tal situação, acentuada nos últimos anos, tem levado a uma progressiva ruptura com o tradicional modo de vida dessas comunidades e sua conseqüente marginalização social<sup>96</sup>, de tal modo que, hoje, esses povos indígenas se encontram entre os grupos mais pobres da população do país.

O caráter dependente do desenvolvimento dessa região periférica, formada pela justaposição de diversos interesses políticos e econômicos, cujas decisões se fazem sentir a partir do exterior, se ajusta às necessidades da economia brasileira, que não encontra limites para sua expansão. De tal modo que a marcha em direção às terras paraguaias se converteu numa continuação e extensão de suas migrações internas, exportando para a vizinha nação os problemas socioeconômicos de sua periferia, fruto de seu desajustado crescimento demográfico e de sua má distribuição de renda.

---

<sup>96</sup> Um dos reflexos desse problema vem ocorrendo com a imigração de índios guaranis do Paraguai em direção às aldeias guaranis localizadas na região oeste do Paraná. Segundo relato do administrador geral da Funai, Valdemar Ramalho dos Santos, publicado em 19/04/2005 no site da ambientebrasil, “essas famílias estão cruzando a fronteira em busca dos benefícios sociais oferecidos pelo governo brasileiro e que também são usufruídos pelos povos indígenas, como a aposentadoria e o Bolsa-Família”. Em pelo menos três aldeias do estado a população vem sofrendo constantes alterações devido à corrente migratória: Rio das Cobras (em Nova Laranjeiras), Terra Prometida (em Diamante do Oeste) e Ocoy (em São Miguel do Iguazu).

Numa dessas aldeias (Ocoy) o número de famílias cresceu cerca de 30% nos últimos quatro anos, segundo a Funai, o que tem levado esse órgão a restringir a entrada desses índios imigrantes nas aldeias localizadas próximo à fronteira dos dois países. Conforme o pedagogo e representante da Funai na aldeia Rio das Cobras, o índio caingangue Florêncio ReKayg Fernandes, a vinda dos guaranis se deve às condições precárias em que eles vivem no Paraguai. Além disso, a expansão da agricultura paraguaia tem expulsado os índios de suas terras. Com esses problemas, eles optam por vir ao Brasil em busca de uma vida melhor, embora frise Fernandes que a realidade brasileira não é muito diferente da situação do país vizinho. <http://www.ambientebrasil.com.br/agenda>

O choque das duas frentes de expansão tem desencadeado uma crescente expulsão e a pauperização dos colonos paraguaios sem titulariedade, cujas terras têm sido adquiridas por colonos brasileiros, que, por sua vez, já provinham de um intenso processo de marginalização em suas regiões de origem, produto da modernização agrícola e da progressão das monoculturas de exportação.

Segundo Kohlhepp(1984), ao deslocamento dos colonos paraguaios pelos colonos brasileiros, socialmente mais dinâmicos, seguirá a expulsão destes últimos por uma nova onda de médios e grandes empresários brasileiros, dedicados exclusivamente ao cultivo em grande escala de *commodities* como a soja.

A consolidação dessa tendência, calcada no modelo modernizador brasileiro, levará inexoravelmente a um esvaziamento das populações no campo e conseqüente inchamento das novas cidades que surgiram na região da fronteira oriental paraguaia.



## Capítulo V

### Os fronteiros de Katueté

A colônia de Katueté, como outras congêneres surgidas na região oriental no início dos anos 1970, tem-se notabilizado pelo acentuado crescimento econômico e por seus efeitos sobre a formação de novas estruturas sociais, baseadas num intenso processo de diferenciação socioeconômica, cuja implicação imediata tem sido devastadora ao desenvolvimento do campesinato tradicional.

O surgimento de uma pequena burguesia no campo é um fenômeno novo na realidade paraguaia, e em Canindeyú ela se corporificou num considerável número de colonos brasileiros de ascendência alemã, que de modo obstinado se agarram em sua cultura, como alemães, e em sua nacionalidade, como brasileiros (Hay, 1982).

Em contrapartida, a elite paraguaia local permanece controlando os postos-chave da burocracia estatal, enquanto o restante da população, basicamente camponesa, tenta resistir ao avassalador processo de proletarização que vem ocorrendo no meio rural.

Essa nova conformação fez do Paraguai o quinto maior produtor de soja do mundo (Nickson, 1981, 2005), embora tal crescimento não se tenha traduzido por uma maior articulação da economia nacional; ao contrário, ela se expressa por uma forte dependência e vinculação com a economia brasileira. Tal fato se reflete no crescimento econômico acentuadamente desigual entre as regiões da fronteira oriental e os departamentos interioranos do país, o que nos últimos anos tem provocado crescente fluxo migratório de uma zona para outra (Banco Central del Paraguay, 2000).

Essa dependência da região da fronteira oriental em relação ao Brasil deve ser reportada ao processo colonizador do início dos anos 1970, quando o intenso fluxo da produção madeireira abastecia a enorme demanda do mercado brasileiro.

O rápido desmatamento da selva subtropical e sua conversão em área agricultável ofertada a baixos preços impulsionaram os intensos fluxos migratórios de colonos sulistas para essa região, constituindo-se numa variante da moderna expansão da fronteira agrícola brasileira (Laino, 1979).

Até o início dos anos 1980, a região da fronteira oriental competia, em termos de atração das correntes migratórias do Sul do Brasil, com os projetos de colonização da Amazônia legal, alardeados pelo regime militar brasileiro. Segundo Hay (1982), em

meados dos anos 1970 eram freqüentes as incursões de agentes do INCRA na região da fronteira oriental, na qual distribuía folhetos explicativos sobre as vantagens dos projetos de colonização promovidos pelo governo brasileiro no Norte do país e realizavam reuniões com os colonos visando atraí-los para esses novos projetos. Essas iniciativas contribuíram para alimentar novos fluxos de reemigração, sobretudo entre aqueles colonos ditos “mais fracos”, mas também entre aqueles mais ansiosos em ampliar suas terras sob condições mais vantajosas.

Essa expressão “colonos mais fracos”, usual entre os colonos teuto-brasileiros no Paraguai, é utilizada não apenas para caracterizar as condições de vida de determinado produtor e a dimensão de sua propriedade, mas também para designar aquilo que nos termos de Bennett (1980), é conceituado como *management stlye*<sup>97</sup>.

A forma pela qual determinada família opera sua propriedade é um indício importante de como os sucessivos processos de reemigração interferem na moldagem de um sistema agrifamiliar bem-sucedido. Do mesmo modo, os curtos períodos de assentamento em cada região se relacionam com a baixa capacidade adaptativa de determinada família, e por conseguinte impede que os colonos consigam estruturar-se melhor financeiramente, impelindo-os (mas não necessariamente) a reproduzir o mesmo ciclo numa nova fronteira. No caso de Katueté, a maioria dos agricultores “mais fracos” eram aqueles que não haviam constituído uma poupança mínima no Brasil que permitisse instalar-se em condições mais vantajosas na região, alimentando destarte o retorno de alguns desses colonos para o Brasil.

---

<sup>97</sup> Management style é um conceito essencialmente antropológico, na medida em que ele busca perceber o condicionamento administrativo como um empreendimento holístico. Diferentemente dos economistas agrários, que abordam essa questão sob um ponto de vista unitário no qual, considerações econômicas e financeiras são sua maior preocupação, management style / estilo de administração é um amalgama desses mesmos fatores com um conjunto de variáveis que vão de práticas inovadoras, performance econômica, atitudes e práticas relacionadas às incertezas e riscos, até estratégias particulares que equacionam preços e custos, bem como a percepção de futuro e seu relacionamento em relação aos investimentos. E todos esses fatores estão fixados dentro de um saber sobre o meio físico e sobre a disponibilidade de recursos econômicos, que por sua vez são compartilhados pela família e pela comunidade. Destarte, os procedimentos administrativos podem ser julgados como bons, maus, dinâmicos, progressivos, conservadores e assim por diante, do mesmo modo que as condições da empresa agrícola podem ser consideradas como boas, más, bem-estabelecidas ou em estruturação, numa forma de gradação descritiva que dificilmente a visão economicista consegue captar, uma vez que, para esse tipo de análise, essas gradações são passíveis de distorções, enquanto do ponto de vista antropológico essas mesmas distorções são justamente parte do sistema e foco de sua análise. Para uma compreensão mais acurada sobre essas questões, ver Cancian, Frank. Risk and uncertainty in agricultural decision making. In Barlett, Peggy F. (Edited) **Agricultural Decision Making**. Anthropological Contributions to Rural Development. N.Y.City, Academic Press, 1980. Do mesmo volume, ver Bennett, John W. Management Style: A concept and method for the analysis of family-operated agricultural enterprise. Também em Bennett, John W. and Kohl, Seena B. **Settling the Canadian-American West**, 1980 – 1915. Pioneer adaptation and community building. University of Nebraska Press, 1995.

Tal fato contribuiu para a construção de uma visão estereotipada, compartilhada pelo senso comum e pela mídia, acerca do caráter essencialmente explorador dos colonos teuto-brasileiros e dos gaúchos de modo geral, que estão sempre mirando novas fronteiras, numa contínua busca pela terra boa, negligenciando com isso o aspecto primordial do problema, que é a extrema seletividade da moderna agricultura e a pressão que ela exerce sobre o mundo rural.

Entrementes, a manutenção dos vínculos com o Brasil não se explica somente pela proximidade geográfica dessa fronteira, que favoreceu os fluxos migratórios e os intercâmbios comerciais, tampouco pelas facilidades econômicas que propiciaram a expansão da colonização. Em grande medida, ela se deu em razão da persistência dos colonos teuto-brasileiros em manter ativos seus laços com suas antigas comunidades de origem e sua aderência a todas as coisas que diziam respeito ao Brasil.

Essa relação não guarda um sentido meramente de costume, mas uma rejeição consciente de tudo aquilo relacionado às coisas paraguaias. Em linhas gerais, o foco dado a esse grupo particular de imigrantes se deve ao impacto das mudanças econômicas e sociais provocadas pelo seu assentamento na região oriental. Eles constituem, por assim dizer, parte expressiva da pequena burguesia emergente, ligada direta e indiretamente à expansão da moderna agricultura, sendo os agentes principais dessa transformação no campo.

Por outro lado, a emergência de uma nova classe social é um fenômeno recente no universo rurícola paraguaio e ela tem indubitavelmente forte ligação étnica o que adquire especial importância, dado o caráter nacionalista e geopolítico que tradicionalmente envolveu essa fronteira.

Infelizmente, o impacto e a extensão do assentamento desses colonos euro-brasileiros e sua importância no processo de colonização do oriente paraguaio pouca atenção têm recebido por parte de pesquisadores paraguaios e *scholars* estrangeiros, exceção feita a alguns trabalhos como o de Hay (1982) e aos artigos publicados ao longo dos anos 1980 e no início dos anos 1990 por autores como Nickson, Pebayle, Kohlhepp, Fogel, Nagel, Margolis, pelo Comité de Iglesias, e mais recentemente a tese de Souchaud publicada em 2002.

No Brasil, de modo geral, os trabalhos realizados têm centrado seu foco na questão dos brasiguaios e sua construção identitária, como substrato do movimento sem terra que eclodiu no final dos anos 1980 na fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul. Entretanto, esses estudos não buscam estabelecer uma diferenciação mais

abrangente sobre a diversidade etno-cultural, social e econômica dos migrantes brasileiros que se estabeleceram na região da fronteira oriental, como é o caso dos teuto-brasileiros em questão.

Exemplos dessa lacuna podem ser constatados através da elaboração cartográfica feita por Sprandel (2006), envolvendo diversos relatórios, dissertações, teses e artigos produzidos e publicados desde os anos 1990 até o presente, os quais abordam a temática da presença brasileira no Paraguai. Nesses trabalhos, os teuto-brasileiros, como as demais culturas hifenizadas (italianos, poloneses e russos), que em menor número também se estabeleceram na região, ou são tratados indistintamente sob o mesmo manto da expressão “brasiguaios”, ou são vistos a partir de uma construção midiática na qual a presença dos agricultores brasileiros naquele país, “vitimados pelas injustiças e vicissitudes da sociedade paraguaia”, é percebida como unidade de análise, seja como “questão brasiguaiia” ou como “problema brasiguaiio”, perdendo-se com isso o sentido de permanência e consolidação das comunidades que ali se formaram.

### **5.1 O surgimento da colônia**

A história da colônia de Katueté começou em 1971, quando um próspero empresário de terras de São Paulo, chamado Jaime Watt Longo, contestava uma decisão da corte paraguaia em Assunção sobre uma vasta área remanescente de um antigo ervatal pertencente à LIPSA (La Industrial Paraguaya S/A), que havia sido expropriada pelo IBR. Jaime Longo, em sua contestação, alegava ter recebido as ditas terras como parte da herança de sua esposa, Olga Lunardelli, filha do famoso cafeicultor brasileiro Geremías Lunardelli, o qual as havia comprado da LIPSA no início dos anos 1950. Já o IBR, por sua vez, alegava que o processo de expropriação também ocorrera na mesma época da aquisição das ditas terras por Jaime Longo. Para ver resolvida essa contenda, o empresário brasileiro se valeu dos serviços e da influência de seus advogados paraguaios, que gozavam de grande prestígio junto às cortes do país. Ao perceber que o caso corria a seu favor, ele se reportou a seu advogado paraguaio Alejandro Encina Marín, que falava fluentemente guarani, perguntando-lhe como se dizia nessa língua *tiene que salir* e o homem lhe respondeu que a expressão idiomática mais próxima na língua nativa era “katueté”. Quando o litígio foi resolvido a seu favor, Jaime Longo

prontamente pôs-se a organizar uma nova colônia naquela região, à qual denominou Katueté.<sup>98</sup>

O relato do Sr. José Branco, antigo funcionário da companhia de colonização pertencente a Jaime Longo, que havia mudado para o Paraguai no final de 1971, vindo de São Pedro do Ivaí, no Paraná, para auxiliar nos trabalhos de medição dos lotes, corrobora essas informações. Segundo ele,

O advogado do Sr. Longo era o Dr. Encina Marín e foi ele que disse pro Jaime Longo que Katueté seria assim um negócio certo, um negócio positivo.

A gleba foi adquirida da Industrial Paraguaya há muitos anos pelo Geremias Lunardelli.

Essa área aqui é uma área de muitos alqueire. O Jaime Longo depois ficô, ficô como uma herança dele, uma parte da gleba. Outras parte eles tinha vendido antes, como Puente Kyhá. Aqui pega essa gleba aqui sai na linha internacional. Sai na frontera.. La Paloma tava fora, Puente Kyhá tava na área deles aqui.<sup>99</sup>

Como Jaime Longo conhecia de longa data a experiência colonizadora no norte do Paraná, realizada pela companhia inglesa CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da London-based Paraná Plantation Ltd), durante a primeira metade do século XX, ele buscou aplicar o modelo científico de colonização concebido por Lord Lovat<sup>100</sup>, diretor da referida companhia, em seu novo investimento. Para tanto, ele dividiu a colônia em lotes familiares de tamanho médio dispostos de modo retangular, cuidando para que cada lote tivesse acesso a recursos hídricos e a estradas (Hay, 1982),

<sup>98</sup> Uma outra versão dessa história foi copilada pela escritora paraguaia Fernanda Feliú através do depoimento de um médico boliviano que se estabeleceu em Katueté no início dos anos 1970, segundo o qual “en cierta ocasión – corría el año 1969 – Jaime Longo pidió al Dr. Encina Marin que lo acompañara para elegir un lugar alto y plano, apropiado para erigir el outro centro urbano, dentro de la gleba 8. En determinado momento, al encontrar una alta planicie, Watt Longo estalló en alborozo y paró la comitiva diciendo con insistencia que ese era el sitio ideal; su acompañante le respondió: “Katueté- Voí..., Don Jaime”. Sorprendido por la dulce y a la vez firme expresión guarani, Watt Longo preguntó su significado, a lo que Encina respondió: Katueté significa “ Sin falta... Seguro”! Jaime Longo respondió lleno de entusiasmo: “Gostei, vai-se chamar Katueté.( Me gustó, se va a llamar Katueté).

<sup>99</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos - Katueté, 05 maio 2007

<sup>100</sup> Lord Lovat desembarcou no Brasil em 1923 a convite do presidente da República Arthur Bernardes, juntamente com Lord Edwin S. Montagu, secretário financeiro do tesouro Inglês, Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Banking, e Hartley Withers, então diretor do The Economist, que juntos faziam parte da Missão Montagu, cujo objetivo era estudar a possibilidade e potencialidade de investimento no Brasil. Na época Lord Lovat era o presidente da Sudan Cotton Plantations Syndicaty e tinha larga experiência em projetos de colonização naquela região da África. De certo modo o sucesso do empreendimento inglês em terras norte-paranaenses decorreu de sua exitosa biografia e do apurado senso de oportunidade. Para uma síntese da atuação da Companhia Norte de Terras do Paraná, ver: Nicholls, William. A Fronteira agrícola na História recente do Brasil. O Estado do Paraná, 1920-1965. Revista Brasileira de Economia, v. 24, n. 4, 1970., também Margolis, Máxime L. The moving frontier: Social and economic change in a southern brazilian Community. Gainesville: University of Florida Press, 1973. p. 19-23.

tal como prescrito no modelo texano aplicado pela CNTP no norte do Paraná, que objetivava aquilo que Lord Lovat considerava como uma colônia auto-sustentada.

Esse modelo também era provido de um plano de cidade racionalmente esquematizado, no qual o centro de cada colônia seria circundado por pequenas parcelas de terras com três hectares em média, na forma de chácaras, destinadas a produção de alimentos para a população urbana. Comparando-se o mapa original de Katueté, concebido por Jaime Longo, numa área de pouco mais de 18.000 hectares, com fotografias aéreas recentemente tiradas, podemos constatar a aplicação dessa mesma lógica.



**Foto 3.** Vista aérea de Katueté, 1999.

As propriedades rurais foram em sua maioria divididas em parcelas retangulares, que oscilavam entre 10 e 25 alqueires paulistas (1 alqueire equivalendo a 2,4 hectares). Cada parcela fazia frente com uma pequena estrada que seguia pelo espigão daquelas terras baixas, enquanto os fundos das propriedades ficavam no declive dos terrenos, que geralmente dispunham ao menos de um fluxo intermitente de água. O quadro descrito pelo Sr. José Branco é elucidativo da ordenação adotada tanto em Katueté como na colônia Alvorada, loteada pela mesma companhia:

Todos os lotes dava frente pra estrada e o fundo pegando água. Inclusive saiu uns lotes assim, meio cumprido, como se diz, meio estreito e mais cumprido. No Alvorada saiu um loteamento bem melhor porque lá era tudo os perímetro, várias água assim... que... pôde localizá, as estradinha né dos espigão, as estrada mestra, depois as estradinha pra depois o loteamento das colônia.

De frente mais o menos tudo tinha em média 150 metro, 200 metro. Foro tudo retangular assim... de fundo em torno de 1.500 metro,

alguns saía paralelo. Alguns conforme pegava nas estrada, pegava na água embaixo.<sup>101</sup>

Esse sistema de divisão dos lotes é particularmente notável se comparado ao procedimento adotado pelo IBR na divisão dos seus assentamentos, nos quais adotou-se um desenho de linhas retas dentro de uma mesma área. Nelas, cada lote obedecia um único padrão, com contornos de 90 graus cada, como se a superfície dos terrenos fosse sempre plana e indiferenciada, o que na prática acarretava inúmeros problemas estruturais, que acabavam inviabilizando tais assentamentos.

A disposição do núcleo urbano de Katueté foi concebida, principalmente, em razão do traçado da rodovia, que do ponto de vista topográfico é bastante uniforme, estendendo-se sobre ela todo o centro da cidade. Essa localização é estratégica em relação à área rural da colônia, cuja produção é destinada aos grandes silos construídos ao longo da rodovia nas adjacências da cidade.

A maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços situa-se às margens da rodovia, em duas ruas paralelas à estrada ou em suas travessas, não distando mais que 100 a 150 metros do eixo principal, e nos dias úteis costumam ter um movimento intenso de pessoas e veículos. Até bem pouco tempo, apenas a rodovia era pavimentada, o que tornava o fluxo urbano um confuso e anacrônico movimento de pessoas, veículos, carroças de tração animal e bicicletas. Nos dias secos a cidade era envolta por uma asfixiante nuvem de poeira avermelhada, que imprimia uma coloração única às construções existentes; durante a estação chuvosa ficava mergulhada num imenso lamaçal escorregadio, o que obrigava a maioria dos comerciantes a espalhar pelo chão de seus estabelecimentos uma espessa camada de serragem para minimizar a sujeira da lama trazida pelos calçados dos fregueses.

Essas impressões estão ainda muito presentes na memória coletiva e nas conversas mais freqüentes nas rodas dos bares e em encontros casuais, que sempre acabam recaindo na questão do tempo. Isso é bastante compreensível, não apenas por se tratar de uma comunidade economicamente dependente da agricultura, mas pelo fato de que até bem pouco tempo atrás a rodovia que liga a região com a fronteira do Brasil e com o restante do país não era pavimentada o que durante as estações chuvosas deixava a população praticamente isolada.

---

<sup>101</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos - Katueté, 05 maio 2007

A Ruta X (dez), como hoje é conhecida a rodovia que liga Canindeyú aos departamentos centrais e à capital, era interditada quando ocorria uma precipitação mais intensa, e apenas em situações mais graves, como no caso de um problema de saúde, que só poderia ser tratado em cidades do Brasil, como Guaira ou Umuarama, é que a passagem era permitida. Segundo os relatos do Sr. Cláudio Hobold e do Sr. Mario Fontanetti, várias barreiras eram montadas ao longo da estrada e somente nos casos acima mencionados era permitido trafegar.

Antes era tudo chão.. chovia num passava ninguém, Chegava passá quinze dias que não passava um carro. Dez dia, quinze dia que não passava ninguém né..

- E o abastecimento da colônia como ficava?  
Quem tinha tinha o que tinha nois comia ..<sup>102</sup>

Tinha uma bertinha no kilômetro 5, depois tinha uma bertinha no 12 de Julio, depois tinha mais uma bertinha na Figueira, aberta era moradia...

Paloma tudo dois, três ranchinho, quatro, Ponte Kirá, também posei em Ponte Kirá mais do que uma veis, porcaso de chuva, chuvia eles trancava a estrada. Tinha um pau lá..Tinha um guarda. Só passava por doença..

Cavalo passava, cavalo sim, passava até por trais, carinho de pneu, mais caminhão, caro não passava non, só se tivesse com doente aí eles deixava...<sup>103</sup>

Como muitos colonos recorriam à assistência médica no Paraná, pois em Katueté só havia um único médico, que não tinha meios para atender casos mais complexos ou de maior gravidade, os problemas acabavam se agravando nessas épocas de chuva, quando a estrada tinha que ser fechada para se evitar sua completa destruição:

Pobrema de saúde nois tratava tudo em Palotina.

Quando chovia a gente ficava por lá...

Pra i tinha portão né. .. tando doente passava.

Trancava a estrada, fechava, que não tinha quem arrumava a estrada..

Aí não tinha motoniveradora. Aí chovia trancava, não passava ninguém...

Nada não passava carro nem...Se tinha pobrema pra lá ficava pra lá se tinha pra cá fica pra cá.. não tem nada.. Foi tempo assim. Éhh isolamento..

- Mais daí dava um pobreminha o cê se tinha em dois passava igual, não tinha pobrema..<sup>104</sup>

<sup>102</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold, 64 anos - Katueté, 07 maio 2007

<sup>103</sup> Relato Sr.Mário Fontanetti, 80 anos – Katueté, 02/06/2007

<sup>104</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold – 64 anos - Katueté, 07 maio 2007



Apesar do cuidado e do capricho que os colonos teuto-brasileiros de Katueté costumam ter com os jardins na frente de suas moradias e mesmo com a fachada de seus estabelecimentos, é difícil perceber algum charme nessa localidade, cuja terra avermelhada imprime sempre um aspecto de sujeira à cidade, tal qual ocorria no norte-paranaense no início dos anos 1950 e 1960. Atualmente, com a implementação de algumas melhorias urbanas, com a pavimentação de algumas ruas e calçadas, com a instalação de iluminação pública e com o crescimento dos ipês e de outras árvores, a cidade vai deixando para trás sua aparência de *western* e vai assumindo contornos de uma verdadeira urbe.

Katueté tem dois distritos (companhias, que são uma forma de subdivisão administrativa bastante freqüente no interior do Paraguai) subordinados ao município e que distam seis quilômetros do centro em sentidos opostos: La Bolsa e Fazenda Paloma. Em 1974, a empresa colonizadora iniciou a venda dos primeiros lotes, a um preço de 2.800 guaranis o hectare, em torno de US\$ 21,50, num total de 175 unidades rurais, com dimensões que variavam em média entre 30 e 50 hectares, que cobriam 60% das terras.

Os lotes restantes permaneceram nas mãos da empresa colonizadora e foram posteriormente vendidos, alguns com dimensões maiores que duzentos hectares. Essas extensões maiores acabaram se convertendo em miniprojetos de colonização à medida que os preços das terras iam subindo, e tal processo ocorreu muito rapidamente, em razão da intensa procura por esses terrenos muito férteis e propícios à mecanização. A rapidez com que os lotes foram vendidos é testemunhada pela fala do Sr. Cláudio Hubold, que, nascido em Tubarão – SC, migrou para o Paraguai em 1973, vindo de Palotina – PR, onde possuía uma serraria. Sua vinda foi motivada por um infortúnio pessoal, quando sua serraria foi perdida num incêndio. Em Katueté ele montou um pequeno restaurante mesclado com pensão, onde servia refeições e dava abrigo a uma crescente clientela de colonos e negociantes interessados em estabelecer negócios na região.

Eu botei um restaurante... Ali onde tá o clube era meu, tinha um restaurante, um hotelzinho né. Naquele tempo só tinha cinco, seis moradores aí... Aí daí começou a colonizadora, o pessoal entrando né, comprá terra e daí fui servindo comida, carne de animal, porque de

---

gado não tinha. Matava uns porco do mato, cateto, viado e servia o povo.

No começo foi muito rápido. Começô vim os colonos constuir. Um atrás do outro e então já tinha em dois três meses, já tinha cem pessoas assim... era construção, o colono vinha e agradava, comprava lote ehhe, comprava terra e já construía em cima. Foi rapidinho, foi muito rápido.<sup>105</sup>

O Sr. Hobold também trabalhou como corretor para a empresa de colonização, juntamente com o Sr. José Branco, o que o incentivou mais tarde a também adquirir um pequeno sítio nos arredores de Katueté, onde trabalhou até alguns anos atrás. Sobre sua atuação como corretor, ele enfatizava a grande demanda por essas terras e a procura por parte dos colonos, vindos, sobretudo, da região sudoeste do Paraná, atraídos pelos preços e pelas condições de financiamento proporcionadas pela colonizadora, e também pela facilidade em contrair empréstimos junto ao Banco de Fomento Paraguaio para o destocamento, o plantio e às vezes para o custeio das lavouras:

E daí comecei a trabalhá com a colonizadora de corretor, então vendemo o Alvorada. Aqui também foi vendido, ajudei vendê e depois vendemo o Alvorada, eu e o José Branco. Num ano vendemo 6 mil hectare colonizado. Aí tinha lote de 10, de 25 hectare, de 50 hectare, de 500 hectare. Eu vendi uma linha lá, linha São Camilo pro povo de Palotina, tudo em só uma linha lá, mil e quinhentos hectare pro pessoal do São Camilo.

O povo de Palotina veio pra cá com tudo.. viero com maquinário pra destocá. Aí o banco financiô, o banco financiô todo mundo .. Queria desenvolvê né.

Tendo título pegava dinheiro barato... Na época 1000.000 de Guarani. Nois tirava do banco, paguei uns 1.200.000, 200 de juro, mas três, quatro anos... não dá nem pra fazê a conta um milhão de guarani, na época 1.200.000 que nós tiremo do banco. Dava pra destocá uns 10 alqueire e ainda sobrava muito dinheiro.<sup>106</sup>

As condições facilitadas pela companhia favoreceram a vinda de muitos colonos para Katueté, como nos reportamos em capítulo anterior. Muitos traziam recursos próprios, com a venda de suas propriedades no Paraná, que em razão da diferença de preços propiciavam a aquisição de lotes bem maiores no Paraguai. Muitas das pessoas com as quais conversei referiam-se às dimensões dos lotes adquiridos na região em

<sup>105</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold – 64 anos - Katueté, 07 maio 2007

<sup>106</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold – 64 anos - Katueté, 07 maio 2007

alqueire, medida comum no Sudeste e no Centro-oeste do Brasil, equivalente a 24.000 metros quadrados, apesar de os títulos de propriedade constarem em hectare.

Tal aspecto é elucidativo de que, para a grande maioria dos colonos, a migração para a região significou a ampliação dos seus imóveis. Essa condição de aporte inicial trazida pelos colonos, somada a experiência que possuíam com culturas comerciais, fez com que a companhia colonizadora voltasse sua atenção para esses agricultores, encaminhando seus vendedores para as localidades situadas no oeste do Paraná, como nos dá conta este relato do Sr. José Branco:

Não tinha propaganda, propaganda era só o carro do corretor, que tinha uma kombi né. E daquela kombi tava grudado Katueté, colônia Katueté – Paraguai e tal..E ele ia pra Rondon, ia pra Toledo buscá gente né, buscá pessoal que queria vê as terra.

A procura do pessoal daqui era pouco, tinha algum que queria área maior. Eu vendi área grande assim.. pro nacional... Os colono assim comprava mais sitio, uma, duas, três colônia, alguns também comprava lote urbano pra montá algun comércio, era assim, vinha mais de Maripá, Entrerios, de Toledo...<sup>107</sup>

As condições favoráveis para aquisição de terras oferecidas pela companhia também são enfocadas em outros relatos que obtivemos, como este do pastor Friedhelm Westermann, prestado em 2007:

A companhia em geral vendia os lotes em 3 vezes, um entrada, depois um ano depois e a segunda parcela na primeira safra e a terceira no ano seguinte. Quando algum colono não podia eles renegociavam. Os títulos saíam logo com a quitação, às vezes eram prorrogados quando os colonos necessitavam de um maior parcelamento.<sup>108</sup>

Problemas com titularidade às vezes ocorriam , mas não por culpa da colonizadora, segundo Westermann, pois alguns colonos revendiam seus lotes ou sítios sem terem efetuado a quitação dos débitos com a companhia. Então, quando o novo comprador requeria o título da propriedade, a companhia exigia o pagamento reajustado dos débitos pendentes:

---

<sup>107</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos - Katueté, 05 maio 2007

<sup>108</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05 maio 2007

Nesse sentido muitos brasileiros era muito relaxado. Muitos son relaxados, faz a compra, dá entrada e depois aparece dali a dez anos e paga o resto e não mais no nome dele..

Sim nesse lá em Cascavel apreceu lá um nordestino depois de 20 anos e Cascavel tinha feito plaza de todo o lote dele, aí ele recuperô, porque tinha pagado tudo à companhia, isso é um exemplo..

Um pedaço de caixa de Monroe, caixa de cigarro, naquele tempo Monroe falsificado chamava. Enton tinha essa caixa de vinte , enton abriram lá e atrás tinha feito contrato de um homem que veio de o Rio Grande e comprô vinte e cinco hectares de tera, isso era documento. E depois ninguém reconhecia ... Taí lá o meu contrato!... São muito ingeno...<sup>109</sup>

Por volta de 1977, o preço do hectare em Katueté havia se elevado para 7.200 guaranis (US\$ 55,00). Nessa mesma época, as terras da colônia vizinha, Alvorada, que também pertenciam ao empresário Jaime Longo, começaram a ser vendidas. Como em outras localidades congêneres da região oriental, a grande demanda por madeiras-de-lei contribuiu para o incremento dos negócios com terras, envolvendo indiscriminadamente tanto as pequenas como as grandes propriedades, e que foram para muitos pioneiros a melhor oportunidade de ganhos rápidos.

Na região de Puente Kyhjá, Katueté e Troncal Cuatro( hoje Nueva Esperanza), várias serrarias se estabeleceram, algumas de maior porte, como no caso da fazenda Espanha, e que exploravam grandes extensões das quais retiravam somente as madeiras-de-lei.

Os relatos dos senhores Oswaldo Spielmann e José Branco são reveladores das condições e do volume operado por algumas dessas serrarias:

A seraria lá da fazenda Espanha era muito grande, ele tinha até uma frota de careta Scania.. Eles fornecia as casas de moradia pros peão que era tudo vindo do Brasil. Lá tinha comedor onde os peão comia e era rígido, o peão que não obedecia era rua..

Era a seraria do Zé Lopez. Lá tinha madeira pra admirá. Lá tinha monte de tora na altura dá.. que a caregadera conseguia erguê em cima da outra. Todas as espéce classificada... esse.

Tinha amorera, outra cajerana, outra era loro, tinha ipê. Mais madeira de primera categoria. Tirô até acabá.

Depois ele formô fazenda de gado, até passaro semente de colonhão de avion.<sup>110</sup>

<sup>109</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05 maio 2007

<sup>110</sup> Relato Sr. Oswaldo Spielmann, 79 anos – Katueté, 02/06/2007.

Serraria tinha, serraria particular. Tinha três, tinha três serraria, duas aqui na vila e outra lá fora.

Tinha peroba, marfim. Depois da abertura em diante, porque no início nenhum dessas madeira era aproveitada. Não tinha comércio.. 1970, 72, 74 tinha um compradô, que procurava só cedro e ipê. Mas essas outras madeira branca não. Essa madeira assim queimava, cada madeira bonita, marfim... Na derrubada não era aproveitada, não tinha compradô.

Depois que veio essas serraria, começô serrando madeira, mais eles não venciam. A turma derrubava bastante e tal...<sup>111</sup>

Muitos moradores de Katueté e região obtiveram bons ganhos com a venda de madeira para as serrarias, outros conseguiram amortizar os custos com a aquisição de suas terras retirando e rapidamente vendendo as melhores toras. Como naquela época vivia-se o *boom* dos preços internacionais da soja, os colonos impuseram um ritmo alucinado de limpeza e preparo dos terrenos, o que resultou, num curtíssimo período de tempo, no desaparecimento quase que por completo da antiga cobertura florestal. Esse imediatismo fez com que expressiva quantidade de madeiras comerciais e seu potencial lucro fossem simplesmente desperdiçados. Essa incrível riqueza foi sendo perdida em razão do corte indiscriminado das árvores, num total desprezo por quaisquer mecanismos racionais de manejo, e em grande medida elas acabaram sendo consumidas pelo fogo das queimadas.

A economia de Katueté estaria assim, desde o início, baseada no cultivo da soja como principal produto agrícola e o próprio arranjo das propriedades obedecia essa tendência, tal como ironizava o pastor da igreja Luterana local e diretor da escola agrícola de Katueté, acerca da obsessão dos colonos pelo cultivo da “soja, soja y mas soja” . Ao longo de muitos anos o pastor Friedhelm Westermann alertava os colonos sobre os riscos de aplicar o pequeno capital de que dispunham nesse tipo de monocultura, mas, ao que tudo indica, suas pregações se perderam no vazio, apesar das inúmeras evidências a seu favor.

Na escola agrícola de Katueté eram enfatizadas a horticultura e a criação de pequenos animais para atender as necessidades básicas dos agricultores, orientando-se também para a diversificação de cultivos e o uso criativo de fontes alternativas de energia.

---

<sup>111</sup> Relato Sr. José Branco, 70 anos – Katueté, 27/06/2007

Em Katueté e região a uniformidade topográfica e a presença de solos profundos mostravam-se bastante adequadas a utilização intensa de maquinaria e à implementação de monoculturas, cujos preços, como já nos reportamos, encontravam-se em níveis elevados à época, o que se constituiu num grande atrativo ou, como diziam alguns antigos moradores, uma “verdadeira febre”, que envolveu toda a colônia.

Logo após a abertura das glebas e limpeza dos terrenos, as primeiras lavouras eram voltadas para culturas de subsistência, que dividiam a atenção dos colonos com o cultivo da menta. O cultivo dessa planta propiciava bons ganhos aos colonos, sendo ela muito produtiva nos primeiros anos, quando os solos eram novos e ainda possuíam grande concentração de matéria orgânica da antiga floresta. Por exigir muita mão-de-obra, os colonos contratavam meeiros nortistas para o cultivo e destoca dos terrenos, o que levava em média de dois a quatro anos; porém, quando os serviços com máquinas pesadas se tornaram disponíveis na colônia, essa prática foi sendo abandonada e o cultivo da soja passou a ser aplicado quase que imediatamente após a abertura dos terrenos.

A vinda de novos colonos era intensa e isso se refletia nas filas que se formavam em Salto del Guairá no escritório de emigração e no fluxo constante de caminhões trazendo a mudança dos colonos isso fez com que a parte rural da colônia se desenvolvesse muito mais rapidamente do que o núcleo urbano, que nos primeiros anos se resumia nas poucas e dispersas construções existentes naquilo que seria hoje o centro da cidade.

O depoimento do Sr. Lécio Soder, que também migrou de Palotina para Katueté juntamente com seus pais e irmãos, nos dá uma idéia dessa efervescência inicial que moveu a região.

Veio eu e meu pai né e meu irmão ehh começamo a abri ali. Enton chegava na frontera ali no caso e tinha o Departamento de Migraciones que diziam né, fazê documentação né, Então primera coisa foi chegá ali, encaminhamo a documentação e veio, porque naquela época tinha fila né, filas e filas pra fazê documentação. Vixe!! era um movimento tremendo viu, era coisa de loco, coisa de loco... mudança quando se trabalhava na bera da estrada principal ali em cima era sete, oito caminhão por dia de mudança que entrava ali... Era uma coisa assim fantástica.

A gente atravessava assim por balsa de Mundo Novo.

A família veio seis meis depois, no mesmo ano veio o resto da mudança com o resto da família no caso né...

Nois ficamo num barraquinho de coqueiro, de lasca de coqueiro, baraco de chão batido...

Meu pai veio com a mãe pra vê, gostaro e daí vimo pra cá e ficamo...<sup>112</sup>

Essa efervescência acabou atraindo não apenas agricultores, mas também comerciantes e pessoas ligadas a outras ocupações que foram atraídas pelas notícias sobre a potencialidade da região e pela crescente demanda por bens e serviços. Apesar de a maioria da população ser oriunda do meio rural, alguns colonos se lançaram às atividades urbanas, abrindo um pequeno restaurante, um pequeno hotel ou pensão ou mesmo uma venda, onde se oferecia uma diversidade de produtos. A crescente demanda por esses serviços garantiu a sobrevivência de muitas dessas empresas, a despeito da falta de tino empresarial de muitos desses pequenos comerciantes. Prova é que muitos desses estabelecimentos acabaram fracassando com o tempo, principalmente durante as épocas de seca prolongada, como aquelas ocorridas em 1978 e entre 1980 e 1981, quando a região conheceu uma abrupta retração econômica. Os senhores Hobold, Schemmer e Baez<sup>113</sup> foram os pioneiros nessas atividades, e alcançaram certa prosperidade até meados dos anos 1990, quando foram sendo superados pelo dinamismo dos novos empreendedores, mais propensos às inovações tecnológicas e a uma gestão mais agressiva nos negócios<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> Relato Sr. Lécio Soder, 51 anos – Katueté, 03/06/2007. Como muitos colonos teuto-brasileiros assentados no Paraguai, a família do Sr. Soder provinha originalmente de Santa Catarina. Por volta de 1961 seus pais migraram para o oeste do Paraná, na região de Palotina, onde adquiriram cinco alqueires de terras. Nessa propriedade eles cultivavam principalmente soja e criavam porcos. Em 1972 eles decidiram migrar para Katueté, em razão do que se noticiava à época, terras férteis e baratas. Com a venda do pequeno sítio eles puderam comprar 30 alqueires no Paraguai (aproximadamente 72 hectares) e trazer toda a mudança do Brasil. Os três filhos do Sr. Soder são todos nascidos e registrados no país, embora eles mesmos aleguem se sentirem mais brasileiros que paraguaios.

<sup>113</sup> O Sr Hobold era proprietário de um pequeno hotel e restaurante no centro da cidade, que segundo ele era muito movimentado. Nos anos 1980 ele passou a se dedicar também à agricultura e piscicultura num sítio que adquiriu próximo à cidade, mas devido a problemas de saúde, acabou abandonando o negócio. Já o Sr. Schemer, que hoje é falecido, foi proprietário de um bar e churrascaria muito popular em Katueté, que nos anos 1980 congregava toda a população da cidade, indistintamente; era o único local que na época reunia paraguaios, teuto-brasileiros e brasileiros, como enfatizava James Hay em suas andanças pela região. O Sr. Baez foi o primeiro comerciante paraguaio a se estabelecer em Katueté. Proveniente de uma típica cidade paraguaia do interior, Vila Rica, ele foi durante muitos anos o comerciante mais próspero de toda a região, atuando no comércio varejista e como *acopiador*, comprando e financiando a produção de muitos colonos, fornecendo sementes e ferramentas e o escoamento da safra.

<sup>114</sup> Um exemplo desse perfil empresarial em Katueté e região pode ser corporificado na figura do Celito Cobalchini, cuja família, de ascendência italiana se estabeleceu em Cruce Guarani no início dos anos 1970. Eles foram pioneiros na mecanização da lavoura e com suas máquinas prestavam serviços de destoca e colheita aos demais colonos. Essa atividade lhes proporcionou uma rápida expansão dos negócios, o que lhes permitiu diversificar suas atividades tanto no ramo agropecuário quanto no comércio. Celito é hoje um dos empresários mais bem-sucedidos de toda a região, sendo também presidente da Regional Canindeyú da Asociación Rural del Paraguay. Outro exemplo é o dos irmãos Spielmann, que de médios proprietários foram se estabelecendo no comércio varejista, e hoje possuem o maior e mais bem-equipado supermercado da região. A estratégia dessa família consistiu numa divisão integrada de atividades; parte dos filhos se dedicava à lavoura e à criação de animais e a outra ao

## 5.2 O perfil dos imigrantes e as agruras dos primeiros tempos

Dentre os três grupos predominantes na região da zona alta de Canindeyú, onde hoje se localizam as cidades de La Paloma, Puente Kyjhá, Katueté, Cruce Guarani, Nueva Esperanza e Corpus Christi, os brasileiros eurodescendentes são os mais numerosos, sobrepondo de modo expressivo a população paraguaia e a brasileira.

Evidentemente, embora apresentem certas características culturais comuns e tenham um histórico de reemigrações sucessivas semelhante, esse grupo não pode ser visto como um todo homogêneo. Como já havíamos mencionado as condições de assentamento e dos arranjos familiares eram bastante diversas, embora, as agruras iniciais tenham acometido a todos de modo indistinto. A necessidade de enfrentamento e superação dessas dificuldades, somada ao total desamparo oficial por parte do governo paraguaio, condicionou nos primeiros tempos mecanismos de solidariedade e de ajuda mútua entre os colonos e que em Katueté acabaram se sobrepondo às barreiras etno-culturais existentes. Entretanto, essa solidariedade e o sentimento de pertencimento à comunidade começaram a se transformar prematuramente, à medida que a diferenciação socioeconômica entre os colonos se estabelecia, e tal diferenciação foi impulsionada pela seletividade decorrente da adoção, muitas vezes incalculada, das monoculturas comerciais e do seu pacote modernizador.

Muitos dos relatos que colhemos guardam um sentimento de nostalgia em relação aos primeiros tempos da colônia, quando as relações interpessoais eram mais diretas e simples e o distanciamento entre os mais afortunados e os humildes menos evidente.

O relato do Sr. Cláudio Hobold, apesar de um tanto lacunar a esse respeito, nos dá indícios de que a convivência entre os diversos grupos era em Katueté mais tranqüila do que em outras localidades da região.

Então cê, e foi um lugar privilegiado, organizado foi Katueté.

---

comércio e serviços, de modo a tornar a atividade agrícola menos suscetível às pressões de mercado e aos problemas da produção. A austeridade da família e as tomadas de decisão corretas garantiram a liquidez dos negócios e a expansão dos mesmos, de modo que a confiança e coesão interna sempre foram a tônica desse arranjo familiar. Hoje, além do supermercado, eles possuem um grande silo, em sociedade com mais sete outros produtores, e 900 hectares de terras na região, onde cultivam com sofisticadas máquinas milho e soja.



Entre paraguaio e brasileiro, estrangeiro e tudo. Toda fora, foi aqui, que aqui nunca teve rivalidade.

Puente Kyjhá teve, Paloma teve, aqui não teve.

Conflito às veis existia, então cada um pro seu lado, muita mistura, aqui non é tão misturado então o povo... se dava bem. Tudo mundo é amigo, cumpadre, paraguaio cumpadre, cunhado já virô familiares tudo. Até hoje continua igual...

Logo no início começô misturá tudo. Brasileiro gostava de paraguaio e se misturava. Muita moça é casada com paraguaio...<sup>115</sup>

Em geral as relações de amizade entre vizinhos eram bastante cordiais e entre brasileiros afrodescendentes; nordestinos com relação aos paraguaios parecem ter sido ainda mais próximas do que com os teutodscendentes, como nos dá conta o relato da Sra Armelinda De los Santos Centurión:

Sabe que aquele tiempo habia gente de color oscuro, pretos. Para nosotros nos recordamos ellos eron los mejores amigos para nosotros. Parecia que nosotros nos dávamos más con esos pretos do que un poquito más do que con aquellos otros (referindo-se aos brasileiros de ascendência alemã), todos son igualles né. Mai para nosotros que até hoy fica en nossa mente ficamo pensando que ellos eron nossos mejores amigos para nosotros e que ellos fueron embora..Eron gente de Pernambuco, de Minas, tenia nortista.. disse que eron sergipanos..todos trabajavan na lavora..

Naquele tiempo tenia en la Fazenda España, fazenda paulista naquele tiempo, tenia quase como mil empleados<sup>116</sup>.

Relatos como esse sugerem haver uma espécie de identificação entre os colonos menos afortunados ou que de alguma forma não se sentiam plenamente integrados à comunidade que se formava, e que em termos numéricos eram minoritários ante a predominância cultural dos teuto-brasileiros, em meio a seus costumes e mesmo preconceitos. Fato concreto que observamos hoje, diferentemente das questões apontadas pelo antropólogo americano James Hay em sua pesquisa realizada no início dos anos 1980, cujo foco era a questão etno-cultural, que tencionavam a relação entre a convivência e o conflito, ao que tudo indica se metamorfoseou num acentuado processo de diferenciação socioeconômica, na qual a dimensão étnica deixa de ter maior importância, ao contrário do crescente ressentimento social que reverbera entre seus habitantes mais pobres.

<sup>115</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold – 64 anos - Katueté, 07 maio 2007

<sup>116</sup> Relato Sra. Armelinda Martinez Centurión, 47 anos – Katueté 01/06/2007

A fala da Sra. Oliva de Las Nieves Villalba, que foi a primeira professora da região, misturando português e espanhol, é elucidativa dessa transformação, enfatizada numa dimensão tangível do universo feminino:

Nos primeros tiempos si. No habia diferencias porque no habia los ricos, eron gente simples. Los primeros tiempos era maravilloso, no habia brasileños, paraguayos, todos eron iguales. Ahora si hay muchas diferencias... comenzó a cambiar dentro de 15 años, quando la gente comenzaron a enriquecerse, ali comenzó. Que non eron una verdad, los mascateros traian las joyas italianas e ai comenzó las competencias entre las mujeres...  
E ali comenzó esa classe social que cambió mucho Katueté... <sup>117</sup>

Os conflitos interétnicos eram em geral manifestados de forma sutil ou apenas quando os colonos teuto-brasileiros, por alguma razão, se viam ameaçados por alguém de fora do grupo, e isso acabava sendo uma forma de defesa e reafirmação de sua germanidade idealizada, que se preservou encapsulada no seu universo rurícola.

A apologia do culto ao trabalho, que foi intencionalmente manipulada pelas autoridades paraguaias, utilizou-se desses colonos como exemplo de labor e diligência a ser observado e imitado pelos campesinos paraguaios, e isso de algum modo acabava reforçando essa crença nos próprios colonos, que em geral tinham uma estima muito baixa de si mesmo. Westermann, que por longos anos acompanhou a trajetória de sua comunidade luterana desde Maripá, no sudoeste do Paraná, faz um comentário bastante preciso sobre esse comportamento, apontando certos aspectos da psique dos colonos:

O colono tem pouco auto-estima... Só quando bebe se percebe isso. É passado para trás tantas vezes na sua vida, por vendedores de veneno, adubo, por compradores de milho, soja e todos seus produtos. E sempre lhe passam para trás . Vinte por cento descontam esse, cinco de esse e assim... E os otros sempre ficam ricos ahh..E ele fica lá, tem que trabalhá. E ai tem opinião de si que, se pudesse ser, fazer outra coisa ma non posso, non tenho estudo. Pergunta. - Tem um cargo ainda na diretoria? Non .. eu nem, no,no, no eu no sou estudado.

A auto-estima tá muito baixa ahh. É precisa um para pisar um poco. Então paraguaio ou caboclo...

Aí se vê as falências dele, que onde ele é campeão ahh , em trabalhá muito. Esse non muda muito. <sup>118</sup>

<sup>117</sup> Relato da professora Oliva de Las Nieves Villalba, 60 anos – Katueté, 07/05/2007

<sup>118</sup> Relato Friedhelm Westermann – Katueté 05/05/2007

Um fator que também contribuiu para o acirramento das diferenças socioeconômicas ao longo dos anos e que está de certa forma relacionado à adoção de culturas comerciais, como a da soja, foi o malogro de algumas colheitas decorrentes de intempéries que acometeram sucessivas safras. Muitos colonos se valeram de empréstimos bancários para a destoca, termo usual entre eles e que literalmente designa limpeza e preparo dos terrenos para a sementeira, que à época era feita manualmente e com o uso da força animal e de instrumentos rudimentares.

Poucos no início dispunham de máquinas mais eficientes ou de tratores; somente alguns anos mais tarde, por volta do ano de 1975, 1976, é que equipamentos mais pesados se tornaram disponíveis por empresas que prestavam esse serviço. Esses empréstimos tinham em média uma carência de dois a três anos, a contar da liberação dos valores contratados, descontados das taxas cobradas pelo banco no ato da liberação do empréstimo.

O malogro de algumas colheitas e os cálculos equivocados sobre o momento oportuno do plantio levaram muitos colonos ao endividamento e conseqüente perda de partes ou mesmo de toda a propriedade, que serviam como hipoteca nessas transações. As lembranças do casal Centurión sobre esses infortúnios, que acometeram muitos agricultores de Katueté ao longo dos anos 1970 e no início dos anos 1980, estão ainda muito presentes em sua memória e foram para eles uma das principais razões pelas quais muitos vizinhos e colonos acabaram deixando o país.

- (Mário) Em 1983 vino un creciente, una inundación de lluvia cumplida así e aí estragaron toda la producción e mucha gente perdieron su roça e aí se desanimaron. E muchos desses pobladores vecinos se fueran a Mato Grosso, Rondônia.

- (Armelinda) Veio uma chuva que justo em la época de colheita estrago, acabo mismo. Entonce mucha gente que tavam em banco em Corpus Christi, o único banco que para agricultor, entonse ese já non podia recuperar, entonse el banco saco la tierra e mucha gente, mucho vecinos, muchos colonos foran desenganados al Brasil, porque já non podian recuperar la tierra. Entonces aquele tiempo foran muchos vecinos que eron principales fundadores de Katueté. Pero ainda tiene otros...

- (Mário) Alguno volvieron, otros volvieron acá para o Paraná, alguno volvieron acá como el farmacêutico Geraldo Guilherme, ele era nostro primero farmacêutico...<sup>119</sup>

- (Armelinda) Ele vendeu tudo e foi pra Rondônia e non foi bon pra elle ai voltou de noevo...

---

<sup>119</sup> Relato da família Centurión, Mario De los Santos, 57 anos, e Armelinda Martinez, 47 anos – Katueté, 01/06/2007

Sin, mucha gente voltou e no puede mas recuperar o que deixou acá...

O Sr. Constantino Salomon, além do problema bancário, enfatiza também em seu relato a falta de máquinas e equipamentos para a colheita da lavoura naqueles primeiros anos.

Essa deficiência, segundo ele, fez com que muitos colonos simplesmente perdessem suas colheitas no próprio terreno, atingidos por uma chuva mais intensa ou por uma estiagem mais prolongada, ficando destarte reféns da hipoteca bancária.

Quem entrô muito fundo no banco no tinha dinheiro esse se foi.  
O pobrema que tinha também era falta de máquina, o Weisse aquela veis ele perdeu os 30 dele, os 30 alqueire, ele estava bom, mais chuva e chuva, e non tinha máquina, poca máquina, acho que tinha uma só, o véio Stockler tinha, mais, muita gente assim...non tinha como fazê...<sup>120</sup>

A trajetória econômica do Sr. Fridolino Heimann é um tanto lapidar sobre o cálculo equivocado que muitos pequenos agricultores fizeram acerca das promessas e possibilidades de ganhos certos envolvendo o plantio da soja. Ele e muitos outros agricultores foram acometidos pela tal “febre da soja”, que envolveu toda a região no início dos anos 1970, calcados nas facilidades em contrair créditos com juros relativamente baixos para o plantio e custeio. O malogro da sua colheita foi seguida por uma sucessão de problemas e infortúnios econômicos, que acabaram forçando-o a se desfazer de sua propriedade e a se empregar como tratorista na lavoura de um produtor mais forte, estabelecido na localidade de Cruce Guarani. Lá, juntamente com sua família, permaneceu por alguns anos, o que lhes possibilitou viver de modo satisfatório até se estabelecerem novamente em Katueté, onde ele passou a trabalhar por conta própria como mecânico de motores elétricos, numa modesta oficina instalada nas proximidades do centro da cidade.

Porém eles nunca mais conseguiram se reestabelecer na condição de agricultores que cultivam sua própria terra, e a fala do Sr. Frigolino denota uma mistura aguçada de autocrítica e frustração em relação às decisões tomadas no passado e uma exacerbada dose de ceticismo ante ao futuro.

---

<sup>120</sup> Relato Sr. Constantino Salomon, 73 anos – Katueté 02/06/2007

Eu por exemplo, eu caí no soja.. ahh eu caí no soja. Porque a região prantô soja e o negócio é só virá terra vermelha pra cima ehh por uma palavra que um vizinho me falô assim: - Cê sabe o que a vizinhança tá falando de você? – Num sei! - Eles tão dizendo que o teu sítio vai ser o único no meio de todos inquitado. Qué dizê, pra eles a quiçaça era o maior mal, virando a terra pra cima, veneno e química e fumaça de trator de colhedera seria tudo evolução ehh.. Hoje eu me vejo diferente se tivesse dexado em quiçaça nem que falassem eu talvez tava tendo minha terra di didi seis, quase seis alqueires. Aí o que que eu pensei vô prantá soja, fui no banco também e a região toda financiô, vô no banco também tirá financiamento aí eu toco isso co dinheiro ehh eu vendo leite que nem eu tava vendendo um poco de leite ali di sete a doze, quinze litros na vila di moto. Então eu dizia assim; - Faço meu movimento e lá eu toco com o dinheiro uhhhh. Primero ano deu uma seca (isso foi em 78) no plantio e o vizinho... Nois descarregamo o óleo no vizinho que tinha um trator, ele fazia o plantio pra mim e em troca eu consertava as máquina dele, só que aí ele foi consumindo o óleo todo e num plantô em tempo... Ele gastô o óleo levando time de futebol, puxando um time pra lá, pra cá. A gente depois até deu um jeitinho, mais assim mesmo foi tarde e num deu colheita...Qué qui fizemo, ai eu falei pra mulher tem mais um ano pra pagá o banco e num conseguimos pagá nem o juro nada, nada, até ficamo devendo pru mecanizado da estera, na época era cinco mil Guarani que ficô devendo na época era muito, vinte e seis, vinte e sete ano atrais. Aí eu combinei com a mulher de vendê o sítio em troco da dívida do banco, só que a terra minha valia como 2.000.000 de Guarani na época e a dívida tava em 500.000 Gurani, vinte e cinco por cento, ela tava endividava do valor dela, mais quem me comprava essa terra por mais do que a dívida? Ninguém! Porque todos os vizinho tava com a corda no pescoço, na mesma situação. Eu fui no banco lá e falei olha vim acertá a conta, mais é por aqui ó. Eu vim devorvê a terra intera pro banco. Aí foi que o gerente me falô que eles não tinha me arrumado terra no empréstimo foi dinheiro... Tive que vendê tudo por menos e saí dali...<sup>121</sup>

Tais problemas são muito presentes na memória da primeira geração de pioneiros que cresceu em Katueté, e que marcaram profundamente suas lembranças de infância, pois o malogro das primeiras colheitas acabou desencadeando crises familiares, cujo sentido mais comum era a sensação de arrependimento pela decisão tomada em migrar. Essas sensações desencadeavam frustrações individuais, que para muitas mulheres se manifestavam em estados de melancolia ou em formas de

---

<sup>121</sup> Relato Sr. Fridolino Heimann, 52 anos – Katueté 01/06/2007. A história do Sr. Fridolino difere um pouco das dos demais colonos entrevistados, pois foi um dos poucos cuja família migrou diretamente do Rio Grande do Sul para a região de Canindeyú. Seu pai estabeleceu-se nas proximidades de Salto del Guairá no final dos anos 1950, juntamente com mais alguns colonos teuto-brasileiros vindos do Rio Grande do Sul. Segundo relatos informais e pouco precisos, esse grupo de colonos era financiado por simpatizantes do Partido Nacional Socialista alemão radicados no Brasil e que pretendiam dar abrigo a fugitivos nazistas procurados pelo Mossad (Serviço Secreto Israelense). Tal projeto de colônia acabou não vingando e esses colonos foram deixados à própria sorte naquele valhacouto incrustado na selva.

resignação ante o destino, enquanto que para os homens acometiam sua auto-estima e seus sentidos de potência, o que acabou impelindo muitos deles para o alcoolismo.

A história pessoal de Janete Engelmann, que migrou com seus pais e irmãos ainda muito pequena da localidade de Entre-Rios do Oeste, no estado do Paraná, para Katueté, foi marcada por alguns desses episódios e pela dura realidade cotidiana daqueles dias. Tal qual muitos migrantes teuto-brasileiros que se estabeleceram em Katueté, os pais de Janete também eram originários do estado do Rio Grande do Sul, onde nasceram, a mãe na localidade de Três Passos e o pai em Santo Bispo, próximo à cidade de Santa Rosa. No Paraná os avós e pais de Janete se estabeleceram na região de Marechal Cândido Rondon por volta de 1962, e foi nessa cidade que seus pais se conheceram, contraíram matrimônio e também tiveram a maioria dos filhos.

Em 1973 por determinação do seu pai, eles resolveram mudar-se para o Paraguai em busca de melhores oportunidades e na perspectiva de adquirir uma propriedade maior com a venda dos bens que possuíam no Paraná (o que de fato ocorreu), pois as terras que lá possuíam eram insuficientes para prover uma condição de vida melhor para a família.

No entanto, a promessa de um futuro melhor no Paraguai acabou se convertendo, no início daqueles anos 1970, num grande infortúnio para eles, e que somente foi superado com o passar dos anos e com muitas privações. Em sua longa fala, ela descreve com certos detalhes alguns daqueles eventos que marcaram a vida da sua família e de outros colonos, cujo percurso foi de certo modo semelhante.

Meu pai ele abriu a terra, começô plantá, é.. a gente tudo manualmente assim né... aí depois, aí veio a época de fazê destoca, aí abri né. Aí foi aonde meu pai perdeu muito porque ele pra fazê a destoca pra abri ele teve que financiá, teve que entrá no banco financiá, pra podê pagá estera, o trabalho di limpá a área. Dois anos a fio depois da destoca e perdeu totalmente a produção. Um soja bonito, um soja bonito eu me lembro como se fosse ontem, assim a coisa mais linda. Na época ehhh...muitos colonos fizeram destoca então aconteceu o que não tinha recursos, não tinha ceifas pra colhê o soja entendeu.. então tinha muitas áreas destocada que precisava da ceifa pra, pra colhê o soja e não tinha ceifa suficiente. Então o soja madurava ehh não tinha ceifa pra colhê, chuvia uma, duas chuva em cima e perdia tudo, e foi o que aconteceu com meu pai dois anos. Aí meu pai praticamente quebrô, depois ele teve que vendê uma área, um lote de dez alqueires, uma colônia, pra podê cubri os gastos di, ele tinha de prejuízo, dispesa de destocá a lavora né. Então eu sei que foram anos assim que a gente passô muito, muito mal. A gente tinha assim pra comê o que a gente produzia, tinha galinha, tinha vaca, porco essas coisas, mais o meu pai chegô num ano de a gente não tê

dinheiro pra comprá um pacote de trigo, aí nois pegava o milho, fazia pão de milho, comia batata assada de manhã, arroz a gente colhia trazia no moinho pra moer...num tinha. Uma vez minha mãe me falô assim: - filha vai vendê ovos, tinha ovos, manteiga coisa assim pra vendê pra comprá algumas coisas que a gente precisava e eu vim pra cidade e não conseguia vendê, não tinha comprador. Todo mundo tinha pra vendê, assim, muita gente se saiu mal né e eu não consegui vendê eu sei que eu não sabia o que fazê, eu tinha uns doze anos, eu vim de bicicleta pra vendê isso e eu não consegui vendê, e aí eu pequei a manteiga e joguei fora, porque eu não queria voltá pra casa, aí eu me senti muito mal, minha mãe falô - filha tenta vendê ou tenta trocá por fermento, por coisas assim básica que a gente assim não consegue produzi na colônia... Eu fiquei muito triste por não consegui vendê, daí eu lembro que eu chorei muito naquele dia...

Foi uma época que a gente passô muita necessidade mesmo, foram dois anos assim e aí meu pai não tinha mais crédito também porque meu pai bebia tudo..

Muitos vizinho também passaram assim também, alguns tiveram um poco mais de sorte que conseguio colheita, conseguio a ceifa pra colhê, mais muita gente perdeu... Foi na época que começaram a mecanizá, não foi assim uma febre todo mundo mecanizando né, mais ninguém pensô que tudo aquela lavora tinha que ser colhida e daí eu acho que na época tinha duas, três máquinas pra colhê tudo uma região de não sei quantos hectares... Eu sei que a gente ia na roça, mesmo mecanizado toda pra colhê com máquina, a gente ia colhendo à mão, pra não perdê.

Minha mãe assim ela sempre dizia assim, se eu não queria vim, eu também se eu soubesse se eu tivesse visto eu não teria vindo. Ela nunca assim foi contente aqui, na época assim.

Eu acho que ela só começô mudá de opinião depois que a gente era adulto, depois que a gente cresceu aí ela começô a tê uma visão diferente, eles viero morá na cidade, quando tinha luz elétrica, quando entrô energia né. Então quando ela ia daqui pra lá, visitá as tias, a avó, lá eles tinha luz elétrica, lá eles tinham, entendeu todo aquele conforto, banheiro dentro de casa né, essas coisa, nois aqui não tinha nada, num tinha luz, a nossa energia era di lampião, era aquele a gás, se não era aquele di querosene se usava, era assim não tinha energia....<sup>122</sup>

A região de Katueté, embora se constitua numa típica região de fronteira tal qual o sentido atribuído por Webb (1932), que a define como situações históricas nas quais, regiões recém-incorporadas à cultura ocidental se caracterizam pelo estado de carência ou ausência de instituições e serviços, e que deixam de ser uma fronteira quando essas deficiências são superadas, ela também tem um sentido diacrônico, posto ser

<sup>122</sup> Relato Janete Engelmann, 38 anos – Katueté, 04/06/2007

constitutiva da moderna expansão, e ganhos tecnológicos e materiais de toda ordem são incorporados quase que simultaneamente ao estabelecimento da nova sociedade.

Em nossa perspectiva, utilizamos de modo um tanto indistinto os termos “período pioneiro” ou “primeiros tempos” como indicativos da época e das circunstâncias da ocupação e colonização, no momento de instalação dos colonos na região e no enfrentamento das adversidades com que eles se depararam. Do mesmo modo, utilizamos a expressão “pós-fronteira” para designar o período e o estado de superação dessas condições primitivas e da edificação da comunidade em termos definitivos.

Em Katueté, como em outras localidades da região oriental, esse processo se deu num lapso muito menor de tempo do que em outras expansões de fronteira congêneres que a antecederam, como foi o caso das regiões norte e sudoeste do Paraná. Por essa razão, a precariedade e as dificuldades dos primeiros tempos, embora perdurassem por um período considerável, não foram um obstáculo à incorporação de certas tecnologias avançadas.

Noutros termos, os colonos, embora vivessem num padrão de vida bastante modesto, dadas as condições de adaptação ao novo meio, passaram a dispor de certos equipamentos e empregar certas técnicas agrícolas modernas muito cedo.

Esse aspecto fez com que essa fronteira rapidamente se convertesse numa zona de alta produção de *commodities*, apesar da limitada infra-estrutura de escoamento e de meios insuficientes para colher a crescente safra, fatores esses que acabaram contribuindo para o malogro de muitos agricultores naqueles primeiros anos, conforme observamos nos relatos anteriores.

A observação do pastor Westermann é bastante esclarecedora do fenômeno, que acabou se estendendo e se reproduzindo de um lado para outro da fronteira Brasil-Paraguai.

Ele enfatiza que as oportunidades do *boon* da soja naqueles anos, não foram aproveitadas do mesmo modo pelos colonos e que o sucesso de alguns se deu, em certa medida, pela perspicácia e senso de oportunidades em detrimento da ingenuidade e de decisões equivocadas de outros, que, de certo modo, acabaram se aventurando para as terras paraguaias e se lançando num novo ciclo.

Gente que destocou seus 10 alqueires pagava tanto por esteira, tantas horas tava limpo, e esse custava 300 mil cruzeiros, e esses pagavam



em três anos, primero ano integravam 100 bolsas de soja, segunda prestação já era só 40 bolsas de soja e última era só dez bolsa de soja. O preço foi lá no alto. Créditos de Europa para aumentar o produção da soja e eles devam pra perder o dinheiro e os bancos non perderon, mas para o colono, o resultado é que no terceiro ano era mixaria pra pagá esse preço. E aí compraron trator, compraron o vezinho e dentro de poco algum já eron donos de 100 alqueires que antes non tinha nem bicicleta. Alguns que davam vivo, que observava e fazia no. Tinha otros que tentaram a mesma coisa que se empobreceram dentro de um, dois anos e fungiram para o Mato Grosso ou para Paraguai, também tinha muitos fugidos, deixaron tera tudo ahh. Nome sujo e vieron para cá e aqui tentaron fazê a mesma coisa ehhe.<sup>123</sup>

### 5.3 Instituições e serviços: a colônia do pioneirismo ao pós-fronteira

A carência de víveres nos primeiros anos foi em grande medida suprida pelos recursos da caça e da pesca, que eram abundantes na região, e também pelo plantio de culturas tradicionais, como mandioca e milho. Era exemplar à época o fato de a primeira professora estabelecida em Katueté receber uma complementação de renda em espécie, basicamente de víveres, que eram providos pelos pais de alunos da escola. Materiais de higiene pessoal e limpeza só tardiamente foram disponibilizados pelos armazéns e vendas locais, assim mesmo seu fornecimento era irregular, do mesmo modo que legumes e verduras raramente eram encontrados; já as frutas só apareceram quando os pomares das chácaras vizinhas haviam se formado, e elas dependiam dos ciclos anuais.

Essas condições primitivas, que caracterizam o período pioneiro, são descritas pela primeira professora de Katueté, Dona Oliva, nos seguintes termos:

Para mi tudo era nuevo, para mi era tan no sei...  
Non habia nada para comprar carne, non habia para comprar  
verdura..en el primero año principalmente.non habia nada eso.  
Yo tracia todo de mi mamá, mi avuella me tracia tudo de Asunción..

Un día yo me fue toda contenta, cruce la calle e fue a la armazen de  
Ramón Baez, tenia la armazen,. – Yo quiero meio kilo de tomate e  
cebola – Ahh nosotros no tenemos...  
Pero mios alunos me tracian carne de animales del mato , me tracian  
carne de veado, de paca. O que más me tracian era carne de anta...  
Ese la carne que más me tracian..<sup>124</sup>

De modo geral, a noção de conforto, embora conhecida, não se aplicava àquelas circunstâncias e alguns itens como luz elétrica somente se tornaram amplamente

<sup>123</sup> Relato Friedhelm Westermann – Katueté 05/05/2007

<sup>124</sup> Relato Profa. Oliva De las Nieves Villalba, 60 anos – Katueté, 07/05/2007

disponíveis no início dos anos 1990, quando a companhia de energia elétrica, a estatal ANDE (Administración Nacional de Energia Eletrica) estendeu sua rede para à região.

Durante todos esses anos, a maioria dos moradores utilizava lamparinas a querosene e alguns lampiões a gás para a iluminação doméstica; apenas os lares mais abastados dispunham de geradores a diesel, assim mesmo restringindo seu uso a algumas horas do dia e da noite. Quando seu barulho cessava, a cidade mergulhava literalmente nas trevas.

Esse desconforto material, somado à carência quase que generalizada de bens e serviços, era muito mais incômodo para as mulheres do que para os homens. Tal constatação decorre do fato de que a atividade masculina numa região pioneira tem um componente de aventura e desafio.

A maioria dos depoimentos dos homens guarda certa nostalgia em relação à época do desbravamento, pois suas atividades não se reduziam apenas ao duro trabalho na mata e às dificuldades para destocar o terreno e para a semeadura das primeiras lavouras; suas atividades também envolviam a pesca, nos rios de águas exuberantes, e a caça, muito abundante em toda a região, e essas eram atividades que, além do aspecto socializador, eram muito prazerosas, e também proporcionavam uma complementação à dieta da família.

Para as mulheres, no entanto, o trabalho doméstico e o trabalho no campo eram excessivamente rotineiros e enfadonhos e de modo geral solitários, pois a maioria dos colonos naqueles tempos viviam dispersos em suas unidades e o contato entre vizinhos acabava sendo pouco freqüente, exceto aos domingos, quando a maioria dos colonos iam às igrejas ou quando havia alguma festividade ou baile na vila.

As mulheres que viviam mais próximas do centro da cidade constantemente reclamavam da poeira das ruas, que impregnava as moradias com sua coloração avermelhada, o que se transformava num verdadeiro flagelo para as lavadeiras. Durante as chuvas as ruas ficavam lastimáveis, por essa razão entrar numa casa com os sapatos se convertia numa quase heresia para muitas dessas mulheres.

O relato de Dona Catarina Wolf Salomon traça um quadro de desalento sobre aquelas dificuldades e certa resignação ante o que foi vivido.

Aqui tudo era difícil, quando começô a derubá o mato às veis na seca tinha aquele poerão, lavá e quará a ropa, vixe!! Como nois sofremo aqui.

Sabe a gente tem que tê um poco de corage pra entrá aqui.

Tantas criança pequena... pra dizê a verdade sem recurso, sem nada.  
 Uma estrada ruim, onde non passava nada quando chovia...  
 Acho que só fé em Deus mesmo...

Não tinha farmácia no começo, nada...  
 A luz ihhh. Essa demorô ... acho que foi uns doze anos atrás só...<sup>125</sup>

Em contrapartida os relatos do Sr. Mário Fontanetti e do Sr. Cláudio Hobold são mais saudosistas em relação àquele passado, porém guardam nessa nostalgia certa crítica em relação ao tempo presente e aos custos pagos pelo progresso alcançado, sobretudo no conteúdo da fala do Sr. Cláudio Hobold, como se segue:

Ehh o que a gente tem de lembrança é que era .., gostava muito do mato e hoje não tem mais. Derubaro tudo o mato, não tem donde caçá mais, nem pescá nada. Acabô tudo. É nada. Os cara querem derubá tudo, acabá com tudo, terminá tudo, agora não tem mais nada...  
 A gente gostava de caçá, pescá.E hoje não dá mais.  
 O veneno acabô com tudo.  
 É duro né, quando os avião passa por cima vai água vai tudo né.  
 É só o que tem hoje  
 Hoje é tudo veneno...<sup>126</sup>

A gente que aqui tá mais na liberdade.  
 O Sr. acha que no Brasil, no Brasil o povo tá tudo escravo. É ô não é?  
 O cara sabe o que ele só pode fazê?  
 - Pagá imposto e sigui futebol, sigui futebol ele pode.  
 Agora otras coisa ele num pode tê...  
 Ele num pode tê um galo de briga, ele num pode tê um macaco em casa. Um passarinho, um papagaio, ele num pode tê nada...  
 A polícia vai lá e toma...  
 Eu queria tê... eu queria tê uns 18 anos...  
 Ahh... (risos) eu queria .. pudê caçá cós meu cachorros, sortá os cachorro atrás dos bicho..Isso é que era bom..  
 Pudê pescá cós amigo, isso eu queria...<sup>127</sup>

Poucos estabelecimentos comerciais possuíam geradores elétricos, o bar do Schemmer, um dos moradores pioneiros da localidade, era um dos poucos lugares que desfrutavam desse luxo, por essa razão proporcionava aos clientes algo precioso no verão, uma cerveja realmente gelada e picolés para a criançada, feitos pela Sra. Schemmer. Seu estabelecimento possuía também um aparelho *stereo system*, que, segundo James Hay, era o mais sofisticado de Katueté, e com ele os fregueses se deleitavam ao som de músicas gaúchas.

<sup>125</sup> Relato Dona Catarina Wolf Salomon, 69 anos – Katueté, 02/06/2007

<sup>126</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold, 64 anos – Katueté, 07/05/2007

<sup>127</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti, 80 anos – Katueté 03/06/2007

Esse estabelecimento era na verdade um bar-restaurante, e anexa à construção principal funcionava uma pensão. O bar-restaurante do Schemmer servia o melhor churrasco da região, e era o principal ponto de encontro da comunidade, tanto de brasileiros e eurodescendentes como de paraguaios, indistintamente. Durante alguns anos o Sr. Schemmer manteve a principal pensão da cidade e seu bar-restaurante também era a parada dos ônibus que faziam a ligação de Salto del Guairá com Ciudad del Leste e Assunção.

Nessa época, além da infreqüente projeção de filmes, que quando ocorria era realizada num cinema improvisado num grande galpão no centro da cidade, era impossível e impensável encontrar um grupo tão diversificado de pessoas senão no bar do Sr. Schemmer, que, segundo vários relatos, tratava-se da pessoa mais animada e popular de Katueté, mas que infelizmente há alguns anos acabou retornando a Marechal Cândido Rondon, onde veio a falecer.

Tal característica fez com que durante vários anos o bar do Schemmer fosse o único local em Katueté onde os diferentes grupos podiam conviver livres de quaisquer hostilidades recíprocas, e sem que os espaços fossem delimitados previamente, posto que, em geral, os estabelecimentos comerciais reproduziam certa divisão da clientela entre os grupos étnicos.

Com o passar do tempo, essa divisão acabou se dissolvendo, à medida que a comunidade foi sendo dotada de um conjunto mais amplo de serviços, apesar de os serviços públicos continuarem monopólio quase total de paraguaios, como têm sido na administração municipal, na polícia, na área de educação, nas autarquias ligadas aos serviços de água e de luz elétrica e, em menor escala, nos serviços de saúde, onde a atuação de profissionais de origem brasileira era e continua sendo mais presente.

De fato, poucos relatos em Katueté se reportam a casos de violência cometida pela polícia ou por alguma autoridade paraguaia contra brasileiros ou de conflitos abertos envolvendo teuto-brasileiros e algum paraguaio. Algumas falas dão conta de arbitrariedades ou de abusos cometidos por agentes do governo residentes em outras localidades, como em Salto del Guairá e La Paloma, que, por alguma razão alegada, como a falta de algum documento pessoal ou da escritura de um imóvel etc., extorquiam os colonos.

Muitos relatos de antigos moradores fazem menção à exigência da renovação do visto de permanência ou carteira de imigrante e mesmo à obrigatoriedade de tirar os documentos de identidade paraguaia, que em geral pouquíssimos colonos possuíam.

Alguns colonos afirmam em seus relatos terem sido logrados por alguém que se passava por policial ou agente da imigração, que ao receberem o dinheiro dos colonos simplesmente desapareciam sem que a verdadeira polícia tomasse qualquer providência. De modo geral o problema maior ocorria com os trabalhadores brasileiros, que simplesmente entravam no Paraguai sem nenhuma documentação ou autorização formal.

Entretanto, mesmo os colonos mais precavidos e que migravam formalmente não estavam imunes às investidas de falsários e agentes corruptos, como podemos observar nesta passagem gravada num depoimento conjunto com os Srs. Mário Fontanetti e Oswaldo Spielmann

- (Sr. Mário) Muitos peão vinha com a mudança dentro dum saco, entrava até meio escondido.

Tava aí sem documento sem nada. Não não tinha nada, até hoje tem muito aqui que não tem documento, muitos brasileiro não tem documento.

Nois já quando cumprava fazia documento lá no Sarto.

- (Sr Oswaldo) Tinha consulado paraguaio no Guairá. Eu quando eu vendi lá, imediatamente quando fechô o negócio eu pequei minha família caregô na rural, fomo no consulado muito conhecido meu, através de liberação de entrada no Paraguai incomendava a cédula de imigración, tanta a mãe, quanto as crianças era menores tinha que ser fotografados em conjunto com a mãe e o pai separado e esse documento ia pra Assunção e dali eles confeccionavam a cédula de imigración aí com esse cédula gente tava livre de qualquer incomodação...

- (Sr. Mário) Normalmente todos tinha que fazê né, só que alguém que tinha um pobrema depois que começô surgi um nego veiaco aí no meio e aí começô a traí um poquinho os brasileiro, com documento, até hoje ainda tem uns sem-vergonha

- (Sr. Oswaldo) picaretas..

- (Mário) Eles pega fazê a identidade como vai fazê a identidade, vai te trazê ela, pega o documento, pega o dinheiro e vai embora cê num sabe pra onde foi aquela praga, non vortá mais... Paraguaio, é eles enganô muito nego.

- (Oswaldo) Renovaçon de imigração, cédula de identidade eu tinha recém-chegado a renovaçon, aí chegô até fardado de militar, que esse aqui non vale mais porque tem que ser computadorizado com papel especial quando passa no computador que comprova, porque esse identidade aqui eles ponham por cima de uma chalera de água quente e tirô o seu foto e ponha no outra, enton já non é teu mais, enton identifica uma pessoa bem diferente, enton que ser computadorizado e você tá dentro do computador original tá (risos do Sr Mário e da Dona Adélia). Paguei trezentos mil Guarani, cento e cinqüenta da mulher, cento e cinqüenta pra mim, até hoje não veio nada.

Foi reclamado tudo. Autoridade a ropa não muda.

- (Mário) Eles vem tudo com as coisa farsa e não é nada, nego veiaco, catando dinheiro só. E saíro uns aí po sítio aí fazendo identidade, a migrante, vixe! Correu dinheiro da negada aí ma num vortô mais. Vai recramá, você recrama mai a autoridade fala, mai porque você non veio me avisá que eu ia pegá esse pa identificá, mai já foi...<sup>128</sup>

Apesar desses problemas, tais fatos não eram tão frequentes em Katueté, se comparados aos que ocorriam em outras localidades da região, Afortunadamente as autoridades paraguaias estabelecidas no município eram pessoas idôneas e que demonstravam grande respeito e admiração pela população, como era o caso do Sr. Agustín García, que durante muitos anos foi a autoridade mais influente na região e era o responsável pelo cartório de registro civil. O testemunho do pastor Westermann comprova essa afirmação:

Os brasileiros nativos vieram poucos aqui. A maioria veio lá em La Paloma e lá foram tirados assim explotados. Esse, a gente tem que ter sorte também, Katueté tinha a sorte que a maioria dos autoridades non eram ruins como em outros lugares, eron honestos ahh, a maioria...

Esse Garcia ( referindo a Don Agustín Garcia) que era cartorário, tinha o cartorário, ele também era assim jiz de Paz., qualquer problema ia lá, ele escutava e dava razão a um e o outro xingava..minha nossa!! Mas era justo o home non.

E esse segundo que , que nem tinha razon nunca foi lá comprá-lo, porque falavam pra ele dá uns. Mas quando via que alguém tava com razon então ele defendia.

Tinha alguns comerciantes que hoje non tão mais e faziam contrato com brasileiros, davam semente de algodon ehh de otras coisas, soja e tinha que assiná um pagaré, 300.000 e botavão um zero na frente um milhão de Guaranis. Uns coitado que non sabiam fazê o quê, ai ajudante dele foi juiz lá em Salto - Se dava por que tem que pagá se não vamo te matá e ton ...

Às vezes só precisava do comissário dá uma prensa nele e si, e um e outro se foi a Garcia, enton eles tirava dele a trilhadeira, uma junta de boi, ahh, com esse pagá...

E o Don Garcia disse ahh, tá bom . Ta, deixa comigo.

- Traz a trilhadeira aqui..

Enton veio o oficial de justiça para, para levá a trilhadeira, non tá mais...

- Onde tá?

-Lá na vila, Don Garcia mandô trazê.

Enton o oficial de justiça foi lá olhá, saldou Dom Garcia, hablô, tomô tererê e assim foi e non tomô o quê... (risos)

<sup>128</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti e Sr. Oswaldo Spielmann – Katueté, 02/08/2007

E muitas vezes assim... muita gente trazia pra lá e quando a ameaça diminuía levava pra casa ô outra semana trouxe outra vez e o Garcia se ria ...

Ele era... hay que lutar pelo lugar...

Aí ele foi destituído como presidente do Partido Colorado... Ele chamava eles todos de “bandidos lá de Asunción” que querem roubá nós daqui da região...<sup>129</sup>

Apesar desses problemas com corrupção e estelionato, envolvendo até mesmo funcionários públicos, a vida em Katueté era tranqüila, a despeito dos conflitos envolvendo disputas de terras nessa região de fronteira. Katueté situa-se no centro da região; entretanto, por essa ter sido uma colonização privada e porque a empresa que a realizou agiu de forma idônea na venda dos lotes e na emissão dos títulos, problemas relacionados a disputas de terra raramente acometiam a vida dos colonos. Por essa razão, os colonos de Katueté, em particular os teuto-brasileiros, praticamente negligenciavam as regras que norteiam a lei de Mbareté<sup>130</sup>, tão cara às normas de condutas paraguaias.

Essa não-adequação à lei de Mbareté tem afastado a maioria dos colonos brasileiros e teutodscendentes da vida política paraguaia e de relações mais estreitas com membros do Partido Colorado ou com o grupo politicamente hegemônico, apesar da supremacia econômica desses brasileiros em toda a região.

Curiosamente, o período stronista é lembrado por muitos informantes como uma época de estabilidade e de segurança. As datas cívicas eram acontecimentos que mobilizavam os colonos e os desfiles serviam como demonstração de força do partido, reforçando o poder dos colorados na região e enaltecendo suas realizações e as benfeitorias conquistadas pelos políticos locais.

Essas demonstrações serviam também para atrair novos membros ao partido e intimidar aqueles que de algum modo não apoiavam o regime publicamente. Esses momentos de aparente congregação eram uma forma comumente utilizada pelo regime para mostrar que havia uma integração efetiva entre os diferentes grupos dentro das

<sup>129</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05/05/2007

<sup>130</sup> Essa norma consiste, segundo Aníbal Miranda (1982, p. 72-73), num código não escrito, o qual estabelece uma ordem e posição de influência dentro de uma hierarquia de poder. Essa norma é conhecida pela expressão guarani “Lei de mbareté”, literalmente traduzida pelo adjetivo “forte”, “poderoso” e pelo substantivo “vigor”. Mbareté é a suprema lei, a mais elevada e respeitada de toda e qualquer das normas postuladas pelo sistema legal. Esse sistema condiciona uma sutil divisão na sociedade entre aqueles que são essencialmente fracos, impotentes e aqueles que adquiriram ou herdaram o ingresso dentro dessa hierarquia dos indivíduos mais poderosos. Esse sistema é comumente realizado através da fidelidade para com líderes locais e estabelece uma relação de proteção e troca de favores ritualizados na forma de compadrio (compadrazco).

comunidades e que os desfiles cívicos envolvendo as escolas eram uma prova incontestante desse fato.

O relato crítico do pastor Westermann ilustra o aspecto pouco solene dessas manifestações, bem ao gosto da época.

Hoje non é mais tão integracionista a comunidade de Katueté. Si integram mais na comunidade católica, mas aí paraguaios também son minoria, e no futebol... Assim acontecimentos de todo Katueté é só quando a escola faz esse desfile, que é uma vez, graças a Deus. Uma vez última vez, penúltima vez quando falei meu filho non vão marchar pra esses bandidos. Diretor me chamô, e disse que tava de acordo também, era, tá de acordo que devia de cortar ivo.. Por que não corta ? - Dia do município quando foi fundado. Aí no palco tem as autoridades que tan cuidando principalmente as meninas com saia curta lá non, esses xirolenas, com baston, sabe... têm no Brasil também. E esses autoridades, alguns son bandidos, son da máfia... Eles que deveriam desfilar, dar conta de suas administrações...mas também os pais, os brasileiros. Ohh tão lindo!! e deixam tirar vinte fotos da sua filha participando disso...<sup>131</sup>

Na medida em que as relações sociais se tornavam mais complexas e passavam a ser pautadas somente por interesses econômicos, os sentimentos de desapego à comunidade se acentuaram e no caso de Katueté são mais evidentes quando se observa a disseminação de igrejas pentecostais de diversas denominações disputando uma população de fiéis tão diminuta.

Ao crescente individualismo e à competitividade da vida moderna se soma a perda dos antigos valores que de certo modo pautavam essas mesmas relações e isso tem gerado, sobretudo na população mais antiga, essa sensação de insegurança, compelindo as pessoas à resignação do seu refúgio privado.

Manifestações nostálgicas em relação à época stronista são um reflexo desse sentimento de descrença no futuro, independentemente das vicissitudes daquele regime que a tantos assombrou, como podemos notar nesta fala do Sr. Centurión:

À época de Stroessner éramos unidos, por que no eron tan grande el pueblo, nos conociamos todos. Habia gente ruim às vezes, mas na época de ditadura aquelles que eran se foi Habia más garantia, habia más seguridad, en todos los sentidos.

---

<sup>131</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05/05/2007



Para nosotros, que nasci y crei mis hijos, la época foi el mejor tiempo. Porque habia respecto. Hoy en dia non tien más nada... No habia assalto, no habia corrupción... corrupción pode ser que habia, pero en grande escala, no lo pequeño.. bueno...<sup>132</sup>

Por vezes essa postura se traduz numa forma de apatia em relação à comunidade hoje. Se antes as pessoas se mobilizavam e participavam mais da vida social, dada a necessidade de se prover de certos bens e serviços essenciais à sociedade que se formava, como aqueles ligados à falta de assistência médica e hospitalar, à ausência de escolas para as crianças, luz elétrica etc., uma vez atendidas, as preocupações comuns vão deixando lugar aos interesses particulares, numa sociedade que a passos largos vem ampliando o fosso socioeconômico entre ricos e pobres.

Esse distanciamento perpassa indistintamente as diferenças étnico-culturais e as profissões ali existentes, tanto entre os colonos eurodescendentes como entre brasileiros e paraguaios. A prosperidade de uns se contrapõe ao fracasso e à obsolescência de outros, e essa seletividade é atribuída não aos malefícios do sistema econômico, mas à inventividade e à obstinação dos que venceram.

En la vida cotidiana na verdad se nota ese fenómeno de modo más sutil.

Porque el pobre no puede mostrar sus resentimientos, porque su patron es rico, entonces tiene que ser siempre alegre , tiene que ser contento. Ese resentimiento se nota ahora quando uno tiene una comisión, para trabajar esas cosas. Ahora nadie quiere participar. Nadie quiere asumir esa responsabilidad... é nestes que se nota la indiferencia del pueblo.<sup>133</sup>

Por outro lado, uma forma de ressentimento também se manifesta entre os agricultores melhor estabelecidos em relação à fala dos camponeses paraguaios e de alguns políticos de Assunção, ecoados pela grande imprensa nacional, que vêem os migrantes teuto-brasileiros plantadores de soja como invasores, praticantes de uma agricultura predatória e ávida por lucros imediatos. A fala do Sr. Soder, que, embora possua uma propriedade pequena para os moldes produtivos da sojicultura, mas que é bem-organizada e produtiva, mesclando diferentes culturas, como milho, mandioca, criação de suínos e de vacas leiteiras, é elucidativa das distorções do senso comum,

<sup>132</sup> Relato Sr. Mário De los Santos Centurión, 57 anos – Katueté, 01/06/2007

<sup>133</sup> Relato Profa. Oliva De las Nieves Villalba, 60 anos – Katueté, 07/05/2007

alardeadas por alguns jornais de maior circulação do país, como o *ABC Color* e o jornal *Ultima Hora*.

Esses jornais traçam um perfil muito reducionista da questão agrária e fundiária existente no país, sobretudo quando relacionada à região da fronteira oriental, que, mesmo com a crescente expansão do *agrobusiness*, ainda exhibe uma parcela expressiva de pequenos e médios proprietários tecnificados e que buscam alternativas à cultura da soja, a exemplo dos produtores de leite de Katueté, organizados em torno de uma pequena, porém moderna e dinâmica empresa de laticínios:

Eu fico sentido, eu diria assim né, porque o sojero aqui dentro tá pra se uuu, comé que eu vô dizê... u vilão, u bicho, o sojero é que, ele só tem dinheiro, sojero toma conta de tudo, sojero que manda tudo, não sei o quê, vai invadindo tudo e não é assim. Todo povo que veio pra cá ele comprô com muito sacrifício a tera dele e pagô, ele não veio tomá a tera, como os político lá di cima falam. Isso a gente cansô de vê falá, que o povo lá de cima, lá os político do próprio governo, eles, a mentalidade deles é de que tipo o imigrante entrô aqui e invadiu, pelo contrário nós sofremo muito aqui, e foi trabalhado sabe, foi trabalhado, trabalhado as tera. Na época, tá certo que era barato, tá certo, mais tudo foi comprado. A minha esposa mesmo, ela era solteira e trabalhando na tera da vó dela ali, que a vó dela comprô dez alqueire de tera, abriro aquela tera, pagavam porcentage pra vó deles né, quatro deles, é a minha esposa mais três cunhado meu conseguio comprá cinco alqueire de tera cada um, trabalhando...<sup>134</sup>

O que é alardeado contra os sojeiros brasileiros, além dos inúmeros abusos cometidos por eles no uso indiscriminado de pesticidas e defensivos agrícolas e dos conseqüentes malefícios socioambientais, decorre dos embates políticos que a oposição ao regime stronista e aos colorados vem travando ao longo destas últimas décadas, identificando nesses agricultores a marca do legado stronista, de uma reforma agrária que nunca se realizou e de uma política agrícola que somente beneficiou os ricos, em detrimento dos pobres.

Entretanto, o que não se vê é que essa mesma política acabou contribuindo para a exclusão e marginalização dos agricultores brasileiros mais fracos, cujo papel foi justamente o de abrir essa nova fronteira para o capital, incrementando, destarte, a constituição de um lucrativo mercado imobiliário no país.

---

<sup>134</sup> Relato Sr. Lécio Soder, 51 anos – Katueté 03/06/2007.

#### 5.4 As escolas

O surgimento das escolas em colônias privadas como Katueté fora não apenas uma exigência imposta à empresa colonizadora, tal qual a implantação das vias internas de comunicação e escoamento da produção, mas se caracterizava como um atrativo a mais para o ingresso dos colonos. De fato esse serviço foi disponibilizado de modo muito precário, o que exigiu dos colonos um grande empenho para sua efetivação.

A construção da primeira escola da colônia foi realizada pela colonizadora, do mesmo modo que a contratação de professores, no entanto os custos com a manutenção da escola e com os salários dos professores ficavam a cargo dos colonos, que rateavam essas despesas entre os pais dos alunos na proporção de filhos matriculados. Mesmo após a encampação pelo estado, os pais continuaram a complementar a renda dos professores, através da doação de víveres, uma vez que os salários pagos pelo estado eram insuficientes para cobrir suas despesas e propiciar um conforto mínimo.

Semelhante situação ocorria também em algumas colônias fundadas pelo IBR, como no caso de La Paloma, onde os moradores tiveram que se mobilizar para organizar a primeira escola local e cotizar o pagamento dos salários dos professores.

A instalação de escolas na região antecedeu até mesmo a edificação das igrejas, e isso ocorreu pelo fato de a escola ser um instrumento fundamental de integração e assimilação dos filhos dos migrantes à cultura nacional. Entretanto, dada a presença majoritária de imigrantes oriundos de uma mesma região e que compartilhavam trajetórias culturais semelhantes, essa assimilação acabou não ocorrendo; ao contrário, ela condicionou o abraqueamento da pequena população paraguaia ali residente.

O testemunho da professora Fernanda Feliú é esclarecedor desse fenômeno que se consolidou com o decorrer dos anos:

El idioma predominante era el portugués, por el elevado porcentaje de niños que lo hablaban. Aún hoy, en las escuelas y colegios de la región, en el patio y los pasillos casi todos siguen hablando ese idioma. El paraguayo muy pronto acepta y adopta lo foráneo. Donde hay uno sólo hablando portugués, todos los que lo rodean se esfuerzan para hacerlo también (Feliú, 2003, p. 87).

Outro problema que dificultava a assimilação das crianças era o fato de que muitos dos filhos dos colonos teutodescendentes só falavam alemão em casa ou alguma

variante dialetal, e o contato com a língua portuguesa acabava se dando justamente nas escolas, que eram a rigor paraguaias. Muitos informantes de ascendência alemã e que viveram sua infância em Katueté afirmam terem aprendido português somente aos seis ou sete anos de idade e que tiveram certa dificuldade com o aprendizado do espanhol na escola.

Segundo a professora Oliva, as crianças manifestavam mais interesse pelo idioma guarani, que passou a ser ensinado nas escolas paraguaias, do que pelo castelhano, e isso ocorria, conforme a professora, em razão do exotismo que esse idioma representava para os alunos e também porque o espanhol, por ter certa semelhança com o português, não despertava maior curiosidade nos alunos, uma vez que o português era e continua sendo em realidade o idioma falado nas ruas. Alguns desses fatos podem ser observados nos trechos do seguinte relato:

Em casa a gente só falava o alemão.  
 Eu aprendi falá o portugueis quando chegaro uns vizinhos nossos que montaram um pastelaria perto de casa , eles só falavam o portugueis, e nós em casa só falava o alemão. Aí eles non aprendero o alemão , mais nós aprendemo portugueis  
 E na escola era só espanhol.  
 Com sete anos de idade eu aprendi a falá portugueis e espanhol...  
 O portugueis não foi tão complicado por causa dos vizinho ali, acho que a gente aprendeu mais na brincadeira né, então você eu acho que aprende mais fácil. Mas na escola espanhol, já foi mais difícil assim é, não pelo aprendê, mais pelo costume de você falá. Tipo, teve uma época que eles proibiro a gente na escola de falá o alemão, falá o portugueis, tinha que só falá o espanhol, é, então foi assim uma época assim que a gente sentiu um poco...<sup>135</sup>

Outro exemplo está presente neste breve relato do Sr. Ilvo Spielmann, cuja educação escolar se deu também numa escola pública de Katueté nos anos 1970:

Um dia a professora chegô do meu lado assim e falou: - Que linda letra tener.  
 E eu achei que ela tinha me xingado.  
 Aí eu comecei a chorar. Daí uma menina que sentava do meu lado, que era filha do Sr. Orlando Kaiser, o homem que meu pai tinha comprado umas teras dele, me falou assim:  
 - Não, ela falou que você tem uma letra bonita.  
 Ela me traduziu em alemão, pra mim poder entender que ela queria dizer.

---

<sup>135</sup> Relato Janete Engelmann, 38 anos – Katueté, 04/06/2007

Aí rapidamente a gente superô isso daí. Nós alunos, era praticamente todos migrantes olhos azuis, cabelo loiro... e no pátio a gente falava mais em portugueses <sup>136</sup>

O fato de as aulas serem ministradas em espanhol, por professores paraguaios, dificultava ainda mais a aproximação com os alunos, o que forçou muitos professores a aprender e praticar o português, que na maioria das localidades da fronteira oriental se transformara na língua franca.

O testemunho dos filhos do Sr. Soder, que tiveram sua formação primária numa pequena escola rural, localizada a uns três quilômetros do seu sítio, num vilarejo chamado Primero de Marzo, corrobora esses fatos:

No começo tinha escola aqui perto.

- Primeiro seis anos nois estudamos, foi fundado uma escolinha ali em cima. Nois estudava aqui, ia deapé daí,

- Tinha uma igreja católica ali perto.

- A professora era paraguaia. Guarani a gente entende alguma coisa mas não, porque a gente se criô, aqui assim praticamente como o pai disse quase cem por cento brasileiro, então o idioma falado é o português, a gente sabe o espanhol porque estudô na escola.

- Sim, inclusive na escola né, os professores falavam em espanhol.. aprendimo espanhol na escola, só que no recreio por exemplo era tudo brasileiro né, tu só falava portugueses. Mesmo no colégio agora depois, o segundo grau, no caso seria, mesma coisa também. Fala espanhol na sala de aula, quando saía português.

- Porque quando nois estudamo era até o sexto grado e daí começava do primeiro curso até o sexto curso, era doze anos dos cursos.

Nois estudamo guarani, no colégio já tinha.

- Sim era uma matéria, como inglês, por exemplo.

O guarani da escola não é tão difícil, falá é difícil, na escola eles não te ensinam falá o guarani ensinam, te ensinam escrevê e lê por exemplo, - - - Ele é meio castelhanizado também.

- Enton ele não é tão difícil. <sup>137</sup>

O problema mais grave se dava pela elevada evasão escolar. No início do ano letivo as matrículas abrangiam a maioria das crianças da colônia, mas em pouco tempo, quando chegava a época da colheita, a grande maioria abandonava as aulas para ajudar os pais na lavoura, e ao final do ano letivo terminavam com pouco mais que 1/3 dos alunos matriculados.

Alguns relatos de filhos de colonos que viveram a dura realidade dos primeiros tempos dão conta das dificuldades que eles encontravam para freqüentar as aulas e das

<sup>136</sup> Relato Ilvo Spielmann, katiueté, 06/05/2007

<sup>137</sup> Relato do Sr. Soder e filhos – Katueté 03/06/2007

diferenças sociais que já começavam a se esboçar entre eles. O testemunho de Janete Engelmann sobre os tempos de escola em Katueté retrata um pouco das dificuldades vividas por muitas crianças, filhas de colonos, que moravam em locais mais distantes do centro da cidade e que tinham que conciliar os estudos com árduo trabalho na lavoura:

Eu estudei seis anos de manhã, todo ano de manhã, num frio. Eu lembro que um dia vim de bicicleta, tava um frio, frio, frio e a gente não tinha agasalho, num tinha..., máximo que a gente tinha era uma conga, aquela época cê sabe aquelas conguinhas, mais nem isso eu tinha, acho que eu devia ter uns oito, nove anos. E um ano só que eu fui com minha irmã pro colégio, os outro sempre sozinha, e aí ia mais umas mininadas assim de lá, mais a maioria ia na parte da tarde. Eu sei que eu cheguei até numa baixada assim eu não consegui mais andá mais, porque as minha mão sem luva, anda de bicicleta né, no pé um chinelo havaiana, há!! não eu não consegui mais, eu tive que pará, se não eu ia caí, porque eu não sentia mais as mãos nem nada. Então foi assim muito sofrido.

E eu não gostava de estudá, eu entrava pra escola me sentia ahh , eu sempre era a excluída da sala, sempre era, assim, sempre era assim éee, a inferior. Sabe ? eu me sentia assim, não sei se realmente era. Porque minha bicicleta não tinha um banco que presta, entendeu, se ela era um pedaço de bicicleta que eu andava. Eu não tinha um caderno que presta, uma muchila que presta, não tinha lanche pra merenda, se eu tinha, trazia é ovo cozido, pão frito essas coisa assim. Ehh a outra turma, que nem a turma aqui da cidade, urbana, aqui era diferente né, era as menininha, as meninas, entendeu era diferente. Então eu sempre me senti diferente, eu não me sentia bem dentro da sala de aula, eu não aprendi bem... Eu não era uma boa aluna ehh.

Eu chegava em casa não tinha tempo de estudá, eu chegava, dexava minhas coisa, tinha, já tinha que almoçá, já tinha que lavá, tinha que arrumá e tinha que i pra roça. Ia pra roça carpia fazia ehhh... e trabalhava até começá escurecê..aí a gente chegava e tinha que tirá leiti das vaca e daí, depois a noite pra depois se tivesse pra estudar, tinha um dever alguma coisa pra fazê era à luz de lamparina. Então não estudava nada em casa, nada assim...

A gente não chegô a tê apoio assim, pai e mãe assim, você tem que estudar, não! você tem que trabalhá, tem que trabalhá...<sup>138</sup>

Na região de Cruce Guarani, Katueté, Puente Kyjhá e La Paloma existiam, como já mencionamos, muitas serrarias, que empregavam trabalhadores brasileiros em sua grande maioria. Por essa razão, várias escolas foram implantadas em algumas vilas rurais (denominadas linhas e troncais) localizadas em zonas mais afastadas. Nessas escolas rurais a evasão ocorria em razão da grande rotatividade desses trabalhadores,

<sup>138</sup> Relato Janete Engelmann, 38 anos – Katueté, 04/06/2007

que percorriam as serrarias e as fazendas em busca de trabalho, mas que raramente se fixavam no emprego.

A fala da professora Oliva descreve um pouco os motivos dessa evasão que ocorria muito freqüentemente entre os migrantes brasileiros:

Tenia dos serraderos grandes un en Cruce Carandey e otro acá. E estos serraderos grandes tenia muchos personal, todos brasileños, hasta ahora la major parte de empleados son brasileiros e ese personal vien y vá. Eron un personal todos morenos.  
 Y otro motivo por el qual emigrarón bastante gente es cada elección brasileira con la promesa de tierra, gente que tenia acá tierra se iva , vendía, alguno vendía, otros no vendía su tierra, se ivan todos.  
 En escuelas que nosotros teniamos asi ..hacia a cada diez kilómetros y que tenían unos ochenta alumnos, ahora están cerrados.  
 È por esta razón que muchas escuelas se cerraron. Otro problema es que los grandes propietarios usan mucho veneno en las plantaciones e los pequeños de las cercanias no consiguen plantar, ni criar chanchos, gallinas, nadie...<sup>139</sup>

Outra explicação dada ao fenômeno decorria do pouco valor que á época a maioria dos agricultores brasileiros e eurodescendentes devotavam à escolarização dos filhos, para quem o trabalho na roça era mais importante que os estudos, para lhes assegurar o futuro e o da propriedade.

Uma observação curiosa da referida professora se relaciona ao desempenho dos alunos. Segundo ela, os alunos brasileiros de ascendência alemã não apresentavam dificuldade em relação à matemática, mas desprezavam por completo as disciplinas de humanidades, ao contrário dos alunos paraguaios, que em geral mostravam menor inclinação para as matérias de exatas e um grande interesse por história, geografia e línguas. Atualmente, quando nos deparamos com um jovem estudante paraguaio e conversamos com ele, observamos que sua pronúncia em português costuma ser mais correta que a dos filhos de migrantes brasileiros.

O fechamento das escolas rurais coincidiu com o processo de reconcentração fundiária e de intensa especialização produtiva. Uma vez esgotadas as reservas florestais das grandes serrarias e abertas as terras para a mecanização, a redução da mão-de-obra no campo foi conseqüentemente intensa. Daí a migração desse contingente de trabalhadores rurais para as periferias das novas cidades ou, na maioria dos casos, o seu regresso para o Brasil.

---

<sup>139</sup> Relato Profa. Oliva De las Nieves Villalba, 60 anos – Katueté, 07/05/2007

Muitos agricultores teuto-brasileiros que possuíam unidades maiores também passaram a residir na cidade, pois, com a mecanização das lavouras, as tarefas se tornaram mais específicas e o tempo dispensado às atividades no campo menor.

Esses agricultores despendem mais tempo em contatos com gerentes de bancos, em conversas com funcionários e representantes de empresas de máquinas e implementos agrícolas e com o pessoal dos silos do que propriamente com a lavoura. Reflexos dessa mudança têm sido a crescente demanda escolar por parte dos filhos dos novos moradores da cidade e a expansão das escolas particulares em detrimento das públicas, produto do distanciamento socioeconômico entre as classes sociais e da debilidade do investimento público no ensino.

Dos três colégios que oferecem o equivalente brasileiro ao ensino médio<sup>140</sup>, dois são privados, o colégio Maria Auxiliadora e o colégio Teresiano, e das cinco escolas que dispõem do ciclo fundamental apenas duas são públicas.

Num comentário reservado da professora Oliva, ela observa que hoje em dia existe de fato, maior integração entre brasileiros e paraguaios, porém restrita aos diferentes grupos sociais. Há, segundo ela, um maior distanciamento das classes sociais, e a integração entre teuto-brasileiros, paraguaios e brasileiros ocorre dentro da mesma estratificação social, na qual comungam dos mesmos gostos e aspirações.

## 5.5 As Igrejas

Depois da construção das escolas, eram as igrejas que na fase pioneira passavam a ocupar a maior atenção dos colonos nessas localidades de fronteira. Diferentemente das escolas, que tinham em geral um caráter ecumênico, servindo as diferentes denominações religiosas de seus habitantes, as igrejas estabeleciam por sua própria natureza a segmentação da sociedade. Esse processo em Katueté foi gradual, embora desde cedo as diferentes denominações dispusessem de seus sacerdotes, alguns dos quais acompanharam os colonos em seu processo migratório.

A necessidade de suprir as carências e responder as dificuldades dos primeiros tempos dispôs a comunidade a um ambiente ecumênico. A própria conjuntura repressiva daqueles anos do stronismo também colaborou para esse espírito de cooperação entre as igrejas, sobretudo entre os membros mais ativos do protestantismo

---

<sup>140</sup> No Paraguai antes da última reforma escolar, ocorrida no início dos anos 1990, o ciclo básico era de seis anos e o médio de outros seis; atualmente está distribuído em nove e três anos, respectivamente.



e do catolicismo, que se sensibilizavam com o sofrimento dos mais pobres e oprimidos. O surgimento do Comit  de Iglesias foi uma iniciativa que decorreu dessa rea o   repressão política e às viola es dos direitos humanos, que ocorriam durante a ditadura stonista, e se apoiava no movimento internacional de luta pelos direitos humanos, como lembrado na fala do pastor Westermann:

Em 1977 se formou o Comit  de Iglesias, a Igreja Católica, a nossa e uma igreja norte-americana, "Discípulos de Cristo". Essas três estavam envolvida, e isso foi iniciativa do cardeal Arns e ele tinha esse uma mão direita ou esquerda de um americano, o reverendo Jaime Wright (pastor da igreja Presbiteriana Unida, que colaborou intensamente pela luta em defesa dos direitos humanos entre 1975 e 1986 e foi o principal articulador que levantou fundos para o projeto "Brasil nunca mais").

Esse ele ajudava, dava dicas e plata, e esse era também do "pão para el mundo", que uma organiza o de desenvolvimento da Alemanha da igreja evangélica, apóia o Arns e não o mis rio no início. Então havia, como chama, o OMS que apoiava esse tipo de trabalho, defesa dos direitos humanos e o Wright buscou muito dinheiro, ajudá com bastante dinheiro e *know how* e esses veio junto com Arns a Assun o a pedido de um pastor de nossa comunidade e de um bispo, que depois faleceu, pra fund  algo esse d  defesa dos direitos humanos em São Paulo para fazer aqui na Assun o. Fizeram o Comit  de Iglesias, foi o único que se anim  a defender presos políticos e dava assistência social aos parentes desses presos políticos...

A funda o da escola agrícola de Katueté, ocorrida no período pós-fronteira, no início dos anos 1980, foi em parte conseq ncia dessa sensibilidade e objetivava, dentre outras coisas, assistir os pequenos agricultores e buscar alternativas técnicas e produtivas às monoculturas comerciais.

As instala es físicas do salão paroquial e do galpão da referida escola, que era vinculada   igreja evangélica de Katueté, serviram de local, em várias ocasiões, aos encontros de trabalhadores campesinos e às reuniões do Comit  de Iglesias que atuava na região. O trabalho das pastorais também era bastante ativo no período e correspondia a esse apelo ecum nico. Esse arranjo permitia uma atua o mais desenvolta dos seus membros, apesar da recrudescência do regime, que de modo geral evitava um confronto aberto com esses setores progressistas da igreja. Westermann, a esse respeito, relembra um curioso evento ocorrido na região de Hernandarias envolvendo o movimento campesino, que começava a se organizar naquela época. Tal fato ocorreu durante a invasão das terras pertencentes a um grupo empresarial argentino, no qual o governo de

Stroessner interveio prontamente, reprimindo duramente o movimento; porém, graças a resistência dos camponeses e à solidariedade e atuação de algumas pessoas ligadas ao Comité de Iglesias, o movimento acabou se saindo vitorioso nesse episódio:

Por exemplo em 1976 aí levaron 500 pessoas emboscada que invadiram uma fazenda duns argentinos.

Fizeron um campo de concentração, de nada no campo ehh, eles tinha que fazê suas casas, trabalho forçado...

E esse era algo folclórico, do meu colega que trabalhava em Mbaracajú, um argentino-suíço. Ele pediu ao comissário do lugar dar uma mão para levar medicamento para as mulheres assim... vamos, vamo lá! Era todos contra os argentinos, entonces com o jipe de comissário furamos as barreras da polícia, porque eles queriam que as mulheres e crianças saíssem de lá por si mesmo por fome, e o comissário sempre passô, non atreviam de pará colega, ele passô e levô medicamento, comida pra lá ahh.

E aconteceu um dia veio um representante, dois representantes dessa firma Serin, Argentina, se queixaram em Assunção e IBR levô eles para lá e pediu pra fazer uma reunião, abogados típicos argentinos (risos) com esses rulos aqui atrás ehh bueno, jovens eles eram, e pediram vamo, falaram para os camponeses reunidos lá com a polícia tinham que aparecer todos. – Nosotros somos, únicos dueños, vocês tienen que salir daqui. Ehh tinha que ter intérprete esse non entendem nada de castelhano, tem que alguém falá em guarani. Enton esse comissário que era amigo do meu colega lá traduziu: Olha eles reconhecem o direito de vocês de tá nessa terra, e aplaudiam... - E por que aplaudiram? Não, é assim los índios son assim, falavam pra os argentinos – E vocês tem catorze dias pra sair daqui e ele traduzia - Em catorze dias vai vim uma comissão de Assunção para reconhecer os seus direitos, e aplaudiam...(risos) e os dois curepa, como se diz, falam os paraguaios dos argentinos, aí que los paraguaios sofreram muito essa arrogância dos argentinos, principalmente esses de Buenos Aires. Enton chamam eles de curepa\* E se foram a Buenos Aires, misión cumplida..

E nesses eram todos, policiais, policía, militares, camponeses, unidos contra esses argentinos. Então todo mundo ahh . Agora mostramos pra esses curepas quem é paraguaio. E aí foi uma grande vitória dos camponeses

Aí outros entraram mais Stroessner outra vez reprimia... <sup>141</sup>

O fato de o catolicismo ser muito arraigado à cultura paraguaia e de muitos imigrantes brasileiros também professarem essa religião, acabou fazendo com que a Igreja Católica congregasse a maior diversidade de fiéis na maioria das localidades da região. Entretanto, nem todas as igrejas católicas e seus párocos tinham uma postura

---

\*Kurepa, em guarani pele de porco, cuero de chanco, nome depreciativo dado aos argentinos desde a Guerra do Chaco, porque os soldados calçavam botas confeccionadas com o couro desse animal. Essa expressão é associada também à pele branca e rosada dos argentinos de pele clara.

<sup>141</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté 01/06/2007 - 2ª entrevista

politicamente mais aberta e ecumênica como acontecia em Katueté; alguns padres que passaram por La Paloma eram conservadores, alguns até assumidamente stronistas, como o vigário espanhol Enrique Torrijos. Tal fato fez com que a igreja de La Paloma mantivesse uma postura elitista e uma atuação meramente caritativa do ponto de vista social.

Embora os párocos católicos de Katueté afirmassem congregar a maioria dos fiéis da cidade, a existência das várias denominações protestantes não parece atestar essa presunção. O predomínio da população teuto-brasileira originária do Sul do Brasil, onde o protestantismo tem forte tradição, imprimiu uma característica a Katueté e região absolutamente incomum e distinta da estrutura tradicional das localidades paraguaias, onde o predomínio sempre foi do catolicismo. Em Katueté, a Igreja Católica teve que coexistir com mais de sete igrejas de diferentes denominações e orientações dogmáticas, cujo proselitismo tinha muita influência, sobretudo as igrejas ligadas ao pentecostalismo.

As igrejas pentecostais, que majoritariamente eram compostas por brasileiros nativos, foram paulatinamente incorporando pessoas de outros grupos, como os eurodescendentes e paraguaios, que enfrentavam sérios problemas com o alcoolismo, devido ao empobrecimento ou perda de suas terras. Essa conversão da população mais pobre das áreas de fronteira ao movimento pentecostal, como uma “associação secessionista”, se converteu numa reação e rejeição ao paternalismo e à crescente indiferença das classes dominantes.

De modo geral era em torno das igrejas que se dinamizava a sociabilidade na vida da colônia, não só através dos cultos e missas, que ocorriam ao longo da semana, mas pelas diversas atividades festivas que se realizavam anualmente, tais como encontros, quermesses, almoços e jantares beneficentes.

Muitos padres e pastores evangélicos que residiram em Katueté e região eram estrangeiros, e esse fato, se por um lado trazia o inconveniente da língua, era, por outro, vantajoso, pois colocava o pároco numa posição de certa neutralidade ante as diferenças que existiam dentro da comunidade.

Isso facilitava congregar as pessoas de diferentes denominações num único espaço, tal como ocorria, por exemplo, nos churrascos e festividades organizados pelo pastor Westermann nas dependências da escola agrícola de Katueté, que a rigor pertencia à Igreja Luterana.

O abandono do ecumenismo em Katueté coincidiu com o fim da ditadura de Stroessner e com a reação dos setores conservadores da igreja à teologia da libertação. O novo ambiente tornou possível o avanço do movimento carismático, que aportou em terras paraguaias quase que simultaneamente a seu crescimento no Brasil. Do lado evangélico, embora muitas igrejas, como a Luterana, a Batista do Missouri e a Metodista, mantivessem seus membros, elas passaram a conviver com a incômoda expansão do pentecostalismo.

Esse fenômeno se deu a partir do momento em que o fosso social existente entre ricos e pobres se ampliou, como aludimos anteriormente, e o discurso ecumênico e libertador foi perdendo a sua ressonância entre o povo mais simples.

A observação do pastor Westermann sobre esse avanço do pentecostalismo, que ocorreu em Katueté principalmente entre os católicos, reflete um pouco a perda do sentido de comunhão que existia nos primeiros tempos entre as pessoas, quando os mais simples se sentiam mais integrados à comunidade:

Muitos católicos se foram a essas comunidades porque padre nem conhecia eles ahh, quando o padre foi visitá, foi visitá o fazendero e non o peão e derepente ele é alguém tem terno, sapato e tem uma coisa pra fazê, ô levá pra dentro, ô cantá, ô fazê isso aquilo ele é valorizado e este muitas vezes é um agora tá que non dá nem valor pra si mesmo e agora encontron gente que lhe dá valor e aí cresce penso eu.<sup>142</sup>

## 5.6 Assistência à saúde

As principais preocupações dos pioneiros que colonizaram a região da fronteira oriental, além da segurança alimentar que garantisse a sobrevivência da família, eram o medo das doenças e os riscos de acidentes a que freqüentemente estavam expostos. Situações hoje consideradas corriqueiras, como uma dor de dente ou uma infecção das amídalas, transformavam-se num transtorno familiar. A assistência médica nos primeiros anos era realizada por práticos ou por profissionais que atuavam nas poucas farmácias existentes na região e que faziam indicação dos poucos medicamentos disponíveis.

Dentistas só eram encontrados em cidades maiores, como Salto del Guairá, e o tratamento existente consistia basicamente na extração do dente dolorido. Alguns

---

<sup>142</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 01/06/2007

colonos comentam que o único dentista que atuava em Katueté também realizava esse procedimento, mas, por vezes, extraía o dente errado, pois, como não havia nenhum aparelho de raio-x, esse profissional, que ninguém tinha certeza se realmente era formado, simplesmente agia por intuição. A difusão de próteses dentárias entre os moradores adultos de Katueté é um indício desse fato.

Casos graves tinham que ser encaminhados para as cidades brasileiras; a mais próxima era Guaíra, que dista uns 90km de Katueté. Devido à precariedade das estradas levava-se horas para percorrer essa distância e nos dias de chuva mais intensa as estradas se tornavam praticamente intransitáveis. Se não bastasse, a travessia para a outra margem do rio era muitas vezes feita em pequenas e perigosas embarcações, pois o serviço de travessia em balsas era irregular e não funcionava após as seis horas da tarde. O senhor Soder, que mora num sítio um pouco afastado de Katueté, recorda que na vizinhança, por volta de 1978, sua família era uma das poucas que possuíam carro e por essa razão, quando havia alguém que precisava ser socorrido e encaminhado para o médico ou para o hospital em Guaíra, ele era acionado. Ele comenta o drama vivenciado por duas gestantes que ajudou a socorrer, ilustrando um pouco as dificuldades daqueles tempos:

Um dia tava chovendo, mai chuva, chuva, veio um senhor pra cá com uma mulher grávida numa carocha de boi, ali e dexô no pátio. O meu pai lá descangô os boi lá, tratô dos boi e levei ele.

E ele só falava pra mim corrê! Porque vai nascê na estrada, corre... eu né, chovendo, molhado, eu sei que eu descí aquela baxada eu de Variant e o caro subiu em cima da ponte de atravessado, porque ela começô dançá lá ná baxada e por sorte ela alinhô..aí eu falei pra ele, seja lá o que Deus quisé. Eu falei não adianta nois corê tanto eu falei assim, pra nós acabá se acidentando todo mundo. Mais aí conseguimos chegá lá em Guaira e o nenê nasceu...

Outra veis o uma pessoa não pôde i e ele pediu pra mim levá na camionete dele uma outra senhora e essa criança nasceu, na camionete não, no bote, não deu tempo de chegá em Guaíra. Nasceu travessando, assim, era tudo aquelas lanchinha pequena, aqueles botinho pequeno, aquilo cabia treis pessoas, tava cheio aquele negócio, né. Era um tal de Petrolino o marido dela, e o menino nasceu no bote, mas sobreviveu...<sup>143</sup>

Tal qual ocorreu com a mobilização da comunidade para a construção das primeiras escolas, a construção do posto de saúde foi uma iniciativa em que todos,

---

<sup>143</sup> Relato Sr. Lécio Soder, 51 anos – Katueté 03/06/2007

indiscriminadamente, se envolveram. Festas foram organizadas para se levantar fundos, doações foram feitas por madeireiros e pela própria loteadora, e principalmente pelos carpinteiros e pedreiros da cidade, que cediam seu trabalho para edificação do prédio onde funcionaria o posto de saúde, que na verdade seria um posto de pronto atendimento. Esse arranjo comunitário é lembrado na fala simples do Sr. Fontanetti:

O cemitério foi nós que abrimo, o posto de saúde foi nós que ajudemo fazê, fazia festinha, fazia... pedia madeira pros torero aí, um caminhão de, uma carga de madeira de cedro, carga de peroba os camionero aí, vixe!!<sup>144</sup>

Entretanto, apesar desse esforço coletivo, o maior problema era a dificuldade em conseguir médicos dispostos a trabalhar numa localidade isolada como Katueté, que naquele tempo não possuía nenhuma infra-estrutura e carecia da maioria dos bens e serviços.

O primeiro médico a se estabelecer em Katueté foi um boliviano chamado Sigfredo Terrazas, por volta de 1978. Era um clínico geral que também realizava pequenas cirurgias e assistia partos. Muitas crianças nascidas em Katueté vieram ao mundo por seu intermédio e sobreviveram graças á sua intervenção. Segundo Gerti Spielmann, que trabalhou com esse médico durante vários anos como auxiliar de enfermagem, muitos procedimentos cirúrgicos realizados no posto eram feitos à luz de velas ou com alguma lanterna, pois não havia nenhum gerador disponível e os poucos materiais existentes tinham que ser racionados; demorava semanas e até mesmo meses para se receber medicamentos, materiais para curativos e outros expedientes e o fornecimento desses materiais dependia da liberação de recursos e da boa vontade do Ministério da Saúde em Assunção.

Uma história contada pelo Sr. Mário Fontanetti, ocorrida logo nos primeiros anos de sua residência em Katueté, ilustra bem as dificuldades e o drama vivido pela população naqueles tempos devido á falta de assistência médica:

- (Sr Oswaldo) Farmacêutico já tinha, improvisado, ele tinha conhecimento.  
 - (Sr. Mário) Ele tinha aí uns remedinhos à-toa.  
 Então a cobra mordeu um peão meu aqui ehh, levei ali pra ele, no mesmo instante, mordeu ali ó...Ele veio trotiando daqui, falô lá pra min, - Seu Mário, a cobra me mordeu...  
 Falei no tem pobrema non rapai eu te dô remédio aqui.

<sup>144</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti, 80 anos – Katueté, 03/06/2007 - fita 1

Falei pra ela(sua esposa) traís o específico...  
 Peguei o remédio, dei duas colé de específico pra ele...  
 Aí já dei pra ele, ele tomô, já mandei o fio, fio tinha uma bicreeta aí... Vai ligero chamá o seu Drigue, que só ele que tinha um caro aqui, vai chamá ele...  
 Fala pra me buscá o Adãozinho pra gente, pra nois levá ele lá no Fermino, Fermino a farmacinha aqui, o chotinho à-toa...Ai levemo ele lá, peguei ele aqui, em deis minuto ele no colo, ele non andava mais.  
 Puis ele dentro do caro, levei ele lá desamarei a perna dele, aí o médico plicô um remédio nele lá. Tinha amarado um estilingue, uma boracha , chegô lá ele desamarô, aplicô jeção.  
 Enton dá onde eu amarei a perna dele, daqui pra baixo apodreceu tudo...  
 Eu pequei levei ele ali, ele féis uma jeção e falô pra min:  
 - Ocê vai em Ponte Kirá, lá tem uma farmácia meió lá, tem mais jeção lá. Lá eles aprica.  
 Lá eles apricaro umas jeção, mais não adiantô. Dois dias depois ele tava morendo. Aí o Julinho que tinha uma rural velha falo: – Vamo levá ele pra Guaíra, lá tem hospital...  
 Aí veio ele o Julinho. Aí o Julinho pegô ele, ponhô no caro e levaro prá Guaíra. Leva pra Guaíra, atravessamo a barca lá, era uma hora da noite, quando atravessamo com um botinho, arrumaro um botinho, travessaro noís pra lá..  
 Aí levaro pro hospital São Luca, aí o médico falô pra ele, falô pra mim assim: - No sei não, vamo tentá mai os cês não dero jeção suficiente pra ele...  
 Aplicaro no sei quantas caixa de jeção nele, tava quase morendo.  
 Mais depois de dois meses ele ficô bom, mai quase moreu....<sup>145</sup>

Acidentes de trabalho e picadas de cobras eram os problemas mais recorrentes e nem todos os tipos de soros antiofídicos se encontravam disponíveis; dependendo da gravidade o paciente tinha que ser encaminhado diretamente ao Brasil, principalmente a Guaíra e Umuarama.

Tratamentos mais complexos para os casos mais graves, às vezes eram buscados em cidades mais distantes, como Mandaguari e Maringá, no norte do Paraná, mas poucos colonos podiam se dar ao luxo, pois tais tratamentos eram muito dispendiosos e requeriam tempo, duas coisas realmente caras aos colonos. Praticamente todas as lembranças de família são similares em relação às histórias sobre nascimentos, doenças e acidentes no campo e também sobre as dificuldades em se obter assistência médica.

Como os assentamentos dos colonos ocorreram simultaneamente ao surgimento das cidades, somente a partir do seu crescimento os serviços de assistência se tornaram disponíveis. Por esse motivo, muitas famílias tinham que recorrer ao auxílio de práticos que possuíam algum conhecimento. A maioria das crianças nascidas nessa época foi

<sup>145</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti, 802 anos – Katueté, 02/07/2007

assistida por esses profissionais, e alguns deles acabaram se notabilizando dentro da comunidade.

Gerti Spielmann, que trabalhou como auxiliar de enfermagem do Dr. Terrazas, atuou num vilarejo chamado Itabó, atendendo moradores e trabalhadores da maior serraria da região numa pequena farmácia e ambulatório improvisados no armazém montado por ela e por seu irmão. Os atendimentos mais comuns, segundo ela, envolviam acidentes de trabalho e, principalmente, picadas de cobra, que naquelas matas eram abundantes.

Gerti também realizava alguns procedimentos cirúrgicos mais simples e até mesmo partos, e nos casos mais graves, que exigiam atenção médica, ela os encaminhava para Katueté ou para uma cidade maior.

As expectativas dos colonos por escolas, igrejas e pelo cuidado à saúde foram de certo modo supridas nos primeiros tempos pelos arranjos internos da comunidade, e eles dependeram em grande medida da presença de pessoas que possuíam algumas dessas habilidades. À medida que a cidade foi crescendo e a economia da região foi se expandindo, esses serviços passaram a ser prestados por profissionais formalmente treinados e por instituições externas, do mesmo modo que o voluntarismo e o altruísmo, que outrora mobilizaram a comunidade em torno de suas demandas essenciais, vão cedendo lugar aos interesses individuais e à lógica econômica dominante.

## **5.7 Recreação**

A recreação nesse ambiente tinha que ser provida pelos próprios colonos e variava um pouco devido não apenas à circunstância em que a colonização se efetivou, mas também devido às diferenças culturais existentes entre os grupos de migrantes. Apesar de a colonização ter começado no início dos anos 1970, numa época em que a televisão começava a despontar no Brasil, os televisores só começaram a se difundir na região no final da década, e poucas residências realmente dispunham desse bem, pois, como vimos energia elétrica só chegaria aos lares no final dos anos 1980. Aparelhos de rádio e de som dependiam de baterias ou da energia gerada por motores a diesel, o que era um luxo para a grande maioria da população. Os poucos aparelhos existentes sintonizavam as estações brasileiras e tinham um uso mais restrito e privado; por esse motivo, as atividades de recreação acabavam tendo um caráter coletivo e eram realizadas em locais abertos.



Muitos dos relatos se referem ao caráter coletivo das brincadeiras de infância e ao contato com a natureza, muito presente naqueles dias. Caçar com arapuca, subir em árvores, correr pelo mato, pescar e banhar-se nos rios eram atividades comuns entre as crianças, que freqüentemente eram acompanhadas pelos irmãos mais novos. Como muitas crianças ajudavam os pais em algumas tarefas em casa ou no campo, as brincadeiras tinham que ser conciliadas com esses afazeres e com as atividades escolares.

De modo geral, a recreação das crianças e adolescentes refletia esse tempo de liberdade em relação às restrições e constrangimentos do mundo adulto. Alguns desses relatos, como o de Ilvo Spielmann revelam um pouco dessa época de infância vivida em Katueté e a sua passagem de criança para a adolescência, que coincidiu com a própria evolução da cidade:

O jogo de bola era indispensável né, nos fins de semana, no sábado, nos potrero de casa, nos vizinho eh... a gente brincava de mocinho, tipo de matá, de se escondê, andar de bicicleta...

Que hoje em dia nossos filhos já não tem esse hábito, não brincam mais assim...

Às veis eu quando tinha um pessoal de fora passava um filme. A gente assistia “Menino da Porteira” e outros né. Aqui a gente tinha um salão de baile e ali vinha esse pessoal passá esses filmes. Daí depois com o tempo, já mais crescidinho tinha os bailes e eu desde muito novo ia aos bailes.<sup>146</sup>

Já entre os homens as atividades mais comuns eram os jogos de futebol, que congregavam indistintamente paraguaios, brasileiros e teuto-brasileiros, e a bocha, que era mais disseminada entre os colonos sulistas. Esses espaços eram improvisados em terrenos abertos no centro da cidade, e só posteriormente foram sendo instalados em locais apropriados. No caso da bocha, que comumente reunia homens mais velhos, a cancha acabava sendo construída ao lado dos bares, que eram os locais mais freqüentados pela população masculina, geralmente após o trabalho e nos fins-de-semana. Atualmente a maioria dessas canchas encontra-se em clubes, como o CTG e o Clube União.

A mais comum das atividades recreativas eram os piqueniques, que reuniam algumas famílias e não requeriam um espaço específico. Já as festas e os churrascos, que geralmente eram organizados para uma determinada finalidade, como a de levantar

---

<sup>146</sup> Relato Ilvo Spielmann, 41 anos - Katueté, 06/05/2007

fundos para determinada obra na comunidade, ocorriam em espaços públicos, como o pátio das escolas ou o salão paroquial, e se tornaram mais frequentes à medida que a comunidade foi se estabilizando.

Outra atividade eram os bailes, que tinham um caráter especialmente importante nesse universo rurícola, pois eles eram uma das poucas oportunidades para se debutar as filhas mais jovens e proporcionar à família inteira o contato com a sociedade local. Nesses bailes e festas congregavam-se as pessoas mais influentes e importantes da cidade, com convidados de localidades vizinhas, até mesmo de Salto del Guairá.

Muitos desses convidados eram políticos e pessoas que ocupavam cargos de destaque no governo e essas festividades serviam para estreitar os laços entre os colonos mais fortes e essas pessoas influentes. Bailinhos também ocorriam em locais mais simples e informais como o quintal de alguma residência ou o terreiro de algum sítio, e normalmente eram acompanhados de um churrasco entre amigos. Tais festas eram muito comuns e animadas, bastando a presença de um sanfoneiro ou de algum outro músico para que a dança começasse. Elas tinham um caráter mais restrito e segmentado, envolvendo, em geral, pessoas pertencentes a determinado grupo étnico ou na mesma condição social, mas essa característica não constituía de modo algum uma regra rígida, uma vez que algumas uniões interétnicas acabaram se consumando justamente nesses encontros.

Para a maioria dos jovens, essas festas e bailes, independentemente de suas características, eram a melhor oportunidade para se iniciar namoros e construir futuras uniões matrimoniais, que em geral ocorriam muito cedo, em torno dos dezessete e vinte anos para as mulheres e no máximo aos vinte e cinco para os homens. Nessas ocasiões ocorria também o contato de pessoas de distintos grupos, o que paulatinamente colaborou para o enfraquecimento da endogamia prevalecente entre as famílias de teuto-brasileiros, que durante muitos anos caracterizou a colônia.

O relato de Janete Engelmann a esse respeito é elucidativo de como havia uma imagem negativa construída em torno dos paraguaios e de que esse estranhamento era uma mecanismo de defesa dos colonos ante as adversidades sociais de um meio que não era o seu. Essa postura, ao que tudo indica, foi mudando com o decorrer do tempo, à medida que a aculturação passou a ocorrer em ambos os sentidos. Ao que parece, a endogamia era a forma pela qual os colonos buscavam conservar os laços identitários da comunidade e ao mesmo tempo manter seus arranjos familiares, baseados na confiança e no trabalho comum.

Casamento com paraguaio no início não tinha muito naquela época. Eu me lembro da minha infância que a minha mãe dizia assim pra mim:

- Filha, se um paraguaio chegá perto de você, você não dê moral. Você não conversa..., você não dê espaço porque eles são isso, isso e aquilo.

Minha mãe dizia, então eu cresci assim com uma mentalidade de eu passá em frente de uma delegacia eu nem passava... Porque eu tinha medo, porque ali só tinha paraguaio. Então naquela época que meu pai e eles vieram para cá havia esse conflito entre paraguaio e brasileiro. Não que chegara a se batê de frente não né.<sup>147</sup>

Essa mudança de postura pode também ser observada numa outra passagem do relato de Janete Engelmann e na observação do pastor Westermann, para quem o que hoje ocorre é uma incorporação de uma mesma cultura:

Quando minha irmã começô a namorá esse paraguaio (referindo-se ao esposo da sua irmã), nossa! Foi assim pra família de forma alguma. Era uma vergonha. Ihh depois aceitamo. Isso foi naquela época, hoje já não tem isso.

Aqui também os próprios paraguaios que vieram aqui estão mais integrados com os brasileiros. Acho que um pouco era assim é... medo porque minha mãe..., meu pai nunca chegô assim a falá tanto, mas minha mãe, como era um lugar assim, imagina você num outro país né. Você não se sente seguro, você sabe que num tá na sua terra, você tá na terra alheia. Eu hoje me sinto em casa aqui, enquanto que eu fui morá no Brasil dez anos lá e voltei.<sup>148</sup>

Hoje ton mais permitido. Os primeiros sempre eram um escândalo... Queriam morer de vergonha e assim como uma certa..Non podem fazer nada enton deixam assim. Acho que os dois grupos adotaram a mesma cultura. Moto, mulher, plata e divertir-se, esse é. Esse quando eston no mesmo.<sup>149</sup>

O que se observa atualmente entre os jovens de Katueté é uma padronização de comportamentos, na qual não se consegue mais distinguir paraguaios de brasileiros, a não ser por alguns traços físicos mais acentuados existentes entre alguns jovens, paraguaios e teutodescendentes, que no geral trajam os mesmos jeans, tomam as mesmas bebidas, falam aos mesmos celulares e ouvem as mesmas músicas

<sup>147</sup> Relato Janete Engelmann, 38 anos – Katueté, 04/06/2007

<sup>148</sup> Relato Janete Engelmann, 38 anos – Katueté, 04/06/2007

<sup>149</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05/05/2007

ensurdecedoras, embaladas por potentes sistemas de som, que os mais abastados costumam ostentar em seus carros e camionetes.

A postura desses jovens é marcada por certa indiferença ante a história que marcou a migração e colonização da região. Esse talvez seja o traço marcante que caracteriza o abasileiramento dessa fronteira, tornando-a ao mesmo tempo singular e banal, como tantas outras localidades do interior do Brasil. Essa característica, ao mesmo tempo em que exerce forte atração entre os jovens paraguaios, por seu componente moderno e seu sentido global, avassala sua cultura e as tradições do país.

### **5.8 Estratégias diferenciadas ante a seletividade do mercado**

As pessoas que se moveram para essas regiões de fronteira tinham em mente não apenas melhorar sua condição de vida mas edificar uma nova comunidade dentro do que havia de atual e moderno. Essa consonância com a modernidade, que se efetivou de modo paulatino, condicionou o arranjo produtivo da maioria dos colonos, e o sucesso ou fracasso de suas investidas decorreram da capacidade de adequação às exigências mais amplas de mercado.

Muitas decisões tomadas por alguns colonos, ávidos de um crescimento econômico mais rápido, acabaram se revelando muito frágeis e arriscadas. A facilidade para contrair créditos dos bancos e iniciar a destoca dos terrenos para rapidamente implementar a lavoura foi para alguns colonos sua condenação. Para aqueles que possuíam meios para adquirir alguma máquina e com ela prestar serviços aos vizinhos, isso se tornou um modo efetivo e suplementar de ganhos e de maior independência na hora de realizar a sua colheita.

Nas condições iniciais de assentamento, tais diferenças passaram a pesar decisivamente na consolidação da propriedade.

Os colonos que se mantiveram numa postura mais cautelosa não alcançaram maior prosperidade em seu negócio, porém conseguiram manter sua propriedade e organizar, mesmo que em bases mais modestas, a sobrevivência da família. Já os colonos que tiveram maior arrojo e senso de oportunidade, e que contaram também com a sorte, estes puderam ampliar o seu terreno e expandir a plantação.

O processo de diferenciação social em curso na região de Katueté, entretanto, não apenas acentuou a marginalização dos trabalhadores brasileiros depauperados e dos campesinos paraguaios ali estabelecidos, mas também ampliou as assimetrias existentes

entre pequenos e médios agricultores farmerizados, o que tem limitado a própria permanência dos agricultores menores no mercado de *commodities*.

Muitos, como vimos em vários relatos, acabaram tendo que vender ou arrendar suas terras para os vizinhos melhor estruturados e que possuíam meios de adquirir novas e modernas máquinas e terras suficientes para ganhos em escala.

Relatos colhidos entre antigos moradores atestam algumas tomadas de decisão que em certa medida se tornaram efetivas como meio de proteção ante as adversidades de mercado. O relato seguinte, do Sr. Fontanetti, é revelador de sua percepção crítica em relação ao comportamento desmedido de alguns colonos, que tentaram maximizar seus ganhos de modo imprudente e acabaram tornando-se reféns dos credores e dos juros bancários:

Tem um cara ali eu conheci que ele pegô um financiamento do governo e no pode pagá.. ficô pendurado. Aquilo tá correndo juro e é em dólar. Aí pegô de novo financiamento otra veís, vai tê que dá escritura pro cara. Agora ele tá com cinqüenta milhão, cinqüenta mil dólar de financiamento. Agora esse é o ultimo ano, esse ano se ele não consegui pagá esse cinqüenta mil dólar enton a tera já é do otro. Soja ele pranta o dele e pranta o dos outro, pega dos otro, paga numa renda loca e daí dá aquela seca, dá aquele pipino e aí fica devendo non pode pagá. E agora tá pendurado.

O cara tem que tê cabeça.

Tem que prantá o quele pode e non ficá querendo abraçá... Cê sabe quando o senhô dá um passo largo, o que acontece? A calça arebenta no meio da perna né.

Assim acontece com esses nego que abriu a perna muito, né.

Qué prantá muito, qué ganhá um dinherão no ano e é aí que toma prejuízo.

- Se dá bem ele pode saí pra lá, mas se frustrá aí já viu (intervenção do Sr. Oswaldo).

Perdê um ano non ariba mais depois... <sup>150</sup>

Decisão imprudente também é relatada pelo Sr. Lécio Soder, que acabou adquirindo do banco parte de umas terras pertencentes a um incauto colono, que, atado em dívidas, teve que deixar sua propriedade e retornar ao Brasil. Nesses comentários se percebe pela negativa a conduta considerada mais correta ou pelo menos mais sensata, pois a maioria dos colonos entrevistados permanece trabalhando a sua terra e esboçando sinais de prosperidade:

---

<sup>150</sup> Relato Sr. Mário Fontanetti, 80 anos – Katueté, 02/06/2007

... Tinha que hipotecá pra consegui financiá.

Muita gente inclusive perdeu a tera. Eu mesmo acabei comprando doze hectária ali que tenho hoje ali... Eu comprei do banco, porque o cara pegou dinheiro do banco féis destoca, mas como muitas veis o pessoal facilitava, não esperava a destoca ficá mais leve, era bastante bruta, daí gastava muito e a pessoa que só tinha cinco alqueire de tera e pagava e fazia aquilo tudo de uma veis, numa pegada né, derepente no próximo ano começava dá um ano ruim, ruim de safra, se colhia poco por alqueire ihhh, é preço ruim ainda por cima. Aí non conseguia pagá.. Aí começava remontá, aí começava juro, juro subi virava aquela coisa. A pessoa acabava com tudo, deixando a tera pro banco. Pegava a muchila e ia embora, porque chegava um ponto que não tinha mais.<sup>151</sup>

Já numa conversa entre os senhores Oswaldo Spielmann e Mário Fontanetti, eles comentam acerca de posturas mais prudentes e de algumas alternativas à cultura da soja, que se têm mostrado profícuas aos pequenos agricultores da região:

- (Mário) Aqui tem grande, mais tem pequeno barbaridade (referindo-se às propriedades vizinhas a seu sítio), ele pranta também.

- (Oswaldo) Ele planta dentro da possibilidade dele.

- (Mário) Daveis tem muito que pranta de máquina, o aradinho e coisa e depois paga pra coiê

- (Oswaldo) Só que ele non faiz muito pgresso.

- (Mário) Mai non fica devendo.

- (Oswaldo) Verdade, mais agora tem muito colonos aqui viraron a atividade eles tem vaca de leite, porque tem uma queixaria aqui e tem compradores de leite de fora..

Tem aqui perto, eles tem o filial aqui e o matriz em Santa Rita..., e abriro ali queixaria, leite industrializado, qualquer tipo.<sup>152</sup>

- (Oswaldo) Ninguém sabe melhor que o mercado, quando vem o dia vinte que entra e pontualmente no pagamento entra o cheque do leite vai enche de gente no mercado a troco de cheque do leite em mercadorias, tem gente que non consegue gastá o dinheiro que eles tiram do leite, e eles tem um plantel de gado muito boa, gente que é mais pra progresso, eles tem vacas holandesas.

- (Mário) A colônia aí mais o meno mexe só com gado, esses tinha roça e mexe com gado pequenas.

- (Oswaldo) As pequenas áreas, planta também anexo e melhorar o pasto, porque eles tem o exemplo de otros que plantam tipos de pasto que nós nem conhecia, e é um pasto muito bom e outra coisa a farinhera que tem aqui, ahh que faz a industriaria Pilón, é ele faz só povilho e o bagaço a caçamba entrega na casa da gente, lá no pasto, alimentaçon do gado e agora o garborante faz álcool do milho e do sorgo. Sorgo non é muito bom, mas do milho eles cozinha ele, eles trais caminhonadas de milho na casa da gente e as vacas é gorda que pode matá...

<sup>151</sup> Relato Sr. Lécio Soder, 51 anos – Katueté, 03/06/2007

<sup>152</sup> Relato Oswaldo Spielmann e Mário Fontanetti – Katueté, 02/06/2007

A dependência em relação aos bancos que concediam financiamentos agrícolas a juros subsidiados foi uma das principais razões pelas quais muitos agricultores inviabilizaram suas propriedades. Secas, chuvas em excesso e falta de máquinas também contribuíram para esse malogro, como vimos em relatos anteriores.

Por essa razão o cuidado em relação ao uso desses créditos e o controle do endividamento da propriedade acabaram se revelando o melhor instrumento para viabilizar a empresa agrícola e em alguns casos o meio mais efetivo pelo qual alguns colonos puderam prosperar. As estratégias familiares baseadas na cooperação conjunta e na utilização comedida dos ganhos mostraram-se igualmente bem-sucedidas, como foi o caso da família Spielmann. Eles mesclaram sua atividade rural com o comércio, fazendo com que os ganhos da propriedade não fossem drenados pelos gastos familiares, mas sim cobertos pela renda do comércio, o que possibilitava reinvestir os ganhos das boas safras na aquisição de novas terras e no custeio da safra seguinte.

Dada a liquidez da propriedade, eles se mantinham adimplentes junto aos bancos, podendo converter os empréstimos na aquisição de novas máquinas e na ampliação da área plantada. O relato do próprio Sr. Oswaldo Spielmann é elucidativo dessa postura mais cuidadosa em relação ao investimento:

Eu sempre pagava do jeito que eles queria e a gente combinava como eles queria.

O soja colhido porque non tinha possibilidade de colhê tudo a mão. A minha destoca por exemplo eu fazia tudo do meu bolso. Muitos disseron: Por que você non destoca, a estera tá ali, faz um financiamento. O banco de fomento dá financiamento a um por cento. Eu fiz sim, pra outra finalidade. Um ano fiz quatro alqueire, outro ano cinco alqueire e assim...

Com dinheiro do bolso, que eu podia contratá, porque eu non gostava trabalhá com banco, porque é um compromisso.<sup>153</sup>

Outros arranjos que se revelaram bem-sucedidos foram aqueles em que alguns colonos, um pouco melhor capitalizados, optavam por comprar pouca terra e investir os recursos disponíveis na aquisição de tratores e equipamentos. Como no início da colonização não havia praticamente nenhum trator, nem esteira para o trabalho pesado de destoca, aqueles que possuíam essas máquinas puderam auferir considerável lucro com a prestação desses serviços, passando inclusive a também fornecer sementes e defensivos aos demais agricultores.

---

<sup>153</sup> Sr. Oswaldo Spielmann, 79 anos – Katueté, 02/06/2007

Alguns desses colonos tornaram-se prósperos comerciantes e outros grandes proprietários. Um desses personagens era o Sr. Alípio Dietrich, como relatado pelo Sr. Spielmann:

Tinha um, o Alípio Dietrich, comprô o 65 Valmet com os implementos de acordo com o trator..E uma niveladora e um arado com três discos e um pulverizador pra passá veneno... Enton ele fazia pros colonos e fornecia o veneno, ehh também a semente. Ele tinha relacion com as firmas fornecedoras, enton como eu nunca fiquei devendo pra ele, enton eu colhia pro último, porque o meu era garantido. O que ele tinha pra receber, a máquina dele ia lá primero, porque ele queria salvá o dinheiro dele.<sup>154</sup>

A trajetória dos colonos de Katueté, a despeito da predominância de um determinado grupo em relação aos demais, é exemplar da multiplicidade de atores sociais que em suas diferenças convergiram para essa fronteira na busca de melhores dias e nela edificaram sua nova sociedade.

A promessa de prosperidade e a necessidade de se adequar aos dinamismo da moderna produção agrícola logo mostraram seus limites e nesse processo muitos ficaram para trás e os bons tempos da vida comum e simples foram deixando lugar para o mundo dos negócios e do tempo escasso.

De certo modo, esse processo de diferenciação social, produto da modernização agrícola, levou ao distanciamento entre as pessoas, ocupadas exclusivamente com suas próprias vidas. Tal constatação é apontada pelo pastor Westermann como um fenômeno recorrente nos ciclos de ocupação e colonização das novas fronteiras que se abrem:

Antigamente todo mundo era obrigado a ser aberto porque precisava do vizinho. E agora depois de um tempo, no tempo de necessidades, a necessidade une as pessoas sabe e quando cada um começa a desenvolver por sua própria conta aí non, non é mais tão disposto a participar o de abrir-se com outros non. Esse em cada colonização se nota isso. Por isso nós fizemos festa entre os cinco igrejas, hoje cada igreja faz a sua própria festa...<sup>155</sup>

## 5.9 O sentimento com o país

Apesar das dificuldades enfrentadas durante anos de duro trabalho e das vicissitudes do dia-a-dia, a relação que muitos colonos fazem de sua opção pela vinda

<sup>154</sup> Relato Sr. Oswaldo Spielmann, 79 anos – Katueté 03/06/2007

<sup>155</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 05/05/2007



parece ser boa. Certamente esse é um balanço que se faz como compensação aos infortúnios vividos ou até como resignação ante a impossibilidade da mudança, porém muitos dizem se sentir em casa e mais à vontade do que quando vão ao Brasil por algum motivo. Para outros que atingiram o sucesso econômico, a plena integração às coisas do país é um dado concreto; já a atitude dos jovens em relação ao fato de serem paraguaios ou brasileiros não parece constituir um problema para eles. Muitos afirmam se sentirem brasileiros, mesmo sendo oficialmente paraguaios, porque, conforme dizem “no fundo tudo é muito parecido, é tudo a mesma coisa”.

Alguns colonos bem-sucedidos e alguns empresários vêm a região como um eldorado, um lugar de oportunidades, onde, se você trabalha com afinco, o resultado aparece. Algumas famílias paraguaias visitadas acham interessante a vivência com os brasileiros, e até mesmo, como dona Armelinda diz, “se sentir um pouco brasileira é bom também”, “viver outra cultura”. Mas tal percepção nem sempre é vista com esse colorido, como observamos na fala da professora Dona Oliva, para quem alguns brasileiros “nos avasallan, avassallan nuestra cultura”.

Atualmente, um número considerável de colonos mais velhos têm retornado ao Brasil para viver mais próximos dos parentes que deixaram no Paraná e de certo modo assegurar sua aposentadoria, direito que não possuem no Paraguai. Eles deixam seus filhos cuidando da propriedade e retornam. Outros, porém, preferem ficar, mesmo não tendo constituído uma base financeira e patrimonial mais sólida, e dizem que ali é sua verdadeira morada e que não têm mais tempo nem saúde para recomeçar noutro lugar.

Alguns colonos, como o Sr. Hobold, fazem uma fala mais apaixonada e crítica em relação à visão negativa que muitos brasileiros que deixaram o país construíram sobre o Paraguai, como no relato que se segue:

Uma veis eu dei uma entrevista... O Nilo lá de Rondon veio aí.  
 A rádio perguntô, tinha saído daqui os brasiguaios, foram tudo pro norte, e falaram muito mal do Paraguai né.  
 Não eu não sei respondi. Os brasiguaios, esse povo que foi embora. Daí foram embora e metero o pau no Paraguai, que aqui não prestava, tinha uma imagem muito ruim do Paraguai, tudo só falava mal do Paraguai, que aqui não tinha nada.  
 E daí o Nilo veio aí deu uma entrevista comigo. Meti o pau né, ahh.  
 Os brasiguaios que foram embora...  
 - Foro embora, porque são vagabundo...  
 Aqui não tem nada disso aí...  
 Rapais uhhh. Passô em Rondon, lá pra cima, foi por tudo onde tava esse povo. Todo mundo sabia que eu tinha metido o pau...

Aí um dia desse eu fui visitá os brasiguaios lá em Cotiguaçu, Mato Grosso, tinha lá até um compadre meu... Ele me disse:

- Tu tem corage né cumpadre metê o pau?

Aí eu disse; É verdade! Porque ocêis falaram tão mal. Nós temo lá até hoje não tem problema nenhum, e ocêis metiam o pau por que?

- Sabe que cê tem razão...<sup>156</sup>

Essa defesa que faz o Sr. Cláudio, de certo modo ecoa um sentimento que parece ser comum entre muitos imigrantes com os quais conversei, de que, apesar dos laços afetivos que muitos ainda cultivam em relação ao Brasil, sua percepção é de estranhamento quando atravessam para o outro lado da fronteira e do alívio de quando regressam para sua morada, mesmo tendo em conta que ela fica em outro país. Como podemos perceber nessa fala do Sr. José Branco:

Eu acho... nunca, nunca achei que tivesse assim alguma coisa. A gente sente que tá num outro país né.

A consideração da gente é que tá num outro país, né

Por mais que viva, tô vivendo aqui mais de trinta anos né. Nunca voltei pra morá lá no Brasil de novo, vô lá sim, vô a negócio, visitá parente. Mais é... a gente se sente bem aqui, nunca pensei em retorná. Minha família tá toda aqui... Tudo casados, tenho uma filia casada com paraguaio né, netos...<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> Relato Sr. Cláudio Hobold, 64 anos – Katueté 07/05/2007

<sup>157</sup> Relato Sr José Branco, 70 anos – Katueté 07/05/2007

## Capítulo VI

### Conseqüências socioambientais da ocupação e colonização da fronteira oriental

#### Alguns apontamentos

O processo de degradação ambiental ocorrido na região do oriente paraguaio, cujo início se deu nos anos 1960, deve ser entendido dentro de um espectro mais amplo de fenômenos. Tal processo envolveu desde a exaustão dos solos na região central do país, fruto de uma desajustada estrutura fundiária que impulsionou a opção do Estado paraguaio pela expansão horizontal da agricultura como forma de se evitar uma reforma agrária profunda, até o incentivo ao ingresso maciço de brasileiros e seu contraditório pacote modernizador agrícola. Em outros termos: o progressivo desmatamento e a radical mudança do cenário foram o resultado de fatores internos e externos consubstanciados na formação da nova fronteira e nos arranjos dos diferentes interesses que se estabeleceram nesse processo.

O status da grande propriedade no Paraguai e as formas de ocupação e exploração dos solos por parte dos pequenos agricultores levaram, depois de décadas de uso inadequado dos recursos disponíveis, a um irreduzível empobrecimento das terras na zona central.

Somada à intensa pressão demográfica, tal realidade condicionou a adoção de uma política de colonização orientada para a periferia da região oriental, como forma de reduzir o congestionamento populacional nos departamentos centrais e minimizar o potencial conflito com os interesses dos influentes *terratenientes*.

Tais circunstâncias levaram à exaustão dos solos, sem no entanto oportunizar nenhuma política de mudança por parte do governo, dado o existente desequilíbrio entre a condição de propriedade e as formas de ocupação, que impedia os pequenos agricultores de viabilizar e sobreviver do trabalho em seus lotes devido ao diminuto tamanho e ao caráter precário de sua exploração, uma vez que, não dispondo da titularidade das ditas terras, não tinham acesso a linhas de créditos nem à assistência técnica. Sementes de boa qualidade, fertilizantes e maquinaria eram inacessíveis a esses camponeses, que em geral também não possuíam conhecimento sobre as modernas técnicas agrícolas. Essas debilidades significavam, entre outras coisas, que muitos

pequenos produtores permaneciam aplicando métodos de produção insuficientemente adequados às condições naturais da região, exaurindo em pouco tempo os nutrientes que existiam em suas terras.

Essa atitude predatória não era muito diferente da existente nas grandes propriedades, uma vez que suas grandes dimensões não asseguravam ganho suficiente e não incentivavam seus proprietários a aplicar novos métodos e técnicas modernas para aumentar seus rendimentos, pois a conservação dos solos encarecia os custos de produção (Kleinpenning, 1987).

Os ganhos por hectare, sendo conseqüentemente baixos, implicavam a permanente necessidade de expandir as áreas de produção horizontalmente, incorporando as áreas de pastagens e de terras aráveis, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e absorver a crescente população. A limitação desse ciclo condicionaria a expulsão da população excedente da região central para a fronteira oriental, reproduzindo as mesmas práticas predatórias de uso dos solos e a irredutível iniquidade na divisão da terra.

Nos anos recentes, a partir das décadas de 1970 e 1980, a expansão para *el este* abarcou os departamentos orientais de Amambay, Canindeyú, Caaguazu e Alto Paraná, movendo expressivo contingente de colonos paraguaios para os assentamentos de colonização do IBR. O estabelecimento dos colonos paraguaios nessa região se fez basicamente reproduzindo as mesmas vicissitudes organizativas que caracterizavam a produção agrícola da região central, calcada em propriedades de dimensões insuficientes para responder ao crescimento vegetativo dessas populações, cuja capacidade adaptativa em relação ao novo meio e à dinâmica da economia de mercado se mostravam muito limitadas.

A extensão desse modelo colonizador contribuiu para a rápida destruição das florestas subtropicais, que em 1955 cobriam mais de 75% da região, que envolvia 52.895km<sup>2</sup>.

A proporção dessas florestas em 1976, segundo Mandelburger & Paez (1981), havia decaído para 51%, avançando assustadoramente desde então. Já Kohlhepp (1984) fazia estimativas mais pessimistas, em torno de 23% a 25% de cobertura florestal remanescente no início dos anos 1980, açambarcando os mesmos departamentos. Previa que, dado o volume de extração madeireira, focada somente nas madeiras de lei e sem nenhuma forma de manejo sustentável da floresta, ocorreria em pouco mais de uma década o total desaparecimento dessa cobertura vegetal. Os levantamentos de

Kleinpenning (1987) indicavam que ao longo dos anos 1970 algo entre 200.000 e 300.000ha de florestas desapareceriam a cada ano na região oriental, como resultado da elevada demanda por madeira de lei nos mercados brasileiros e argentinos e pela rápida expansão das fazendas de gado e das culturas comerciais, que exigiam terras aráveis para ampliação de seus negócios no país. Segundo esse mesmo autor, dos 6,8 milhões de hectares de florestas subtropicais existentes nessa região no final dos anos 1940, restavam pouco mais de 3,8 milhões de hectares por volta de 1977. Considerando-se que a pressão da demanda e a capacidade de extração e processamento aumentaram nos anos posteriores, é de supor que o total esgotamento dessas matas aconteceria num intervalo de tempo muito menor se comparado à evolução do que já havia ocorrido<sup>158</sup>.

O caso de Canindeyú é bastante elucidativo no que tange à intensidade e rapidez com que o desflorestamento se processou no país ao longo de pouco mais de duas décadas. Prova disso é que, em uma década, o número de serrarias atuando na região da fronteira oriental passou de 32 em 1965 para 209 em 1975, representando quase a metade da capacidade instalada do país (Nickson, 2005). Outro fato importante e revelador do predomínio do capital brasileiro nesse setor é que somente 7 das 40 serrarias existentes na região de Pedro Juan Cabalero (Departamento de Amambay) pertenciam a empresários paraguaios, e em Capitán Bado todas as 10 serrarias ali instaladas eram propriedade de brasileiros. Parte considerável das madeiras extraídas na região da fronteira oriental era processada em serrarias instaladas nos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná, o que violava abertamente as leis paraguaias, que desde 1972 proibiam a exportação de madeira bruta. Tal fato acabou favorecendo a expansão do lucrativo comércio de contrabando de toras ao longo da fronteira seca (Laino, 1979), (Nickson, 2005).

Somente nas localidades de La Paloma, Corpus Christi e Katueté, entre os anos de 1972 e 1975, existiam mais de 20 grandes serrarias e laminadoras, que extraíam e processavam madeiras de lei, limitadas a seis espécies: lapacho, cedro, peroba, petereby, ybiraró e guatambó, cujo processo de extração consistia na abertura de grandes clareiras, que acabavam consumindo também as demais espécies. Muitas dessas

---

<sup>158</sup> Segundo Laino (1979), atuavam nas cercanias de Pedro Juan Cabalero (Departamento de Amambay) e Ponta Porã uns 50 caminhões de transporte de madeira em 1977, os quais conduziam por aquela fronteira seca as toras que abasteciam as 50 serrarias existentes na região. Conforme esse autor, estimava-se à época que juntas essas serrarias processavam mais de 35.000 metros cúbicos de madeira por mês, o que equivalia, a exemplo da peroba ou ybyraromí, cuja madeira era muito demandada, (uma árvore adulta com 12 metros de altura e 4,65 de diâmetro produzia 5,07 metros cúbicos de madeira) a umas 6.903 árvores/mês. Outro dado importante é que a maior parte desse comércio era realizado na forma de contrabando, o que drenava substanciais fontes de recursos para o país.

espécies de menor valor comercial eram utilizadas como combustíveis tanto para uso doméstico quanto comercial, destinadas às olarias e secadoras cerealistas e principalmente às carvoarias existentes na região. Já as matas secundárias eram simplesmente consumidas pelo fogo, pois não apresentavam nenhuma utilidade para os colonos, que para limparem os terrenos se valiam de uma forma de coivara praticada em larga escala. As práticas produtivas implementadas nessa região de fronteira envolveram o uso de sofisticadas tecnologias de ponta, que constituem, nos termos Fogel (1994), *la propia lógica de la modernización* com formas arcaicas de roça e queima aplicadas em grandes superfícies.

A maioria das serrarias instaladas na fronteira oriental tinha vida efêmera. Funcionavam até o esgotamento das reservas nativas existentes em suas adjacências ou enquanto seu suprimento não tivesse que ser trazido de local muito distante, que pudesse comprometer seus lucros.

O caso do Sr. Eugen Dürks<sup>159</sup> é revelador desse fenômeno madeireiro, que acompanha o deslocamento das fronteiras. Ele foi proprietário de uma serraria no oeste do estado de Santa Catarina, depois se estabeleceu no sudoeste do Paraná, no início dos anos 1960, e posteriormente migrou para o Paraguai, onde instalou a primeira serraria na localidade de Katueté. A empresa funcionou plenamente entre 1971 e 1974, quando novamente ele resolveu transferir-se com a família para o estado de Rondônia, onde montou outra serraria, que funcionou até meados dos anos 1980. Alguns relatos, como o do Sr. José Branco, dão conta do enorme desperdício de muitas variedades de madeira, em razão do pouco valor e da baixa procura, somados às dificuldades de escoamento que durante os primeiros anos da colonização acometeram esse negócio. Referindo-se às serrarias que se instalaram em Katueté, ele comenta o seguinte:

Serraria tinha serraria particular, tinha três. Tinha três serrarias, duas aqui na vila outra lá fora. Tinha Peroba, marfim, cedrilho. Depois da abertura em diante, porque no início nenhuma dessas madeira era aproveitada. Não tinha comércio.. 70, 72 e 74 tinha um compradô que procurava só cedro e ipê. Mas esse outro madeira branca... assim , essa madeira queimava. Cada madeira bonito, marfim... Na derrubada não era aproveitada, não tinha compradô... Depois que veio essas serraria começô serrando madeira, mais eles não vencia. A turma derrubava bastante e a serraria não dava conta de tanta madeira...<sup>160</sup>

<sup>159</sup> Informação prestada pela esposa do Sr. Eugen Dürks, Sra. Jane Fidulski Dürks - Salto Del Guairá 07/09/2006.

<sup>160</sup> Relato Sr. José Branco – Katueté, 05 de maio de 2007

Segundo Hay (1982), um dos fatores mais importantes para o crescimento do centro urbano de Katueté foi justamente a instalação de três grandes serrarias, que eram as maiores de toda a colônia. Duas delas operavam somente com o corte e processamento de toras destinadas ao mercado brasileiro e a terceira atuava como laminadora, produzindo laminados e compensados para indústrias moveleiras do Brasil e de outros países.

Cada uma dessas serrarias empregava mais de oitenta funcionários, que, junto com seus familiares, representavam significativa parcela da população da cidade. No entanto, a maioria desses trabalhadores, provenientes dos estados setentrionais brasileiros, não foram assimilados pela população local, constituída predominantemente por brasileiros eurodescendentes, que denominavam esses trabalhadores por mestiços e caboclos, os quais se sujeitavam às condições precárias de abrigo e a jornadas de trabalho exaustivas, para receber salários inferiores ao mínimo nacional.

Esse ramo de atividades permaneceu por mais de uma década como um dos mais lucrativos da fronteira oriental, e essa lucratividade se manteve elevada enquanto a disponibilidade de madeiras foi sustentada pela abundância das florestas subtropicais.

Porém, à medida que as áreas iam sendo devastadas e o suprimento diminuía, as madeiras tinham que recorrer a fontes em locais cada vez mais distantes, até o ponto em que seus custos se tornavam inviáveis. A perda do dinamismo desse setor predatório da economia forçava-as a constantes transferências, movendo-se sempre em direção às regiões periféricas, até completar novamente o mesmo ciclo de destruição e exploração marginal da força de trabalho.

A falta de interesse e de recursos por parte do governo paraguaio em relação à colonização da região oriental fez com que esse processo assumisse um caráter basicamente espontâneo, transcorrendo de modo desordenado e caótico, sustentado unicamente por uma ambição desmedida por parte das elites paraguaias e das empresas colonizadoras, que visavam especular com a terra e aferir lucros fáceis e rápidos.

Tal característica fez com que o desmatamento avançasse tanto sobre as áreas apropriadas à agricultura como sobre aquelas pouco apropriadas, envolvendo os terrenos de declive e as áreas de cobertura das matas ciliares que protegiam importantes mananciais. Os estudos de Pijpers (1984) e Van Buul (1985) já apontavam à época que nenhuma forma de rotatividade de culturas era praticada na região e que o uso de arados

se fazia de modo indevido, facilitando a ação erosiva do vento e da água, e que poucos colonos seguiam as instruções de manter pelo menos 20% de seus lotes com cobertura florestal (Kohlhepp, 1984). Nem mesmo as áreas envolvidas nos projetos de colonização do IBR ficavam isentas dessa nefasta prática. A necessidade de conectar as propriedades às estradas, dispondo os lotes de modo retangular, acabava negligenciando a natureza dos terrenos. Essa forma de disposição das colônias, inspirada no modelo texano, modelava os terrenos de modo retangular, tendo os lotes pouca largura de frente, mas grande extensão de comprimento.

Essa disposição dos terrenos visava propiciar acesso aos mananciais de água existentes no fundo dos lotes e ao mesmo tempo conectá-los às estradas vicinais construídas nos espigões. Entretanto, tal estruturação nem sempre era exequível, pois dependia na maioria das vezes das condições morfológicas dos terrenos e de intervenções específicas de modo a minimizar os processos erosivos que freqüentemente ocorriam. Ao desmatamento desenfreado somavam-se a falta de acompanhamento técnico e a carência de recursos para ações preventivas, a exemplo da construção de curvas de nível e da formação de microbacias para a retenção das águas pluviais. A ausência dessas medidas acabava acentuando os processos erosivos e de lixiviação dos terrenos, rapidamente levando à exaustão dos nutrientes existentes. Todos esses problemas eram potencializados pelos elevados índices pluviométricos e pelas altas temperaturas predominantes na maior parte do ano. Com a perda da cobertura vegetal nativa, os terrenos ficavam longos períodos sem nenhuma proteção, o que os deixava expostos a toda sorte de deterioração físico-química. Por outro lado, a capacidade de retenção de água dos solos foi diminuindo em qualidade, à medida que problemas de aridez começavam a surgir durante as estações secas, que se tornaram mais prolongadas, o que levou não somente ao assoreamento de alguns rios da região como ao desaparecimento da maioria dos pequenos cursos d'água.

O uso prolongado dos terrenos, sem a adoção de nenhuma forma de rotatividade de culturas, sobretudo entre os pequenos proprietários, tem levado a um rápido esgotamento desses solos, obrigando os camponeses a repetir o mesmo ciclo em novas áreas, posto que a adubação e correção dos solos é considerada um luxo para a maioria dos depauperados campônios.

Já para os grandes proprietários, que buscavam aumentar seus ganhos, as ações preventivas eram ocasionais e nunca ocorriam nos anos iniciais da abertura dos terrenos. Pouca atenção era dada a essas práticas, em razão da notável fertilidade dos solos



basálticos da região, que proporcionaram sucessivas boas safras nos primeiros anos de plantio.

A aplicação de fertilizantes artificiais limitava-se a certos componentes necessários à correção dos solos, principalmente o calcário, cuja aplicação normalmente ficava restrita às médias e grandes propriedades farmerizadas, que faziam uso deles nas culturas comerciais do trigo e da soja.

A demanda por esses fertilizantes tem geralmente acompanhado os ciclos de alta e baixa dessas *commodities*, sendo em grande parte importadas legal ou ilegalmente do Brasil, tal como as máquinas, os pesticidas e defensivos agrícolas.

Já o uso de pesticidas e de alguns defensivos tem envolvido tanto os pequenos agricultores quanto os médios e grandes produtores, sendo seu uso mais freqüente nas lavouras comerciais. Na medida em que as matas vão desaparecendo e o equilíbrio natural se rompe, as lavouras se tornam mais vulneráveis aos ataques de pragas. Elevase, conseqüentemente, sua dependência em relação aos defensivos químicos, cujo volume aplicado aumenta ano a ano, com a diminuição de sua eficácia no final de certo tempo em razão da maior resistência ou da perturbação ecológica típica da aplicação de pesticidas (Altieri & Pengue, 2006).

Um dos maiores problemas decorrentes dessa utilização indiscriminada e sem orientação técnica competente tem sido a progressiva contaminação dos mananciais existentes na região. Nos últimos anos, com a utilização de aviões para a pulverização nas grandes lavouras de soja, a contaminação tem atingido diretamente as populações camponesas, sobretudo paraguaias, que vivem nas adjacências das propriedades dos *farmers* teuto-brasileiros, o que tem provocado inúmeros conflitos.<sup>161</sup>

Várias matérias publicadas na imprensa paraguaia e internacional vêm denunciando o problema. Os agricultores paraguaios alegam estar sendo envenenados por aviões pulverizadores que despejam de modo indiscriminado esses pesticidas, atingindo tanto as lavouras de soja dos brasileiros quanto as roças e moradias dos campônios guaranis.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> *ABC Color*, Asunción, Paraguay, miércoles, 07 de enero de 2004: “Campesinos impiden fumigación y ponen en peligro 5.000ha de soja”.

*Última Hora*, Asunción, Paraguay, 22/01/2004: “Dos campesinos murieron em criminal intervención policial”

*ABC Color*, Asunción, Paraguay, domingo, 28 de noviembre de 2004: “fumigación deja 13 intoxicados y 200ha de cultivos danados”.

<sup>162</sup> Numa matéria publicada pelo jornal online *Tierramérica*, de Milão, de 22/03/2003, intitulada “Bajo una nube de agroquímicos”, o jornalista Alejandro Sciscioli denunciava que aviões agrícolas pertencentes a brasileiros lançavam produtos químicos e pesticidas sobre as residências e lavouras dos campesinos

Outro grave problema envolvendo plantadores de soja no departamento de Canindeyú, próximo à cidade de Salto Del Guairá, tem sido o desrespeito aos limites em torno das áreas de proteção dos mananciais, nas quais vários produtores chegam a plantar às margens dos córregos e rios. O relato do pastor Westermann é a esse respeito bastante exemplar. Num tom bem humorado, ele descreve alguns episódios ocorridos em Katueté alguns anos atrás:

Um grande fazendero lá. Me prometeu só duas vezes, uma vez ele veio aí com avión. Eu avisei ele non por mim mas pros outros aqui, von derubá o avión. Uns italianos que tiam plantado uva, mais que lindo de uva, ele fez uma volta avión matô tudo, e quando subiu outra veis eles faloron - oiá que desce, nós vamo derubá ele...Aí dexô.. Aconteceu que um e outro foron envenenados... Tem ainda entre os brasileiros um o outro que non aprendeu nada ainda. Uma vez vizinho tinha alquilada essa tera lá e veio um pulverizá, sem máscara, tava em cima do trator veio no caminho e disse - o que você tá pulverizando ? - ele me disse veneno!, má que veneno? Sei eu... imagina eso..., enton era 24D, conhece, terminô com os matos no Vietnan... 24D é proibido ele non sabia... Mas a maioria agora aprendeu... Isso começô 20 anos atrás com a soja lá no oeste do Paraná... ahh a gente non sabia nada e se envenenava...<sup>163</sup>

A exacerbação ecocida dos plantadores de soja ávidos por lucro tem levado a situações absurdas de total indiferença com o meio ambiente. Segundo matéria publicada pelo jornal de Guaíra, *Rio Paranazão*, cuja circulação cobre toda a região da fronteira entre os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e o departamento de Canindeyú, existe uma prática disseminada entre os sojicultores brasileiros de abastecerem e lavarem os tanques das máquinas pulverizadoras diretamente nas águas dos rios e córregos que passam em suas propriedades, contaminando todos os cursos d'água da região<sup>164</sup>.

---

paraguaios estabelecidos nas adjacências das grandes plantações de soja desses empresários. “No somos insetos para que nos fumiguen”, essa era a fala mais vociferada pelos camponeses da localidade de General Resquín, no departamento setentrional de San Pedro, cujos ânimos estavam cada vez mais exaltados em razão dos freqüentes casos de envenenamento provocados pelos sojicultores brasileiros que atuam em toda a fronteira oriental do país. Segundo a mesma matéria, a incidência desses problemas vem ocorrendo desde 1997, quando as plantações de soja transgênica começaram a se expandir na região oriental do país depois de sua liberação na Argentina um ano antes. Cálculos oficiais indicam que mais de 80% do milhão e meio de hectares cultivados com essa oleaginosa correspondam a produtos geneticamente modificados.

Fonte eletrônica: <http://www.latinoamerica-online.it/paes2/paraguay1-03.html> acessado em 11/08/2006

<sup>163</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté 01/06/2007

<sup>164</sup> *Rio Paranazão*, n. 368, de 16/04/2004.

Noutro extremo, os pequenos agricultores paraguaios, ao tentar minimizar as perdas em suas lavouras, provocadas por pragas e insetos, têm-se valido desses defensivos químicos de modo descontrolado. A maioria desses produtos, por serem contrabandeados do Brasil, raramente vêm com prescrições de uso em espanhol, o que, somado à falta de orientação técnica específica, tem levado a um uso indevido e exagerado desses produtos, provocando inúmeros casos de envenenamento entre os agricultores.

Tais exemplos ilustram que o caráter desbravador dessa fronteira, motivado pela incessante necessidade de lucros rápidos, nunca se consubstanciou com uma visão conservacionista em relação ao meio ambiente, tampouco com uma perspectiva econômica de longo prazo. De certo modo, a infundada e difundida crença de que o Paraguai possui recursos suficientes para sua diminuta população tem sustentado a inépcia dos sucessivos governos em relação aos problemas socioambientais do país. Do mesmo modo, muitos paraguaios ainda não estão suficientemente convencidos da necessidade de concentrar esforços no sentido de compatibilizar uma produção agrícola intensificada com a conservação dos recursos florestais. Guardadas as proporções devidas, a ocupação e colonização da fronteira oriental seguem orientadas por uma comunhão entre o desleixo e o descaso dos diferentes grupos em relação ao seu novo meio, compartilhando em campos opostos o indelével pacote modernizador que em terras brasileiras motivou o processo migratório para essa região.

Por outro lado, o novo discurso ambientalista incorporado por alguns setores do atual governo paraguaio tem produzido uma verdadeira indústria de denúncias e multas, que na maioria das vezes tem servido apenas de pretexto para intimidar e extorquir os incautos agricultores, como no seguinte exemplo relatado pelo pastor Westermann:

Outro dia um vizinho brasileiro comprô um lote pro filho na vila e para, limpô ai com essa bomba, encheu inso aí um paraguaio ao lado viu... para aí! Minha senhora tá doente já ahh... foi esse foi denunciá ele... Enton ele foi chamado para lá, o pai foi lá e disse: non tem que pagá... e um milhão e o pai pagô sem recibo... Esse, bem... o brasileiro se complica mesmo ele nunca pede recibo pagá, quando lhe ameaçam e depois outro ano vem outro, pra ameaça-lo e pagá outra vez... Todos convivem com esse problema e gritam que esses bandidos só querem cohema, má fais um uma veis certo aí, no Brasil também tem que fazer. Esse tipo de máfia que usam uma lei para extorcionar...<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté, 01/06/2007

O uso de aviões pulverizadores nas culturas de soja<sup>166</sup> é, nesse sentido, uma espécie de contraponto da difícil convivência nessas terras do distinto universo dos produtores brasileiros e teuto-brasiguaios, da realidade vivida pelo campesinato do país. É também prova incontestada da transferência do modelo agrícola de modernização conservadora levado a efeito no Brasil, que na região do oriente paraguaio se desenvolveu, reproduzindo em grau e intensidade superiores todas as suas mazelas e malefícios.

A transferência desse modelo e sua viabilidade têm suscitado inúmeros debates entre intelectuais e críticos do processo de colonização levado a efeito na região. Reconhece-se que os mecanismos de mercado em que se baseia esse modelo se mostram cada vez mais limitados para garantir o equilíbrio entre os interesses privados, que se orientam pelo curto prazo e manutenção de um desenvolvimento sustentável, que incorpora a necessidade de se considerar os custos dos bens ambientais pertencentes ao conjunto da sociedade (Fogel, 1994).



**Figura 9** - *Out door* de uma empresa de pulverização aérea de proprietários brasileiros sediados na cidade de Katuete - Departamento de Canindeyú, instalado na estrada de acesso para Salto Del Guairá, fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul  
Fonte: Autor, 2006

<sup>166</sup> Um exemplo do recorrente problema encontra-se na matéria publicada pelo jornalista Hugo L. Chavez no *Paraguay Global* de 27 de junho de 2003, intitulado “Sojeros brasileños destroyen producción sérica de Hernandarias”, na qual os sojicultores brasileiros são acusados de utilizar agrotóxicos de forma indiscriminada em suas lavouras e adjacências, afetando as populações campesinas paraguaias. Segundo esse jornalista, “en febrero pasado aviones fumigadores de sojeros brasileños rociaron en forma indiscriminada toda la zona del Salto del Guairá sin cuidado alguno de que el agrotóxico utilizado pudiera contaminar otras fincas aparte de aquellas en donde los mismos tienen sus plantaciones de soja. La fumigación, además de alcanzar cualquier propiedad en el rayo de muchos kilómetros alrededor de la zona sojera, asimismo como casas de habitación, se efectuó con viento y alta temperatura. Ambas situaciones climáticas aumentaron en forma incalculable el alcance de los venenos, que en cambio de bajar hacia el suelo subieron hacia arriba formando nubes que llegaron a alcanzar sucesivamente lugares muy lejano de la zona de fumigación. No hubo aviso a los vecinos, ni hubo balizamiento del área a ser fumigada, ni se hicieron pruebas de sobrevuelo conforme la ley dice. Fonte eletrônica: <http://pyglobal.com/noticias.php?ID=1898> acessado em 06/12/2006



Foto 1. A margem do lago formado pelas águas do rio Yguazú está totalmente desmatada. No lugar das árvores se cultivam milhares de hectares de soja. Os produtores não respeitam a lei que obriga a preservação de mata ciliar. Fonte eletrônica: <http://www.abc.com.py/articulos.php?pid=89552> ABC Color 17/01/2004

Foto 2. Apenas uma árvore resta onde antes existia uma floresta impenetrável  
Fonte eletrônica: <http://www.abc.com.py/articulos.php?pid=89552> – ABC color 17/01/2004



Foto 3. Reserva de Biosfera Del Bosque de Mbaracayu.- Departamento de Canindeyú. Fundación Moisés Bertoni para la Conservación de la Naturaleza  
Fonte eletrônica: [www.mbertoni.org.py](http://www.mbertoni.org.py) – acessado em 23/02/2007

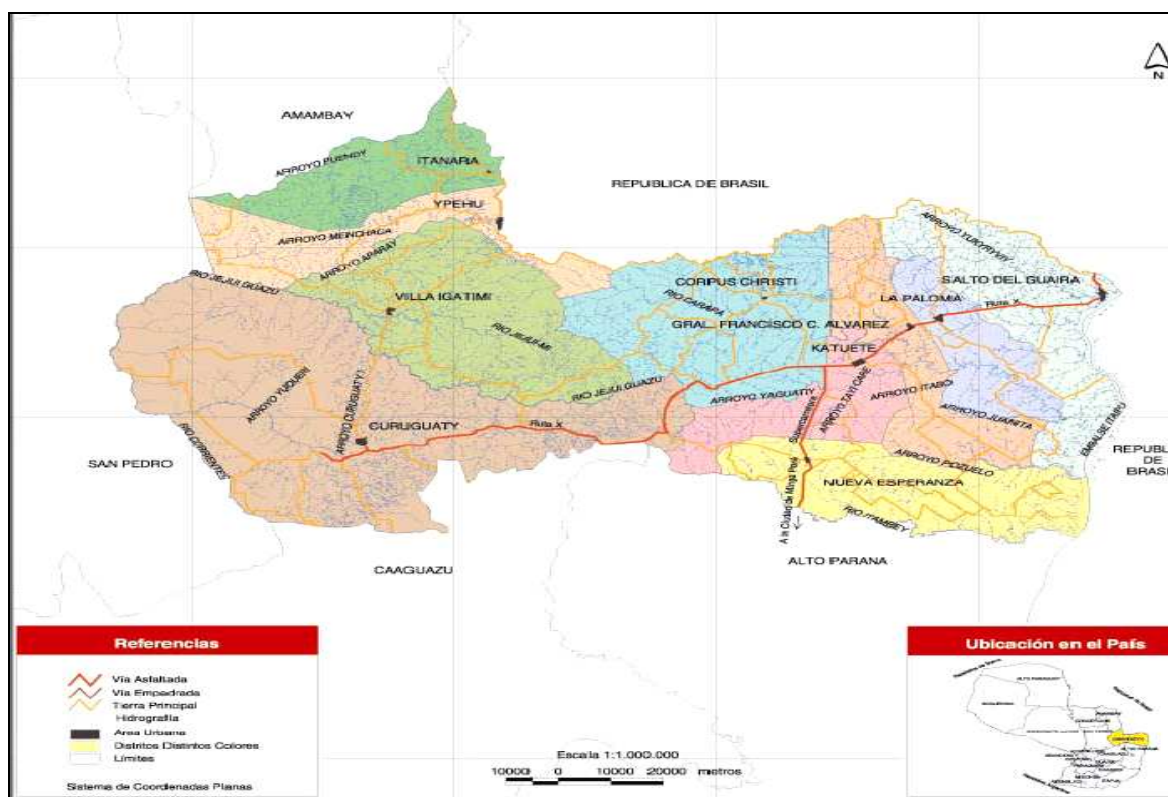
### **Figuras 10** Seqüências de demonte ambiental

Foto 4. Área vizinha à reserva de Mbaracayu (foto ao lado), que anteriormente possuía a mesma cobertura vegetal da reserva. De uma área de 3.000ha foram desmatados em apenas uma semana 2.000ha, restando apenas 1000ha de floresta ao fundo

Dados da Fundación Moises Bertoni para la Conservación de la Naturaleza, 2006  
Fonte eletrônica: [www.mbertoni.org.py](http://www.mbertoni.org.py) – acessado em 23/02/2007

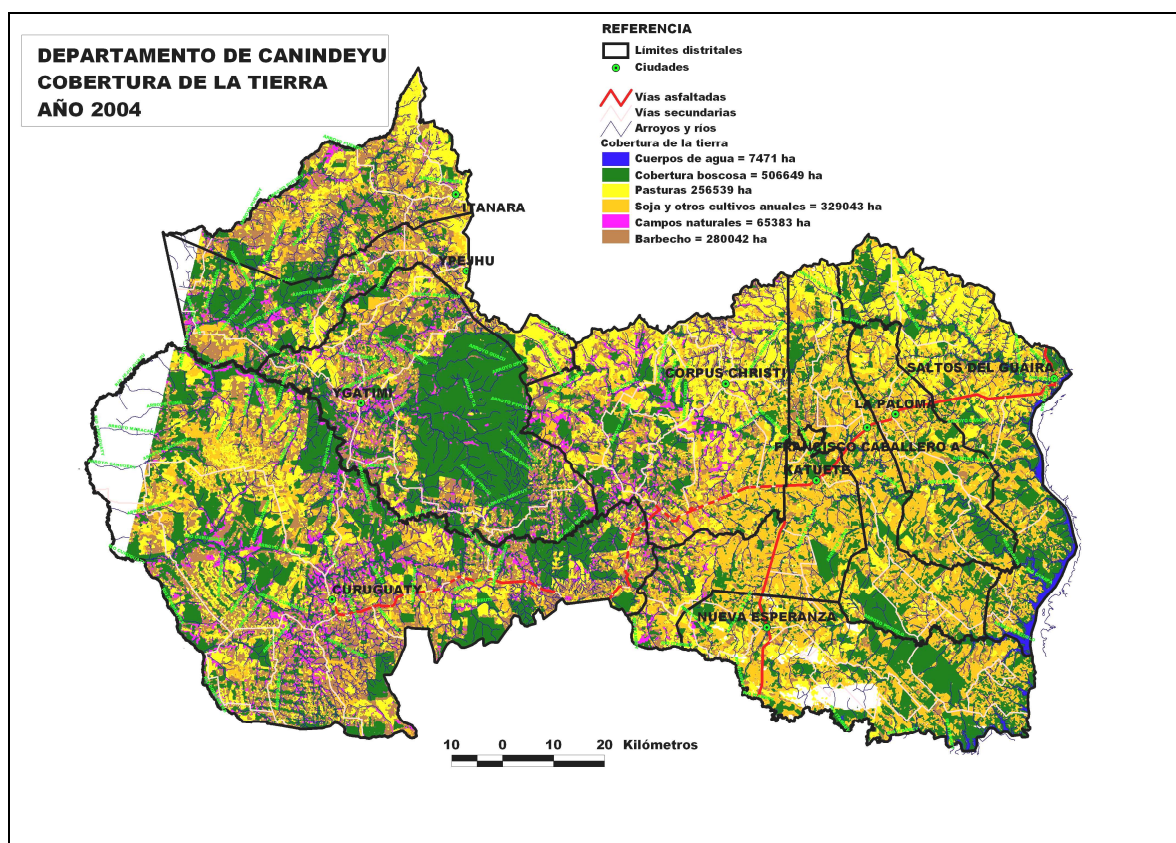
## 6.1 Os macroprocessos de diferenciação socioeconômica

O departamento de Canindeyú pode ser caracterizado em termos físicos por duas porções distintas: a primeira pela existência de um relevo mais acidentado, formado pelas cordilheiras de Amambay e Mbaracayú e seus desdobramentos no sentido norte e noroeste; e a segunda, contígua a esta, se estende desde o rio Jejuí Guazú e sua continuação até o rio Jejuí-mi, limitando-se ao sul com o departamento de Alto Paraná, formado pela cordilheira de San Joaquín e pelo rio Itambey (ver mapa abaixo). Essa parte do departamento é constituída por terrenos mais planos, com leves ondulações, e pela presença dos ricos solos basálticos, que se mostraram muito favoráveis à aplicação de uma agricultura mecanizada. Tal conformação fez com que predominassem duas formas distintas de exploração econômica e de estruturação social entre ambas as regiões, sendo a primeira predominantemente marcada pela pecuária extensiva e a segunda por uma agricultura comercial, sobretudo em médias e grandes propriedades circundadas por bolsões de unidades de policultura camponesa.



**Figura 11** - Departamento de Canindeyú/Divisão dos municípios

Fonte: DGEEC ( Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos - 2002)



**Figura 12** - Fonte: Organización Guyrá Paraguay (apud, fogel, 2005)

Tal conformação se traduziu pelo estabelecimento de diferentes novos ecossistemas, que sucederam ao desaparecimento da antiga cobertura vegetal (conforme mapa da figura 13). Essa configuração regional foi resultado do processo de diferenciação socioeconômica que acentuou as desigualdades na forma do acesso e do uso da terra e, por conseguinte, a dinâmica de destruição dos sistemas naturais preexistentes. Segundo Fogel (1994), esses novos ecossistemas, resultado de formas de apropriação e do uso dos recursos naturais, típicos de uma mentalidade de fronteira, só percebem a selva como obstáculo à expansão econômica e vêem a supressão desse estado natural, através da ocupação e colonização desse espaço, como apanágio da modernização. Esses novos ecossistemas são produto, em última análise, da luta pela terra, em que se digladiam os diferentes atores sociais que se formaram ou que migraram para essa fronteira, imprimindo a marca daqueles que venceram o embate.

Quatro configurações básicas podem ser estabelecidas para o departamento de Canindeyú, conforme as proposições de Fogel (1994), as quais se seguiram às abordagens de Souchaud (2002) e Nickson (2005) e, sob certos aspectos, ao trabalho de Albuquerque (2005). São elas os ecossistemas das fazendas pecuárias, da configuração do tipo *farmer*, dos bolsões campesinos *criollos*, incluindo-se as diferentes formas de

apropriação marginal em que se encontram muitos migrantes brasileiros, em sua grande maioria meeiros e posseiros, e das comunidades indígenas Guaranis, subdivididas em três grupos subculturais: os Avá chiripá, os Mbyá-guarani e os Paï Tavyterä.

## **6.2 O ecossistema das fazendas de gado**

As fazendas pecuárias do departamento de Canindeyú, em sua grande maioria, se instalaram nas terras fiscais que inicialmente deveriam ser destinadas ao programa de colonização e assentamento dos camponeses paraguaios. Durante a fase inicial do estabelecimento dessas unidades, a principal atividade ficou a cargo da exploração madeireira, sobretudo das árvores de maior valor comercial. Essa atividade era organizada dentro de uma visão imediatista, cujo objetivo principal era a supressão das florestas e sua substituição por pastagens e a amortização do custo de aquisição dos imóveis, através da venda das madeiras de lei. Por essa razão, o departamento de Canindeyú rapidamente passou da 11ª posição em volume do rebanho nacional para a 3ª posição, expandindo-se principalmente sobre as áreas de savana existentes nas porções norte e noroeste desse departamento, onde predominam em termos pedológicos os solos mistos.

Esse processo de abertura das fazendas se converteu no primeiro passo no desmonte ambiental, no qual tanto proprietários como trabalhadores e comerciantes operavam à margem da lei, porém em consonância e conivência com os interesses de políticos e das autoridades do país.

As relações socioeconômicas que estão na base das práticas tecnológicas empregadas nessas fazendas correspondem a formas arcaicas, sobretudo no âmbito das relações de trabalho, convertendo-se em mecanismos primários de acumulação.

Dadas as categorias de trabalho empregadas e seu status de ilegalidade, posto tratar-se de mão-de-obra imigrante, desprotegida das normas trabalhistas nacionais, elas se tornaram formas ainda mais radicais de trabalho excedente.

O estabelecimento dessas relações de trabalho se baseia nas precárias condições de existência dos trabalhadores, que em geral provêm de contingentes de bóias-frias brasileiros que buscam melhores oportunidades de trabalho no Paraguai. Esses trabalhadores, na condição de posseiros, em troca da permissão do cultivo em pequenas frações de terra, desmatam e limpam todo o terreno, preparando-o para a semeadura das pastagens ao findar o segundo e terceiro anos de ocupação. A disseminação dessa



prática, calcada em técnicas rudimentares de coivara, aplicada em grande escala, torna-se uma forma barata de desmonte e de mudança ambiental, afetando de modo irreversível a capacidade de sustentação do antigo ecossistema. Quando os últimos vestígios da antiga floresta são eliminados pela ação dos *bulldozers* e as gramíneas alienígenas germinam, o gado nelore passa a reinar de modo absoluto e no seu inverso uma diminuta força de trabalho permanece naquelas monótonas paisagens<sup>167</sup>.

Em certas circunstâncias, uma proporção considerável de fazendas combinava ao longo dos primeiros anos a produção pecuária com a monocultura da soja. Entretanto, dada a baixa fertilidade natural dos terrenos dessa porção setentrional do departamento, os rendimentos logo se mostram decepcionantes e a rentabilidade das lavouras cai abruptamente, inviabilizando a manutenção desse arranjo.

Rapidamente a reconversão da superfície cultivada em pastagens se fez necessária, do mesmo modo que a necessidade de correção dos solos por adubos químicos se tornou mais recorrente. Essa reconversão tem ocorrido também nas áreas mais férteis, onde predominam os solos de desdobramentos basálticos, existentes nas porções sul e sudoeste do departamento, nas quais predominam as unidades de configuração do tipo *farmer*. Entretanto, tal reconversão tem-se dado num sentido inverso ao que ocorreu nas áreas de predomínio da pecuária.

O uso intenso desses terrenos e a necessidade progressiva de correção dos solos nos últimos anos têm esbarrado nas constantes oscilações de preços da soja, visto que a dependência de insumos importados, controlados por grandes oligopólios multinacionais, diminui a margem de lucro dos produtores. Destarte, muitos produtores pequenos e médios são forçados a sair do negócio, buscando alternativa na pecuária extensiva ou na adoção de culturas menos rentáveis, porém mais seguras, como as do algodão, da mandioca e do milho, tradicionalmente vinculadas às unidades campesinas, como podemos observar nos dados da tabela 8.

---

<sup>167</sup> Em geral, nas propriedades médias que possuíam mais de 300ha, empregavam-se de três a quatro famílias durante o período de desmonte dos terrenos e da formação de pastagens. Dessas famílias empregadas, metade era constituída por brasileiros que residiam ao lado de um morador paraguaio. Os chefes de família são geralmente empregados como peões e em algumas fazendas os funcionários paraguaios residentes nas localidades vizinhas chegavam a ocupar a função de administradores.

**Tabela 8 - Distribuições das unidades produtoras com cultivos de algodão e soja conforme anos Departamento de Canindeyú**

Distritos	Algodão				Soja			
	% das unidades		superfície ha/unidades		% das unidades		superfície ha/unidades	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Canindeyú								
Salto Del	31,7	46,2	2,7	3,9	71,8	30	17,6	23,7
Guairá								
Corpus	18,3	72,3	2,9	3,3	78,8	20,5	11	20,3
Christi								
Curuguaty	77,7	72	2,34	2,6	43,8	6,8	3,2	13,4
Ygatimi	49,5	76,2	1,44	1,8	4,3	0,1	2,64	3
Itanara	1,7	36,2	1	2,4	8,8	0,4	3,52	4
Ypehu	9,2	60,8	1,9	2,6	25,8	0,8	4,3	1,7
Gral.	43,3	4,3	53,2	21,3	–	–	–	–
Francisco								
Alvarez								

fonte: Censos Agropecuarios de 1981 e 1991- MAG - Ministerio de Agricultura y Ganadería

Tal fenômeno é observado na medida em que os custos produtivos aumentam, exigindo dos produtores a disponibilidade de áreas mais extensas para tornar a atividade lucrativa. O encarecimento das terras e a escassez de novas áreas para o plantio têm conduzido muitos pequenos e médios produtores à substituição sistemática da cultura da soja pela do algodão, como podemos observar nos dados da última tabela. Em outros casos, têm levado à venda das ditas terras, que acabam sendo incorporadas pelas unidades maiores.

De certo modo, a reconcentração fundiária acaba se dando também nas áreas onde predominam os imóveis vinculados à pecuária extensiva, na medida em que os custos produtivos sofrem maior progressão.

Na região de maior desenvolvimento das fazendas pecuárias, como Itanará e Ypejhú, analisadas por Fogel (1994), a superfície média das propriedades tem-se mantido em torno de 137ha e 300ha respectivamente, com uma expansão crescente das pastagens avançando sobre as antigas áreas de plantio e das áreas de florestas ainda

existentes. Em 1981, segundo esse mesmo estudo,  $\frac{1}{4}$  da área desses distritos era cultivado com soja. Dez anos depois, aquelas áreas haviam-se reduzido a pouco mais de 1%, sendo substituídas paulatinamente por plantações forrageiras. A estrutura dessas propriedades reproduz em grande medida o padrão das fazendas brasileiras, divididas em quarteirões de 20 a 30 hectares, onde os animais são manejados de modo rotativo, proporcionando a reposição natural das gramíneas.

Porém a exploração desses terrenos de modo intensivo e a difundida prática da queima para habilitação dos pastos acabam degradando boa parte da matéria orgânica existente nos solos, levando à sua exaustão, e exigindo assim o uso continuado de corretivos químicos, que acabam elevando os custos da produção.

A vacinação e a aplicação de vermífugos e carrapaticidas são exigências que se dão em razão do risco de proliferação de moléstias, que muito facilmente irrompem e se disseminam pela imensa fronteira seca<sup>168</sup>, comprometendo a rentabilidade dos plantéis e criando o risco da perda de mercados. Tais problemas fazem com que apenas os produtores mais capitalizados e que disponham de áreas consideráveis sobrevivam no negócio, restando aos demais criadores uma existência marginal dentro desse mercado.

Essa situação vem acarretando enorme pressão e competição desenfreada sobre os recursos naturais disponíveis, comprometendo sua disponibilidade para as gerações futuras. Tal assertiva baseia-se no fato de que as terras disponíveis na região oriental para a expansão da pecuária são relativamente limitadas, e a grande extensão do Chaco, tradicionalmente voltada a essa atividade, comporta um número muito limitado de animais por hectare, devido ao caráter inóspito do seu ecossistema<sup>169</sup>.

De modo geral, a concentração fundiária na pecuária é estritamente similar à que ocorre no setor agrícola, e o desmonte ambiental só fez ampliar essa enorme distorção,

---

<sup>168</sup> A vacinação mais freqüente incide sobre a prevenção e controle da febre aftosa e é obrigatória tanto no Paraguai quanto no Brasil, porém a permeabilidade da fronteira e o deslocamento dos rebanhos acabam dificultando um controle sistemático dessa doença, que de tempo em tempo irrompe na região. Já os principais parasitas são os vermes intestinais e a mosca do chifre, que atingiu o Paraguai através da fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul. O controle desses parasitas se faz através da pulverização e aspersão direta e também pelo banho através da imersão dos animais. De modo geral a eficácia do banho é maior do que a de outros métodos empregados, porém ele é pouco difundido nessa região, como são raros também os currais e as mangueiras para o manejo do gado, comumente presentes nas propriedades de brasileiros.

<sup>169</sup> Em termos numéricos, os últimos recenseamentos do MAG (1997) têm indicado um crescimento médio anual do rebanho em torno de 4,26%, número baixo se consideramos o crescimento demográfico da população do país, que se situa nesse mesmo patamar. O total estimado pelo Ministério indica um número de 9.793.683 cabeças de gado, repartidos assimetricamente em 92% para pecuária de corte e apenas 8% para o gado leiteiro. Desse total, 70% do rebanho encontra-se na região da fronteira oriental, o que dá mostras da importância central dessa região na composição do PIB nacional, que é essencialmente agrário-exportador.

conforme podemos observar nos dados a seguir, produzidos pelo MAG em 1985 e cuja tendência se mantém até o presente.

**Tabela 9 - Distribuição do gado bovino no Paraguai, 1981**

Número	Percentual	
	Propriedades	animais
1 – 4ha	43,3	2,8
5 – 19ha	41,8	10,0
20 – 99ha	11,8	11,6
100 – 999ha	2,4	18,2
1000 – 4999ha	0,4	24,9
5000 + há	0,2	32,5
Total	100,0	100,0
Número ( mil. )	167,5	6.457,3
K – index		145,1

Fonte: Censo Agropecuario de 1981, (MAG) Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1985

O desmonte das áreas florestais e sua substituição por monoculturas comerciais e posteriormente pela introdução de pastagens para criação e engorda do gado bovino são características incontestes da evolução ecocida, que gera a degradação do meio social e do ambiente. Depois de 15 ou 20 anos de exploração intensa dos recursos, os herbicidas não mais conseguem apresentar a mesma eficácia de outrora, e as ervas daninhas e os bambus começam a brotar novamente de suas raízes conservadas em estado latente, competindo e corrompendo com a monotonia das imensas pastagens.

Apesar da constatação desse permissivo quadro de mudanças e degradação ambiental, é possível afirmar que a expansão do setor pecuário no Paraguai e sua conseqüente modernização têm ocorrido principalmente devido à influência exercida pelos criadores brasileiros, que paulatinamente vão imprimindo seu modelo organizativo e seu modo de gestão na pecuária do país, calcado sobretudo no melhoramento técnico do rebanho, que envolve desde a seleção e aprimoramento genético do plantel, o modo de reprodução, a alimentação, o tratamento veterinário, até o controle sanitário, modificando com isso a mentalidade dominante na pecuária paraguaia, atada às velhas práticas de criação extensiva (Souchaud, 2002).

### 6.3 O ecossistema do tipo *farmer*

Essa configuração é constituída basicamente por uma agricultura empresarial, onde há predominância dos agricultores teuto-brasileiros, que na região da fronteira oriental constituem, nos termos de Fogel (1989), “verdadeiros enclaves etnoculturais”. Essas propriedades, cujas dimensões variam entre 50 e 200ha, caracterizam-se por elevado índice de mecanização e utilização de insumos modernos, embora subsistam propriedades menores com dimensões entre 10 e 50ha, que desenvolvem arranjos mistos, com produção de soja e trigo intercalada com culturas alimentares, tais como legumes, frutas, laticínios e carnes, destinadas aos mercados local e regional.

Em algumas localidades do departamento de Canindeyú, como Salto Del Guairá, Puente Kyjhá e Corpus Christi, esses imigrantes brasileiros representam mais de 60% da população total, chegando a constituir no município de Katueté mais de 80% da população.

Esses colonos controlam os melhores solos da região oriental e juntos detêm os maiores índices de produtividade por área plantada do país, o que contribuiu para a inserção do Paraguai no rol dos maiores exportadores de soja do mundo<sup>170</sup>.

Apesar de essas unidades monocultoras se valerem de uma tecnologia agropecuária moderna, calcada no uso intensivo de tratores e máquinas combinadas (colheitadeiras e trilhadeiras) e no uso de diversos insumos e defensivos químicos, os mecanismos de desmonte florestal e do preparo das áreas para o plantio são similares aos empregados nas fazendas de pecuária.

O uso intensivo desses terrenos tem levado à exaustão dos solos, obrigando os agricultores a utilizarem progressivamente fertilizantes químicos. Segundo Fogel (1994), na região de Katueté 47% das unidades produtivas faziam uso de corretivos e fertilizantes em 1981 e 74% do total das unidades também utilizavam defensivos e pesticidas, numa quantidade média de 23 litros por estabelecimento.

---

<sup>170</sup> Os dados do Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG) estimavam em 2,4 milhões de toneladas a produção de soja para o ano de 1994, números modestos se comparados à produção norte-americana com 69,6 milhões de toneladas, à do Brasil com 24 milhões de toneladas e à da Argentina com 13,1 milhões de toneladas no mesmo ano. Entretanto, há que se considerar que as dimensões da área plantada no Paraguai são muito limitadas se comparadas às desses países, além do fato de que o Paraguai permaneceu ao longo de sua história atado a uma estrutura de produção agrícola marcadamente arcaica e que só recentemente começou a ser mudada, mesmo envolta por profundas contradições.

Segundo o mesmo autor, no distrito de Corpus Christi, entre 1981 e 1991, a proporção de estabelecimentos que passou a utilizar fertilizantes em suas plantações quintuplicou durante esse período, açambarcando quase que a totalidade dos imóveis.

Conforme os dados do censo agropecuário de 1981 e 1991, a frequência na utilização de pesticidas e defensivos entre os agricultores passou de 62% a 77% respectivamente e a quantidade em litros desses produtos triplicou no mesmo período.

Na medida em que os rendimentos com agricultura vão diminuindo, a superfície destinada à criação de gado vai aumentando nessas regiões, onde tradicionalmente predomina uma agricultura comercial mais dinâmica, como no caso dos agricultores farmerizados teuto-brasileiros. O caso do distrito de Corpus Christi é bastante elucidativo desse movimento: ali as unidades destinadas à produção pecuária, que no início dos anos 1980 abrangiam pouco mais de 38% das unidades, passaram em 1991 a envolver mais da metade dos estabelecimentos (Censos Agropecuarios, 1981, 1991).

O esgotamento desses terrenos e sua transformação em pastagens têm-se dado em razão da perda de fertilidade dos solos, que ocorre devido à ação erosiva do clima, afetando os terrenos desnudos manejados indevidamente e também pela compactação do solo resultante da intensa mecanização. Entretanto, a observação empírica em algumas propriedades na região de Katueté, durante algumas visitas realizadas em 2003 e 2004, revelou que a utilização de técnicas como o plantio direto<sup>171</sup>, a construção de curvas de nível e a instalação de microbacias nos terrenos mais acidentados podem alterar tal tendência, apesar de essas práticas serem ainda pouco difusas no Paraguai, pois envolvem um custo elevado para a maioria desses agricultores. De certo modo, a expansão da pecuária sobre terrenos desgastados é um fenômeno ainda recente, se comparado ao avanço que se dá sobre as áreas florestais remanescentes, que ano a ano vêm diminuindo em superfície.

Em termos gerais, o crescimento da cultura da soja em área plantada no departamento de Canindeyú vem sendo desde o início dos anos 1990 o maior do país,

---

<sup>171</sup> Essa prática é bastante difundida entre os granjeiros brasileiros e seus consortes teuto-brasiguaios e consiste num uso intensivo dos terrenos com duas colheitas anuais, em que os campos são recobertos uniformemente pela plantação de soja até sua colheita. No período do inverno, entre os meses de abril e setembro, que compreende a estação seca, os terrenos são cultivados com trigo, milho ou aveia, conforme as demandas de mercado e as necessidades do agricultor. A semeadura é realizada diretamente sobre as palhas da plantação anterior, que permanecem sobre o solo protegendo-o da ação degradante do sol, preservando desse modo certo grau de umidade nos mesmos. Uma enquete realizada pelo MAG entre 1995 e 1996 junto aos granjeiros de Canindeyú revelou que 67% e 65% respectivamente dos plantadores de soja se valiam dessa prática e que ela se mostrara muito benéfica a curto prazo, segundo esses agricultores, entretanto os benefícios do uso intensificado dessa técnica a longo prazo ainda permanecem uma incógnita (Souchaud, 2002).

expandindo-se a uma taxa média de 4% ao ano, considerando os dados do censo agropecuário de 1991 e 1997.

Tal expansão tem ocorrido sob o beneplácito do governo paraguaio, apesar dos constantes protestos da oposição política e dos movimentos camponeses, que vêm com grande ressentimento a predominância dos agricultores brasileiros nesse setor. Dado relevante é que as técnicas que envolvem a produção de *commodities* nessas unidades *farmers*, como o plantio direto e a rotatividade de culturas, dependem em grau crescente do uso de herbicidas e defensivos agrícolas.

Esses produtos, além de contaminarem os solos e os mananciais, são controlados por uma ou duas grandes empresas multinacionais, que em última análise manipulam os custos de produção e determinam as margens de lucro do setor, o que geralmente se dá a expensas dos interesses do restante da população.

Em linhas gerais, a atuação dos agricultores teuto-brasileiros em terras paraguaias foi um elemento de fundamental importância para a dinamização e modernização da produção agrícola no país, independentemente das contradições ensejadas por esse processo.

Em termos ambientais, a maior contradição tem-se dado entre a otimização produtiva das unidades e a capacidade ecológica do meio em suportar no longo prazo a intensidade da exploração dos recursos existentes. O esgotamento dos solos e os elevados custos que envolvem sua recuperação são uma das faces do problema, levando à gradativa eliminação de muitos pequenos e médios agricultores do negócio<sup>172</sup>.

O aumento dos custos produtivos, devido à crescente necessidade do uso de insumos e corretivos por um lado e às oscilações constantes dos preços por outro, acaba por comprometer a lucratividade das empresas e em alguns casos a manutenção de suas atividades (Carter & Galeano, 1995).

Essa gradativa eliminação dos agricultores considerados “mais fracos”, que produziam em áreas inferiores a 20ha e que envolviam 55% das unidades cadastradas, é dada pela diminuição de sua participação no volume produzido, que, segundo Fogel

---

<sup>172</sup> Os dados dos censos relativos ao período entre 1981 e 1991 dão mostras desse fenômeno, que atingiu principalmente as pequenas unidades empresariais do tipo *farmer*, que empiricamente possuem entre 20ha e 100ha e que tiveram uma diminuição na ordem de -9% em relação ao conjunto das unidades cadastradas. Em contrapartida, os extratos superiores com superfície superior a 100ha até 500ha tiveram expansão moderada, na ordem de 12%. Tal fato é indicativo da melhor capacidade que as unidades maiores possuem para enfrentar as dificuldades impostas pelos ajustes do processo modernizador e pelas adversidades advindas das constantes oscilações do mercado e do crescente custo dos insumos agrícolas. Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG), Censo Agropecuario 1981, 1991, Asunción, 1985, 1995.

(2005), respondia por 9% da soja colhida em 1991. Já em 2002, conforme o mesmo autor, essa participação diminuiu para tão-somente 3,7% da produção nacional.

No mesmo sentido, o número dessas unidades produtoras, que possuíam menos de 20ha, representava agora menos de 46% das propriedades, sinalizando expressivo encolhimento da sua participação, tanto em área como em volume produzido.

A tabela a seguir, baseada nos dados do MAG de 2004, dá mostra dessa tendência, que vem se acentuando desde a década de 1990, sobretudo na região oriental, na qual se percebe não apenas um aumento no número das propriedades médias e grandes, mas também seu predomínio em termos de área plantada.

**Tabela 10 - Quantidade e superfície (em hectares) das propriedades cultivadas com soja na região oriental**

Tamanho da propriedade	2002		1991	
	Quantidade	Superfície	Quantidade	Superfície
Menos de 20ha	13.060	48.009	14.624	51.162
De 20ha a menos de 100ha	9.939	278.978	9.646	166.449
De 100ha a -1000ha	4.489	679.387	2.309	241.116
De 1000ha acima	318	276.481	138	93.728
Total	27.806	1.282.855	26.717	552.455

Fonte: Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias. MAG, 2004 – (Apud. Fogel, 2005, p. 43)

Outro importante aspecto para compreendermos os ciclos de degradação ambiental que afetam as unidades do tipo *farmers* é o pragmatismo exacerbado de muitos colonos que, no afã de obter lucros maiores, acabam não investindo durante os ciclos de alta das *commodities* em medidas preventivas e de proteção dos recursos naturais, e que durante os períodos de baixa, quando a queda na rentabilidade se acentua e o endividamento dos imóveis junto aos bancos aumenta, tornam os gastos adicionais com essas medidas preventivas praticamente inexequíveis.

Dessa forma, esses investimentos raramente são realizados, ou, quando são feitos, acabam atendendo apenas às necessidades emergenciais daquela safra, nunca de forma ampla e duradoura. Tal característica é reveladora da dificuldade inerente ao modelo modernizador introduzido por esses agricultores brasileiros em compatibilizar a expansão da produção das culturas comerciais com a preservação do meio ambiente. De certo modo, a degradação dos recursos naturais, como condição e consequência da



expansão agrícola, acaba por impor, num lapso relativamente curto de tempo, os próprios limites dessa expansão, acirrando com isso a competição pelos estoques de terras agricultáveis ainda remanescentes. As cifras dessa disputa pelas melhores áreas agricultáveis revelam que em 2001 a superfície ocupada pelo complexo sojeiro (envolvendo as safrinhas de inverno, como trigo, milho, girassol e canola) correspondia a 44% dessas terras no Paraguai e que no Brasil, em termos comparativos, abrangiam pouco mais de 21% (Fogel, 2005). Já a taxa de expansão da produção mundial de soja situava-se em torno de 3,3% no período entre 2001 e 2004, crescimento similar ao que ocorria com a produção brasileira, porém muito inferior à taxa de expansão paraguaia, que em 2004 apresentava uma cifra de 8,5%, abrangendo quase a metade das áreas agricultáveis do país, açambarcando 1,9 milhão de hectares, e produzindo 4 milhões de toneladas de soja naquele ano. Isso representava 2% da produção mundial, situando o país como o quarto produtor mundial (CAPECO – MAG, 2005).

Como conseqüência desse crescimento, o desnivelamento social vem-se acentuando, acelerando tanto o processo de minifunditização<sup>173</sup>, posto não haver meios suficientes de absorção nas cidades do excedente populacional gerado no campo, quanto o seu inverso, a concentração fundiária, sobretudo na forma das agroindústrias e das grandes empresas agropecuárias. Há que se enfatizar que a expansão das agroindústrias e do complexo sojeiro se dá às expensas da diminuição da oferta de postos de trabalho, dada a intensificação da mecanização, que é característica dessas monoculturas, e que, por conseguinte, se traduz pela enorme polarização da concentração de renda no campo.

Essas unidades do tipo *farmers* se constituem numa conformação perfeita entre performance técnica e produtividade otimizada, índice, nos termos de Souchaud (2002, p. 181), “d’une modernité assimilée et contrôlée, mais reposant sur des structures économiques et commerciales précaires”. E é justamente esse descompasso que traduz o sentido de ruptura e de continuidade dessa fronteira e das contradições sociais que lhe são inerentes.

Esse desnivelamento foi fruto de um processo acelerado de diferenciação socioeconômica e de seletividade entre os agricultores da região de Katueté, tal como observado na fala do pastor Westermann:

---

<sup>173</sup> O processo de minifunditização, que vem ocorrendo no Paraguai e que se consolida na região da fronteira oriental, se define, nos termos de Carter & Galeano, “pela progressiva perda da capacidade da atividade agrária como fonte de reprodução da unidade econômica campesina, transcorrida num tempo e espaço sócio-histórico específico”. Ver Carter, Michael e Galeano, Luis A. Campesinos, tierra y mercado. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, 1995, p. 28.

Há alguns agricultores que ficaram atrasados no sentido que non se animaron e depois non tinham o dinheiro de modernizar-se. Por exemplo de comprá um tratorzinho pequeno... Alugam a sua tera, vamo dizê que tem 10 alqueire, alugam 8 pra outro plantá soja e ele planta pra si, mandioca, um poco de milho e tem algumas vaca pra vendê leite... Esses nunca trataron a sua tera pra melhorá, nunca tinham dinheiro, non se animavon pra fazê um préstamo.

Essa modernización é um trem rápido quem perdeu o trem non vai, vai ficar pra trás ahh...

E entre esses medianos e grande também têm tanta diferença entre eles. Alguns aplicon bem as leis pra se protegê a si mesmo a seus vizinhos. Otros non tem nem escrúpulo de matá a si mesmo... Esse tem de tudo..

Ahhh. Alguns que ton tão grande que vivem na vila e tem um ou dois peão lá que cuida... E esse peão também aprendeu o non a se protegê do envenenamento...<sup>174</sup>

A maximização dos ganhos e a otimização produtiva decorrem da necessária manutenção, uma vez alcançada, do padrão de classe média citadino, que paulatinamente os fazem desvencilhar-se da antiga moldagem rural. Essa ruptura com o tradicional modo de vida camponês, calcada na lentidão e no enraizamento, é substituída por uma percepção espaço-temporal muito mais ampla e acelerada. A progressão social dos colonos sulistas no Paraguai os torna cada vez mais urbanos e é justamente nas pequenas cidades em formação que se percebe melhor o sentido dessa sua ruralidade em mutação.

#### **6.4 Os bolsões de minifúndios campesinos**

A configuração desses bolsões e seu diminuto ecossistema decorreram, como já vimos, das mudanças transcorridas na região ao longo das últimas três décadas, ensejadas pelo processo migratório e colonizador e pela modernização agrícola introduzida pelos colonos brasileiros. Esses bolsões se caracterizam por ser, nos termos de Fogel (1994), “*islas de campesinos en descomposición*”, praticantes de uma policultura alimentar situada em espaços ambientalmente degradados, e na qual a comercialização do excedente produzido se dá por diversos meios, incluindo-se formas de inserção marginal à economia de mercado.

A despeito do crescimento das monoculturas comerciais, as culturas alimentares, tradicionalmente vinculadas ao universo campesino, vêm ocupando importante posição

<sup>174</sup> Relato Pastor Friedhelm Westermann – Katueté 01/06/2007

entre os itens de exportações agrícolas do Paraguai. Curiosamente, em face da extrema iniquidade da distribuição de terras e da pobreza que grassa entre os assentados da fronteira oriental, as exportações do milho, da mandioca e do algodão, que são dominadas pelos diferentes segmentos do campesinato local, vêm crescendo ano a ano, respondendo por parte importante no volume do comércio externo do país, como já mencionamos no capítulo IV, o que contraria a alegação do senso comum de que a maior parte do produto interno bruto agrícola paraguaio é realizado somente pelas grandes unidades monocultoras (Weisskoff, 1992).

Entretanto, os canais de comercialização desses produtos são controlados pelo capital agroexportador nacional, que impõe as regras do pacto de dominação, evidentemente desfavoráveis aos pequenos agricultores. Já os produtores *farmers*, por possuírem diferentes canais de comercialização, acabam desfrutando de uma posição mais vantajosa no âmbito do comércio exportador (Weisskoff, 1992),(Fogel, 1994), (Carter & Galeano, 1995). Essa diferenciação socioeconômica é agravada não apenas pelos desníveis dos fatores de produção, como terra e capital, disponíveis em grau variável entre os produtores do tipo *farmer*, e praticamente ausentes do universo campesino, mas também pela limitação ecossistêmica dessas unidades, assentadas em superfícies diminutas e em áreas degradadas.

Tal conformação, que reproduz num grau mais extremado a pobreza de seus consortes da região central do país, contrasta com a relativa prosperidade dos enclaves estrangeiros, sobretudo dos teuto-brasiguaios, habitantes das localidades mais dinâmicas da fronteira oriental. Os casos relatados por Laino, Fogel, Nickson, Kleinpenning, dentre outros que estudaram o processo colonizador da borda oriental desde o início dos anos 1970, dão mostras de que, à medida que se vão esgotando as áreas disponíveis para a expansão da fronteira agrícola, somente as parcelas degradadas, cujo custo de recuperação é comercialmente inviável, são destinadas aos assentamentos campesinos. Essa situação tende a agravar a condição de pobreza crítica em que vive a maioria desses agricultores.

No início dos anos 1980, quando a barragem de Itaipu já havia sido concluída, milhares de trabalhadores perderam seus empregos e passaram a engrossar a fileira dos trabalhadores sem terra do Paraguai, o que levou a um maior recrudescimento do problema fundiário, aumentando a tensão no campo, sobretudo na região da fronteira oriental (Kohlhepp, 1984), (Potthast, Kohut e Kohlhepp, 1999), (Nagel, 1999). Com a derrocada do regime stronista e o início da redemocratização, pactada pelos colorados,

os movimentos campesinos passaram a ter maior visibilidade, atuando de modo mais desenvolvido e organizado (Nagel, 1999). Atualmente, as pautas reivindicativas desses movimentos, com seus diferentes arranjos organizativos, têm também incorporado à questão da terra o problema ambiental, ampliando com isso a agenda desses movimentos, que seguem apoiados por setores progressistas da Igreja Católica e por várias ONGs envolvidas com a preservação do meio ambiente.

Apesar de alguns avanços, a situação engendrada pela dinâmica de mercado e pelo projeto de modernização conservadora levado a efeito pelo regime stronista e continuado por seus acólitos colorados, tem alimentado o desdém recíproco e a exacerbação do potencial conflito interétnico, que freqüentemente irrompem nas páginas dos jornais do país<sup>175</sup>.

A expansão da sojicultura, em especial a que leva a marca das sementes transgênicas, que no Paraguai não sofrem nenhum controle ou restrição por parte do governo, vem provocando inúmeros malefícios às populações camponesas, tais como: contaminação de lavouras alimentares por defensivos aplicados nas grandes lavouras de soja em seu entorno, degradação dos mananciais, elevação dos preços das terras e redução na oferta de trabalho regional, dentre outros. No plano macroeconômico, a expansão e a concorrência das culturas de *commodities* com as lavouras alimentares têm levado a uma profunda dependência da agricultura comercial paraguaia em relação aos pacotes tecnológicos externos, em que as sementes Roundup Ready e o herbicida Roundup da Monsanto são exemplos mais que ilustrativos. De modo geral, os ingressos advindos do *boom* exportador da soja pouco têm beneficiado a economia nacional, cujo ganho é substancialmente drenado pelos grandes produtores brasileiros e principalmente pelas multinacionais, detentoras das patentes da maioria dos insumos empregados, e também pelos grandes bancos que operam no país.

Engrossam essa desvalida fileira os policultores brasileiros, que, como já mencionamos, subsistem em condições ainda mais precárias que os campesinos paraguaios, devido ao seu status de imigrantes ilegais que ocupam os terrenos marginais do departamento, sem dispor de nenhum documento ou contrato que lhes assegure a titularidade das terras que cultivam.

---

<sup>175</sup> Campesinos impiden fumigación y ponen en peligro 5.000ha de soja. *ABC Color*, 07 de enero de 2004. Dos campesinos murieron en criminal intervención policial. *Última Hora*, 22 de enero de 2004. Fumigación deja 13 intoxicados y 200ha de cultivos danados. *ABC Color*, 28 de noviembre de 2004. Campesinos invaden propiedad de colonos brasileños em Narajal. *ABC Color*, 07 julio de 2004. Alarmante cifra de brasileños indocumentados em Canindeyú. *ABC Color*, 23 de enero de 2005

Muitos desses agricultores vivem agregados de modo instável em propriedades alheias ou trabalham como volantes nas áreas de desmonte, movendo-se no mesmo sentido do avanço da frente pioneira. Quando o ciclo se completa, muitos desses trabalhadores acabam retornando ao Brasil, incorporando-se ao movimento dos trabalhadores sem terra, como relata Sprandel (1992). Outros, no entanto, permanecem no Paraguai, povoando os desoladores núcleos que vão se formando às margens das rodovias, tal como ocorre em La Paloma e Nueva Esperanza em Canindeyú. Os policultores brasileiros são, de todos os protagonistas dessa fronteira, o grupo menos homogêneo; procedendo de diferentes regiões do Brasil, eles constantemente reemigram em busca de um lugar que lhes proporcione alguma oportunidade de escapar da pobreza. Apesar da rusticidade de sua existência, alguns conseguem alçar a uma condição de vida melhor e até mesmo adquirir alguma propriedade maior, assimilando o padrão produtivo dos granjeiros sulistas farmerizados.

A produtividade desses agricultores é em geral muito baixa, limitada não apenas pela escassez de terras e pela pouca fertilidade dos solos, mas também em razão da sua pouca propensão em aprimorar os arranjos produtivos. Essa dificuldade se apresenta tanto entre os policultores brasileiros como entre os campesinos paraguaios, manifestando-se em grau variável no comportamento reticente à inovação, na dificuldade em criar e manter vínculos associativos e de ajuda mútua permanentes, na elevada dependência dos *acopiadores*<sup>176</sup>, na dificuldade e pouca propensão ao uso de fertilizantes e corretivos do solo e, por vezes, pela adoção incalculada das culturas comerciais, que acabam concorrendo com as culturas alimentares, o que torna mais vulnerável a economia doméstica.

Tal quadro é acentuado pela precária atuação do estado no sentido de prover com infra-estrutura compatível as necessidades básicas da população, como saúde e educação, e de seu crescimento econômico, através do estímulo à produção e instalação de vias de comunicação, para comercialização e escoamento dos produtos. A situação de Canindeyú na área da saúde é elucidativa dessa debilidade do estado paraguaio, uma vez que, para uma população de mais de 137.000 habitantes, somente um único hospital encontra-se em funcionamento, dispondo precariamente de apenas 18 leitos. Outros três

---

<sup>176</sup> Proprietários de armazéns que estocam e vendem a produção agrícola, sobretudo dos pequenos agricultores, através dos canais de comercialização que eles detêm. Esses armazéns muitas vezes funcionam tanto como atravessadores quanto como agentes financiadores da produção, fornecendo aos agricultores sementes e insumos que são pagos em espécie após a colheita. Essa situação acaba tornando os agricultores campesinos muito dependentes desses *acopiadores*, uma vez que eles não conseguem obter financiamento junto aos bancos oficiais, devido à falta de titularidade de suas terras.

postos de saúde existentes no interior do departamento disponibilizam alguns leitos de internamento, como em Curuguaty ( 9 leitos ), Katueté ( 5 leitos ) e La Paloma ( nenhum).

Esses postos, que abrangem as localidades adjacentes, prestam atendimento somente a casos de baixa complexidade, sendo também responsáveis pelas pequenas unidades de atendimento, disseminadas pelo restante do departamento e que servem de base para as campanhas de vacinação e orientação sanitária. O serviço prestado é irregular e insuficiente para atender à enorme demanda, e os recursos necessários, quando disponíveis, são escassos, o que leva os agricultores mais afortunados a buscar uma alternativa nos serviços de saúde privados, que começam a se expandir pela região.

Semelhante situação já ocorre há alguns anos com a educação, na qual as escolas particulares buscam atender à crescente demanda desassistida pelo Estado.

A precariedade do sistema público de saúde no Paraguai obriga muitos colonos brasileiros a recorrer aos serviços de saúde existentes nas cidades fronteiriças brasileiras, como Foz do Iguaçu, Guaíra e Ponta Porã, utilizando-se também das campanhas de vacinação que frequentemente ocorrem no Brasil.

Alguns produtores mais ricos enviam seus filhos para completar os estudos nessas cidades, buscando inclusive aperfeiçoar sua formação nas faculdades ali existentes. Já os colonos mais pobres, por não terem alternativa, têm que se valer dos precários serviços públicos existentes no país, que exhibe um dos piores índices de mortalidade infantil do subcontinente, decorrente das deficiências nutricionais da população, da falta de assistência médica adequada e de um controle sanitário efetivo.

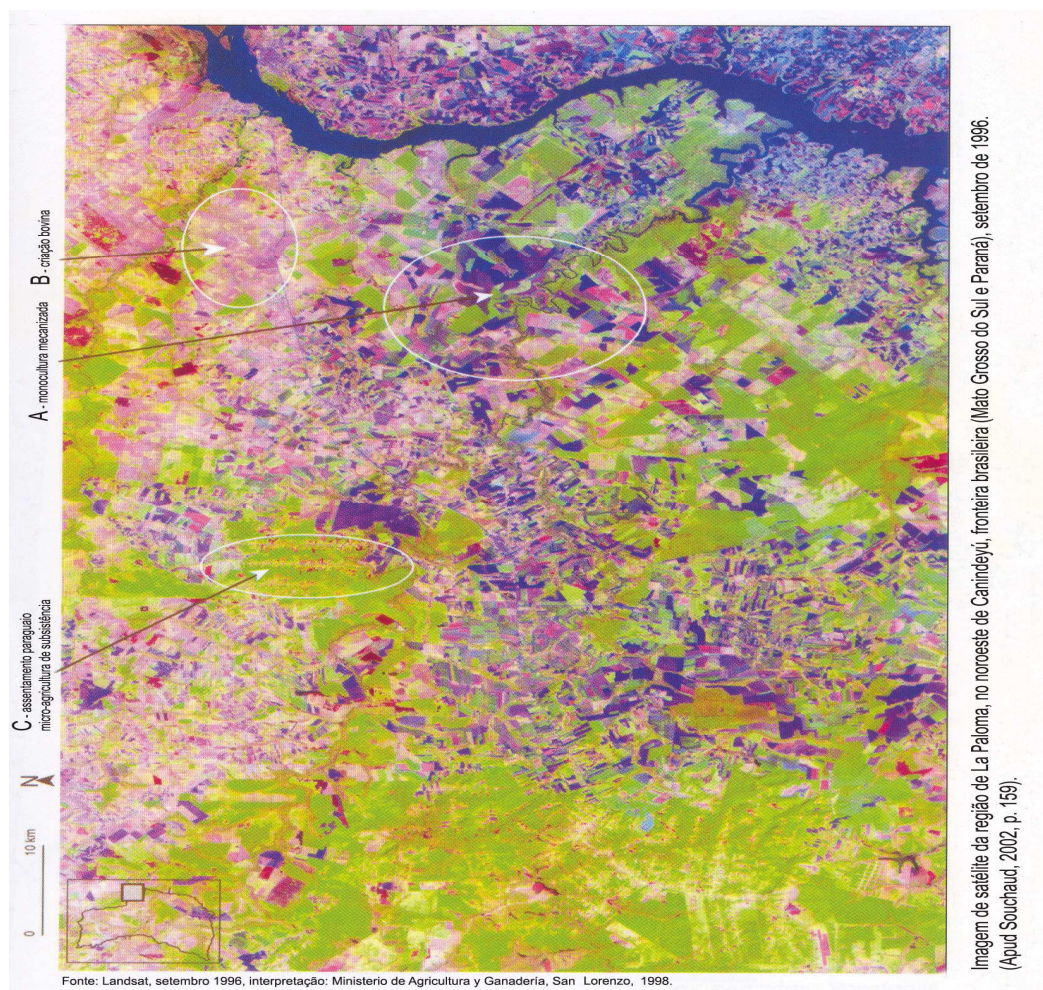
Tal quadro evidencia o lado alternante das migrações internas e internacionais, que visam suprir a fragilidade do sistema sanitário e de infra-estrutura do país, ampliando dessa forma o grau de dependência em relação ao Brasil e, conseqüentemente, a perda de sua capacidade de gestão territorial (Souchaud, 2002).

Em linhas gerais, essa debilidade do estado paraguaio acaba reiterando a já acentuada diferenciação socioeconômica existente entre os diferentes protagonistas da fronteira, acirrando as disparidades regionais e a luta pelos recursos disponíveis. A progressiva privatização da esfera pública é, nesse sentido, conseqüência imediata dessa debilidade, numa espécie de *laissez faire* primitivo no qual poucos prosperam.

Os bolsões de minifúndio campesino são assim espaços-tampões, incrustados nos hiatos marginais dos terrenos mecanizados pela grande lavoura, configurando-se em

territórios de resistência ante o avanço da monocultura e das grandes pastagens das fazendas de gado.

A constituição desses espaços ecossistêmicos tem-se dado tanto na forma de exploração econômica quanto pelos arranjos socioculturais específicos a cada grupo, que ao longo do tempo foram se estabelecendo nessa fronteira, conseqüência das trajetórias particulares e da luta travada pela posse da terra. As imagens de satélite das localidades de La Paloma, no departamento de Canindeyú, e de Santa Rita, no departamento de Alto Paraná, interpretadas pelo MAG (1998) e analisadas por Souchaud (2002), nos dão mostras da constituição dessas configurações ecossistêmicas, conforme podemos observar nas figuras a seguir.



**Figura 13** – Imagem de satélite da região de La Paloma – Depto. Canindeyú



**Figura 14** – imagem de satélite da região de Santa Rita – Depto. Alto Paraná

Há que se observar, no entanto, que essas configurações sistêmicas não são de todo homogêneas, pois guardam certas nuances e especificidades, como a da maior diversidade de produtos cultivados pelos pequenos agricultores brasileiros em relação aos itens cultivados pelos campesinos paraguaios e pelo mínimo necessário em termos de terreno arável, que para os primeiros costuma ser superior ao aceito pelos segundos.

Tal diferença é fundamental, como já assinalava Pèbayle (1994), para se compreender o desapego e a não- hesitação dos colonos brasileiros em reemigrar para uma nova fronteira, que oferecesse possibilidade de melhoria de vida, mesmo que ilusória.



Esse aparente desapego foi de certo modo potencializado pela política migratória paraguaia, que não facilitou a assimilação dos imigrantes brasileiros, sobretudo dos mais pobres, que, como já mencionamos, padeciam nas mãos das autoridades corruptas do país.

Esses funcionários se valiam da condição de superioridade, facultada pelo pertencimento aos quadros do partido e pela conivência do governo, que geralmente remunerava mal seu pessoal, e que, dada a ambigüidade das leis do país em relação à imigração, acabava favorecendo as atividades ilícitas e extorsivas desses agentes, transformando-se numa fonte complementar de salário e de renda para eles.

A debilidade administrativa do estado autoritário, e sua intrincada burocracia, também favoreciam a disseminação de micropoderes, estabelecidos entre os acólitos do partido e o restante da população, o que gerava um clima de delações e atitudes persecutórias no seio da sociedade, fazendo com que os colonos brasileiros, independentemente de suas origens, permanecessem reticentes no interior de suas comunidades.

O crescente revisionismo, que vem ganhando força com a redemocratização do país nos últimos anos, e a frustração com o aumento das iniquidades sociais, não parecem acenar para uma superação dos obstáculos à assimilação dos migrantes brasileiros nem para sua plena legalização. Ao contrário, têm servido tanto para o recrudescimento das posições das elites paraguaias e de seus consortes brasileiros, que temem perder a primazia dos seus interesses junto ao Estado, como para o ressentimento da população mais pobre e dos políticos de oposição, que desde muito tempo estão excluídos das decisões relevantes do país.

## **6.5 As comunidades indígenas**

Nos tempos pré-coloniais, os índios que habitavam a região do atual Paraguai eram soberanos desses territórios, vivendo da caça, da pesca, da coleta e do cultivo de algumas plantas, como milho e mandioca, que garantiam o pleno sustento de sua população.

O sentido comunal de apropriação do território refletia-se no caráter organizativo dos diversos grupos indígenas da região, cuja economia e cultura eram estritamente vinculadas ao meio natural, traduzindo-se pelo intrincado conhecimento

que eles possuíam sobre os recursos naturais e pelo sofisticado manejo que faziam dos mesmos (Kleinpenning, 1987).

Tal equilíbrio começou a ser alterado durante o período colonial, quando os espanhóis tentaram colocar sob o manto protetor de sua legislação as comunidades indígenas da região. Dadas as circunstâncias específicas em que se deu o domínio espanhol nessa porção mediterrânea das Américas, o projeto de integrar os índios dentro do sistema colonial acabou ficando a cargo primeiramente dos frades franciscanos e posteriormente dos padres jesuítas, mediante o sistema de “reduções”. A premissa dessa integração era colocar a estrutura tribal sob o controle do Estado e concentrar essa mão-de-obra a serviço dos *encomenderos* (Melia, 1991).

Em muitos casos, a redução começava onde terminava a conquista pelas armas, quando os recursos militares eram escassos ou quando a capacidade de resistência indígena se fazia sentir mais fortemente. A redução era um meio de pacificação, que consistia em juntar os índios em *pueblos*.

Como o sentido geral das reduções era por demais amplo e dependia de circunstâncias muito adversas, elas acabaram assumindo diferentes contornos entre si, envolvendo o substrato indígena, o sistema econômico regional, a ordem religiosa a que pertenciam os missioneiros, determinando assim a característica específica de cada redução.

De todos os grupos chamados à redução, os guaranis eram os que apresentavam as características culturais mais adequadas ao projeto, além de constituírem o grupo mais numeroso. A estrutura dos aldeamentos era baseada numa organização familiar extensa, que condicionava os mecanismos de ajuda mútua e de divisão do trabalho, o que fazia com que as trocas econômicas fossem pautadas pela reciprocidade.

A inclinação religiosa desses povos, expressa nas danças, nos cantos, nos sonhos, nas visões e discursos proféticos, adequava-se ao sentido doutrinário das reduções, acalentando novas experiências educativas e a visão crítica dos padres missioneiros ante a injustiça e malefícios da exploração colonial, tal como denunciada na obra do padre Antonio Ruiz de Montoya (Rebes, 2001), (Cardozo, 1959).

Com a desarticulação da utopia guaraníca, na segunda metade do século XVIII, decorrente das sucessivas incursões bandeirantes e da incompatibilidade missioneira com o projeto absolutista, especialmente aquele dos Bourbons da França e da Espanha, restou aos povos guaranis o refúgio nas matas das vastidões interioranas ou sua

incondicional submissão aos *patronos criollos*, que se apropriaram de todos os seus bens e principalmente de seu gado.

Nos séculos que se seguiram ao derrocamento das missões jesuíticas, o refúgio dos povos indígenas paraguaios ficou circunscrito a duas regiões bastante distintas: o grande Chaco semi-árido e as florestas subtropicais da fronteira oriental, pertencentes à bacia do rio Paraná. Durante o regime de Francia, a maior parte das terras do oriente paraguaio e do Chaco foram declaradas propriedade do Estado, e o direito dos índios de viverem em *pueblos* foi reconhecido, mas não daqueles que viviam fora dos assentamentos. Na prática, pouca coisa se alterou na vida dos índios, que continuavam vivendo em suas terras e mantendo seus hábitos tradicionais da caça, da pesca, da coleta, do plantio de roças e da criação do gado.

Extensão mais radical do controle do Estado ocorreu sob o regime de Carlos Antonio Lopez, que por volta de 1842 estabeleceu que os índios *capaces de muchos servicios y de buen comportamiento* deveriam receber uma concessão individual de terras e gado como uma forma de pensão nos assentamentos para os quais eles fossem destinados (Kleinpenning, 1987). Essa era uma forma velada de supressão dos direitos de livre circulação desses povos por um território mais amplo. Entretanto, a medida mais radical ocorreria em 1848, estabelecendo que as terras dos *pueblos* seriam doravante consideradas terras do Estado.

Como resultado, a maioria dos índios se tornariam juridicamente “semterras”, embora continuassem utilizando essas terras indeterminadamente. Em troca, eles obteriam certos direitos, como o de serem reconhecidos como cidadãos da república paraguaia e poderem servir ao exército do país, o que evidentemente não se constituía numa vantagem que compensasse a perda dos direitos de propriedade comunal.

As conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança para os povos indígenas do Paraguai foram igualmente desastrosas; além dos milhares de mortos, uma situação completamente nova se abateu sobre as terras públicas que eles ocupavam, e que passaram a partir de então a ser concedidas a agentes privados, como compensação imposta pelos vitoriosos pelos custos e prejuízos da guerra. Tal medida não favorecia nem à população rural mais pobre, incapaz de adquirir um pedaço de terra, nem aos índios, impedidos legalmente de fazê-lo, o que acabou compelindo essa população a buscar refúgio nas terras fiscais ainda remanescentes.

Dada a característica da exploração extrativista nos ervatais, realizada pelas grandes *obrages*, que se formaram no pós-guerra, o modo de vida das populações

guaranis espalhadas pelas florestas da região oriental não foi muito afetado. De certo modo, sua presença era tolerada pelos grandes latifúndios e eles acabaram se ajustando a esse tipo de exploração econômica, mantendo um relacionamento esporádico com o mundo exterior, o que lhes permitiu preservar alguns dos elementos primordiais de sua cultura.

Do final da era Lopez até o início dos anos 1950, período-auge da economia matoleira, as subculturas guaranis, que ocupavam as áreas que atualmente compreendem o departamento de Canindeyú, puderam manter a integridade dos seus territórios de caça e de coleta, bem como sua organização social, apesar das doenças que de tempos em tempos acometiam essa população.

Tal situação só foi possível graças à elevada concentração populacional na zona central do país e à maneira extensiva pela qual as grandes propriedades fora dessa zona eram exploradas, o que permitiu aos índios que habitavam essas florestas manter certa autonomia, pelo menos até meados dos anos 1960, quando o projeto colonizador de Stroessner começou a ser posto em prática.

Com a abertura e construção de uma grande rodovia ligando a região central à fronteira do Brasil, as condições de vida dos povos indígenas do oriente paraguaio mudariam drasticamente. Essa via conduziria centenas de milhares de colonos paraguaios e brasileiros, enquanto muitos fazendeiros paraguaios e estrangeiros e inúmeras companhias madeireiras iam surgindo no cenário da colonização. A grande demanda pelas terras férteis da região oriental e a inserção da economia paraguaia na dinâmica modernizadora da economia brasileira impulsionariam rapidamente todo esse processo, consubstanciando-se na realização da grande obra de Itaipu. Em poucas décadas, a exuberante floresta subtropical desapareceria quase por completo e com ela o modo de vida dos Ache-Guayakí, Mbya Guarani, Chiripá e Pai-Tavyterã.

As poucas matas ainda remanescentes encontram-se em reservas privadas, controladas em sua maioria por entidades não-governamentais, como a do *Morumbi*, *Arroyo Blanco* e da *Reserva de Biosfera Del Bosque de Mbaracayú*, mantida pela Fundação Moisés Bertoni, numa área de 340.000 hectares, onde os últimos Aché-Guayakí lutam para preservar suas tradições e a memória de seus ancestrais. Essas áreas de preservação são na região oriental um dos últimos refúgios de florestas, mas representam pouco diante das necessidades desses povos para salvaguardar suas tradições e seu modo de vida. A legislação paraguaia, em seu *Estatuto de las Comunidades Indígenas* (Lei, 904), reza pela salvaguarda e sobrevivência cultural e

social das comunidades nativas, defendendo seu direito à propriedade, suas tradições e seu status econômico particular.

Ainda se garante, em tese, o direito ao mínimo de terras, 20ha para cada família na região oriental e 100ha na região do Chaco. Entretanto, a execução das leis é obstaculizada pelas debilidades estruturais do Estado paraguaio em fazer valê-las, e pelas inúmeras e muitas vezes inconciliáveis demandas sociais, que constantemente esbarram no caráter patrimonialista do Estado, dominado pelos interesses do grande capital e pelos exegetas do mercado.

Os ecossistemas indígenas se convergem para as últimas áreas florestais remanescentes e que nos últimos anos se transformaram em reservas de proteção ambiental privado. Fora dessas áreas, a situação dos *pueblos* indígenas é de absoluta desolação. Muitos deles se confundem com os bairros existentes nas periferias das localidades que surgiram a partir da década 1970, onde predominam a precariedade e a pobreza, e nelas se vê o retrato vivo da derrota e da humilhação impostas a esse povo, errante em sua própria pátria.

O estabelecimento dos ecossistemas econômicos não é estático no tempo e no espaço; seu dinamismo decorre justamente da pressão que os diversos atores sociais imprimem à luta pela terra, de tal modo que o predomínio e a incidência de certo ecossistema em determinada área esteja relacionado diretamente com as próprias características do meio, que valorizam ou não essa ou aquela cultura agrícola. Daí o fato de as áreas mais férteis e os terrenos mais adequados à mecanização serem alvo de disputas acirradas entre os produtores mais fortes, e as áreas marginais ou degradadas serem relegadas à pequena agricultura de subsistência.

No cenário atual, novos atores consolidam sua posição com a rearticulação política resultante da modernização conservadora; o emergente empresariado pós-Itaipu, símbolo dessa articulação de grandes interesses econômicos com o Estado, tem demonstrado grande capacidade em se adequar às regras do regime democrático. Segundo Fogel (1995), a atual ecopolítica apresenta-se mais sensível, pelo menos a nível retórico, às questões ligadas à preservação do meio ambiente e ao manejo econômico sustentável dos recursos naturais.

Entretanto, os empresários mais poderosos seguem obcecados pela modernização geradora de lucros rápidos, que degrada o meio ambiente com tecnologias de maior capacidade de destruição, e todo esse fenômeno se dá justamente

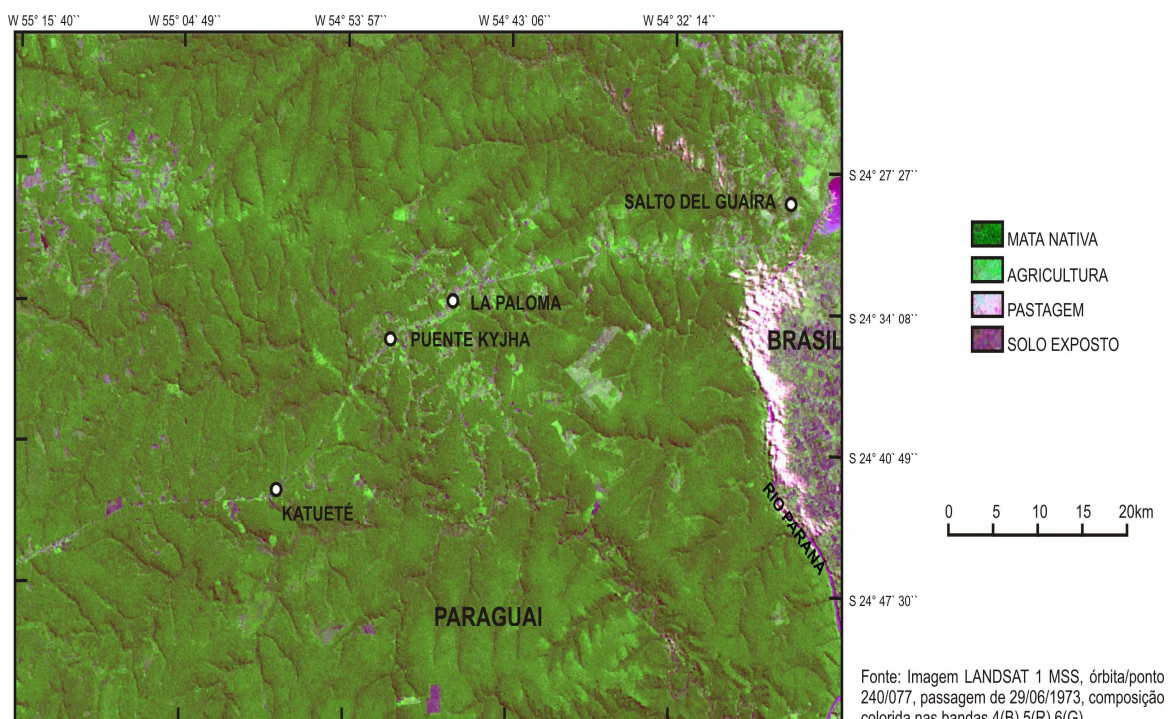
com a intensificação da internacionalização dessa fronteira e perda da capacidade reguladora do Estado paraguaio.

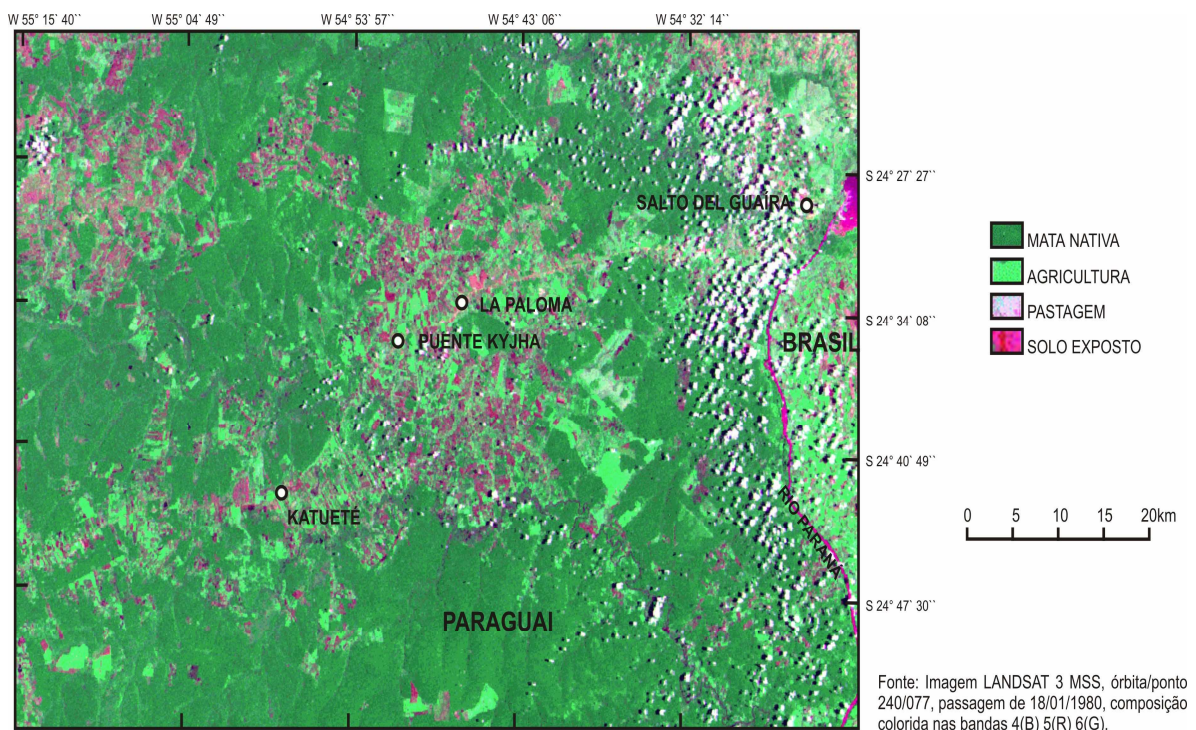
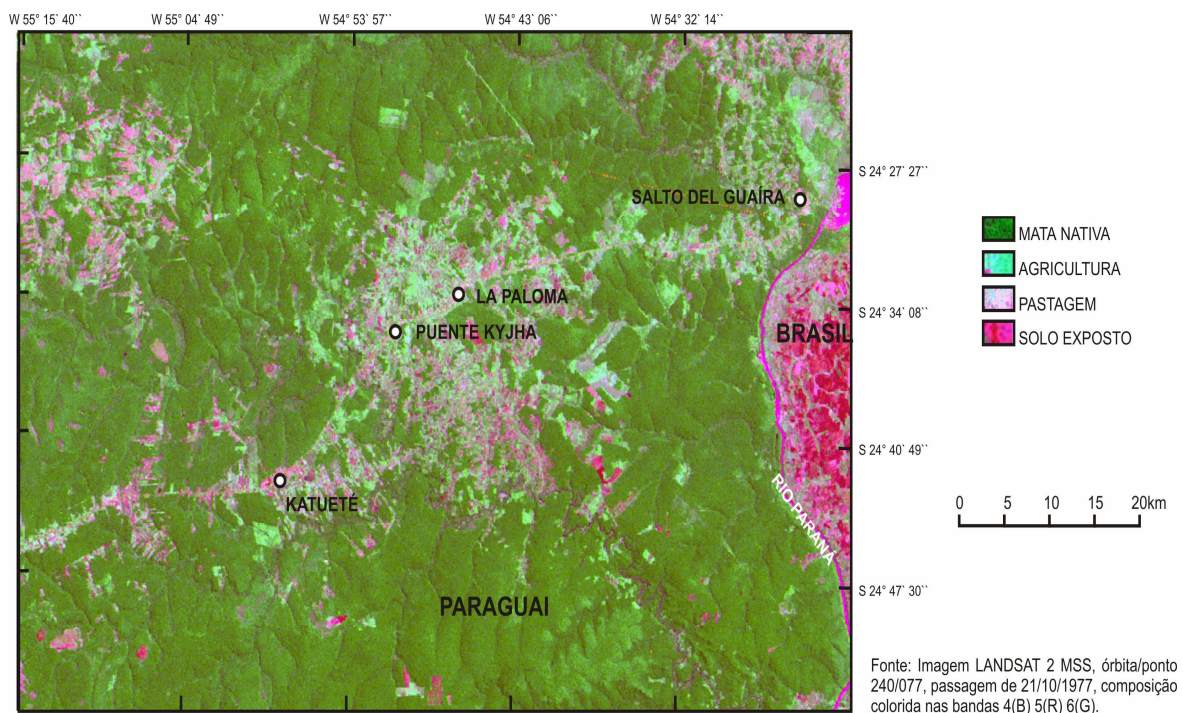
Felizmente, a emergência da institucionalidade democrática tem propiciado a ação de novos atores sociais, comprometidos com as demandas dos grupos que sofrem com a destruição do meio ambiente e que nenhum benefício aferiram com o modelo modernizador dominante. A atuação coletiva desses grupos tem também contribuído para o fortalecimento do poder local, contrapondo-se aos malefícios do novo processo globalizador em curso desde os anos 1990.

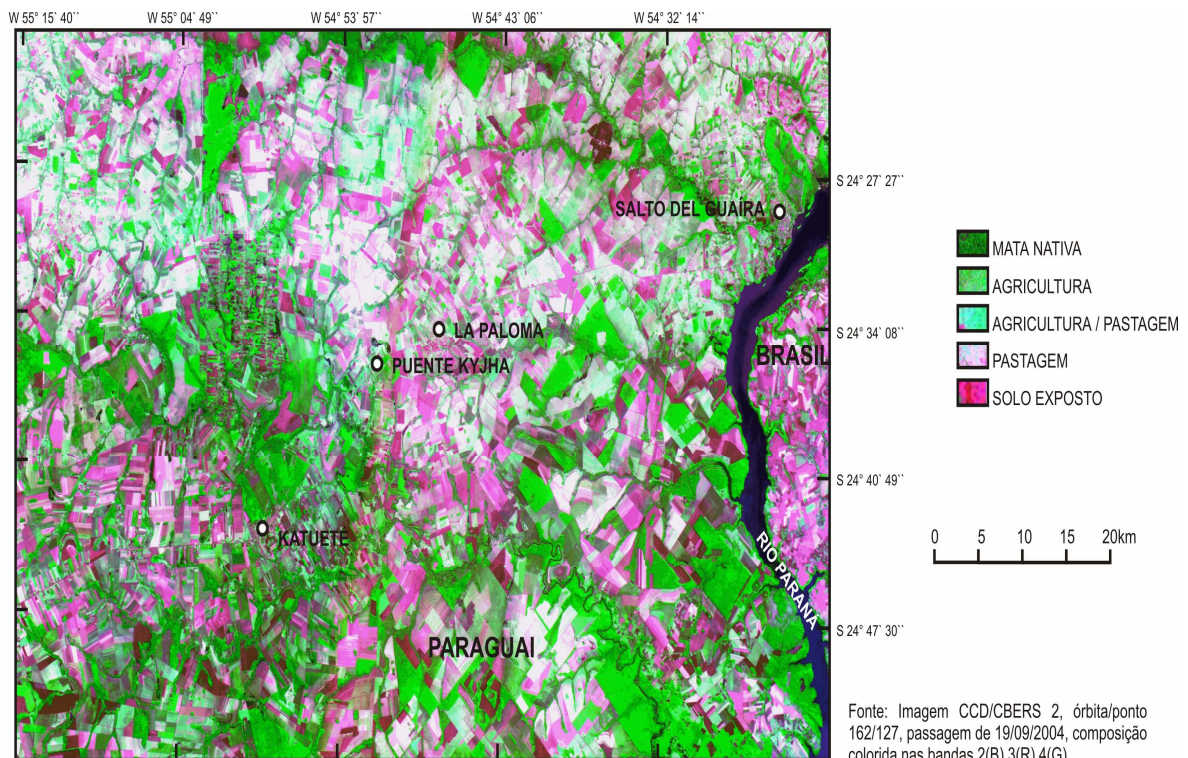
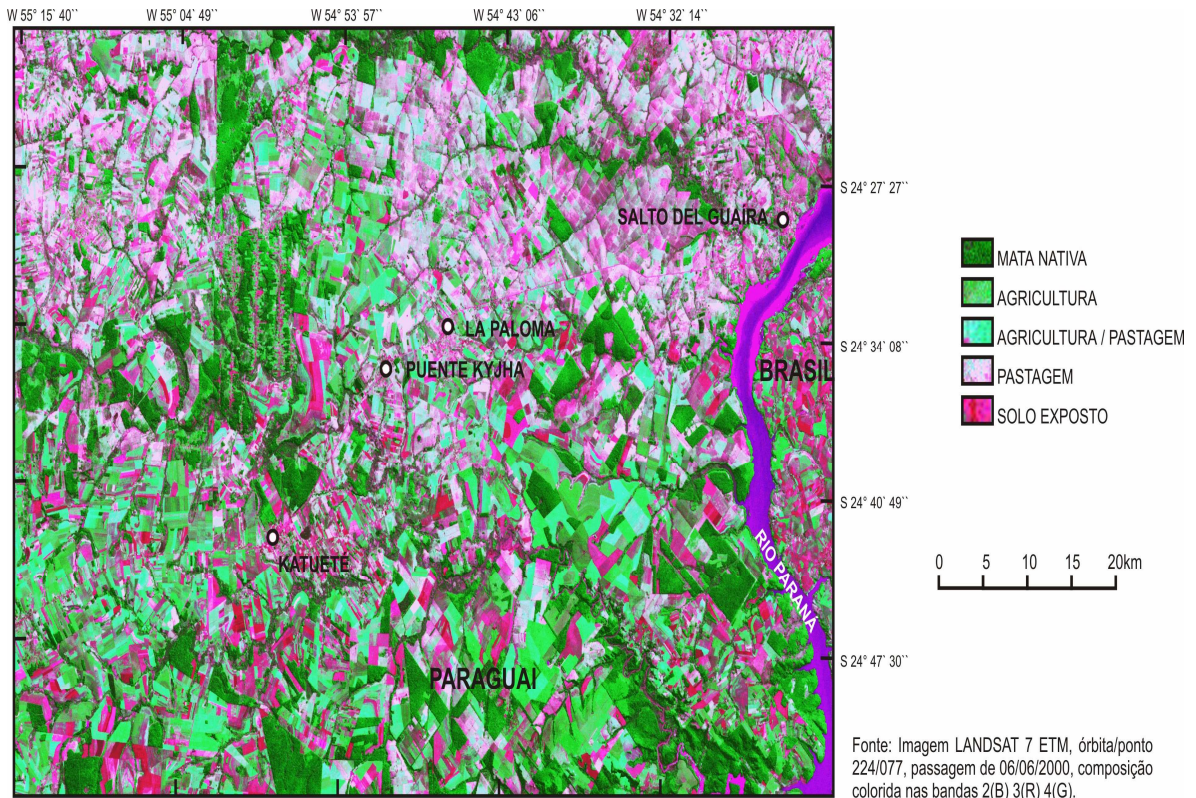
As imagens de satélite a seguir dão mostras da evolução ecocida que se abateu sobre a região oriental do Paraguai ao longo de quatro décadas de ocupação e colonização dessa fronteira, a partir do sensoriamento realizado pelos satélites das séries Landsat e mais atualmente pelas CBERS. O avanço do desmatamento é acompanhado da evolução das áreas devotadas à agricultura mecanizada e das pastagens para o gado.

Nessas seqüências observa-se a extensão dos solos expostos, que ocorre paralelamente ao avanço das áreas de agricultura e pastagem. Isso indica que a abertura dos terrenos não foi seguida por ações de preservação dos solos ante os processos erosivos e que a mudança de área de agricultura para terrenos de pastagens se deu em intervalos relativamente curtos, tal como havíamos descrito anteriormente.

### Figuras 15 – seqüência da progressão do desmatamento









## Considerações finais

A região da fronteira oriental, ao longo das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX, funcionou para a economia e sociedade paraguaias como uma zona de enclave, produto da enorme concessão de terras a que foi obrigado o país em razão da derrota sofrida na Guerra da Tríplice Aliança.

Esse imenso território foi cedido a companhias estrangeiras, que exploraram os ervatais nativos e a madeira da região durante longo período, calcadas em formas de exploração do trabalho quase servis. No entanto, a presença dos *obrages* mateleiros não implicou uma ocupação sistemática desses territórios nem uma integração com o restante da economia do país, limitando sua presença a diminutas localidades e pequenos portos estabelecidos às margens do rio Paraná, por onde escoavam sua produção para o mercado argentino, enquanto o interior desse território continuava sendo o habitat de vários povos guaranis.

O caráter mediterrâneo do país, que concentrava a maior parte da população em torno da capital, e sua dependência em relação ao estado, contribuíram para a moldagem de uma sociedade patrimonialista e autoritária, consubstanciada nos sucessivos regimes ditatoriais e em sublevações golpistas. Durante esse período, a economia paraguaia praticamente orbitou em torno da argentina e isso se refletia também na esfera política.

Tal quadro só começou a mudar com a ascensão de Stroessner ao poder a partir de 1954 e com o enfraquecimento do grupo democrático, liderado por Méndez Fleitas, então seu maior rival dentro do Partido Colorado. Até esse período, colorados, liberais e febreristas se digladiavam pelo poder, através de conluíus palacianos e golpes militares. Com a habilidade de estrategista, ao mesmo tempo em que negociava com as facções rivais no interior do seu partido e com os militares, clérigos e demais partidos opositoristas, Stroessner buscava dividir seus oponentes.

A consolidação de um partido monolítico e organizado serviu como contrapeso aos militares, grupo de maior poder dentro do Estado paraguaio, e que por Stroessner foi cultivado com muito cuidado, através da distribuição de prebendas e cargos altamente lucrativos. Além, é claro, do enorme esforço de propaganda no sentido de tornar mais popular o regime e manipuláveis as massas.

No plano externo, Stroessner buscou alçar maior independência ante a histórica influência e até certo ponto domínio argentino, sobretudo no âmbito comercial, através

de uma aproximação com o Brasil, visando a assegurar uma via alternativa de comércio externo e estreitar laços econômicos e políticos com o poderoso vizinho.

Do lado brasileiro, a atenção devida e a necessidade premente de re-inserção no mundo hispânico, com o fito de consolidar o seu papel hegemônico na região, condicionaram a construção de uma política externa mais ativa, que viesse a romper com a letargia predominante no longo período entre os anos 1880 e início dos anos 1940. Nessa construção geopolítica, o estreitamento das relações bilaterais com a nação guarani se revelaria estratégico. Para além do simbolismo histórico contido nessa articulação, houve evidentemente todo um cálculo acerca do potencial econômico e geopolítico envolvido nessa opção, cuja formulação, embora antecederesse os governos militares, foi por eles amplamente implementada.

Todavia, as carências infra-estruturais e de recursos do Paraguai eram imensas, impossibilitando atender às demandas internas. Com isso, as questões sociais se convertiam num crescente problema, que a mera repressão não poderia conter. A solução seria o aproveitamento das grandes áreas de terras férteis e de baixíssima densidade demográfica existentes na região oriental e a possibilidade de sua ocupação.

Essas áreas se converteriam num modo efetivo de minimizar as pressões fundiárias e sociais na região central do país e também num meio de modernização da agricultura, através da introdução de novas tecnologias pelos agricultores e colonos brasileiros, vindos principalmente dos estados do Sul e do Sudeste.

Essa corrente migratória originária das regiões meridionais do Brasil era, por sua vez, produto do intenso processo de modernização e de mudanças estruturais do padrão fundiário que estava em curso desde os anos 1950. Por um lado, a farmerização da agricultura comercial, que requeria cada vez mais áreas férteis, ia envolvendo paulatinamente as terras das antigas colonizações de povoamento de origem européia.

Por outro, a pressão demográfica nessas colônias se tornou um gargalo que inviabilizava os minifúndios e as bases de sua exploração familiar. Além disso, com a modernização, a necessidade de *inputs* externos, como créditos e insumos, expunha essas pequenas empresas às vulnerabilidades do mercado. Como resultado, expressivos contingentes de pequenos agricultores e colonos sulistas se puseram em marcha em busca de melhores oportunidades e meios de vida nas fronteiras que se abriam e que de fato oferecessem condições favoráveis a seu estabelecimento. Assim, no final dos anos 1960, os territórios paraguaios da bacia do Paraná foram trajetória do grande fluxo

migratório de milhares de rurícolas brasileiros, fluxo esse denominado “marcha para o oeste”.

Tal processo ocorrera na mesma época em que o governo paraguaio orientava sua marcha em sentido contrário, “marcha para el este”, sob os auspícios do Instituto de Bienestar Rural, visando colonizar as potencialmente ricas, porém praticamente desabitadas, terras do oriente.

Tal movimento populacional não tem paralelo na história do Paraguai, país que nunca fora trajetória das grandes migrações do século XIX nem tampouco das do século XX, e que se caracterizara pela pequena diversidade cultural até aquele período. Tal fato se converteria, diante do novo fenômeno migratório, num potencial ponto de conflitos entre os diferentes grupos sociais estabelecidos na região, sobretudo em se considerando o rápido e prematuro processo de diferenciação socioeconômica ocorrida entre esses agricultores. Tal diferenciação se deu em razão dos diferentes condicionamentos adaptativos, devido principalmente aos antecedentes dos grupos envolvidos e à seletividade do mercado, no qual todos estavam inseridos.

Como outras expansões congêneres para regiões de fronteira, esse fenômeno migratório e colonizador se caracterizou pela rapidez e pela intensidade da devastação ambiental, reproduzindo em intensidade e escala o mesmo padrão ecocida brasileiro.

Devido ao fato de a região central paraguaia se converter em zona de expulsão, parte considerável do excedente populacional que não migrou para a área metropolitana de Assunção e seu entorno buscou uma alternativa nos departamentos orientais, atraído pelas possibilidades de colonização. Tal foi a fórmula encontrada pelo governo Stroessner para aliviar as tensões agrárias na zona central, transferindo os conflitos para a região fronteira, através de uma política implementada pelo IBR, que, no sentido atribuído por Carlos Pastore (1972), foi a forma encontrada para se evitar uma reforma agrária, substituindo-a por uma idéia de *bienestar rural* e com isso mantendo intacto o *status quo* dos grandes latifundiários do país.

Mas, para a região oriental, não foram apenas os campesinos paraguaios que se sentiram atraídos pela disponibilidade de terras, tão alardeada pelo governo. Muitos dos grandes fazendeiros, funcionários de alto escalão e das mais elevadas patentes militares paraguaias, viram no acesso facilitado às terras fiscais um verdadeiro eldorado, que abria oportunidades para ganhos especulativos e mesmo para atividades econômicas, devido ao baixo custo da mão-de-obra, que se tornava mais abundante. O rápido incremento da produção agrícola nas áreas de colonização foi potencializado pelo fato

de os colonos estrangeiros (particularmente os teuto-brasileiros) e empresas agrícolas especializadas em exploração agropecuária de larga escala terem se estabelecido na região pioneira. Em razão do caráter aberto do *front* pioneiro oriental e do franco apoio governamental, essa região se converteu rapidamente num extenso domínio privado, dominado por companhias e colonos brasileiros.

A colonização da fronteira oriental não se fez de modo uniforme, mas através de fluxos específicos, envolvendo diferentes atores sociais; agricultores brasileiros das regiões setentrionais do país também afluíram para lá, concorrendo de certo modo com o fluxo dos colonos sulistas. Estes, entretanto, vinham em melhores condições e com recursos, pois dispunham de um pequeno capital formado com a venda de suas antigas propriedades, além de terem maior familiaridade com as modernas técnicas de produção agrícola, sobretudo aquelas de caráter comercial. Por essa razão, o interesse manifesto dos agentes governamentais e das empresas colonizadoras privados recaiu sobre os colonos, sobretudo os teutodescendentes, que eram vistos pela elite paraguaia como diligentes e profícuos.

Diante da nova realidade, os desbravadores nordestinos foram paulatinamente empurrados para as áreas florestais, estabelecendo-se em terras públicas, sem nenhum título de propriedade e sem a menor preocupação em legalizar sua ocupação. Na condição de posseiros, esses imigrantes passaram a praticar uma policultura de subsistência nas vizinhanças dos pequenos agricultores guaranis. Por vezes eles também se encontraram na condição de meeiros, trabalhando na abertura dos terrenos e nas primeiras lavouras comerciais dos colonos teuto-brasileiros e também nas inúmeras serrarias estabelecidas na região.

De modo geral, as dificuldades e a carência de serviços penalizavam igualmente a todos os migrantes, independentemente da sua origem social e étnica; no entanto, aqueles que dispunham de algum recurso tiveram melhores chances de superação das agruras iniciais. A possibilidade de quitação dos lotes e a obtenção de sua titularidade, mesmo que provisória, sem dúvida se converteram numa imensa vantagem adaptativa, isso asseguraria, entre outros benefícios, o acesso a linhas de financiamentos e créditos bancários, do mesmo modo que garantiria a sobrevivência das famílias até o ganho obtido com as primeiras colheitas. Essa vantagem adaptativa, no entanto, também oferecia inúmeros riscos aos colonos, pois a atração exercida pelas linhas facilitadas de crédito e os ganhos prometidos pela cultura da soja implicavam uma crescente

dependência em relação a insumos e às modernas tecnologias, o que no curto prazo se mostraria inexecutável para a maioria dos pequenos produtores. Como resultado, muitos colonos acabaram perdendo suas terras hipotecadas pelos bancos, sendo forçados a novamente imigrar, buscando outras fronteiras que se abriam no Paraguai e principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Os relatos colhidos na região de Katueté expressam bem o sentido desse fenômeno migratório e adaptativo, singular na história paraguaia, mas dão mostras também de suas contradições e dos problemas do cotidiano que dificultam a plena integração das comunidades envolvidas, dado o processo de diferenciação socioeconômico em curso. Destarte, o suposto anacronismo dessa migração, que se deu no sentido contrário ao padrão dos fluxos migratórios internacionais, isto é, no sentido periferia-centro, só pode ser compreendido considerando-se a tradicional pulsão pioneira brasileira, que envolveu em sua dinâmica de expansão especulativa e ao mesmo tempo modernizadora as terras do oriente paraguaio. Talvez por equívoco conceitual, esse processo incorporativo foi visto por alguns autores da época como uma espécie de subimperialismo, desconsiderando o enigmático fato de que, apesar da complexidade da economia e da sociedade brasileiras, o país era subdesenvolvido, com enormes desigualdades sociais que tensionavam o contínuo movimento de populações pelo interior, por vezes pela imensa fronteira absolutamente permeável. Nesse sentido, o caráter binacional do oriente paraguaio não deve ser reduzido à mera absorção pelo Brasil ou a uma simples liquidação pelo Paraguai. Deve ser visto como produto de condições materiais precisas: crescimento demográfico, mudanças tecnológicas, restrições econômicas, disponibilidade de recursos e seletividade do mercado.

## Referências

ALBUQUERQUE, José L. C. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In Fogel, Ramón & Riquelme, Marcial (orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Ceri – Centro de estudios rurales interdisciplinarios, Asunción, 2005.

ALVES, José Luiz. **Brasiguaios**: destino incerto. São Paulo: Global, 1990

ALTIERI, Miguel A. et Pengue, Walter A. **Soja transgênica en América Latine**: une machinerie de faim, de déboisement et de dévastation socio-écologique. Jan. 2006. fonte eletrônico: [www.stop.monsanto.qsdf.org/soja\\_argentine.html](http://www.stop.monsanto.qsdf.org/soja_argentine.html)

ANDRADE, Theophilo de. **O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde Editores, 1941.

ARCE, Osmar Diaz de. O Paraguai contemporâneo (1925-1975). In: Casanova, Pablo G. (org.) **América Latina – História de meio século**. Brasília: Editora UnB, 1988.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

BADIA, Juan. **Del régimen autoritario de Franco a la democracia**: la transición política. San José, Costa Rica, 1988.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. Estadísticas económicas. Asunción, 1998.

\_\_\_\_\_. Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay. Asunción, 2000.

BANDEIRA, Muniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). 2. ed., São Paulo: Ensaio, 1995.

\_\_\_\_\_. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: UNB, 1998.

BASTOS, Augusto Roa. **Yo el Supremo**. Madrid: Ediciones Cátedra, 5ª edición, 20005.

BENNETT, John W. **Northern Plainsmen**. Adaptive strategy and agrarian life. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969.

\_\_\_\_\_. **Of time and the enterprise.** North American family farm management in a context of resource marginality. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

\_\_\_\_\_. Management Style: A concept and a method for the analysis of family-operated agricultural enterprise. In Barlett, Peggy (edited) **Agricultural Decision Making.** Anthropological contributions to rural development. New York/ London: Academic Press, 1980.

BENNETT, John W. and KOHL Seena B. **Settling the Canadian-American West, 1890 – 1915.** Pioneer adaptation and community building. University of Nebraska Press, 1995.

BOIDIN, Capucine. La démocratisation du pouvoir local au Paraguay: Illusion ou réalité? **Cahiers des Amériques Latines.** CNRS, Paris, 2005, n. 46.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura.** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM, Argemiro Luis. **A comercialização no contexto econômico.** O caso da agropecuária. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. Protectionism and soja consumption in the EEC. In. Banck, Geert A. & Boer, Kees den (eds.). **Sowing the Whirlwind:** soja expansion and social change in Southern Brazil. Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 61), 1991, p. 37-60.

BUUL, F. Van. **De Paraguayaanse landbouwkolonisatie.** Nijmegen. De agrarische structuur van het department Alto Paraná in Paraguay, deel I, paper, 1985.

CÂMARA PARAGUAYA de EXPORTADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS (CAPECO), Datos, 2005.

CARDOZO, Efraim. **Historiografía paraguaya.** I. Paraguay indígena, español y jesuíta. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1959.

\_\_\_\_\_. **Breve historia del Paraguay.** Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1965.

\_\_\_\_\_. **El Paraguay independiente.** Assunção: El Lector, 1996.

CARRIÈRE, Jean. Some Thoughts on the political dynamics of Brazilian soya policy. In Banck, Geert A. & Kees den Boer. (eds.): **Sowing the Whirlwind**. Soya expansion and social change in Southern Brazil, Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 61), 1991, p. 61 – 73.

CARTER, Michael & GALEANO, Luis A. **Campesinos, tierra y mercado**. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. Asunción, 1995.

CERES, Moraes. Paraguai: **A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CEUPPENS, Henry D. **Paraguay, año 2000**. Asunción: Zamphirópolis, 1971.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CLASTRES, Pierre. **Crônica dos índios Guayaki**. O que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

COMITE DE IGLESIAS. Tenencia de la tierra y situación del campesinato en el Paraguay. 1970 -1980. Asunción, 1982.

CONNOLLY, Michael.; DEVEREUX, John. and CORTEZ, Mariluz. The transshipment problem: smuggling and welfare in Paraguay. **World Development**, v. 23, n. 6, pp. 975-985, 1995

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADISTICAS ENCUESTAS Y CENSOS / Secretaría Técnica de Planificación, 1996, **Anuário estadístico 1995**, Presidencia de la República, Asunción, Dados cd-rom.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ENCICLOPÉDIA EINALDI. **1. Memória - história**. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

FELIÙ, Fernanda. **Canindeyú Zona Alta**. Los brasiguayos. Asunción: Imprenta LEO S.R.L.. 2002.



FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(Org.) **Usos & abusos da história oral**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria Chain, 1988.

FOGEL, Ramon. Colonización y estructura agraria. In **Estado, campesinos y modernización agrícola**. Edited by Domingo Rivarola, p. 219-296. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1982.

\_\_\_\_\_. Globalización y deterioro socio-ambiental en Canindeyú. **Revista Paraguaya de Sociología**, Asunción, V. 3, “La cuestión agraria en el Paraguay”, Año 31, n.89, p. 885-901, Enero-Abril, 1994.

\_\_\_\_\_. Relaciones interétnicas en el borde este del Paraguay. In Castello, Iára Regina et alli (orgs). **Práticas de integração nas fronteiras**: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995

\_\_\_\_\_. Efectos socioambientales del enclave sojero. In Fogel, Ramón. 7 Riquelme, Marcial (orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Ceri – Centro de estudios rurales interdisciplinarios, Asunción, 2005

FOWERAKER, Joe. **The struggle for land**: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. New York: Cambridge University Press, 1981

FREGOSI, R. **Le Paraguay au XXe siecle, naissance d’une démocratie**. Paris: L’Harmattan, 1997.

FÜRSTENAU, Vivian. **O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha**: 1965 – 1984. Porto Alegre: FEE, 1988.

Galeano, Luis A. Dos alternativas históricas del campesinado paraguayo: Migración y colonización (1870- 1950). **Revista Paraguaya de Sociología**, año 10, n. 26, 1973.

GALEANO, Eduardo. **Voces de nuestro tiempo**. San José, Costa Rica: Editorial Universitaria Centroamericana, 1983.

GEERMANI, Guiomar. **Os expropriados de Itaipu**. O conflito: Itaipu x colonos. Cadernos do Propur. Porto Alegre: UFRS, 1982.

GONÇALVES, José Sidnei e VEGRO, Celso L. Crise econômica e cooperativismo agrícola: Uma discussão sobre as condicionantes das dificuldades financeiras da

Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, vol.41(2), 57 – 87, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAY, Eston Hay. **Conflict and convivencia**: A German-Brazilian frontier town in Eastern Paraguay. M.A. thesis, University of Kansas, 1982.

IGLESIAS, Esther. **Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural**. Dados. 27(1): 59 - 70, 1984.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL – IBR. **Proyeto de consolidación de colonias rurales en los departamentos de Alto Parana y Canendiyú**. v. 1. Asunción: Informe principal, 1978.

INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA (INDI). Ley 904/81 Estatuto de las comunidades indígenas. Asunción, 1982a.

INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA (INDI). Censo y estudio de la población indígena del Paraguay. Asunción, 1982b.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

JENSEN, Anders Christian. Soybean expansion and social changes. Experiences from rural communities in Southern Brazil. In Banck, Geert A. & Kees den Boer. (eds.): **Sowing the Whirlwind**. Soya expansion and social change in Southern Brazil, Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 61), 1991, p. 113-135.

JOUTARD, Philippe. **Ces voix que nous viennent du passé**. Paris: Hachette, 1983.

LAINO, Domingo. **Paraguai**: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LEWIS, Paul H. **The politics of exile**: Paraguay's Febreristas Party. Chapel Hill: University North Carolina Press, 1968.

\_\_\_\_\_. **Paraguay under Stroessner**. University of North Caroline Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Socialism, liberalism and dictatorship in Paraguay**. New York: Praeger, 1982

LIEUWIN, Edwin. **Arms and politics in Latin America**. New York: Praeger, 1961.

KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In Delgado, Guilherme Costa, Gasques, José Garcia e Villa Verde, Carlos Monteiro(Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. 2. ed., Brasília: IPEA, 1996, n.127, p. 113-223.

KLEINPENNING, J. M. G. **Man and land in Paraguay**. Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 41), 1987.

KLEINPENNING, J. M. G. & ZOOMERS, E. B. Degradación ambiental en America Latina: El caso de Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**, Asunción, Año 25, n. 72, mayo-agosto, 1988.

\_\_\_\_\_. Elites, the rural masses and land in Paraguay. A case of the subordination of the rural masses to the interests and power of the ruling class. **Revista Geográfica**, Mexico, n.111, 1990.

\_\_\_\_\_. Colonización interna y desarrollo rural: el caso del Paraguay. **Revista Geográfica**, Mexico, n. 112, 1990.

KOHLHEPP, Gerd. Problems of dependent regional development in eastern Paraguay. **Applied Geography and Development**, v. 22 p.7-45, 1983

\_\_\_\_\_. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. **Revista Geográfica**, México, n. 99, enero-junio, 1984.

MANDELBURGER, F. & PAEZ, J. E. Descripción del espacio nacional y propuesta de regionalización. Asunción, Secretaría Técnica de Planificación. **Proyecto, PAR/79/PO.5**, 1981.

MARGOLIS, Máxime. **The moving frontiers**. Gainesville: University of Florida Press, 1973.

\_\_\_\_\_. Historical perspectives on frontier agriculture an adaptive strategy. **American Ethnologist**, v. 4, n. 1, p. 42-64, 1977.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, USP, v. 8, n. 1, São Paulo, 1996.

MAZZAROLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: Itaipu x colonos expropriados**. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Regional do Paraná, 1980.

MEIHY, José Carlos Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **(Re)introduzindo História oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MENEGOTTO, Ricardo. **Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MENEZES, Alfredo Da Mota. **A herança de Stroessner**. Brasil – Paraguai, 1955 – 1980, Campinas: Papirus, 1987.

MENEZES, Marilda Aparecida. **História de migrantes**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. **Censo Agropecuario, 1991**, v. 1, Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias, MAG, Asunción, 1992.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. **Censo Agropecuario, 1991**, v. 2, Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias, MAG, Asunción, 1994.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. **Producción agropecuaria 1996/1997**, síntesis estadística, Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias, MAG, Asunción, 1997.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias, Asunción, 2004.

MIRANDA, Aníbal. **Desarrollo y pobreza en Paraguay**. Asunción: Comité de Iglesias, 1982.

MIRANDA, Carlos R. **The Stroessner era: authoritarian rule in Paraguay**. Boulder, Colo: Westview, 1990.

MORAES, Ceres. Paraguai. **A consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-1963**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MORAN, Emilio F. **Developing the Amazon**: The social and ecological consequences of government-directed colonization along Brazil's Transamazon highway. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

NAGEL, Bervely. Socioeconomic differentiation among small cultivators on Paraguay's Eastern Frontier. **Latin American Research Review**, 26 (2), 1991.

NICHOLS, Byron A. La cultura política del Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**. n. 8 (enero-abril), 1971, p. 133-160.

NICHOLLS, William H. A Fronteira agrícola na história recente do Brasil. O estado do Paraná, 1920-1965. **Revista Brasileira de Economia**, v. 24, n. 4, 1970.

NICKSON, R. Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. **Journal of Latin American Studies**, n. 13, may, 1981.

\_\_\_\_\_. **Historical dictionary of Paraguay**. 2nd ed., revised, enlarged, and updated. London: The Scarecrow Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Colonización brasilera en la región oriental del Paragay. In Fogel, Ramón & Riquelme, Marcial (orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Ceri – Centro de estudios rurales interdisciplinarios, Asunción, 2005

PALAU, Tomás e HEIKEL, Maria Victoria. **Los campesinos el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE/PISPAL, 1987.

PALAU, T. **Migration among countries in Mercosul**: triends and perspectives. Barcelona: IUSSP, n. 7-10, mai. 1997.

PAOLINO, Carlos. **Políticas públicas y ingresos campesinos en el Paraguay**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1994.

PAPMA, Frans. The soybean boom generation. The modernization of peasant agriculture and succession in the peasant family: a case in Southern Brazil. In Banck, Geert A. & Kees den Boer. (eds.): **Sowing the Whirlwind**. Soya expansion and social change in Southern Brazil, Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 61), 1991, p. 155-168.

\_\_\_\_\_. **Contesting the household estate**: Southern Brazilian peaseants and modern agriculture. Amsterdam: Thela Thesis, CEDLA (Latin America studies; 67), 1992.

PATARRA, Neide. Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão. In: SALES, T; SALLES, Maria do Rosário(orgs.). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: EduFScar - Editora Sumaré, 2002, p. 31–50.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Editorial Antequera, 1972.

PÈBAYLE, Raymond. **Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul**. Lille: Université de Lille III, 1974.

\_\_\_\_\_. **Les brésiliens pionniers et bâtisseurs**. Paris: Flammarion, 1989.

\_\_\_\_\_. Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay. **Revue Europeenne des Migrations Internacionales**, Poitiers, vol. 10, n. 2, 1994.

PEIXOTO, Humberto Rosa et alii. **A soja na pequena agricultura**. Brasília: Binagri Edições, 1979.

PIJPERS, W. De Braziliaanse landbouwkolonisatie in het departement Alto Paraná in Paraguay. **Geografisch Tijdschrift**, 1986, XX, 2. p. 147-158.

POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. 2. ed. São Paulo: Global, 1981.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In. Cultura e representação. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.

REBES, Maria Isabel Artigas de. **Antonio Ruiz De Montoya**. Testemunha de seu tempo. (Dissertação de Mestrado), São Leopoldo: Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2001.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIVAROLA, Domingo M. Modernización agraria y diferenciación campesina. **Revista Paraguaya de Sociología**, Asunción, Año 18, n. 52, setiembre-diciembre, 1981.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROETT, Riordan and SACKS, Richards S. **Paraguay: the personalist legacy**. Boulder, Colo: Westview, 1991.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo /soja no planalto médio-rio-grandense, 1930/1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosario. (orgs.) **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: Edufscar: Editora Sumaré, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homen**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERVICIO PASTORAL DE LOS MIGRANTES. Equipo Nacional de la Pastoral Social de la Conferencia Episcopal Paraguaya. **Imigrantes brasileños en Paraguay: principales problemas y demandas**. Asunción, 1994.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização no vale do Itajaí-mirim**. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

\_\_\_\_\_. **Herança e estrutura familiar camponesa**. In. Boletim do Museu Nacional, n. 52, 1985.

\_\_\_\_\_. A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e conflito. In. Fausto, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_. Imigração, colonização e estrutura agrária. In. Woortmann, Ellen F.(Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora UnB, 2004.

SILVA, Henrique M. Fronteira e identidade nacional na historiografia americana. In. Malerba, J. (Org.) **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papius, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os imigrantes da Letônia no oeste paulista**. Adaptação pioneira e construção de uma comunidade histórica e imaginária em terras brasileiras, 1922-1940. Maringá: Eduem, 2002.

\_\_\_\_\_. Teuto-brasiguaios no oriente paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. **Diálogos**, v. 9, n. 3, 2005, p. 167-184.

SILVA, José Graciano. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOBEL, Lester A., (ed) **Latin America, 1976.** New York: Facts on File, 1977.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SORJ, Bernardo et alii. **Camponeses e agroindústria:** transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUCHAUD, Sylvain. **Pionniers brésiliens au Paraguay.** Paris: Éditions Karthala, 2002.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

TAYLOR, Charles Lewis, and HUDSON, Michael C. **World handbook of political and social indicators.** New Haven: Yale University Press, 1972.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past.** Oral history. Oxford: Oxford University Press, 1978.

VALDOVINOS, Carlos G. Fernández & NARANJO, Alexander Monge. **Economic growth in Paraguay.** Inter-American Development Bank, Economic and Social Study Series, may, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato:** Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: DIFEL, 1976.

VILADESAU, Tomás Palau., HEIKEL, Maria V. **Los campesinos:** El estado y las empresas en la frontera agrícola. Asunción: PISPAL – BASE/ISEC, 1987.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios:** homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

WEEB, Walter P. **The great plains.** New York: Genn, 1932.

WEIL, Thomas; BLACK, Juan K.; BLUSTEIN, Howard I.; McMORRIS, Davis S.; Munson, Frederick, P.; and Townsend, Charles. **Area handbook for Paraguay.** Washington: America University Press, 1972.



WEISSKOFF, Richard. **The Paraguayan agro-export model of development**. World Development, vol. 20, n. 10, p. 1531-1540, 1992.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_. **Aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946

WILSON, John; HAY, James Diego; MARGOLIS, Maxine. The bi-national frontier of Eastern Paraguay. In Schumann, Debra A. & Partridge, William L. **The human ecology of tropical land settlement in Latin America**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1989.

WOOD, Charles H. Peasant and capitalist production in the Brazilian Amazon: a conceptual framework for the study of frontier expansion. In **The dilemma of Amazonian development**. edited by Emílio Morán, p. 259-278. Boulder Colo.: Westview, 1983.

WOORTMANN, Ellen F. **Família, matrimônio e patrimônio**: uma análise preliminar do parentesco em um grupo camponês de descendência alemã no Rio Grande do Sul. (paper), ANPOCS, 1986.

\_\_\_\_\_. Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro . In Woortmann, Ellen F. **Significados da terra**. Brasília: Editora UnB, 2004.

WORLD BANK. **Paraguay**: country economic memorandum. Washington D.C.: World Bank, 1992.

ZAAR, Miriam Hermi. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

\_\_\_\_\_. O processo migratório no extremo oeste do estado do Paraná/Brasil com a construção da hidroelétrica Binacional Itaipu. **Scripta Nova**, Barcelona, 2000, n. 69 (47). <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-47.htm>

\_\_\_\_\_. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". **Scripta Nova**, Barcelona, 2001, n. 94 (88). <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ZICHE, J. Die Entwicklung der sozio-ökonomischen Lage von Urwaldkolonisten in Paraguay. **Zeitschrift für ausländische**. Landwirtschaft. Frankfurt/M. v.18, n. 3, 1979.

ZOOMERS, E. B. Rural development and survival strategies in central Paraguay. Amsterdam: **CEDLA**, 1988.

## **DEPOIMENTOS**

Friedhelm Westermann, – Katueté 10/07/2003

Prefeito Cecílio Ramón Benitez – Katueté, 09/09/2004

Arnoldo Oliveira Junior – Maringá, 18/08/2006

Fátima Regina Ketzer – Katueté, 15/03/2007

Egon Gung, 62 anos – Katueté 04/06/2007

Fita 1 – Friedhelm Westermann, 70 anos – Katueté 05/05/2007

Fita 2 – Friedhelm Westermann, 70 anos – Katueté 01/06/2007

Fita 3 – Ramón Baez, 68 anos – Katueté, 05/05/2007

Fita 4 – Cláudio Hobold, 64 anos – Katueté, 07/05/2007

Fita 5 – Oliva De las Nieves Villalba Domecq, 60 anos – Katueté, 07/05/2007

Fita 6 – Ilvo Spielmann, 41 anos – Katueté 06/05/2007

Fita 7 – Joaquim de Miranda, 67 anos - katueté , 15/02/2007

Fita 8 – Leoni Kotz, 42 anos – Katueté, 06/05/2007

Fita 9 – José Branco, 70 anos – Katueté, 07/05/2007

Fita 10 – Mario De los Santos Centurión, 57 anos

Armelinda Martinez Centurión, 47 anos – Katueté, 01/06/2007

Fita 11 – Mario Fontanetti, 80 anos

Oswaldo Spielmann, 79 anos – Katueté, 02/06/2007

Fita 12 – Mario Fontanetti, 80 anos

Adélia Padovam, 79 anos – Katueté, 02/06/2007

Fita 13 – Fridolino Heimann, 52 anos- Katueté, 01/06/2007

Fita 14 – Constantino Salomon 73 anos

Catarina Wolf Salomon, 69 anos – Katueté, 02/06/2007

Fita 15 – Lécio Soder, 51 anos – Katueté, 03/06/2007

Fita 16 – Benedito Sartori, 54 anos

Fátima rodrigues Sartori, 49 anos – La Paloma, 03/06/2007

Fita 17 – Janete Engelmann, 38 anos – Katueté 04/06/2007

